

Jarbas Vargas Nascimento
Anderson Ferreira

organizadores

DISCURSOS CONSTITUENTES

DISCURSOS CONSTITUINTES

Jarbas Vargas Nascimento

Anderson Ferreira

Organizadores

Blucher

DISCURSOS CONSTITUINTES

Jarbas Vargas Nascimento

Anderson Ferreira

Organizadores

2020

Discursos constituintes

© 2020 Jarbas Vargas Nascimento, Anderson Ferreira (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Autores

Anderson Ferreira
André da Costa Lopes
Carlos Alberto Baptista
Diana Navas
Jarbas Vargas Nascimento
José Francisco das Chagas Souza (Déda Souza)
Marcio de Lima Pacheco
Maria Aldina Marques
Ricardo Celestino

Edição

Jonatas Eliakim

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Discursos constituintes / organização Jarbas Vargas
Nascimento ; Anderson Ferreira. -- São Paulo : Blucher Open
Access, 2020.

184 p. : il.,

Bibliografia
ISBN 978-65-5550-014-1 (impresso)
ISBN 978-65-5550-015-8 (digital)

1. Análise do discurso. I. Título. II. Nascimento, Jarbas
Vargas. III. Ferreira, Anderson.

20-0394

CDD 401.41.

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso

CONTEÚDO

Apresentação	7
Vozes da ciência. Discurso científico e enunciação	11
<i>Maria Aldina MARQUES</i>	
O discurso teológico como discurso constituinte	34
<i>Jarbas Vargas NASCIMENTO</i>	
O deus da harmonia: a legitimação de um espaço no campo discursivo da religiosidade	60
<i>Carlos Alberto BAPTISTA</i>	
O discurso científico na enunciação terapêutico-midiática: Augusto Cury e o teatro das mentes	77
<i>Anderson FERREIRA</i>	
<i>Linguagem falada e linguagem falante</i> do ser: Riobaldo e a fenomenologia da linguagem no discurso fundante do sertão rosiano.	104
<i>José Francisco das Chagas SOUZA</i>	
<i>Marcio de Lima PACHECO</i>	
Enunciação satírico-burlesca seiscentista: posicionamento e posição enunciativa no discurso constituinte literário	136
<i>André da Costa LOPES</i>	
Quando todos sumiram: as condições de estar só em <i>Sozinho no deserto extremo</i> , de Luiz Brás.	159
<i>Ricardo CELESTINO</i>	
<i>Diana NAVAS</i>	
Autoras e autores	181

À memória de Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho.
Você foi um grande amigo e um excelente professor.
Deixou em todos nós uma saudade eterna.
Onde você estiver, estará sempre conosco.

APRESENTAÇÃO

Discursos Constituintes reúne estudos que se dedicam a refletir e ampliar a discussão sobre os discursos constituintes, com base na hipótese apresentada por Maingueneau e Cossutta¹ e Maingueneau², no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa. Maingueneau trata a categoria “discurso constituinte” como um programa de pesquisa, que possibilita ao pesquisador identificar um número de discursos com algumas propriedades comuns relacionadas às suas condições de emergência, funcionamento e circulação. Esses discursos, para o autor, são: o literário, o religioso, o científico e o filosófico. A constituição desses discursos é fundar e não de ser fundado, pois são concomitantemente auto e heteroconstituente, na medida em que eles mobilizam o *archéion*, ou seja, evocam para si uma autoridade fundante, que garante e valida diferentes gêneros de discurso.

Nosso projeto é instigante, pois este tema está pouco desenvolvido ainda e, segundo o próprio Maingueneau, é problemático, questionável, de difícil manejo, e de propriedades muito abstratas, embora em cada discurso constituinte haja um investimento peculiar na cenografia, no código linguageiro e na voz enunciante. Com esta coletânea, queremos dar ampla visibilidade aos resultados de investigações científicas sobre esta categoria de discurso, avançar no conhecimento e instaurar debates frutíferos no campo da Análise do Discurso. Para executar a tarefa de produção da coletânea, convidamos professores doutores da área da Linguística, que se dispuseram, em uma perspectiva interdisciplinar, dar contribuições ao tema que propomos, uma vez que discutir sobre Discurso Constituinte faz-nos, necessariamente, dialogar com a Literatura, com a Religiosidade, com a Filosofia e com as Artes.

No primeiro capítulo, **Maria Aldina Marques**, em *Vozes da ciência. Discurso científico e enunciação*, discute, a propósito do discurso científico, acerca das características do gênero artigo científico, considerado um dos seus gêneros nobres. Esta preponderância está em franco crescimento, no quadro dos novos sistemas de avaliação da produção científica, ancorados na indexação em bases de dados como a *Scopus*, ou a *Web of science*. Baseada nos parâmetros externos caracterizadores dos gêneros, Marques propõe uma discussão das fronteiras do

¹ Maingueneau & Cossutta (1995).

² Maingueneau (2000, 2006, 2008).

discurso científico. A autora, assim, considera que o discurso científico não pode ser sinônimo de discurso acadêmico, pois os contextos de produção são diversos. De outra forma, distingue os objetivos discursivos, os estilos e os lugares discursivos de circulação dos gêneros em questão, considerando, também, que as finalidades e o estatuto sociocomunicativo dos interlocutores constituem parâmetros de diferenciação. Nessa senda, Marques abre espaço para as análises da construção da voz autorizada do locutor na relação com as vozes que mobiliza para o discurso, o que designa como *referenciamento*, em artigos científicos da área das Ciências da Linguagem, da autoria de investigadores seniores, em revistas científicas portuguesas.

Jarbas Vargas Nascimento, em *O discurso teológico como discurso constituinte*, interroga a inclusão do discurso religioso, na categoria de discurso constituinte, conforme proposto por Maingueneau³. Conforme Nascimento, o problema consiste, assim, em questionar a constituição do discurso religioso e reconhecer a constituição do discurso teológico, a partir de seus mecanismos de comunicação, que conferem sentidos às ações da coletividade, tornando-se fundador de outros gêneros de discurso. Para tanto, o autor visa a comprovar a constituição do discurso teológico, verificar a relação interdisciplinar da Análise do Discurso com a Teologia, de cujas abordagens destacam-se aspectos de instauração discursiva e identificar, no *corpus* de análise, um investimento no código linguageiro, na cenografia e no *ethos* discursivo, que se articulam, para suscitar a adesão do co-enunciador, ao inscrevê-lo em uma instituição discursiva, que legitima o teológico, como uma atividade enunciativa da sociedade. Apoiando-se no debate iniciado por Maingueneau sobre os discursos constituintes, o autor mobiliza seu posicionamento ideológico para construir o arcabouço teórico-metodológico no qual se fundamenta, que privilegia uma perspectiva enunciativo-discursiva, por meio de um percurso teórico-analítico, que me permite abordar os discursos constituintes como uma hipótese de pesquisa, que se abre à formulação de questões inéditas para o discurso teológico. Como forma de comprovar a constituição do discurso teológico, Nascimento utiliza como corpus de análise o texto que se encontra no Segundo Testamento, mais particularmente, em João 2, 1-11 e encena uma festa de casamento realizado em Caná da Galileia.

Examinando a constituição do discurso teológico, Carlos Alberto Baptista, em *O Deus da Harmonia: A legitimação de um espaço no campo discursivo da religiosidade*, analisa como ocorre o processo enunciativo-discursivo de legitimação na emergência de um novo posicionamento no campo discursivo religioso: a Seicho-No-Ie. Seleciona os discursos que marcam a emergência da doutrina, que

³ Maingueneau (2004, 2005).

surgiu no Japão em 1929, quando seu fundador, Masaharu Taniguchi, vivenciou as primeiras revelações divinas e, depois, foi introduzida no Brasil na década de 1960, principalmente, com a publicação da coletânea de livros “A verdade da vida”, da qual destaca o primeiro volume. Baptista, para fundamentar seu aparato teórico-metodológico, mobiliza a Análise do Discurso de linha francesa, na perspectiva enunciativo-discursiva desenvolvida por Maingueneau, evocando as categorias de discursos constituintes e cenas de enunciação. Dado o caráter interdisciplinar da AD, o autor mobiliza os estudos de Bourdieu sobre a noção de campos sociais, destacando os conceitos de campo e legitimação. Os discursos analisados apontam que, em sua constituição doutrinal, os discursos da Seicho-No-Ie buscam, pela cenografia da revelação divina, legitimar-se por um processo enunciativo paratópico, cujo enunciador recebe sua autoridade enunciativa de um hiperenunciador.

No quarto capítulo, **Anderson Ferreira**, em *O discurso científico na enunciação terapêutico-midiática: Augusto Cury e o teatro das mentes*, visa a examinar os atravessamentos (e vernizes) do discurso científico na enunciação terapêutica de canais da mídia social *You Tube*. O autor procura verificar o que ele chama de “fio condutor discursivo”: um objeto opaco percebido como certo “mal-estar social”, o qual recorta tanto os espaços científicos das ciências humanas e sociais, quanto os espaços mais abertos da comunicação. Como *corpus* de apoio, Ferreira constitui discursos científicos, cujos enunciados gravitam em torno da formação discursiva temática “sociedade contemporânea”. Como *corpus* de referência, reúne discursos em três vídeos no *You Tube*, que fazem parte do “canal” do médico psiquiatra Augusto Cury. Ferreira procura demonstrar a hipótese de que a enunciação terapêutico-midiática no *corpus* de referência, na medida em que recorre ao discurso científico para se legitimar, procede de maneira duplamente redutora: i) procura “formar” formações discursivas “pessimistas” acerca da atual sociedade (sociedade doente, sociedade estressante etc.), ao mesmo tempo em que; ii) instaura, em seu interior, um *eu*, que, descartando a mesma sociedade, torna-se objeto de sintomas e diagnósticos num espaço discursivo de cura. Assim, o *eu* inscreve um sujeito que incorpora técnicas neoliberais para se livrar das angústias e sofrimentos que, muitas vezes, surgiram na inscrição em um comportamento neoliberal.

Na sequência, **José Francisco das Chagas Souza** e **Marcio de Lima Pacheco** apresentam, em *Linguagem falada e linguagem falante do ser: Riobaldo e a fenomenologia da linguagem no discurso fundante do ser-tão rosiano*, a linguagem filosófica-literária que se encontra no discurso de Riobaldo, narrador-personagem de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Buscam, assim, a partir desta fala contida na obra literária, descobrir o viés filosófico de passagens marcantes no decorrer da referida obra como discurso fundante quando se utiliza das

falas, cotidianas, corriqueiras peculiares aquele povo da região do Brasil, o sertão de Minas, Goiás e Bahia, o que permite a linguagem filosófica-literária, segundo os autores, um caráter não só local, mas universal. É a partir do *devoir* de uma *linguagem viva* que vai da *fala falada* à *fala falante*, como defende Maurice Merleau-Ponty, filósofo mobilizado pelos autores. Souza e Pacheco consideram, então, que os discursos de Riobaldo estão dentro da perspectiva desta linguagem em movimento, portanto, em elaboração. Utilizando, dessa forma, a leitura e documentação dos textos que serviram de base, destacando cenas retratadas no sertão pelo autor brasileiro e pelo filósofo francês referido. Nessa senda, apontam elementos capazes de uma interface no discurso filosófico-literário, como *discurso constituinte* que funda e não é fundado, conforme postula Maingueneau.

Em *Enunciação satírico-burlesca seiscentista: posicionamento e posição enunciativa no discurso constituinte literário*, **André da Costa Lopes** estuda questões relacionadas à noção de posicionamento discursivo e de posição enunciativa em enunciados satírico-burlescos de Antônio da Fonseca Soares. Autor do período Barroco, Antônio da Fonseca Soares é reconhecido por uma vasta produção discursiva literária e por uma trajetória de poeta mundano e escritor espiritual. Lopes investiga, a produção discursiva satírico-burlesca, a qual toma como uma identidade pertencente ao posicionamento discursivo Barroco.

Finaliza a coletânea o capítulo de **Ricardo Celestino** e **Diana Navas** intitulado *Quando todos sumiram: as condições de estar só em Sozinho do deserto extremo, de Luiz Brás*, no qual o autor e a autora examinam as condições de consolidação de um quadro hermenêutico para a análise de obras literárias da literatura de ficção científica, as quais são tomadas como discurso. Para tanto, Celestino e Navas mobilizam um arcabouço teórico-metodológico interdisciplinar das ciências humanas, em destaque para os estudos da linguagem. Como *corpus* de referências, os referidos autores selecionam discursos que problematizam a condição de estar só da obra *Sozinho no deserto extremo*, de Luiz Brás.

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram com a feitura desta coletânea.

Jarbas Vargas Nascimento

Anderson Ferreira

São Paulo, inverno de 2020.

VOZES DA CIÊNCIA. DISCURSO CIENTÍFICO E ENUNCIÇÃO

Maria Aldina MARQUES¹

INTRODUÇÃO

O discurso científico tem sido objeto de estudo privilegiado, entre os investigadores que trabalham na área dos discursos. É um discurso constituinte, como propuseram Maingueneau & Cossutta², num conceito elaborado a fim de delimitar e individualizar um conjunto de tipos discursivos com uma função fundadora, a partir de uma “intuition banale”, a de que “il y a dans toute société des types de paroles qui font autorité, qui sont reconnues comme donnant sens aux actes de l'ensemble de la collectivité”³. A análise do discurso, na sua aceção mais ampla, não poderia, pois, ignorar a centralidade desta área de atividade social-discursiva. A importância dos discursos científicos advém de que não são meros veículos, transparentes e exteriores à construção do saber científico, escrever ciência não é só falar sobre ciência, é fazer ciência, porque o conhecimento científico se constrói em discursos.

Outras áreas de investigação sobre a linguagem e o discurso, de que os estudos da língua para fins específicos (LSP) no quadro da linguística aplicada são exemplo, têm no discurso científico, ou no discurso académico, também, um objeto central de investigação⁴.

Pretende-se, neste trabalho, a propósito do Discurso Científico, discutir as características do género artigo científico, considerado um dos seus géneros nobres. Esta preponderância está, aliás, em franco crescimento, no quadro dos novos sistemas de avaliação da produção científica, ancorados na indexação em bases de dados como a *Scopus*, ou a *Web of science*.

¹ E-mail: mamarques@ilch.uminho.pt

² Maingueneau & Cossutta (1995).

³ Maingueneau (2014, p.151).

⁴ Swales 1990; Hyland 1996a, 1996b, 2001 e 2002, entre outros. Swales (1990, p.1) apresenta como objetivo central do seu texto “to offer an approach to the teaching of academic and research English.”

ENUNCIÇÃO, SUBJETIVIDADE E DISCURSO CIENTÍFICO

A presente análise enquadra-se numa abordagem pragmático–enunciativa dos discursos. É a contextualidade intrínseca do sentido discursivo que sustenta a pluralização do sintagma “dos discursos”, como se encontra em autores como Charaudeau (2002), Hailon (2012), Adam (2010 e 2012), Marques (2015), entre outros.⁵ A opção pela pluralização de *discursos* tem implicações, nomeadamente, na importância teórica e metodológica de assumir a heterogeneidade dos discursos, objetos de análise empíricos (Marques, 2015: 110).⁶ É um posicionamento teórico que privilegia a linguagem em uso e os discursos como práticas sociais de comunicação. Daí a centralidade teórica e metodológica dos conceitos de *tipo* e *género de discurso*.

Entre outras restrições comuns aliás a qualquer enunciação, mas com um grau de comprometimento forte no que ao discurso científico concerne, Maingueneau (2000:11) sublinha, entre outras questões, que «...no âmago dos discursos constituintes, os falantes não podem ignorar questões básicas como quem está autorizado a falar ou a ser destinatário...». Seguindo tal indicação, vamos debruçar-nos sobre uma vertente fundamental das vozes do artigo científico, o processo de *referenciamento*⁷, para pôr em relevo a «fala de autoridade» que aí se constrói, especificamente, onde e como se constrói, tendo em conta as práticas discursivas de natureza científica num contexto determinado. Destaca-se neste processo de referenciamento, isto é, de *referência bibliográfica e citação* a própria voz do locutor que constrói o seu lugar, a sua imagem, ao posicionar-se relativamente a essas vozes convocadas. O referenciamento é obrigatório, tem mesmo o estatuto de parâmetro de género, como reconhecem Fløttum (2006: 37) e Grossmann (2010:8).⁸

⁵ Esta questão tem a ver com o vasto campo da análise do discurso e das diversas disciplinas, áreas, abordagens que aí confluem. É uma questão que sobretudo dá conta da transdisciplinaridade do objeto discurso. Remete-se a Maingueneau (2006), mais uma vez, quanto à questão da Análise do Discurso e das correntes e disciplinas que aí confluem.

⁶ Refira-se, ainda, o texto seminal de Authier-Revuz (1982 e 1984) e, mais recentes, Fonseca (1994) ou Adam (2010), sobre o estatuto teórico do conceito de heterogeneidade.

⁷ Usamos o termo *referenciamento*, menos comum que *referenciação*, para evitar ambiguidade com o conceito de *referenciação* como processo de construção dos objetos do discurso.

⁸ Fløttum (2006:37) usa apenas o termo “referências bibliográficas”: “there is in fact

Desde Benveniste, pelo menos, que a presença do locutor no discurso, na enunciação segundo o autor,⁹ tem sido objeto constante de investigação. O trabalho desenvolvido por Rabatel (2015) sobre enunciação e dialogismo reformula, em questões fundamentais, as teorias de Ducrot (1984) e Bakhtine (1984). De Ducrot, retoma os conceitos de locutor e enunciador, para os repensar: o locutor-enunciador (L/E), a que o autor pode ou não identificar-se, é responsável pela coerência dialógica do discurso¹⁰, em função dos pontos de vista [PDV] que convoca, quer se trate de outros locutores-enunciadores (l/e) (discurso relatado) quer de enunciadores segundos, não locutores (e). É uma conceção hierarquizada dos PDV que abre espaço para a definição da postura do enunciador, em termos de sobre-enunciação, subenunciação e coenunciação¹¹ (Rabatel, 2004, 2012, 2015, entre outras publicações) e para o valor argumentativo das vozes que o locutor traz para o discurso. A atenção à enunciação põe em causa o pressuposto clássico, estruturalista, da transparência da linguagem ou, a partir de outras perspetivas de abordagem, da sua objetividade. Com efeito, a construção dos sentidos dos discursos é um processo que envolve os interlocutores e a subjetividade, constitutiva da interação, é negociada e construída como intersubjetividade entre o eu e o(s) outro(s). Estamos longe de uma conceção da língua como descrição objetiva da realidade, e especificamente, estamos longe da “objetividade absoluta” reclamada tradicionalmente para o discurso científico,¹² abordado agora como práti-

one obvious typical trait: bibliographical references. There are always bibliographical references in one form or another in every research article.” Segundo Grossmann (2010:8), «Scientific texts can be described as *multiple-referenced discourse*».

⁹ «La présence du locuteur à son énonciation fait que chaque instance de discours constitue un centre de référence interne. Cette situation va se manifester par un jeu de formes spécifiques dont la fonction est de mettre le locuteur en relation constante et nécessaire avec son énonciation.» (Benveniste, 1970: 14).

¹⁰ Fløttum (2002: 342) fala de coerência polifónica.

¹¹ Rabatel (2004) analisa estas relações a propósito do discurso relatado. Cabe ainda referir que a postura de sobre-enunciação é considerada, por Grossmann & Rinck (2004), como característica do género artigo científico: “La notion de surénonciation ouvre des pistes intéressantes pour analyser la manière dont la dimension énonciative des textes joue un rôle argumentatif, dans le sens où la hiérarchisation énonciative favorise l’adhésion au point de vue de l’auteur. Le discours rapporté et le dialogisme, aux fondements de la posture de surplomb de Ll/El, peuvent en effet être envisagés comme participant d’une visée argumentative légitimant le discours, c’est-à-dire montrant sa qualité et sa pertinence scientifiques. »

¹² Retomo Rabatel (2018 :17) para recusar a ideia de um relativismo absoluto, a partir

ca científica, mas também como prática social, um posicionamento teórico que tem, certamente, implicações na análise dos discursos científicos. Porque a construção do conhecimento científico é uma prática social, afirma-se a subjetividade constitutiva dos discursos científicos (Grossmann & Rinck, 2004, Rinck, 2010, Swales 2004, Fløttum, 2006, entre outros).¹³

Contudo, deve salientar-se, a subjetividade está presente, mas não é qualquer forma de subjetividade.¹⁴ É a subjetividade prevista e possível, sancionada pelas comunidades científicas enquanto modos de dizer ratificados pela comunidade, integrando-se, por isso, nos parâmetros de gênero, especificamente no estilo de gênero.¹⁵

O discurso científico não é um discurso simplesmente “objetivo” é, antes, um discurso objetivado (por alguém, credibilizado para o fazer). O efeito de objetividade discursiva resulta de um conjunto de escolhas do locutor. O processo de objetivação é, por um lado, um processo linguístico - e o apagamento enunciativo funciona desse modo -, mas é também uma objetividade conseguida pelo modo como o quadro teórico, a metodologia, os objetivos, a análise são discursivamente representados. O discurso científico é marcado pelo rigor, pelo quadro teórico e metodológico necessários à validade da análise realizada. Charaudeau (2016: 551) sublinha, a propósito, a finalidade demonstrativa do discurso científico. Ora, o estilo do gênero artigo científico é determinado por estas características.¹⁶

Como este posicionamento teórico tem implicações na própria análise dos discursos científicos, torna-se pertinente refletir sobre que vozes são ouvidas e de

destes pressupostos. Como refere o autor, “Ma conception du PDV récuse la coupure radicale et quasi métaphysique entre un PDV nécessairement limité *vs* la vérité, universelle et indépendante de tout point de vue (Plantin 2016 : 70-71). L’approche perspectiviste, historicisée, du PDV rend compte de la relativité des savoirs, sans verser dans le relativisme absolu »

¹³ Para Fløttum (2006: 19), não existe “academic discourse [scientific discourse] as objective neutral and deprived of personal traces. Na terminologia de Rabatel (2005), um discurso é tendencialmente objetivante ou subjetivante.

¹⁴ Prestigiacomo (2016: 262) chama atenção para possibilidade de manipulação, quando o locutor “se inclina para un modelo expressivo diferente”.

¹⁵ Sobre parâmetros de gênero ver Adam (2015) e Maingueneau (2014).

¹⁶ No caso vertente, e como refere Gusfield (1976:17) “The style of non-style is itself the style of science”.

que modo estão presentes na materialidade dos discursos.¹⁷ É, aliás, este enquadramento que explica o interesse de que as categorias deícticas têm sido alvo. Mas locutor não está apenas presente nas marcas deícticas de primeira pessoa, está nas vozes que escolhe trazer para o discurso, bem como nos modos de enunciação selecionados; está ainda nas escolhas lexicais ao serviço da construção do universo discursivo, pois, como lembra Rabatel (2015:34), a enunciação é coextensiva à referenciação.

No caso vertente, será analisado, como já referido, o referenciamento no artigo científico, um modo específico de convocar outras vozes, e uma categoria de marcas discursivas que atualizam um parâmetro do género.

Para isso foi constituído um pequeno *corpus* de 8 artigos científicos (ver anexo), de acordo com os seguintes critérios:

- (1) Artigos científicos publicados *online* em revistas portuguesas¹⁸ com revisão por pares.
- (2) Autoria de investigadores seniores, (re)conhecidos na sua comunidade de investigação, as Ciências da Linguagem.

São critérios que nos permitem classificar os artigos selecionados como exemplares da respectiva comunidade científica. O critério (2), decorrente do estatuto social do locutor, é de natureza socio-discursiva, mas condiciona a construção linguístico-discursiva, isto é, as escolhas realizadas desde o nível macro ao nível micro, dadas, nomeadamente, as constricções do género discursivo. Está em causa uma competência comunicativa alta, no que concerne ao género em análise. Deliberadamente, não foi considerado como critério de constituição do *corpus* a pertença a bases de dados como a *Scopus* e similares. Quanto ao critério (1), não

¹⁷ Segundo a tradição, a presença do locutor é não-científica. Ver a síntese feita por Reutner (2010), a propósito da presença do locutor nas categorias deícticas usadas.

¹⁸ Não são muitas as revistas científicas escritas em português. Nomeadamente na área das ciências ditas “duras”, a maior parte dos artigos são escritos em inglês, a *língua franca* da ciência, a tender para língua única do discurso científico. Para além da atratividade que gera no investigador, pela possibilidade de se ser lido por uma comunidade científica mais vasta, há vários mecanismos institucionais que valorizam a publicação em inglês. Esta pesquisa foi atingida por essa atratividade. Uma parte substancial dos artigos publicados pelos investigadores selecionados estão publicados em inglês ou em revistas estrangeiras. São quatro autores, com 2 artigos cada um. Dos 8 artigos, 2 artigos são em coautoria. Tivemos em conta o facto de pelo menos um dos autores se enquadrar nos critérios estabelecidos.

se contesta a importância, inegável, da indexação, mas assumimos com António García García (2014) que é necessário “evaluar la investigación por su mérito intrínseco y no en función de la revista en que se publica”. Considero, por isso, que a avaliação por pares e a atenção à carreira de um autor “senior”, aqui representada pelo estatuto de catedrático, se afiguram ser critérios mais fiáveis para a análise a desenvolver.

DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO

Retomando Bakhtine (1984), os géneros de discurso têm lugar em *esferas de atividade da linguagem*, isto é, tipos de discurso. São *lugares de discursos* que “resultam do modo como uma sociedade estrutura, institucionalmente, a prática social em grandes setores de atividade” (Charaudeau 2004: §2), ou seja, configuram áreas particulares de atividade social e linguística, próprias de cada sociedade. Para Maingueneau (2014: 65), um tipo de discurso define-se por uma particular rede de géneros. Em qualquer das abordagens, os tipos de discurso¹⁹ são áreas de atividade social-verbal, cujos limites são dinâmicos. São conceitos marcados pela instabilidade intrínseca das categorizações, caracterizáveis mais por “semelhanças de família” que por roturas e fronteiras estanques.

O discurso científico individualiza-se (ou dilui-se) relativamente ao discurso académico e ao discurso de divulgação científica. A primeira questão a considerar incide, pois, sobre os limites do discurso científico na relação de possível proximidade, quando não de sobreposição, relativamente a esses dois tipos de discurso. Importa sublinhar que a porosidade das fronteiras, que decorre de múltiplas inter-relações entre géneros das diferentes áreas de atividade sociodiscursiva, decorre ainda dos movimentos, alterações, derivas, que caracterizam a sociedade.²⁰

Pese embora este *continuum* entre categorias, o discurso científico tem características que o distinguem do discurso académico.²¹ Mais ainda, a distinção entre discurso científico e discurso académico é possível e necessária. O discurso científico não pode ser sinónimo de discurso académico, pois os contextos de

¹⁹ Este é um conceito polissémico. No interacionismo sociodiscursivo, por exemplo, *tipo de discurso* designa um conceito diferente. O género artigo científico, é caracterizado como « discurso teórico » um dos tipos de discurso considerados (Bronckart, 1985).

²⁰ A diversidade dos géneros dá conta da diversidade de práticas sociais no âmbito do discurso científico.

²¹ A discussão das fronteiras do discurso científico basear-se-á sobretudo nos chamados parâmetros externos caracterizadores dos géneros, mas que caracterizam também os tipos de discursos.

produção são também diversos. Com efeito, quer os objetivos discursivos quer a relação entre os interlocutores são diferentes e, por isso, também os estilos são distintos (ver Marques, 2018). Há uma finalidade didática no discurso académico que está ausente do discurso científico.

São práticas sociais distintas, envolvendo interlocutores com papéis sociais e comunicativos diversos. O discurso científico é construído dentro de uma comunidade bem delimitada, a comunidade científica, constituída por pares. É enquanto cientistas que assumem um papel comunicativo, dentro de uma comunidade fechada (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 261).

Ainda que o espaço físico e institucional da universidade seja prototipicamente o lugar do discurso académico e do discurso científico, estes são lugares discursivos diversos.²² Como Boch & Rinck (2010), consideramos que o discurso científico é produzido no âmbito das atividades de investigação científica, como forma de construção e difusão da ciência entre pares.

Esta distinção não põe em causa que certos géneros estejam ancorados em ambos os tipos de discurso, como é o caso das teses de doutoramento ou da lição, nas provas de agregação.²³

A expressão *discurso académico* ocorre muitas vezes como designação única e polissémica. Assim, Boch & Rinck (2010: 8) englobam no discurso académico o discurso dos investigadores, mas também a transposição didática na universidade e, ainda, a escrita académica dos estudantes.²⁴ Por sua vez, Hyland (2008: 2), uma referência nesta área, dá uma definição mais restritiva de discurso académico como discurso de ciência, “a guarantee of reliable knowledge” e “an objective description of what the natural and human world is actually like”. Esta variabilidade na definição pode ocorrer até numa mesma publicação, como é o caso da obra editada por Salmi & Dervin (2006). Estes identificam (p.11) o artigo

²² Na verdade, apesar da centralidade da universidade como lugar de práticas discursivas científicas, os lugares de ciência há muito deixaram de estar limitados à comunidade académica universitária. A investigação científica, e portanto, o discurso científico, estendeu-se a outros lugares, nomeadamente a laboratórios públicos e privados.

²³ As provas de agregação são provas públicas da carreira universitária, necessárias para aceder, em concurso posterior, à posição de catedrático em Portugal.

²⁴ Maingueneau (2014: 155) também engloba no discurso científico “redes de géneros hierarquizados”, desde o artigo científico, como género privilegiado, aos manuais e revistas de divulgação científica, que o autor designa como “géneros considerados menos nobres”.

científico como forma canónica do discurso académico²⁵, mas no conjunto dos autores, que participam nessa publicação, o discurso académico recebe diferentes definições.²⁶

No discurso académico, como no discurso científico e, como veremos, no discurso de divulgação científica, também as finalidades e o estatuto sócio-comunicativo dos interlocutores constituem parâmetros de diferenciação. É uma comunidade discursiva constituída por dois grupos de interlocutores em relação interacional assimétrica, professores e estudantes, ambos empenhados num processo de ensino-aprendizagem, que impõe aos discursos uma marca forte de didatização.

Também o discurso de divulgação científica é indissociável do discurso científico. E também aqui as sobreposições ou mesmo indistinções coexistem com a diferenciação destes dois tipos de discurso. A divulgação do conhecimento ora é considerada uma das finalidades do discurso científico ora é considerada como pertencendo a outro tipo de discurso que não o científico, ainda que estreitamente ligados por um *continuum* de características comuns (Grossmann & Rinck, 2004: 37).

Pese embora esta estreita relação, que se reconhece, discurso científico e discurso de divulgação científica têm prototipicamente finalidades e públicos diversos (Ramos & Marques, 2016: 97).²⁷ A divulgação da ciência a públicos heterogéneos cria uma comunidade, ou melhor, comunidades alargadas, diversificadas, com intervenientes que desempenham funções sociais e comunicativas diversas, especialistas, mediadores e não especialistas, numa comunidade aberta em que os

²⁵ Segundo Boch e Rinck (2010: 8), corrente anglófona reserva o termo *scientific discourse* ao discurso da área das “ciências duras”, usando, no caso das ciências humanas e sociais a designação de discurso académico.

²⁶ Por exemplo, Rentel (p.59) explicitamente identifica discurso académico e discurso científico como termos sinónimos; Dervin & Fauveau (p.105) restringem a análise a “one of the several meanings of academic discourse”, no caso vertente o discurso de estudantes universitários em contexto institucional. Finalmente, Defays (p. 193) toma como objeto de investigação, também numa base de sinonímia, “o discurso académico, científico ou universitário”.

²⁷ Charaudeau (2016: 550) aponta a especificidade da finalidade primeira do discurso de divulgação: “Este ato de divulgação não se destina a tornar os indivíduos sábios ou especialistas neste ou naquele tema científico, mas a lhes permitir melhor conhecer os fenômenos do mundo”.

media sobressaem como um dos principais suportes da difusão O discurso de divulgação circula numa comunidade aberta.²⁸

Não esquecendo todas as inter-relações estabelecidas entre discurso científico, discurso acadêmico e discurso de divulgação científica, no que concerne à finalidade primeira de cada tipo de discurso a divergência pode sintetizar-se como fazer ciência, aprender ciência e divulgar ciência, respetivamente.

O GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO

Se, como afirma Maingueneau (2014: 63), o universo do discurso, ou o universo simplesmente, nunca se apresenta fora de uma categorização, o género de discurso é um princípio teórico fundamental, categorizador dos usos da linguagem, ou dos discursos. Falar da organização enunciativa dos discursos, dos seus modos de enunciação, é sempre colocar a questão relativamente a um género num determinado tipo discursivo. Os *gêneros*, de acordo com a tradição de Bakhtine²⁹, são categorias gerais de textos/discursos, são configurações de escolhas estabilizadas (temporariamente, ou “relativamente estáveis”, nas palavras de Bakhtine³⁰) no quadro de um grupo social-linguístico, ou área de atividade linguística. São, portanto, a memória social dos discursos produzidos numa determinada comunidade discursiva, a memória das suas regularidades, e, por isso, determinam necessariamente, ainda que de modo variável, a construção dos discursos empíricos.³¹ Os géneros de discurso fazem parte da competência comunicativa dos falantes e têm, neste sentido, carácter normativo mais ou menos forte.³²

²⁸ «Tipicamente, o objetivo global de um texto de divulgação científica será o de tornar o alocutário mais competente, ou seja, fazer-saber e fazer-compreender. Esta precisão é importante, na medida em que permite distinguir o texto informativo (uma notícia, uma reportagem, uma breve...), que assume por objetivo ilocutório o de fazer-saber, do texto explicativo (onde se encontrarão os artigos de divulgação científica) que, ainda que incorpore igualmente o objetivo de fazer-saber, se distingue daqueles por igualmente pretender fazer-compreender...» (Ramos & Marques, 2016: 97).

²⁹ A referência a Bakhtine deve entender-se como equivalente a Círculo de Bakhtine. Voloshinov e Medvedev também abordaram esta questão.

³⁰ «Tout énoncé pris isolément est bien entendu, individuel, mais chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses types relativement stables d'énoncés, et c'est ce que nous appelons les genres de discours.» (Bakhtine, 1984: 437)

³¹ Maingueneau (2014: 128) define género de discurso como um dispositivo de comunicação definido sócio-historicamente.

³² Note-se que, de acordo com Maingueneau (2000: 3), um género implica papéis e con-

O artigo científico é considerado um gênero muito ritualizado, de caráter normativo. Ao nível da organização textual, do plano de texto mais especificamente, a estrutura IMRaD³³, massivamente adotada em áreas das ciências ditas “duras”, parece argumentar nesse sentido (e é apenas um exemplo, pois outros parâmetros de gênero, vão no mesmo sentido). Contudo há variações, e tornam-se mais notórias quando se tem como domínio de análise as ciências sociais e humanas.³⁴ A impossível homogeneidade dos gêneros realizados em textos/discursos empíricos caracteriza, de igual modo, os gêneros do discurso científico, e aqui o artigo científico.³⁵ A ritualização mais ou menos forte a que os gêneros são submetidos nunca é total.³⁶ A questão central da objetividade-subjetividade, acima considerada no âmbito do discurso científico, tem a propósito do artigo científico uma incidência ainda mais acurada.

As vozes dos outros na construção da ciência

As vozes dos outros são, paradigmaticamente, vozes de ciência, relativamente às quais o locutor se posiciona. É o caso do referenciamento aqui em análise, que abordaremos em função de cada secção do plano de texto. A variação que apontávamos neste domínio para as ciências sociais e humanas levou-nos a individualizar, independentemente das secções marcadas, três partes fundamentais no plano de organização composicional: *Introdução/Enquadramento teórico-metodológico, Análise e Conclusão*.³⁷ Dada a especificidade de cada parte desta

tratos tácitos entre interlocutores, meios específicos, localizações pertinentes no tempo e no espaço, organizações textuais prototípicas, etc., isto é, um conjunto de parâmetros atualizados em cada discurso de modo variável.

³³ Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão.

³⁴ Nos artigos que selecionámos para análise esta variabilidade é notória.

³⁵ Para efeitos de análise, considera-se *texto* e *discurso* como perspetivas diversas e indissociáveis sobre o mesmo objeto.

³⁶ Adam (2012) propõe os termos de *genericidade* e *efeito de genericidade* para enquadrar teoricamente tal dinamismo.

³⁷ As notas de rodapé não são aqui objeto de análise, pese embora o interesse que se lhes reconhece em termos de organização das vozes do discurso. Colocámos, no entanto como hipótese que a relegação, frequente, da citação em DD para notas de rodapé, é uma estratégia de hierarquização das vozes, vozes de autoridade colocadas na margem, não porque se conteste a autoridade mas porque são o fundo relativamente à voz do locutor que ganha autonomia discursiva e semântica. Em termos enunciativo-argumentativos, as *notas de rodapé* são um espaço que fortalece a imagem do locutor-

organização textual, prevê-se que as funções das vozes e dos modos de enunciação sejam também diferentes.³⁸

A designação adotada de referenciamento pode parecer edutora. Usamos a designação para referir formas específicas de convocação de outras vozes pelo locutor, características do artigo científico.³⁹ Definimos aí duas categorias, a *referência bibliográfica*, quando há um reenvio apenas a autor e obra, subcategorizada em *referência simples* e *referência múltipla*, e a *citação* constituída por categorias próprias ou próximas do discurso relatado (DR), discurso direto (DD), discurso indireto (DI), discurso segundo, ilhotas textuais e discurso narrativizado.⁴⁰ A perspectiva enunciativa adotada neste trabalho justifica esta escolha metodológica.

Estratégias discursivas de referência bibliográfica

Em função do número de autores referidos, classificámos as *referências* como simples e múltiplas, as primeiras prototipicamente constituídas por um autor,⁴¹ e eventualmente coautor(es), e uma obra, como em (2), e as segundas por vários autores e/ou várias obras (1).

- (1) Partindo dos poucos elementos descritivos disponíveis (Cunha & Cintra, 1984, Costa 2008, Raposo 2013, Vieira 2015) e convocando reflexões recentes sobre o funcionamento de itens similares noutras lín-

investigador e a orientação argumentativa do discurso.

³⁸ Aceitar a subjetividade no artigo científico não é aceitar qualquer subjetividade, nem aceitá-la em qualquer parte da organização textual.

³⁹ Deixamos explicitamente de lado a questão das “citações-exemplos (Rosier, 2008: 113).

⁴⁰ Fløttum (2006: 30) elabora uma categorização diversa da nossa, tendo em conta uma anterior de Swales: «In our classification, somewhat different from Swales’, we name our categories as follows (see Fløttum 2003e ; 2004i):

^{R1} – Non integral reference: *The yellow sea is polluted*.

^{R2} – Partly integral reference: *The yellow sea is polluted (Clark 1999)*.

^{R3} – Semi-integral reference: *Clark (1999) has observed that the yellow sea is polluted*.

^{R4} – Fully integral reference: Clark (1999) claims: “The yellow sea is polluted.” / Clark (1999) claims that “the yellow sea is polluted.” Veja-se ainda Rinck & Boch (2012), entre outras tipologias propostas.

⁴¹ Esta é uma categorização que deve integrar a heterogeneidade dos casos empíricos, nem sempre facilmente integráveis numa única categoria, de que é exemplo a seguinte referência: “(na terminologia, entre outros, de Bosque, 2012) (A2).

guas (Bosque 2012, Oxford 2010, Charnel 2010, nomeadamente), este estudo propõe-se contribuir para aprofundar... (A2).

O modo como a referência é representada graficamente produz particulares efeitos de sentido. Os parênteses, usados para delimitar autor e obra, instauram um plano desnivelado relativamente ao plano do fluxo informativo, tornam a referência supletiva, ainda que relevante em termos enunciativos:

A ausência de parênteses, por seu lado, integra o autor no fluxo informativo, como objeto de discurso mantendo, é claro, a pertinência enunciativa.

- (2) ...desenvolvida no quadro da Linguística Cognitiva [...], desde o estudo seminal de Lakoff e Johnson (1980), ... (A7)

Cabe ainda referir que a integração da referência numa estrutura sintática de complementação cria um efeito de sentido de localização. Ao ser construída como lugar, permite a ocorrência de estruturas de apagamento enunciativo, como a impessoalização e a passiva. Em (3) e (4) Lobo (2003) e Lobo (2013) não são a voz, são o lugar:

- (3) Em Lobo (2003), afluem-se as orações ... (A3)
 (4) Em Lobo (2013), as orações introduzidas são individualizadas ... (A3)
 (5) Como indicado em Matos & Brito (2013), mesmo um verbo como dizer [...] pode ser seguido de se + oração (A4)

Quanto à organização composicional do discurso, as referências simples e múltiplas ocorrem, como previsível, na introdução e enquadramento teórico, quer estas secções estejam ou não graficamente individualizadas com um subtítulo. Na *Conclusão*, essa ocorrência é baixa (10 ocorrências, em 50% dos artigos). Na *Introdução/Enquadramento*, a referência, simples e múltipla, cumpre o duplo objetivo de delimitar o espaço teórico-metodológico da investigação realizada e estabelecer a pertinência da investigação. Há um equilíbrio entre multirreferência e referência simples, com 20 e 22 ocorrências, respetivamente. Swales (1990: 141) refere-se a este processo de referenciamento como definição de um território, ou seja, são estratégias discursivas que visam dar conta do já dito, recortando aí o lugar teórico - espaço de investigação credibilizado - em que o locutor-investigador se coloca:

- (6) Efetivamente, a Linguística Cognitiva define-se como assumindo a posição epistemológica do *experientialismo* da linguagem e da cognição (Lakoff 1987, Lakoff & Johnson 1999), como modelo centrado no significado ou *conceptualização* no sentido geral de qualquer ex-

perência mental (Langacker 1987, 1991, 1999, 2008), como *modelo centrado no uso da língua* (Langacker 2000) e, o que diz bem da sua natureza e do seu contributo, como modelo *recontextualizador* (Geeraerts 2010) (A.8)

As referências múltiplas a autores (ou a obras do mesmo autor) aduzem um efeito de credibilidade relativamente a conceitos, trabalhos ou autores que importa atualizar na superfície discursiva.⁴² Não se trata de uma estratégia de exaustividade. É mais um processo de escolha que pressupõe um juízo avaliativo. Daí a possível ocorrência da multirreferência acompanhada com modalizadores:

(7) (Bosque 2012, Oxford 2010, Charnavel 2010, *nomeadamente*) (A2)

Ao mesmo tempo, o locutor constrói para si uma imagem de especialista. Propõe à comunidade o seu (re)conhecimento como investigador. A multirreferência tem ainda implicações na construção discursiva da imagem do outro, o alocutário, mostrado como conhecedor dos autores e obras mencionados:

(8) ...para a sua descrição, consideramos as análises realizadas na literatura linguística relevante (cf. e.o. Marques, 2004, 2013, Mória, 2015 e Peres, 2013, para o português, ou Kennedy, 1997, Schwarzschild, 2008, Sassoon, 2010 e Morzycki, 2014, para o inglês). (A2)

É na secção de *Análise* que se registam mais movimentos de referenciamento, quer de referências simples quer de múltiplas (considerando uma multirreferência, não os autores/obras que a constituem). Estas atingem as 41 ocorrências, enquanto as referências simples são 76.⁴³ Sobressai, nestes dados, o facto de as referências, ao serviço de um enquadramento de natureza teórica, predominarem na secção da *Análise*. De facto, a primeira secção, de contextualização num campo e numa questão específica, é bastante breve e a maioria dos investigadores desloca a parte substancial da ancoragem referencial para a *Análise*, com predomínio aí da referência simples, focando questões muito específicas. A delimitação

⁴² Boch, Grossmann & Rinck (2009) ligam o processo de referência bibliográfica, especificamente, ao processo de definição de um conceito ou de um problema teórico: « Le discours scientifique veut cependant que la définition d'une notion ou d'un problème théorique, dans leur genèse ou dans les différents contours qui leur sont assignés, donne matière à référencement... ».

⁴³ Um dos artigos selecionados é a discussão de uma questão teórica. Esta característica faz aumentar o número de referências, mas não altera o quadro global.

e a precisão da referência (mais acompanhada da explicitação das páginas que na parte da *Introdução*) são estratégicas para a argumentação e credibilização do trabalho apresentado.

Na *Conclusão*, as referências são residuais, apenas 10 ocorrências, das quais 6 são simples e 4 são múltiplas.

A construção da imagem credibilizada do locutor é completada pela autorreferência, em referência simples ou múltipla. O locutor mostra-se de forma explícita como membro da comunidade científica, um *inter pares* (em itálico, nos exemplos abaixo):

(9) No quadro da gramática generativa, vejam-se, por exemplo *Brito* (1991), *Brito & Duarte* (2003), *Móia* (1996), *Veloso* (2013), *Matos & Brito* (2013), *Mioto & Lobo* (2016). (A4)

(10) utiliza o instrumentário da teoria cognitiva da metáfora e de outros programas de investigação em Semântica Cognitiva (*Silva*, 2006; *Generaerts & Cuyckens*, 2007). (A7)

Dados os critérios de seleção dos artigos científicos que usamos, esta forma de referência é frequente, no *corpus* analisado, ocorrendo como referência simples ou integrada em referência múltipla em 6 dos 8 artigos científicos, num total de 31 autorreferências. Por um lado, o locutor põe em evidência a sua experiência como investigador num determinado tópico e, por outro lado, posiciona-se com outras vozes, reconhecidas na comunidade científica como vozes de autoridade. É ainda de salientar que 23 dos casos de autorreferência ocorrem na secção de *Análise*, contra 8 na *Introdução/Enquadramento teórico-metodológico*. O locutor constrói um *ethos* de experiência, de especialista da área. Mas cria também expectativas relativamente ao trabalho realizado, quer seja numa perspectiva de continuidade e aprofundamento quer de possíveis divergências face a trabalhos e quadros teóricos diversos.

Considerando o quadro global que o referenciamento simples e múltiplo e autorreferência permitem traçar, os investigadores privilegiam trabalhos singulares em 51,5% dos casos contra 33,1% de multirreferência e 15,3% de autorreferência.⁴⁴ Há uma imagem global, muito sistemática, de conhecimento alargado,

⁴⁴ Há ainda uma outra informação quantitativa interessante, dada pela secção de referências de cada artigo. Exceto um caso singular, de um artigo de discussão teórica, unicamente, são citados, por artigo, entre 11 e 28 autores, para um conjunto de obras entre 16 e 35. Este é um dado interessante para um estudo comparativo entre tradições científicas e entre comunidades diversas.

mas sobretudo de acuidade teórica que se impõe à primeira, na construção do conhecimento científico, associada à credibilidade do próprio locutor, apresentada, em valores quantitativos, com alguma parcimónia, o que protege a sua face. Valorizando o próprio trabalho, em autodiálogo, o locutor dá destaque à voz dos outros, seus pares, e o heterodiálogo impõe-se.

Estratégias discursivas de citação

A *citação* é uma categoria que engloba os modos de representação do discurso relatado (formalmente, é acompanhada de referência simples). Tais modos de representação são estratégicos, participam da orientação argumentativa do discurso (Amossy, 2000), porque convocam necessariamente o posicionamento do locutor relativamente ao discurso relatado e, especificamente, ao seu locutor. Brès & Nowakowska (2004: 75), entre outros, lembram que o discurso relatado é um fenómeno de desdobramento enunciativo, constituído por dois enunciados hierarquizados. Sendo uma mediação de um discurso outro, uma enunciação numa enunciação, o DR é feito a partir do olhar do locutor. No excerto abaixo, a integração de discurso relatado no discurso é acompanhada de um juízo avaliativo, através de mecanismos linguístico-discursivos diversos, desde as escolhas lexicais ao discurso indireto e ao discurso segundo agregado a estruturas de impessoalização. O juízo avaliativo desencadeado pela escolha lexical de “escassas referências” orienta o discurso para a manifestação de uma necessidade, reforçada nas expressões que enquadram os discursos a relatar “aborda brevemente” e “afloram-se”. São juízos avaliativos com valor argumentativo, justificam a criação de um nicho (Swales, 1990: 141)⁴⁵ e asseguram em simultâneo a pertinência do trabalho realizado, por insuficiência de exploração do tema em trabalhos anteriores:

- (11) São escassas as referências às orações introduzidas por ‘sem’ (ou expressão equivalente noutras línguas) na literatura sobre subordinadas adverbiais. Kortmann (1996) considera que as subordinadas adverbiais introduzidas por ‘without’ expressam concomitância negativa, e Hengeveld (1998) aborda brevemente as mesmas construções, rotulando-as de adverbiais de circunstância negativa. Em Lobo (2003), afloram-se as orações adverbiais de modo, instrumento ou meio, que a autora reconhece constituírem uma classe heterogénea, raramente referida nas gramáticas tradicionais portuguesas. (A3)

Importa, pois, analisar a variabilidade dessa presença.

⁴⁵ A par de estratégias discursivas de presença ou apagamento do locutor.

Como referido acima, não há uma distinção clara entre as duas categorias assinaladas, referência e citação, uma questão que não é sequer privativa desta temática, antes decorre da assunção da heterogeneidade como constitutiva do processo de categorização. O discurso narrativizado⁴⁶ dá efetivamente conta de um *continuum* de procedimentos discursivos entre a referência simples, como evocação de um autor/obra e a citação ainda que condensada:

- (12) O PPC corresponde a uma estrutura de iteração com um alcance mais vasto que *o que é proposto em Cunha (2006)* e que a definição dada por este autor requererá provavelmente alguma reformulação. (A1)

Por sua vez, o Discurso Direto é residual, nos artigos analisados. Surge tipograficamente delimitado, ainda que segundo normas diversas das tradicionalmente apontadas, como em (13), em que a transição marcada por dois pontos é ambígua, só se recuperando o caráter de citação na referência simples posposta.

- (13) Ou, numa formulação eventualmente mais transparente: as construções condicionais-concessivas têm em comum as seguintes propriedades [...] (Lobo, 2013, p.20) (A)
- (14) E nas palavras de Lopes (2005: 149), “ a significação é o ponto de partida e o ponto de chegada de toda a atividade linguística” (A5)

Em termos quantitativos, a “literalidade”⁴⁷ da citação, através do relato em Discurso Direto, não é preferencial, num discurso que valoriza o conhecimento partilhado entre especialistas numa interação. Por outro lado, e ainda que não podendo ser causa decisiva, não é de desvalorizar uma necessidade de economia do espaço, dado ser cada vez mais usual as revistas científicas imporem um limite

⁴⁶ Rosier (2008: 105-107): “C’est un discours citant sans discours cité, c’est un discours qui est traité comme un événement [...] le DN permet de mentionner qu’un discours a eu lieu, sans donner d’existence effective au discours cité. [...]. Avec le DN, on est renseigné sur la thématique du discours, sur l’acte de parole, sur les conditions de production de l’acte de parole.” E um discurso de condensação de uma enunciação.

⁴⁷ Só de forma aproximada se pode usar o termo literalidade, dada a contextualidade do sentido. Mantemos o termo para referir o que outros autores, de modo também redutor, chamam de citação integral. O DR é uma manipulação do discurso alheio, porque o locutor cede o lugar ao locutor citado (de modos diferentes, se é DD, DI ou outros), mas é uma cedência argumentativamente orientada, o locutor cede a palavra nos termos que previamente determinou.

de páginas, palavras ou mesmo espaços. Ora, a citação direta é o mecanismo mais extenso à disposição do locutor para o relato de discurso e o referenciamento em geral.

Os verbos introdutórios do DI são verbos de opinião, modalizados. Nos artigos analisados, são verbos como *argumentar*, *considerar*, *sugerir*, *notar*. Mostram o processo de interpretação do locutor, agregando nomeadamente o discurso relatado ao seu desenvolvimento enunciativo-discursivo ou à responsabilização pelo PDV expresso:

- (15) Lecarme (2008: 210) *considera* que em Somali as orações condicionais são relativas livres modalizadas (A6) e Haegeman (2010: 220-221) faz *notar* que mesmo línguas como o inglês ou o francês apresentam estratégias de relativização para expressar condicionais...” (A6)
- (16) Constatações deste tipo levaram Bosque (2012) a *argumentar* que, no uso de dependência interna (A2)
- (17) Wilson (2005) fala de mente coletiva, *sugerindo* que o nosso cérebro está especialmente preparado... (A8)

Finalmente, as ilhotas textuais integram um fragmento das palavras do locutor citado no discurso do locutor citante, permitindo um afastamento por desresponsabilização enunciativa. São sempre assinaladas graficamente. Nos exemplos abaixo, o itálico e as aspas marcam este estatuto:

- (18) Wilson (2005) fala de *mente coletiva*, sugerindo que o nosso cérebro está especialmente preparado para ... (A8)
- (19) Riemsdijk (2007) designa este tipo de relativas livres como “transparentes”, e apresenta os seus contextos de ocorrência característicos... (A6)

Das formas de citação em discurso relatado, as mais frequentes são o *discurso narrativizado* e o *discurso segundo* ou *modalizado*, formas não canónicas, nos confins do discurso relatado.⁴⁸ De facto, a citação é, em termos das estruturas sintáticas que caracterizam os modos de DD e DI, muito pouco canónica e caracteriza-se por uma variedade de estruturas.

Trata-se de uma forma de relato do discurso, próxima do discurso indireto, mas introduzida por um complemento com função de modalizador:

- (20) Note-se que, *de acordo com Landman & Rothstein (2012b)*, a decisão de gerar mais fases transtemporalmente idênticas em processos iterativos é uma decisão contextual. (A1)

⁴⁸ Rosier (2008: 99) intitula assim o capítulo que trata de formas não canónicas de DR.

Este marcador de modalização, “de acordo com”, não condiciona o locutor a um posicionamento de convergência. É similar a “segundo X”. Assim, trata-se de atribuir a responsabilidade do PDV a um outro locutor, para sobre ele encadear o discurso,

Para além da argumentação no discurso, em que o processo de referenciamento é uma estratégia fundamental, o discurso relatado permite ao locutor argumentar a favor de uma determinada conclusão, tomando o discurso do outro como argumento ou contra-argumento, atenuando ou matizando, neste caso, a relação com o outro:

- (21) Para além disso, de acordo com Cunha (2006), a iteração requer um intervalo [...]; *pelo contrário*, o intervalo a que corresponde o PPC pode ter uma extensão variável. (A1)
- (22) Segundo Ambar, esse núcleo vazio teria de ser adequadamente regido na posição inicial da frase [...] o que motivaria [...]. *Porém*, o movimento V não é necessário. (A4)

Mais frequente com o discurso indireto, não é incompatível com o DD:

- (23) De acordo com Landman e Rothstein (2012b), “um estado s é homogêneo sse, para cada ...” (A1)

Por fim, o discurso narrativizado dá conta da frequência da condensação dos discursos dos outros, e próprios também, representados frequentemente no discurso como *propostas* para o conhecimento científico. A escolha destes itens lexicais (“proposto”, “posição”, nos exemplos abaixo) cria um efeito de sentido que valoriza a argumentação e a discussão (com vista à legitimação) dos resultados obtidos:

- (24) Contrariamente ao que é *proposto* em Cunha (2006) (A1)
- (25) Idêntica *posição* é defendida em Silva (2007) (A)

CONCLUSÕES

Seguindo a proposta de Maingueneau (2000:11) sobre «... quem está autorizado a falar ou a ser destinatário...» no discurso científico, demos espaço à análise da construção da voz autorizada do locutor na relação com as vozes que traz para o discurso e que designamos como referenciamento, em artigos científicos da área das Ciências da Linguagem, da autoria de investigadores seniores, em revistas científicas portuguesas.

Retomar, reorientar, contestar os pares. Todos os locutores recorrem às mesmas estratégias. Sob a responsabilidade do locutor, ainda que este não se respon-

sabilize por todos os PDV de igual modo, há uma conjunção de vozes que funciona em rede, geradora de uma coerência dialógica global, a fim de construir uma voz única, uma abstração, que se pode designar como a voz da ciência. Neste processo a credibilidade do locutor é assegurada. O artigo científico é, assim, construído em função de uma intersubjetividade compartilhada, que não põe em causa o rigor do conhecimento, mas o enforma.

Ao considerar o discurso e não o enunciado, passamos da constatação da proliferação de vozes para a análise das relações que o locutor com elas estabelece a nível local e global. Gerir o dialogismo, em negociação com o alocutário, é uma das tarefas do locutor na construção da textura enunciativa coesa e coerente. O referenciamento, nas duas categorias identificadas, mobiliza mecanismos linguísticos e discursivos diversos, mas a escolha operada pelo locutor materializa uma estratégia de argumentação discursiva e de legitimação de si próprio, por um lado, e participa, em particular nos casos de citação, na construção de um movimento argumentativo importante, quer como argumento mais forte que legitima a proposta do locutor quer como contra-argumento, relativamente ao qual a adequação do raciocínio desenvolvido se acentua, com vista à construção do conhecimento científico num domínio específico.

Dos mecanismos linguístico-discursivos selecionados - referência simples, multirreferência, autorreferência e citação - a condensação dos conteúdos relatados prevalece, ativando, quer pela simples remissão ao autor e obra quer por meios diversos de citação, os conteúdos compartilhados pela comunidade científica.

Na análise realizada, sobressai ainda o modo como os locutores dos diferentes artigos se posicionam relativamente ao conhecimento científico em construção, sistematicamente designado como “proposta” ou itens semanticamente similares.

Apesar das estratégias discursivas analisadas, ficaram por referir outras estratégias e mecanismos de construção da voz do locutor e de outras vozes mais ou menos identificadas, e suas funções no discurso científico, já estudadas, no entanto, noutros trabalhos.

Acentuámos a dimensão social da construção dos discursos científicos, o que implica a necessidade de analisar o mesmo género noutras disciplinas e noutras comunidades científicas nacionais e internacionais para obter uma análise mais completa. Descrever e explicar as características do discurso científico passa ainda pela análise de outros géneros. Daí a necessidade de continuar numa perspectiva contrastiva, com outras áreas da ciência, com outras tradições de investigação, em português e noutras línguas, e noutras variedades da mesma língua.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2015). Le problème du texte dans l'analyse du discours développée par Dominique Maingueneau (1976-2014). In Angermuller, J. & Philippe, G. (orgs). *Analyse du discours et dispositifs d'énonciation*. Autour des travaux de Dominique Maingueneau (pp.41-50). Limoges: Lambert Lucas.
- Adam, J.-M. (2012). Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d'analyse. *Filol. linguíst. port.*, n. 14(2), 191-202.
- Adam, J.-M. (2010). A análise textual dos discursos: entre Gramáticas do Texto e Análise do Discurso. *Eutomia. Revista de Literatura e Linguística*, v.1, nº 06, 1-14. <http://dx.doi.org/10.19134/eutomia-v1i06>.
- Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*, Paris, Nathan.
- Authier-Revuz, J. (1984). Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages* nº 73, 98-111.
- Authier-Revuz, J. (1982). Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* 26, 91-151.
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la Création Verbale*. Paris: Gallimard
- Benveniste, E. (1970). L'appareil formel de l'énonciation. *Langages* 17, 12-18.
- Boch F. & Rinck, F. (2010). Pour une approche énonciative de l'écrit scientifique. *Lidil* [En ligne], 41, 5-14 (acesso: 31 ago. 2013). <http://lidil.revues.org/3004>
- Boch, F., Grossmann, F. & Rinck, F. (2009). Le cadrage théorique dans l'article scientifique: un lieu propice à la circulation des discours. In Lopez Munoz J.M., Marnette, S. & Rosier, L. (eds), *Actes du Colloque International Ci-dit* (pp. 23-42) Québec : Nota Bene.
- Brès, J. & Nowakowska, A. (2005). Dis-moi avec qui tu dialogues, je te dirai qui tu es... De la pertinence de la notion de dialogisme pour l'analyse du discours. *Marges Linguistiques*, 137-153. <http://www.marges-linguistiques.com>. (acesso: 22 de novembro de 2016).
- Bronckart, J.-P. (org.) (1985). *Le Fonctionnement des discours : un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Neuchâtel : Delachaux et Niestlé.
- Charaudeau, P. (2016). Sobre o discurso científico e a sua mediação. *Calidoscópio* Vol. 14, n. 3, 550-556.
- Charaudeau, P. (2012). Pour une interdisciplinarité focalisée. Réponses aux réactions. *Revue Questions de communication*, nº21. (acesso: 8 de setembro de 2015) <http://www.patrick-charaudeau.com/Pour-une-interdisciplinarite,283.html>
- Charaudeau, P. (2004). *Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual* In Machado, I. L. & Mello R. (ed), *Gêneros - reflexões em análise do discurso* (pp.13-41). Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG.
- Charaudeau, P. (2002). À quoi sert d'analyser le discours politique ? *Análisi del discurs polític*, IULA-UPF, Barcelone.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (ed). 2002. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris : Seuil
- Ducrot, O. (1984). Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation. *Le dire et le dit* (pp. 171-233). Paris: Minit.

- Defays, J.-M. (2006). Prolégomènes à une analyse critique des discours universitaires. In Suomela-Salmi, E. & Dervin, F. (eds.), *Perspectives interculturelles et interlinguistiques sur le discours académique. Crosscultural and crosslinguistic perspectives on academic discourse* (ebook) (pp.193-219). Department of French Studies: The University of Turku, Finland.
- Dervin, F. & Fauveau, S. (2006). Problems in the construction of argumentative speech in a foreign language : the instability of discourse objects. In Suomela-Salmi, E. & Dervin, F. (eds.), *Perspectives interculturelles et interlinguistiques sur le discours académique. Crosscultural and crosslinguistic perspectives on academic discourse* (ebook) (pp.16-44). Department of French Studies: The University of Turku, Finland.
- Fløttum, K. (2006). The typical research article does it exist?. In Salmi, E. & Dervin, F. (eds.), *Perspectives interculturelles et interlinguistiques sur le discours académique. Crosscultural and crosslinguistic perspectives on academic discourse* (ebook) (pp.16-44). Department of French Studies: The University of Turku, Finland. <http://www.hum.utu.fi/ranskakk/fran.htm>
- Fløttum, K. (2002). Polyphonie et typologie revisitée. In Olsen, M. (éd). *Polyphonie — linguistique et littéraire*, V. Roskilde: Samfundslitteratur Roskilde.
- Fonseca, J. (1994). *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- García, García, A. (2014). La tiranía del factor de impacto. *Actualidad en farmacología y terapéutica*, Vol. 12, Nº. 1, 2014, 8-13.
- Grossmann, F. (2010). The scientific author. *Revue d'anthropologie des connaissances*, vol4, n°3.
- Grossmann, F. & Rinck, F. (2004). La surénonciation comme norme du genre. L'exemple de l'article de recherche et du dictionnaire de linguistique. *Langages* 156, 34-50.
- Gustfield, J. (1976). The literary rhetoric of science: comedy and pathos in drinking driver research. *American sociological review* vol.41 n°1, 16-34.
- Hailon, F. (2012). L'énonciation dans les pratiques de l'hétérogène. *Revue TRANEL* 56. Travaux Neuchâtelois de Linguistique, 119-134.
- Hyland, K. (2008). Persuasion, interaction and the construction of knowledge. *IJES*, vol. 8 (2), 1-23.
- Hyland, K. (2002). Authority and invisibility: Authorial identity in academic writing. *Journal of Pragmatics*, 34, 1091-1112.
- Hyland, K. 2001. Humble servants of the discipline? Self-mention in research articles. *English for specific purposes* 20 (3), 207-226.
- Hyland K. (1996a). Talking to the academy: forms of hedging in science research articles. *Written Communication*, vol. 13, 251-281.
- Hyland, K. (1996b). Writing without conviction? Hedging in scientific research articles. *Applied linguistics* 17 (4), 433-454.
- Maigneueau, D. (2014). *Discours et analyse du discours*. Paris: A. Colin.

- Maingueneau, D. (2010). *Manuel de linguistique pour les textes littéraires*. Paris : Armand Colin.
- Maingueneau, D. (2006). Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVel*, vol.4, n.º6 (Trad. G. Á. Othero). www.revel.inf.br
- Maingueneau, D. (2000). Analisando discursos constituintes. *Revista GELNE*, vol2, nº2, 1-12.
- Maingueneau, D. & Cossutta, F. (1995). Les discours constituants. *Langages* 117, 112-125.
- Marques, M. A. (2018). Práticas discursivas em contexto universitário: da leitura a escrita. In Momesso, M. R., Campato Jr, J., Marques, M. A. & Corsi, F. (Orgs). *Leitura e Escrita. Experiências e perspectivas a luz de uma abordagem discursiva* (pp.103-122). Porto Alegre: CirKula.
- Marques, M. A. (2015). Para uma análise linguística dos discursos. A heterogeneidade enunciativa como princípio ordenador da investigação. *Revista de Filología Galega* 16, 107-121.
- Prestigiacomio, C. (2016). Ciencia y manipulation discursiva en Legiones y Falanges : «Características raciales del comunismo». In Prestigiacomio, C. (org.), *Identità, totalitarismi e stampa. Ricodifica linguistico-culturale dei media di regime* (pp.257-276). Palermo: New Digital Frontiers srl.
- Rabatel, A. (2018). Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. *Argumentation et analyse du discours*, 20, 1-19. DOI : 10.4000/aad.2493
- Rabatel, A. (2015). Points de vue en confrontation substitutifs ou cumulatifs dans les contrepèteries (in absentia). In Winter-Froemel, E. & Zirker, A. (eds), *Enjeux du jeu de mots. Perspectives linguistiques et littéraires* (pp.31-64) De Gruyter
- Rabatel, A. (2012). Positions, positionnements et postures de l'énonciateur. - *TRANEL 56. Travaux Neuchatelois de Linguistique*, 23-42.
- Rabatel, A. (2005). La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges Linguistiques* 9. M.L.M.S. Publisher, <http://www.marges-linguistiques.com> (acesso : 12 de outubro de 2012).
- Rabatel, A. (2004b). La déliaison des énonciateurs et des locuteurs dans la presse satirique. *Langage et société* 110, 7-23
- Ramos, R. & Marques, M. A. (2016). Traços de didaticidade em discursos de divulgação científica mediática. O caso de uma edição especial “verde” da revista *Visão*. *Revista de Estudos do Discurso – REDIS* 5, 93-118.
- Rentel, N. (2006) Evaluation in Italian and French research Articles in Linguistics. In Suomela-Salmi, E. & Dervin, F. (eds.), *Perspectives interculturelles et interlinguistiques sur le discours académique. Crosscultural and crosslinguistic perspectives on academic discourse* (ebook) (pp.59-71). Department of French Studies: The University of Turku, Finland.

- Reutner, U. (2010). *De nobis ipsis silemus?* Les marques de personne dans l'article scientifique. *Lidil* 41: 79-102. <http://lidil.revues.org/3013>.
- Rinck, F. (2010). L'analyse linguistique des enjeux de connaissance dans le discours scientifique. Un état des lieux. *Revue d'Anthropologie des connaissances* vol.4, n°3, 427-450.
- Rosier, L. (2008). *Le Discours rapporté en français*. Paris: Ed. Ophrys
- Suomela-Salmi, E. & Dervin, F. (eds.)(2006). *Perspectives interculturelles et interlinguistiques sur le discours académique. Crosscultural and crosslinguistic perspectives on academic discourse* (ebook) Department of French Studies: The University of Turku, Finland,
- Swales, J. (2004). *Research Genres. Exploration and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Swales J. (1990). *Genre analysis: English in academic and research settings*, Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXO: ARTIGOS CIENTÍFICOS ANALISADOS

- A1: Oliveira, F. et al. (2018). Sobre a natureza homogênea do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* Vol. 13, 57-78.
- A2: Lopes, A. C. (2015). A polifuncionalidade de *mesmo* no português europeu contemporâneo. *Diacrítica* 32(1), 43-67
<https://doi.org/10.21814/diacritica.93>
- A3: Lopes, A. C. (2015). Contributos para a caracterização das orações adverbiais introduzidas por *sem* em português europeu contemporâneo. *Estudos Linguísticos/ Linguistic Studies*, 10,185-196.
- A4: Matos, G. & Brito, A. (2018). Relativas livres e interrogativas parciais: paralelos e diferenças. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* n°4, 152-167.
- A5: Oliveira, F. et al. (2019). *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* n°5, 94-107.
- A6: Brito, A. & Matos. G. (2018). Relativas livres e interrogativas parciais: como Óscar Lopes viu algumas destas construções. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* Vol. 13, 29-56.
- A7: Silva, A. (2015). O que sabemos sobre a crise económica pela metáfora. Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa. *Media & jornalismo*
- A8: Silva, A. (2015). Discurso na mente e na comunidade. Para a sinergia entre Linguística Cognitiva e Análise (Crítica) do Discurso. *Revista portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos*,

O DISCURSO TEOLÓGICO COMO DISCURSO CONSTITUINTE

Jarbas Vargas NASCIMENTO¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Já há algum tempo que Maingueneau (1993, 2000, 2004, 2006, 2010, 2015) propôs e vem ampliando discussões acerca da categoria de discursos constituintes como uma proposta de programa de pesquisa, que o autoriza a agrupar discursos que tematizam sua própria constituição. Trata-se de discursos primeiros, fundadores, uma vez que carregam em si o princípio de uma coletividade e avalizam diferentes gêneros de discurso. Nessa categoria, enquadram-se o discurso literário, o filosófico, o científico e o religioso. A lógica que leva o autor a juntar esses discursos se sustenta no caráter constituinte, que lhes garante uma autoridade individualizadora e a todos os seus enunciados. É o próprio Maingueneau (2000, p. 6) que esclarece, ainda, “que o estatuto de discurso constituinte é de fundar e de não ser fundado. Ele é ao mesmo tempo auto e heteroconstituinte, duas faces que se supõem reciprocamente”.

Com base no que antecede, este capítulo tem como foco o questionamento da constituência do discurso religioso, conforme hipotetiza e postula Maingueneau & Cossutta (1995) e o reconhecimento da constituência do discurso teológico, não incluído pelo autor no quadro dos discursos constituintes. A questão principal não é apenas inserir o discurso teológico entre os constituintes, mas transferir o domínio específico da produção discursiva teológica para o quadro dos discursos constituintes, pois reconheço a constituência desse discurso e não do religioso, que se funda no teológico, legitimando-o em um espaço institucional. Isso se deve à observação de seus dispositivos de comunicação, que conferem sentidos às ações da humanidade, às suas condições de possibilidade de funcionamento discursivo, que me facultam apreender o teológico como fundador de si mesmo e de outros gêneros de discurso.

¹ E-mail: jvnf1@yahoo.com.br

Quero esclarecer que entendo o discurso religioso como um discurso institucional², na medida em que esse tipo de discurso propõe uma relação de poder, sustenta-se pelo controle e imposição sobre os fiéis, a fim de alcançar bens simbólicos, conforme afirma Bourdieu (1989). Para mim, o discurso religioso constitui um quadro de referência obrigatório aos posicionamentos ideológicos, enquanto o discurso teológico, ao contrário do religioso, encena particularidades enunciativas e funda-se em estruturas míticas de natureza ontológica incontestáveis, que validam outros tipos de discurso, garantindo-lhe legitimidade. Grosso modo, considero que, no domínio do teológico, a realidade primeira e última, Deus, é quem funda sua própria existência e a do Outro no/ pelo discurso. A oposição entre o discurso religioso e o teológico parece-me estar relacionada ao modo como se organizam as coisas do mundo social e à ruptura da percepção comum desse mundo, para evidenciar a transcendência da relação entre o empírico, a humanidade e Deus, fonte de fé. Trata-se, na verdade, de distinguir o transcendente e os processos de transformação socioculturais visados pela fé, ou seja, o teológico e o religioso.

Para fundamentar minha posição, elejo a Análise do Discurso de linha francesa (AD), pois essa disciplina permite posicionar-me criticamente neste debate epistemológico e responder ao problema de pesquisa que proponho, de modo particular, enfocar o discurso teológico como uma produção verbal extremamente importante em nossa sociedade. Uma premissa básica na qual se pauta minha reflexão é admitir a dimensão crítica que me impõe a AD e sua interdisciplinaridade constitutiva, cujo objeto – discurso – carrega uma função, que se abre a um diálogo fértil com a Teologia, motivando-me a ampliar discussões nos campos da Linguística e no da Teologia.

Na verdade, Linguística e Teologia, embora distintas em seus campos, cada um desses domínios do conhecimento se adequa aos critérios específicos de cientificidade exigidos pela comunidade discursiva científica, mas há uma particularidade que faço questão de destacar. Desde sua constituição, na década de 1960, a AD surge interdisciplinar e tem reivindicado dos analistas, durante o percurso de seu desenvolvimento, interesses e pactos por diferentes textualidades, entre elas, as dos campos da Ciências, da Literatura, da Filosofia, da Religião e da Teologia, que devem ser considerados em seus modos específicos de produção e de circulação. Vale ressaltar também, que diversas abordagens das Ciências Humanas, devido aos procedimentos metodológicos que operacionalizam, muitas vezes, desconsideram a relação entre as causas primeiras e as últimas. Por isso, por

² Instituições são mecanismos de ordem social, reguladores do comportamento humano em determinada sociedade com função comunitária, que transcende os indivíduos e mediam regras comportamentais.

conta dos processos de abstração e de generalização ignoram a fé, colocando-a fora de seus próprios questionamentos, ao incluí-la apenas no campo da Religião, nos domínios da instituição e da cultura. Nesta perspectiva, afastam-se da fé, que se funda sobre o mistério de Jesus, para somente apreender o fenômeno religioso. Por isso, enfatizo a pertinência e a relevância de meu posicionamento crítico frente ao questionamento de inclusão do discurso religioso no quadro dos constituintes. Para Gabus (1969, p.83),

a pessoa, a obra e o ensinamento de Jesus Cristo constituem não somente o fato central e decisivo que nos dá um sentido à nossa existência humana, mas também confrontam-nos no próprio mistério dessa existência a uma realidade última que chamamos Deus e que funda essa existência.

Para Gabus, no Cristo tornado homem, descobrimos nossa humanidade, pois ele é um homem bodas livre, criador, comprometido com todos e com o mundo.

Os objetivos que busco alcançar, neste capítulo, são comprovar a constituição do discurso teológico, pois ele se propõe como uma fonte legitimadora, que se autoriza a si mesmo; verificar a relação interdisciplinar da AD com a Teologia, de cujas abordagens destacam-se aspectos de instauração discursiva. Além disso, objetivo identificar, no discurso *As bodas de Caná da Galileia*, um investimento no código linguageiro, na cenografia e no *ethos* discursivo, que se articulam, na cenografia, para suscitar a adesão do co-enunciador, ao inscrevê-lo em uma instituição discursiva, que legitima o teológico, como uma prática enunciativa da sociedade.

Após essas considerações iniciais, organizo minhas reflexões, a partir dos seguintes tópicos: situando a problemática do debate, apresentação de dados teórico-metodológicos da AD, enfocando categoria de discursos constituintes e das noções de cenografia, *ethos* discursivo, o código linguageiro, e a noção de hiperenunciador, como recursos enunciativos fundamentais aos discursos constituintes. A seguir, procedo à análise do texto selecionado, tratando daquilo que é o eixo central deste capítulo, a saber, a constituição do discurso teológico.

SITUANDO A PROBLEMÁTICA DO DEBATE

Parto do pressuposto de que o discurso religioso se configura como um discurso institucional e que, por isso, seja possível afirmar que o lugar de onde o enunciador enuncia, nesse tipo de discurso, filia-o à instituição que ele pertence e/ou representa. Para fundamentar o que acabo de dizer, sirvo-me da reflexão de Sales & Haetinger, quando afirmam que

a religião é considerada uma instituição, pois é constante ao longo da história e exerce um padrão de controle da sociedade e uma programação da conduta individual. Ela apresenta características próprias das instituições sociais: é socialmente coercitiva; é exterior aos indivíduos; possui objetividade, historicidade e detém autoridade moral. (s/d, p.3)

Na verdade, a Religião se estabelece como instituição, ou seja, uma construção social, que visa a estabelecer a ordem moral e consolidar uma função social, situando nas manifestações sociais, que operam na organização humana. Dentro dos limites do mundo, ela se manifesta necessária à sobrevivência humana, pois é o próprio homem que cria as bases para a sua permanência. Nesse sentido, a Religião, criada pelo próprio homem, se comporta como instrumento regulador e normativo das ações humanas, com o objetivo de validar a si mesma com suas leis e exigências reconhecidas pela sociedade.

Embora alguns estudiosos critiquem Durkheim, sua contribuição é fundamental para a Sociologia da Religião, pois que para ele

a religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a entidades sagradas, ou seja, separadas, interditas; crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos os aderentes. (DURKHEIM, 1996, p.59)

Não podemos negar também a influência de Durkheim, quando afirma que a religião cumpre um papel social e, por isso, ela é concebida como um sistema de crenças e práticas que, embora envolva o sagrado, carrega as características de uma instituição. Desse modo, cada Religião mostra o caminho experiencial que deve ser seguido por cada um de seus adeptos. Outro ponto a destacar é que a Religião pode excluir deliberadamente qualquer referência a Deus ou ao sobrenatural, como ocorre com algumas religiões, entre elas o Budismo (SCOTT, 2006, p.171). Sabemos que muitos conceitos de Religião se adequam apenas às culturas ocidentais, faltando, por conseguinte, uma concepção mais abrangente e que não leve a um preconceito religioso, considerando uma Religião melhor ou superior à outra.

Uma outra reflexão que me parece bastante esclarecedora em Durkheim diz respeito ao papel integrador que a Religião estabelece com a sociedade, assim como o patriotismo e o nacionalismo, superando as diferenças ideológicas, a fim de comungar valores universais com a fé. Do ponto de vista sociológico, o fato de a Religião ser integradora facilita o equilíbrio social, harmoniza as relações humanas e sociais, permitindo um funcionamento social adequado frente às questões tensas que assolam a sociedade (GIDDENS, 1994).

Dada a complexidade do tema que aqui trato, esclareço que minha reflexão não esgota a problemática levantada por Maingueneau (2000, 2004, 2006, 2010, 2015) sobre os discursos constituintes, mas abre possibilidade de empreender um estudo crítico-analítico, fundamentando-me nos argumentos sugeridos pelo próprio autor, ao incluir no quadro dos constituintes o discurso religioso e não o teológico. Não há como confundir o objeto teológico, ou seja, da revelação divina, com o religioso, as estruturas humanas institucionalizadas. A presença das instituições em nossa sociedade supõe uma comunidade discursiva, que possibilita a manifestação e a transmissão de crenças e de comportamentos, que organizam as instituições, fazendo-as elaborar seu próprio discurso (KRIEG-PLANQUE, 2014).

Não cabe aqui ampliar o debate sobre a Religião e a Teologia, principalmente em função da complexidade que essa questão traz para a fé. Meu interesse é distinguir discurso religioso e discurso teológico, sem esquecer que tanto um como outro ocupam-se da palavra e transitam entre a linguagem e o mundo. Por esse motivo, a tensão entre esses dois tipos de discurso é o que me leva a questionar a não inclusão do teológico no quadro dos constituintes, conforme Maingueneau & Cossutta (1995). É isso que considero fundamental nesse capítulo, posto que o discurso religioso e o discurso teológico constituem espaços discursivos abertos a questionamentos, cujas respostas ampliam o quadro problemático dos discursos constituintes.

Alguns autores consagrados da Sociologia se preocupam em compreender a sociedade, a partir da Religião e de fenômenos religiosos e abrem caminhos para o entendimento da institucionalidade do discurso religioso. Certamente, esses estudos podem dialogar com os da AD, nas perspectivas de Maingueneau e, por conta disso, sou levado a adotá-los no cotejo que faço entre o discurso religioso e o teológico para comprovar a constituição do teológico. Nesse sentido, reconheço que o aparato teórico-metodológico da AD em diálogo com o da Sociologia da Religião e da Teologia me possibilitam, então, aplicá-los na análise do texto, *As bodas de Caná da Galileia*, retirado do evangelho de João 2,1-11, materialidade selecionada do campo teológico. Considero, em função dos objetivos que aqui proponho, um material de análise relevante, pois que o apreendo como discurso, acionando Charaudeau (2011, p.4), quando argumenta que

o discurso, como lugar, ao mesmo tempo, de estruturação dos usos em função das condições de produção nas quais esses usos se manifestam, relacionados a comportamentos linguageiros dos sujeitos falantes, e categorizações de sentido relacionadas a sistemas de conhecimento e de crença aos quais aderem os indivíduos ou grupos sociais. [...], uma vez que o sentido de

discurso resulta de uma multiplicidade de fatores de ordem contextual, que fazem com que o sentido não seja observável em nenhuma das unidades que compõem uma produção discursiva qualquer, e só pode ser inferida pelo jogo de combinações de todos esses fatores.

Escolhi esse material linguístico como *corpus*, pois ele se organiza em meio às condições sócio-histórico-culturais de sua produção, investe no código linguageiro dos sujeitos que se movem na cenografia para enunciar, reflete efeitos de sentido decorrentes de conhecimentos e crenças, que podem ser inferidos no funcionamento desse discurso e transita na fronteira entre o dizível e o indizível. Ressalto, ainda, que o código linguageiro simbólico, próprio ao discurso teológico produz um efeito de distanciamento conceitual, resulta em efeitos de sentido, que desvelam uma condição paratópica em seu processo criador, caracterizando, dessa maneira, um discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2000). Ao selecionar *As bodas de Caná da Galiléia*, é importante que fique claro que compartilho com os estudiosos que advogam ser o *corpus* um objeto de pesquisa, constituído em função de pressupostos teórico-metodológicos e meu posicionamento.

Meu gesto de leitura se fundamenta na AD e particulariza o espaço discursivo teológico e é, nesse espaço, que inscrevo o debate que proponho: comprovar o traço constituinte do discurso teológico, a partir de seu modo de inscrição discursivo. Julgo importante afirmar que, na literatura sobre o discurso religioso, há um certo consenso de que esse tipo de discurso se organiza pela interdiscursividade com o teológico, apoia-se nele no processo de seu funcionamento argumentativo-enunciativo e vale-se dele como fonte para a construção de seus enunciados. Por esse mecanismo de engendramento discursivo, ao fundar-se sobre o teológico, o enunciador, no discurso religioso, constrói um processo enuciativo, que supõe o espaço do teológico, a fim de imprimir efeitos de verdade e de credibilidade, nas práticas discursivas, que enuncia.

Não posso deixar de lembrar que, já em Orlandi (1983), há uma tentativa de diferenciação entre o discurso religioso e o discurso teológico. Na ocasião, a autora conceitua o discurso religioso, como informal e como um tipo de discurso em que há uma relação espontânea com o sagrado. Para ela, o discurso religioso se constitui pela interdiscursividade com o teológico que, segundo sua proposta, se caracteriza como um tipo de discurso cuja mediação entre o humano e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas. Para ela, o discurso religioso

é aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado” sendo, portanto, “mais informal”; enquanto o teológico é o tipo de discurso em que a

mediação entre a alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo (...) aparece como aquele que faz a relação entre os dois mundos: o mundo hebraico e o mundo cristão, sendo, assim, mais formal. (ORLANDI, 1983, p. 246, 247)

Embora as reflexões de Orlandi tenham sido produtivas para a distinção entre o religioso e o teológico, não foram totalmente suficientes para o tratamento desta questão (NASCIMENTO, 1993). Entretanto, não se trata aqui de rejeitar as contribuições de Orlandi, mas de enaltecê-la por ter trazido para discussão uma questão que ultrapassa os limites específicos da Linguística, mas que dialoga com ela, posto que me ajuda a reivindicar a inclusão do discurso teológico no quadro dos discursos constituintes e valorizar a hipótese de Maingueneau.

A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E A CATEGORIA DISCURSOS CONSTITUINTES

A falta de discussões mais aprofundadas sobre a problemática que configura os discursos constituintes, conforme postulam Maingueneau & Cossutta (1995) e, posteriormente, Maingueneau (2000, 2004, 2006, 2010, 2014) e a complexidade que envolve os estudos sobre os discursos religioso e o teológico representam para a AD um amplo território de pesquisa para essa categoria e para os campos discursivos teológicos e da religiosidade. Embora Maingueneau enquadre na categoria de constituintes o literário, o religioso, o científico e o filosófico, maior atenção deu ao discurso literário, privilegiando-o, a partir das relações entre identidade enunciativa, a funcionalidade do texto literário e o processo criador. Como o próprio Maingueneau sugeriu ser uma proposta, julgo necessário que ela seja repensada.

A base teórico-metodológica, que adoto, exige, de partida, a inserção desse tema no contexto da AD, prática crítica com a qual estou envolvido e que se define como uma disciplina de entremeio e pouco homogênea. Apesar de seu caráter pouco homogêneo e perspectivas tensas com determinados pesquisadores, nada impede a utilização dessa disciplina para comprovar a constituição do discurso teológico.

Justifico minha escolha pela AD, pois que seu aparato teórico-metodológico possibilita diálogo entre a Religião e a Teologia, em suas particularidades na produção de discurso e, porque, no funcionamento desses discursos, emergem dados sócio-históricos e investimentos ideológicos, que se materializam na textualidade e nas instâncias subjetivas, que se movimentam nessas práticas discursivas. Confronto, nesse instante, minhas reflexões, particularmente, na categoria de discursos constituintes, porque pretendo elucidar a contestação que proponho, na me-

dida em que certos pontos relativos às considerações teóricas propostas por Maingueneau permitem-me outorgar ao discurso teológico um papel fundador.

A AD surge, na década de 1960, na França, em meio a discussões políticas e de ensino em que Pêcheux (1938-1983) e Dubois (1920-2005), aproveitando o declínio do Estruturalismo, configuram um novo campo de estudo, cujo objeto denominaram discurso e cuja abrangência implicava conceitos advindos do Materialismo Histórico, da Psicanálise e da Linguística, integrando os fenômenos histórico-sociais, a subjetividade enunciativa e o acontecimento linguístico. Desse modo, o impulso epistemológico proposto por Pêcheux e Dubois organiza-se pela interdisciplinaridade e funda em uma perspectiva linguística, que articula a linguagem às condições sócio-históricas de sua produção e ao sujeito. Institui-se, por conseguinte, o discurso como objeto dessa nova disciplina.

As mudanças frequentes na Linguística e nas demais Ciências Humanas e nas Ciências Sociais impulsionaram grandes transformações na trajetória da AD, consolidando-a, na atualidade, como disciplina no interior da Linguística e da Comunicação. Cabe-me observar a forma como essa disciplina vem operando, principalmente, se considerar a incorporação de aspectos pragmáticos, enunciativos, socioculturais e linguístico-estilísticos como constitutivos da noção de discurso. De fato, a AD ocupa, hoje, um espaço privilegiado no cenário da Linguística, pois assume o discurso sob um ponto de vista linguístico como articulação de um texto e de um lugar social do qual ele é produto. Na verdade, a AD se diferencia de outras disciplinas por “relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis” (MAINGUENEAU, 2015, p.47). Todavia, faz-se necessário entender que a noção de lugar social não se refere ao lugar empírico, mas às posições que o sujeito ocupa no discurso. Ainda que muitos pesquisadores utilizem o rótulo de Análise do Discurso em suas pesquisas, poucas vezes se enquadram no constructo teórico-metodológico que a AD requer e comportam-se distantes dos analistas do discurso, devido à polissemia do termo discurso e à condição empírica de sua apreensão e da disciplina que o dispõe como seu objeto (MAINGUENEAU, 2007).

Embora reconheça a complexidade e as dificuldades de a Teologia adentrar nessa configuração teórico-metodológica, pois pode trazer dificuldades de fé, faz-se necessário que ela esteja inserida nesse novo contexto sociocultural e consiga se deslocar, traduzir-se a si mesma, transformar-se. Libanio & Murad (2005) advertem os teólogos a repensarem a fé em uma perspectiva histórica e, em tempos de pluralismo, ponderarem a necessidade de a Teologia servir-se da diversidade de orientações para o alcance de uma homogeneidade teológica. Esse deslocamento intelectual reorganiza os diferentes tipos de conhecimento e incita um diálogo entre diferentes campos do conhecimento, principalmente com a AD, que

constitutivamente abre um espaço para o diálogo no interior dessa nova atitude de disciplinamento epistemológico, na medida em que resulta de relações articuladas de diferentes conhecimentos, que se encontram em complementariedade.

Tomo como foco de atenção, nesse momento, a categoria discursos constituintes, o que exige, inicialmente, uma contextualização. Como explica Maingueneau (2000), os discursos constituintes se projetam como Absolutos e buscam para si uma espécie de transcendência. Obviamente, essa categoria de discursos difere de outras, pois, sendo constituintes, se autorizam a si próprios, pertencem ao *thesaurus*, são hierarquizados como discursos-fonte e, em consequência, regulam o surgimento de outros discursos. Nesse sentido, o programa de pesquisa sobre os discursos constituintes, da forma como é proposto por Maingueneau & Cossutta (1995) se fundamenta na perspectiva de que certos tipos de discurso se concebem fundadores de outros discursos, não admitem posição hierárquica superior a deles; por isso, legitimam a si e os demais discursos. A apreensão da constituência dos discursos literário, religioso, científico e filosófico se dá por meio de dimensões indissociáveis em que, de um lado, atribui-se à constituência a marca de um processo pelo qual esses discursos regram sua própria emergência no interdiscurso e, por outro lado, como seus modos de organização garantem-lhes uma totalidade textual (MAINGUENEAU, 2008).

Pela observação das duas dimensões apresentadas, resgato em Maingueneau (2008) aspectos essenciais dos discursos constituintes e que, certamente, cabem ao teológico, e que utilizarei no momento da análise, para respaldá-la. Ressalto o fato de os discursos constituintes conferirem a seus enunciados particularidades, tais como, em seu modo de dizer o que dizem, em sua forma de fazer circular seus enunciados e a especificidade da interação que estabelecem com o co-enunciador. Reforçando a premissa de que a noção de discursos constituintes seja uma hipótese, um programa de pesquisa, o próprio Maingueneau nos adverte sobre a dificuldade de manejá-los, principalmente, quando se observam os quatro tipos de discurso e percebem-se as diferentes formas pelas quais cada um evidencia sua constituência. De qualquer maneira, posso dizer que é a enunciação e a emergência da imagem dos sujeitos que se movem, na cenografia, que asseguram a legitimação dos discursos constituintes.

De outra parte, Maingueneau (2008) postula que os discursos constituintes operam uma função simbólica na sociedade, que lhes permite, por meio de símbolos, a representação de acontecimentos fora de seu campo real de percepção. Para esclarecer essa função, Maingueneau utiliza o termo *archeion*, cuja carga semântica remete a uma relação com arquivo que, para Paes (2002), é um conjun-

to de textos ou materialidades simbólicas preservados, autofundantes e fonte de autoridade e memória. Por isso, esses discursos simbolizam o cosmos e constroem uma enunciação que o representa em sua configuração simbólica e textual. Observe, portanto, que a apreensão do termo *archeion* visa a enfatizar o caráter fundante, o valor cultural e o poder de autoridade que os discursos constituintes herdam e atribuem a si mesmos como base primeira do conhecimento histórico.

Uma importante particularidade aqui é o caso de Maingueneau pensar os discursos constituintes como discursos-limite. Esta consideração apoia-se no fato de que a enunciação, nesses tipos de discurso, construída textualmente, implica o estatuto fundador, principalmente pelo espaço e tempo enunciativos. O propósito de sua produção dos discursos constituintes carrega um tempo e um universo social particular que os conduzem a sucessivos espaços de conflitos entre os posicionamentos materializados, na enunciação, e seu modo de organização textual.

Ao comentar sobre os diferentes investimentos dos discursos constituintes, Maingueneau (2000) oferece a chave de entrada para a análise desses discursos, requisitando a necessidade de operacionalização de dispositivos enunciativos, que intervêm na instauração e validação que esses discursos efetivam. Assim, facilmente se comprova, nesses discursos, o investimento na cenografia como um lugar de representação de sua própria enunciação, no código linguageiro, como registro linguístico prescritivo de sua produção, visando à negociação de efeitos de sentido e no *ethos* discursivo, entendido como uma estratégia mobilizada pelo enunciador, para se dizer e mostrar-se, ou seja, apresentar-se a si mesmo ao co-enunciador e validar seu modo de enunciar.

Ainda no contexto dos discursos constituintes, Maingueneau (2006) propõe a categoria paratopia que, para ele, é uma condição particularizante desses discursos. O argumento do autor esclarece que a noção de paratopia é, de um lado, problemática, pela cenografia engendrada e pelo enunciador, que se diz em uma encenação que lhe dá corpo, adotando-o como fiador de uma fonte legitimadora de pertencimento e não pertencimento ao mundo. Por outro lado, ela é uma categoria produtiva, porque permite que o co-enunciador se integre à comunidade discursiva do enunciador.

Por isso, a paratopia se instaura como um pertencimento paradoxal, entre *um lugar e um não-lugar*, que eles fundam. Isso não quer significar, para Maingueneau, que esses discursos não pertençam a um lugar, mas que sua des-localização é que os legitimam e impossibilitam sua estabilidade. Assim, essa condição explícita dos discursos constituintes não se manifesta como uma unidade tópica nem atópica, mas por uma natureza paratópica, por meio de um sujeito criador que, por si mesmo, funda, constrói e assume uma identidade criadora.

A natureza paratópica do discurso teológico designa o lugar de onde ele enuncia para se dizer. Na verdade, o discurso teológico como os outros discursos constituintes definem seu próprio lugar do dizer, ao enunciar. Por isso, posso dizer que, enquanto o discurso religioso é validado por uma instituição em função do posicionamento de seus atores, o discurso teológico se constitui como um ato enunciativo fundante, uma realidade única não objetivada pelo discurso religioso. Além disso, segundo Maingueneau, o criador aparece como alguém que não tem lugar para estar e que deve construir seu próprio espaço enunciativo por essa mesma impossibilidade de dizer.

Com base nessas questões que apontei acima, busco, ainda, em Maingueneau (2006), diferentes ocorrências de paratopia, lembrando, entretanto, que distinção em tipos de paratopia se justifica apenas didaticamente e em função de clareza na organização do discurso. De fato, os discursos constituintes interferem-se mutuamente e cumulam seus efeitos, principalmente em relação à sua condição paratópica. Maingueneau (2006) sugere, para isso, os seguintes tipos de paratopia, a partir da observação de seu enunciador, a saber, paratopia de identidade, que se refere ao afastamento e/ou negação de pertencimento a um grupo; paratopia espacial, quando o lugar não é o lugar do sujeito no discurso; paratopia temporal, quando é marcada pelo anacronismo; paratopia linguística, quando o multilinguismo participa e/ou interfere na criação: minha língua e a língua do outro; paratopia criadora, pois que a paratopia se integra necessariamente ao ato criador. Assim, o criador particulariza seu modo de enunciar pelo laço que estabelece no exercício da Filosofia, da Literatura, da Ciência ou da Teologia.

Em síntese, posso argumentar que o regime paratópico condiciona os discursos constituintes e interfere no processo criador. Por isso, a paratopia criadora “é aquilo que se precisa ficar livre por meio da criação e aquilo que a criação aprofunda; é a um só tempo aquilo que cria a possibilidade de acesso a um lugar e aquilo que proíbe todo pertencimento” (MAINGUENEAU, 2006, p.109). Disso decorre o argumento que a paratopia é condição do discurso teológico e a condição do ato criador do enunciador teológico. Logo, o discurso teológico parece-me integrar o regime dos constituintes e um dos argumentos é o caráter problemático de seu enunciador, o que justifica meu questionamento.

Desse modo, no discurso teológico que analiso, concebe um único criador e vários enunciadores; por isso, observo a voz do evangelista, de outros enunciadores e a voz de Jesus, por meio do evangelista, que o revela um hiperenunciador, que funda o *thesaurus* bíblico. No discurso teológico, o evangelista João coloca em evidência os enunciados que identificam Jesus, permitindo que o hiperenunciador se mostre por sua palavra. Uma estratégia para mostrar que Jesus está

habitado por ele. Esse processo corresponde a uma condição paratópica criadora, na medida em que a enunciação se constitui pela impossibilidade de o enunciador atribuir a si um lugar que define sua criação problemática, seu próprio pertencimento ao capo teológico e à sociedade. O discurso teológico se organiza não pelas falas que emanam de seus produtores – evangelistas etc., mas diretamente de Deus, ao autor por excelência. Esses produtores são apenas porta-vozes do único e verdadeiro enunciador, que os inspira e legitima o discurso. Isso valida a paratopia que torna possível o discurso teológico, que instaura um processo criador paratópico, na medida em que Jesus é o responsável pelo discurso que ele mesmo funda e enuncia.

CONSTRUINDO A ANÁLISE

Antes de iniciar o processo analítico a que me propus, reforço meu questionamento inicial planejado para este capítulo: comprovar a constituência do discurso teológico, incluindo-o na lista dos constituintes, conforme Maingueneau (2000, 2004, 2006, 2010, 2015) e problematizar a inclusão do discurso religioso nesse quadro. Não se trata de questionar o programa de pesquisa iniciado por Maingueneau & Cossutta (1995), mas de colaborar com o debate sobre a problemática dos discursos constituintes, no interior da AD. Outra coisa que é preciso deixar clara para os limites desse estudo: não quero contrapor discurso religioso e discurso teológico em função de seus conteúdos e de estratégias de produção enunciativo-discursiva. Seria um outro trabalho e demandaria adentrar ao campo da religiosidade e da Teologia. Ao pretender comprovar a constituência do discurso teológico, parto apenas de seus dispositivos enunciativos que se enlaçam, entre um modo de organização específico, um modo dizer e um modo de relacionar com a comunidade discursiva. O processo analítico que operacionalizo, como já disse, marca-se por uma metodologia discursiva de leitura, sem a pretensão de propor um estudo teológico, mas uma análise linguístico-discursiva.

Para uma análise criteriosa, devo considerar as condições sócio-históricas e culturais de produção do discurso em investigação. Em seguida, faz-se necessário ter em mente e recuperar as noções de discurso, objeto da AD, por meio do qual fundamento a análise, a categoria discursos constituintes e a organização constitutiva do discurso teológico, considerando seu caráter auto e heterofundante, as suas implicações com o interdiscurso, a paratopia, o código linguageiro, a cenografia e o *ethos* discursivo. Julgo pertinente dizer, ainda, que apreendo a Teologia por sua discursividade e por sua pertinência em relação a mim como leitor de textos bíblicos. Aliás, essa é a motivação que me impulsiona a trazer para o interior da AD a questão da constituência do discurso teológico, cuja perspectiva metodológico-analítica me permite colocar em diálogo a Linguística e a Teologia,

dentro de um cenário crítico, científico, pluralístico e líquido característico da contemporaneidade (BAUMAN, 2000).

Apresentado o percurso analítico que pretendo investigar, passo agora a operacionalizá-lo e, para tal, esclareço que o discurso *As bodas de Caná da Galiléia* está materializado na Bíblia, aqui considerada um *archeion* da produção verbal da sociedade. Encontra-se somente no evangelho de João, 2, 1-11 como uma manifestação linguística de uma prática discursiva. O evangelho de João, um dos doze discípulos de Jesus, é o quarto dos quatro evangelhos do Segundo Testamento e considerado por Beutler (2016) como o mais profundo e carregado de uma linguagem simbólica, cujo efeitos de sentido evidenciam uma estreita relação entre o humano e o divino e funciona como elo entre essas duas realidades, que juntas dão unidade ao texto. Ele está organizado em 21 capítulos e desenvolve uma perspectiva espiritual da vida de Jesus, secundarizando os eventos históricos, importantes para os outros evangelistas.

Embora se trate de um recorte analítico, o discurso que selecionei corresponde a uma unidade textual, cujos efeitos de sentido solicitam-me considerar a interação do linguístico com o histórico-cultural, para que eu o apreenda como discurso e mostre a historicidade dos fatos nele materializados e as particularidades de sua própria origem no interdiscurso. A forma de enunciação desse discurso revela a especificidade do ato autoral de João e a influência das condições sócio-histórico-culturais em que esse discurso fora produzido e a fala encenada. Os discursos em João sincronizam a vida de Jesus com as festas judaicas, pois que celebram acontecimentos salvíficos de Deus na caminhada de seu povo. Para alguns teólogos, entre eles, Beutler (2016), essa relação exige que se busque, nesse processo analítico, aspectos do ritual de contrato de casamento judaico e sua cerimônia, cujos efeitos de sentido simbolizam uma das dimensões da grandeza do relacionamento humano.

O objeto de minha análise se realiza em um gênero de discurso e em uma cena englobante, que definem o quadro cênico particular a um tipo de discurso. Isso se justifica, porque, mesmo não sabendo, *a priori*, o tipo de discurso implicado na produção enunciativa de sua materialidade simbólica, entendo que a cena englobante colabora no processo de negociação de efeitos de sentido e na apreensão do discurso pelo gênero, lugar onde seus actantes definem seus papéis. Entretanto, é a cenografia construída pelo enunciador que se configura e é com ela que me defronto. Na verdade, é a partir de enunciados descritos em suas condições sócio-históricas e culturais de produção e recepção que a cena vai sendo construída. Não existe, nesta perspectiva, um quadro construído *a priori* e independente, no interior do espaço enunciativo arquitetado pelo discurso. Todavia, a cenografia coexiste com o evento enunciativo e afasta o quadro cênico para instaurar-se na cena construída nela e por ela e que a legitima.

A cenografia encena uma festa de casamento, em Caná da Galiléia, conforme os costumes e a cultura judaica. A festa de casamento era um evento grandioso, pois contava com a participação de muitas pessoas, durava vários dias e parava-se na velha aliança. A região da Palestina era grande produtora de vinhos; por isso, essa bebida estava sempre presente nas refeições mas, nos casamentos, ela era servida em grande abundância, como um dom de Deus e símbolo de amor, alegria e prosperidade. Em um casamento, de forma alguma, poderia faltar vinho, o que causaria uma situação embaraçosa às famílias e aos convidados.

Outra característica que percebo na cenografia é que ela exhibe uma série de informações inscrita em seu espaço enunciativo, onde participam os noivos, Jesus, sua mãe, os discípulos, o encarregado da festa e outros convidados das famílias de cada um dos noivos, cujas falas implicam uma situação de enunciação, que se valida na própria enunciação. Assim, o espaço enunciativo, o lugar, o evento, os actantes, a expectativa, o código linguageiro correlacionam-se às condições sócio-históricas e culturais de produção desse discurso, sobretudo, no que diz respeito à sua expressividade simbólica. Mesmo tomando todos esses elementos, é impossível caracterizar, ainda, esse discurso como teológico pois, para isso, se faz necessário que me situe para apreendê-lo, lembrando que o discurso interpela o co-enunciador em função do objetivo que ele visa a alcançar. Desse modo, esse discurso se materializa em um gênero, que define os papéis sociais que ele deve assumir. De qualquer forma, posso afirmar com Maingueneau (2015) que a cena englobante é a situação discursiva, que me autoriza alocar esse discurso no campo discursivo teológico e nele negociar efeitos de sentido.

Apresento a seguir o discurso de autoria de João, a fim de examinar, no funcionamento discursivo, os modos de apreensão desse tipo de discurso. Embora perpassasse minha discussão, o fato de imputar a João a marca de autor, identificado como um *eu* na enunciação teológica, ligada à sua vida como produtor, a categoria de autoralidade precisa ser aprofundada. Lembro, ainda, que esse discurso se materializa linguisticamente e que o autor João se posiciona como uma figura contingente da enunciação. Em *As bodas de Caná da Galiléia*, é João que constrói a unidade sujeito Jesus, no mesmo instante em que Ele, Jesus, se instaura como um hiperenunciador, entidade transcendente que, em uma atitude paradoxal, valida os enunciados de João, autor empírico, que se assume como sujeito, para se igualar a outros sujeitos que interagem na cenografia.

1. No terceiro dia houve um casamento em Caná da Galiléia. A mãe de Jesus estava ali;
2. Jesus e seus discípulos também haviam sido convidados para o casamento.

3. Tendo acabado o vinho, a mãe de Jesus lhe disse: “Eles não têm mais vinho”.
4. Respondeu Jesus: “Que temos nós em comum, senhora? A minha hora ainda não chegou”.
5. Sua mãe disse aos serviçais: “Façam tudo o que ele lhes mandar”.
6. Ali perto havia seis jarros de pedra, do tipo usado pelos judeus para as purificações cerimoniais, cada jarro com capacidade para setenta e cinco a cento e quinze litros.
7. Disse Jesus aos serviçais: “Encham os jarros com água”. E os encheram até à borda.
8. Então lhes disse: “Agora, tirem um pouco e levem-no ao encarregado da festa”. Eles assim o fizeram,
9. e o encarregado da festa provou a água que fora transformada em vinho, sem saber de onde este viera, embora o soubessem os serviçais que haviam tirado a água. Então chamou o noivo
10. e disse: “Todos servem primeiro o melhor vinho e, depois que os convidados já beberam bastante, o vinho inferior é servido; mas você guardou o melhor até agora”.
11. Este sinal miraculoso, em Caná da Galiléia, foi o primeiro que Jesus realizou. Revelou assim a sua glória, e os seus discípulos creram nele.

No primeiro recorte de fala, *no terceiro dia, houve um casamento em Caná da Galiléia*. A mãe de Jesus estava ali, o enunciador constrói uma sequência enunciativa introdutória, a fim de referendar o evento enunciativo, o casamento, por meio de dêixis temporal *terceiro dia* e espacial em *Caná da Galiléia*, situando a perspectiva de João no ato enunciativo. Ao acionar a dêixis temporal, *no terceiro dia*, o enunciador sinaliza proximidade em relação ao evento e provoca em minha memória duas referências: o regresso de Jesus à Galileia em companhia de alguns discípulos e a manifestação de sua glorificação plena pela primeira vez, após três dias de sua ressurreição. Esses mecanismos dêiticos estabelecem uma fronteira espaço-temporal, investem em uma cenografia que topicaliza o *casamento* como um evento, que o enunciador tematiza nesse ato enunciativo. Nesse sentido, por meio do tema casamento, João projeta, no funcionamento discursivo, as recorrências linguísticas que afiançam os efeitos de sentido do texto, confirmando-se que o tema aqui tem um caráter abstrato.

O efeito de sentido investido em *casamento* evidencia não somente o tema em torno do qual o enunciador projeta o discurso e coloca-o em funcionamento, mas também remete à imagem de *casamento* como símbolo de aliança entre Deus

e seu povo, asseverando a impossibilidade de dissociar uma interdiscursividade, que ocupa a cenografia, para lembrar que a união com Deus dá fruto, gera a bênção e a festa. Nesse espaço discursivo, o enunciador coloca em cena um interdiscurso, um conhecimento da memória que se reatualiza nessa enunciação e leva-me a buscar nos atos de fala que o funda, que Deus, após a criação do homem e da mulher, cria o casamento e cria para si uma esposa, conforme consta, por exemplo, no Primeiro Testamento, em Isaías 54,5, *porque o teu Criador é o teu marido; o Senhor dos Exércitos é o seu nome; e o Santo de Israel é o teu Redentor; que é chamado o Deus de toda a terra*. Essa forma de o enunciador inserir o interdiscurso intradiscursivamente *é própria do discurso constituinte, na medida em que ele, claro ao enunciador, pois é do thesaurus*, se torna reatualizado e lembrado pelo próprio discurso, ou seja, pelo discurso que ele mesmo é a fonte e faz circular. Este recorte funciona, então, como um orientador enunciativo, convoca o co-enunciador à compreensão do discurso e, por um procedimento interdiscursivo aponta que o discurso sobre o qual ele se constitui é ele mesmo, um discurso primeiro, além do qual só há o indizível, o Absoluto (MAINGUE-NEAU, 2000).

Ainda no primeiro recorte, apreendo o enunciado *A mãe de Jesus estava ali*. Aqui há a instauração de um processo discursivo, que mobiliza uma relação de parentesco com a mãe de Jesus, cujo nome é apagado, de forma a qualificá-la objetivamente e reconstituir uma referência familiar, a partir de um efeito de sentido real. Assim, o enunciador atribui a ela a missão materna nos planos humano e espiritual estendida também aos discípulos de Jesus. Por isso, a expressão dêitica *ali*, parece criar uma delimitação espacial, mas promove uma demarcação que extrapola a enunciação, como se fosse ali e em outros lugares. O enunciador, por meio desse enunciado, mostra seu posicionamento e constrói uma identidade discursiva para a mãe de Jesus, confirmando a transcendência de sua maternidade. Este recorte introdutório funciona, por conseguinte, como uma chave para a compreensão do discurso, pois sua inteligibilidade pelo co-enunciador está diretamente ligada a uma competência linguístico-discursiva e simbólica. Isso mostra que valores, crenças e outros posicionamentos, reveladores do conhecimento do enunciador em interação com o co-enunciador decorrem em função das condições sócio-histórico-culturais de produção do discurso e do momento de sua enunciação.

No recorte 2, *Jesus e seus discípulos também haviam sido convidados para o casamento*, como me é dado a ver, o enunciador constrói a cenografia pela instituição de um espaço enunciativo, que integra, no casamento, Jesus e seus discípulos. Assim, as ações que se desenrolarão nesse evento preveem a participação de actantes implícitos e explícitos, que desempenham papéis específicos na trama da narrativa enunciada. Vale ressaltar, ainda, que a mãe de Jesus foi inserida na

cenografia no primeiro recorte, Jesus e seus discípulos arrolados apresentam-se aqui na cenografia como convidados e assumem papéis essenciais no discurso, principalmente em razão das relações que se estabelecerão entre eles. O investimento desses actantes nessa cenografia é um índice, que me possibilita observar iniciada a narrativa no espaço cênico do casamento. Assim, João mostra sua auctoridade, assumida por uma condição paratópica, ao se inscrever em uma situação enunciativa que é e não é própria, mas que o autoriza, embora se distancie de sua fala, para integrar a de um hiperenunciador, que a garante. O discurso, em análise, coloca em movimento não apenas os actantes, que manifestam papéis sociodiscursivos geradores dos enunciados, mas também e, principalmente, o hiperenunciador, cuja identidade discursiva mobiliza o aparelho enunciativo e domina as condições externas e internas à narrativa, pois a “narrativa é igualmente um trabalho de legitimação de sua própria cena de enunciação” (MAINGUENE-AU, 2006, p. 65). Com isso, esse discurso situa-se em uma localização paratópica, posto que visa a explicar suas condições de criação, incluindo a sua própria, como acontece com os discursos constituintes.

No terceiro recorte, *Tendo acabado o vinho, a mãe de Jesus lhe disse: “Eles não têm mais vinho”*, seguem os desdobramentos das ações que foram introduzidas na cenografia, que se propõem como uma ancoragem para legitimar o discurso. Ao acabar o vinho, o enunciador movimenta na cenografia a mãe de Jesus, que entra em cena para informá-lo daquela ocorrência, temendo um constrangimento daquela situação e procura solucioná-la. Aqui, preciso mobilizar, na memória discursiva, um sentido já pré-construído que resgata o vinho como símbolo de um dom de Deus para a alegria e prosperidade dos noivos e de sua família. Além disso, mostrar que, no Primeiro Testamento, há interdiscursos reveladores de alteridade discursiva, localizáveis, por exemplo, em Salmos 104,15; Juizes 9,13; Cântico dos Cânticos 1,2 e Isaias 25,6, onde o vinho é concebido como símbolo do banquete messiânico da salvação de Deus. É muito importante reconhecer o estatuto simbólico do discurso teológico e o papel do investimento no interdiscurso, a fim de depreender a importância do vinho, sobretudo, no evangelho de João e, particularmente no texto em análise. De fato, esse investimento em enunciados do Primeiro Testamento representa não somente o reconhecimento do texto-fonte, mas a possibilidade que o enunciador faz em reatualizá-lo no intradiscurso, como em Amós, 9, 13-15, que afirma: *a abundância de vinho é o sinal do tempo messiânico da salvação*.

Na verdade, é o vínculo materno que revela o desejo da mãe de Jesus em buscar uma atitude do filho para a solução da falta de vinho, considerando o conhecimento que tinha dele, a partir de um laço fundamental em que ela consegue associar uma essência divina e humana. Por isso, a mãe encontraria, no filho Jesus, uma solução da ordem do divino, próprio da divindade de Jesus e outra da ordem do humano, própria da pessoa de Jesus.

No quarto recorte, *Respondeu Jesus: Que temos nós em comum, senhora? A minha hora ainda não chegou*, o enunciador traz à cenografia um evento comunicativo, em que Jesus é interpelado por sua mãe, para a realização de uma ação interventora. O questionamento de sua mãe desempenha uma função argumentativa, que engendra um efeito de sentido possível de solução do impasse e cria uma situação enunciativa inscrita por uma subjetividade, que lhe assegura a existência na cenografia e um benefício aos noivos e ao casamento. Jesus com sua resposta argumenta a *minha hora ainda não chegou* e, por esse enunciado, posiciona-se como um sujeito magistral, na medida em que dirige-se tanto à sua mãe quanto aos outros actantes daquela cenografia e cujo efeito de sentido o indicia como aquele que pode controlar as ações humanas e divinas, que ali se desenrolam, para se constituir como instância de condição e de criação do discurso.

De fato, a existência do sujeito Jesus supõe ao mesmo tempo uma existência humana e outra divina impossível de confundi-las, de onde decorre a necessidade de jogar com esse pertencimento - não-pertencimento para afiançar sua existência. Nesse sentido, Jesus pertence plenamente à condição humana e à condição divina, mantendo-se no espaço humano-divino em um pertencimento paratópico explicável somente por ele mesmo. Essa consideração atesta a constituência teológica desse discurso, particularmente, ao recuperar, em Maingueneau, a categoria paratopia como uma condição desse discurso e da condição de seu ato criativo. Com isso, podemos associar esse recorte aos anteriores e identificar a manifestação do sujeito Jesus, reagindo frente a uma situação enunciativa estritamente humana da parte de sua mãe. No mesmo instante em que regras sociais, valores e posicionamentos sustentam a reação da mãe de Jesus, abrem-se seus olhos para a compreensão do enunciado proferido por seu filho: a *minha hora ainda não chegou*. Esse enunciado e o posicionamento nele materializado criam um efeito de sentido-chave para a coerência do discurso, além de mostrar um *ethos* que assegura sua vontade de intervenção direta ou indireta naquela situação enunciativa.

Na verdade, Jesus queria suscitar uma reação, colocando, de maneira explícita, um argumento que justificasse a ocorrência de sua intervenção. Afinal, sua mãe deveria entender que, a partir de então, o Pai conduziria o ministério de seu filho e não ela, sua mãe. O movimento discursivo dessa cenografia leva o enunciador a investir em um *ethos* discursivo, cujo modo de dizer implica um modo de ser e argumentar. A cenografia mostra Jesus se legitimando para deslegitimar a parcialidade do enunciado de sua mãe. Em suma, esse discurso apresenta traços de discurso constituinte, principalmente se considerarmos o investimento feito na constituição da cenografia, na condição paratópica do hiperenunciador e no *ethos* discursivo.

No quinto recorte, *sua mãe disse aos serviçais*: “*Façam tudo o que ele lhes mandar*”. Esse ato de produção discursiva da mãe de Jesus, parece-me carregado de uma força argumentativa, que posiciona sua interação com os serviçais. Ou seja, a mãe de Jesus, inscrita na cenografia, confirma sua participação naquele banquete nupcial e é reconhecida por sua relação com os serviçais “*façam tudo o que ele lhes mandar*”. Este enunciado proferido pela mãe de Jesus, faz com que o enunciador, João, esqueça seu posicionamento discursivo e crie um efeito de ilusão, por meio de um interdiscurso buscado no Primeiro Testamento, onde o povo de Israel, no monte Sinai, se compromete às promessas de aliança, conforme consta em “*Quanto o Senhor disse, nós o faremos!*” (Êxodo 19,8; 24, 3.7). Esse interdiscurso funciona, então, como um espaço de retomada de sua própria fonte, mas não reduzida a somente isso, pois ela se reatualiza ali intradiscursivamente. Nesse sentido, as condições sócio-históricas e culturais de produção e os interdiscursos tornam-se constitutivos do modo de dizer desse discurso e possibilita-me demarcar um aspecto de sua constituência, ou seja, por meio da lembrança do interdito, ele próprio se reconhece como fonte e origem de si mesmo.

No sexto recorte, *Ali perto havia seis jarros de pedra, do tipo usado pelos judeus para as purificações cerimoniais, cada jarro com capacidade para setenta e cinco a cento e quinze litros*. Nesse recorte, destaco, na cenografia, a ocorrência de um plano descritivo-argumentativo para identificar os elementos ali relacionados: *seis jarros de pedra, do tipo usado pelos judeus para as purificações cerimoniais*. O número *seis* evoca na memória discursiva o Talmude, que regulamentava serem tais jarros de pedra, para garantir a pureza da água. Além disso, o enunciador desperta uma atitude interdiscursiva, que carrega uma voz enunciativa justificada pela simbologia do número seis, chamado o número do homem (Apocalipse 13,18), evocado, ainda, de Gênesis 1,27,31. O homem foi criado no sexto dia. De fato, a ativação desses interdiscursos torna a enunciação mais produtiva, na medida em que leva o co-enunciador a acompanhar os movimentos enunciativos que se desenrolam na cenografia. Dessa maneira, o enunciador busca na memória do co-enunciador o reconhecimento do investimento que operou com o interdiscurso, a fim de legitimá-lo, validando sua enunciação, pela reformulação do discurso-fonte com vistas a adequá-lo às necessidades enunciativas atuais de seu enunciado. Por isso, compreendo que a convergência dos interdiscursos para a cenografia construída nesse discurso, deslocado do discurso-primeiro, não somente os reatualiza, mas constrói novos efeitos de sentido, em função das particularidades requeridas por esse discurso. Na verdade, essa operação é complexa, pois se faz necessário distinguir o interdiscurso em sua constituição na origem e, ainda, sua conservação nesse discurso, isto é, no discurso segundo.

No sétimo recorte, *Disse Jesus aos serviçais*: “*Encham os jarros com água*”. *E os encheram até à borda*, os enunciados aqui materializados instituem uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, que instaura o sujeito

enunciador, Jesus, no mesmo instante em que, por um processo intersubjetivo, instala seus co-enunciadores, os serviçais, constituindo uma relação discursiva entre eles. A enunciação encena o pedido de Jesus e o imediato atendimento dos serviçais, anteriormente alertados pela mãe de Jesus. Essa cenografia é indispensável para ligar os fatos: falta de vinho – pedido a Jesus por sua mãe – alerta aos serviçais pela mãe de Jesus – ordem dada por Jesus – atendimento a Jesus pelos serviçais.

A água, na cultura judaica da época, era tida como um símbolo da Torá, como também os jarros, que lembram as tábuas de pedra em que foi escrita Lei (Êxodo 31, 18; 32, 15). Nesse sentido, o enunciador utiliza o Primeiro Testamento como uma interligação implícita que traz da memória dados das condições sócio-históricas e culturais de produção, que se interligam a esse discurso. Para esclarecer a afirmação, ressalto que o interdiscurso estabelece aqui uma relação entre um texto-fonte, linguisticamente materializado no Primeiro Testamento, ou seja, ele interpela sua própria origem por meio de uma historicidade que legitima a si mesmo. É exclusividade dos discursos constituintes autorizarem-se a si mesmos; por isso, o discurso de João que aqui estudo, conquanto seja do Segundo Testamento, propõe-se ligado a uma fonte legitimadora que é ele mesmo. Por isso, é constituinte, uma vez que esse discurso se constitui por um investimento interdiscursivo com sua própria origem.

Em síntese, os serviçais, preocupados com a falta do vinho, ao se depararem com a ordem de Jesus, buscam atendê-lo na expectativa de verem aquela situação resolvida. Jesus, insere-se à comunidade discursiva dos sujeitos que se movem naquela cenografia e engaja-se como membro dela com o intuito de resolver o impasse ocorrido pela falta de vinho.

Sendo o discurso um lugar de interação, agora, reúno os recortes 8 a 10, agrupados devido à sua unidade na/pela situação de interlocução entre os sujeitos João, Jesus, os serviçais e o encarregado pelo casamento, que se movimentam na cenografia instaurada. A encenação está assim enunciada: 8. *Então lhes disse: “Agora, tirem um pouco e levem-no ao encarregado da festa”. Eles assim o fizeram, 9 e o encarregado da festa provou a água que fora transformada em vinho, sem saber de onde este viera, embora o soubessem os serviçais que haviam tirado a água. Então chamou o noivo 10 e disse: “Todos servem primeiro o melhor vinho e, depois que os convidados já beberam bastante, o vinho inferior é servido; mas você guardou o melhor até agora”.* A cenografia encena uma situação comunicativa em que Jesus, após, pedir aos serviçais que enchessem os jarros, tirassem um pouco de seu conteúdo e levassem ao encarregado da festa. Tendo provado da bebida, o encarregado, chamou o noivo, para lhe dizer que *todos servem primeiro o melhor vinho e, depois que os convidados já beberam bastante, o vinho inferior é servido; mas você guardou o melhor até agora.*

Nessa cenografia, movimentam-se João, como enunciador-narrador, Jesus que, por meio de discurso direto toma a palavra e o encarregado da festa, que se manifesta de forma enunciativa. A forma como se organizam os enunciados confere-lhes uma configuração particular e leva-me a construir diferentes efeitos de sentido, principalmente, se relacionar a necessidade da água para a vida humana e o vinho como expressão simbólica da abundância do banquete e a alegria da festa. No casamento, não poderia faltar o vinho. Assim, transformando em vinho a água dos jarros de pedra, Jesus transforma a Lei de Moisés. Por esse recorte finalizador, de um lado, observo que a mãe de Jesus simboliza Israel que sentiu falta do vinho, mas também aquela que percebe a necessidade do povo, e mais ainda, aquela que espera pelo Reino de Deus. Por outro lado, o encarregado da festa simboliza os judeus, que estão preocupados com a água para purificação, ou seja, os dirigentes judeus, que buscam manter a antiga aliança, que está desgastada. O encarregado da festa prova o vinho, mas se espanta, não sabe de onde vem vinho tão bom e não reconhece Jesus.

No último recorte, *Este sinal miraculoso, em Caná da Galiléia, foi o primeiro que Jesus realizou. Revelou assim a sua glória, e os seus discípulos creram nele*. Esse milagre de Jesus ocorre em um casamento, pois queria enunciar, por meio de uma linguagem simbólica, a restauração de uma nova aliança com Israel em Jesus e por Jesus. Esse evento restaura, por conseguinte, a comunhão de Deus com seus escolhidos, entre eles, os discípulos, que são judeus, que são israelitas e estavam no casamento. Neste sentido, os doze discípulos de Jesus simbolizam as doze tribos de Israel, conforme consta no segundo recorte dessa análise *Jesus e seus discípulos também haviam sido convidados para o casamento*. Não só Jesus era parte importante, mas os discípulos eram convidados especiais neste casamento. O milagre de Caná é o sinal de um novo tempo: rompida a antiga aliança, instaura uma nova aliança em que Jesus transforma a Lei de Moisés no Evangelho, confirmando que a graça e a verdade vêm por meio d'Ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, busquei refletir sobre a possibilidade de inserção do discurso teológico no quadro dos discursos constituintes, questionando o fato de o discurso religioso ter sido incluído nessa categoria. Parti dos fundamentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, apoiando-me na hipótese de pesquisa sobre os discursos constituintes, conforme proposto por Maingueneau (2000, 2004, 2006, 2008, 2015). No entanto, o problema de pesquisa que apresento não pretende distinguir discurso religioso e discurso teológico, embora o religioso se fundamente no teológico. Na verdade, o discurso religioso, constrói-se sobre o teológico, assumindo-o interdiscursivamente, na

medida em que, em seu funcionamento, ressignifica-o, ampliando e delimitando possíveis interações.

Em função disso, no percurso do capítulo, caracterizei o discurso religioso como um discurso institucional, visto que não se funda a si mesmo, propõe uma relação de poder, sustenta-se pelo controle e imposição sobre os fiéis e constitui um quadro de referência obrigatório aos posicionamentos ideológicos. Isso me fez argumentar que o discurso teológico, ao contrário, encena particularidades enunciativas, é autofundante, organiza-se por meio de uma linguagem simbólica, por estruturas míticas de natureza ontológica incontestáveis, que validam a si próprias e outros tipos de discurso, garantindo a si mesmo uma legitimidade fundante. Por isso, sob a luz das reflexões de Maingueneau, reconheço que cada um desses discursos se define por propriedades que garantem suas identidades e evidenciam seus espaços discursivos.

Uma vez feitas essas considerações, para inserir o teológico no quadro dos discursos constituintes, selecionei da Bíblia, aqui considerada um *archeion* da produção verbal da sociedade, o discurso *As bodas de Caná da Galiléia*, materializado, no Segundo Testamento, no evangelho de João, 2, 1-11 como uma manifestação linguística de uma prática discursiva. O evangelho de João, um dos doze discípulos de Jesus, é o quarto dos quatro evangelhos e considerado como o mais profundo e carregado de uma linguagem simbólica.

Meu trabalho de leitura crítico-reflexiva do discurso de *As bodas de Caná da Galileia* mereceu um tratamento discursivo, pois o considerei em sua materialidade linguística, em sua forma de ação sobre o outro, além de seu caráter interativo em meio às suas condições sócio-histórico-culturais de produção. No processo analítico, verifiquei a relação interdisciplinar da Análise do Discurso com a Teologia, de cujas abordagens destacam-se aspectos de instauração discursiva, sem contudo, ter a pretensão de elaboração de uma leitura hermenêutica ou exegetica, dado que esse trabalho se insere na Linguística, mais particularmente, na Análise do Discurso de linha francesa. As unidades selecionadas para a análise foram o interdiscurso, o código linguageiro, a cenografia e o *ethos* discursivo, porque se articulam, para suscitar a adesão do co-enunciador, ao inscrevê-lo em uma instituição discursiva e funcionam como um gatilho para a comprovação do teológico como discurso constituinte.

Para comprovar a constituência do discurso teológico, a partir do discurso que analiso, primeiramente, ressalto que ele está materializado no *archeion*, na Bíblia, lugar de funcionamento da autoridade, em nossa cultura. E para isso, reforço com um argumento retirado do próprio Maingueneau (2008, p.39), quando postula que o “*archeion* associa assim intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e uma gestão de memória” .

Embora reconheça a profundidade do tema, os simbolismos do código linguageiro utilizado por João, o posicionamento de fé imposto por meu lugar de fala, além dos limites estabelecidos pela metodologia de leitura assumida, percebi que o discurso *As bodas de Caná da Galileia* parte de práticas discursivas, que se entrelaçam na relação humano-divino, com o objetivo de emoldurar uma situação enunciativa paratópica de seu processo criador. O projeto que entendo como uma metodologia crítico-reflexiva de leitura desse discurso fez-me, sobretudo, valorizar a cenografia como um pano de fundo, onde o enunciador cria uma encenação que tem por função, ao mesmo tempo, legitimá-lo e validá-la. Na cenografia, associaram-se o evangelista João, que se investiu ora de metaenunciador, a fim de organizar a enunciação, ora como uma instância sujeito narrador, para pôr em movimento Jesus, a mãe de Jesus e o encarregado pela festa, em uma espécie de um relacionamento paradoxal.

O processo analítico revelou-me a complexidade desse tipo de discurso, que abrange um universo humano e divino em que os efeitos de sentido decorrem de competências linguísticas, simbólicas, culturais, interdiscursivas e do posicionamento de fé, que se apresentam como ações complexas para serem gerenciadas, particularmente, quando observo a relação entre o enunciador/autor/metaenunciador, João e o hiperenunciador, Jesus em sua dimensão paratópica. Considerando, portanto, a forma como esse discurso se instaura, o modo como constrói sua própria origem pelo interdiscurso, além de sua organização e abertura a outros discursos, que se fundam nele e, por isso, são atravessados por ele, parece-me que não há motivo para questionar a sua constituência e muito menos não incluí-lo no quadro inicial dos discursos constituintes, conforme proposto por Maingueneau & Cossutta (1995). Tenho certeza de que muitas outras questões ficaram abertas, mas devem ser retomadas em outras reflexões.

REFERÊNCIAS

- BAUMANN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BEUTLER, Johan. *Evangelho segundo João*. Comentário (BL – 70). Loyola: São Paulo, 2016.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1996.
- BRANDÃO, Helena HN. *Introdução à análise do discurso*. 3ªed. Campinas: UNICAMP, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, volume 10, dezembro, 2011.

- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DELRUELLE, Edouard. *Metamorfoses do sujeito*. A ética filosófica de Sócrates a Foucault. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- DODD, C.H. *La tradition historique du quatrième évangile*. Paris: Édition du Cerf, 1987.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GABUS, Jean-Paul. *Critique du discours théologique*. Paris: Delachaux & Niestlé, 1977.
- FANTI, Maria da Glória di & BARBISAN, Leci Borges. *Enunciação e Discurso – tramas do sentido*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 1994.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a.
- _____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003b.
- _____. *A Constituição da Sociedade*. Tradução de Álvaro Cabral. – São Paulo: Martins, 2006.
- GLOCK, C.Y. & STARK, R. *Religion and Society in Tension*. Chicago: Rand McNally, 1965
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *Analyser les discours institutionnels*, Paris: Armand Colin, 2014.
- LIBANIO, J.B.& MURAD, Afonso. *Introdução à teologia – perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Le contexte de l'œuvre littéraire: Enonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. L'analyse des discours constituants. In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- _____. *Analisando discursos constituintes*. *GELNE*, v.2, n.2, 2000
- _____. *Discurso literário: Paratopia e cena de enunciação*. Paris: Armand Colin, 2004
- _____. L'énonciation philosophique comme institution discursive. In: *Langages*, ano 29, n. 119, 1995. L'analyse du discours philosophique. p. 40-62.
- _____. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Análise do Discurso e suas fronteiras*, *Revista Matraca*, v.14, número 20. São Paulo, 2007.
- _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. La difficile émergence d'une analyse du discours religieux, *Langage et société*, 4, n. 130, 2009.
- _____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

- _____. Clareza do texto, discursos constituintes e quadro hermenêutico. 19 *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 8 - n. 1 - p. 11-19 - jan./jun. 2012.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2014.
- _____. O que pesquisam os analistas do discurso. *Revista da ABRALIN*, v.14, n.2, p. 31-40, jul./dez. 2015a.
- _____. *La Philosophie comme institution discursive*. Limonges: Lambert-Lucas, 2015b
- _____. Retorno crítico sobre o *ethos*. In: BARONAS, R.L.; MESTI, P. C.; CARREON, R. O. *Análise do Discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas, SP: Pontes, 2016a
- _____. Autoralidade e Pseudonomia. In: *Revista da ABRALIN*, v.15, n.2, p. 101-117, jul./dez. 2016b
- MAINGUENEAU, Dominique. & COSSUTTA Frederic. L'analyse des discours constituants. In: *Langages*, n. 29, n.117, 1995. p. 112-125.
- MENDONÇA, A.G. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p.29, 2004.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *O Discurso religioso católico: um estudo do rito matrimonial católico*. São Paulo: EDUC, 1993.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. et alii. *A parábola do filho pródigo*. São Paulo: LPB, 2009.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas & FERREIRA, Anderson. *Discurso e Cultura*. Volume I. São Paulo: Blucher, 2018.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas & FERREIRA, Anderson. *Discurso e Cultura*. Volume II. São Paulo: Blucher, 2019.
- NOGUEIRA, P.A.S. (Org.). *Linguagens da religião: desafios, métodos e conceitos Centrais*. São Paulo: Paulinas, 2012a. p.9-1
- MCCARYHEY, N. *Sociologia*. São Paulo: Artmed, 1994.
- MORAES, Marcos Antonio de, MARRAS, Stélio & SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Disciplinar, inter-trans-multi-pós-disciplinar. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. no. 64 São Paulo, May/Aug. 2016, p.1.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1983.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar Edições, 2002.

- SMITH, F. *Leitura significativa*. Tradução Neves, B. A. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. 4. ed. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim; Paulo Sérgio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- SALES, Franciele E. & HAETINGER, Matheus. *A religião como instituição social*. In: <https://prezi.com/ca4bal5dfjim/a-religiao-como-instituicao-social/>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.
- SCOTT, John. *Sociological theory*. Contemporary debates, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2006.
- TILLIC, Paul. *Teologia sistemática*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.
- _____. *Teologia da cultura*. São Paulo: Fonte, 2009.
- VEBLEN, T. *Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

O DEUS DA HARMONIA: A LEGITIMAÇÃO DE UM ESPAÇO NO CAMPO DISCURSIVO DA RELIGIOSIDADE

Carlos Alberto BAPTISTA¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A noção de discursos constituintes, formulada por Cossutta & Maingueneau (1995) e desenvolvida por Maingueneau (2000, 2004, 2006, 2010, 2014), tem como base a ideia de reunir discursos que desempenham o papel de fundadores das demais produções discursivas da sociedade. Discursos que legitimam outros ao mesmo tempo em que devem gerir, eles mesmos, seu processo de legitimação.

Nessa perspectiva, Maingueneau define, como discursos constituintes, o religioso, o filosófico, o científico e o literário. Embora diferentes, esses discursos possuem características similares de emergência, circulação e funcionamento. É de dessas similaridades que se formula o conceito de discursos constituintes.

O discurso teológico², tomado como um discurso constituinte, por sua cena de enunciação, funda uma Fonte legitimadora que, por sua vez, deve legitimá-la. Trata-se de um processo enunciativo em que o discurso deve gerir sua própria emergência, atribuindo autoridade a um enunciador que recebe sua fala de uma fonte transcendente. Essa fonte é produzida pelo próprio discurso, embora seja apontada como algo exterior a ele.

Com base nisso, nosso objetivo é de analisar as características do processo enunciativo-discursivo de fundação e de legitimação na emergência de um novo posicionamento no campo discursivo religioso. A hipótese é de que tal emergência deve ser concernente às características de constituição e de legitimação dos discursos constituintes.

¹ E-mail: prof.carlos.itb@gmail.com

² NASCIMENTO (2009, 2019) distingue discurso teológico e discurso religioso, considerando que o discurso teológico é constituinte. Na seção seguinte explicamos essa distinção.

A *Seicho-No-Ie* é uma religião surgida no Japão em 1929, fundada por Masaharu Taniguchi. A divulgação de seu conteúdo doutrinal foi feita principalmente pela publicação da coletânea de livros “A verdade da vida”. Os discursos veiculados por essas publicações possibilitam-nos analisar como o processo enunciativo de emergência desse novo posicionamento busca legitimar um espaço no campo da religiosidade. Seleccionamos com esse intuito as revelações que introduzem essa obra, que serão tomadas por nós como os discursos teológicos que marcam a fundação dessa doutrina.

Tendo em vista que os discursos constituintes exercem função de *archeion* e legitimam os atos sociais, é necessário entendermos como funcionam seus mecanismos discursivos e enunciativos. Ao focarmos o discurso religioso e teológico, acessamos um universo simbólico tocante a toda história humana, visto que a religiosidade exerce significativo poder simbólico sobre os atos de uma coletividade. Entender seu funcionamento, portanto, é entender a relação entre o ser humano, a linguagem e o sagrado.

Embora o estudo a respeito do discurso religioso mereça espaço, visto que esse discurso atravessa diversas práticas sociais, há, no entanto, dificuldades de emergência de uma “Análise do Discurso Religioso”, como já aponta Maingueneau (2009). No Brasil, são poucos os estudos em Análise do Discurso que contemplam os discursos religioso e teológico. Por isso, esse campo encontra-se como um território pouco explorado e carente de bases teóricas sólidas. É nesse sentido que este estudo visa a contribuir para o melhor conhecimento do funcionamento do campo discursivo da religiosidade.

Embasamo-nos no aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha Francesa, na perspectiva enunciativo-discursiva desenvolvida por Maingueneau, da qual seleccionamos as categorias de discursos constituintes, posicionamento, interdiscurso e cenas de enunciação. A escolha da AD destaca-se por seu caráter interdisciplinar possibilitar-nos um estudo que transcenda aspectos puramente linguísticos ou sociológicos. Na perspectiva da AD, o problema da religiosidade e das práticas linguareiras mostram-se intrínsecos, visto que a AD permite-nos exceder as fronteiras entre linguagem e lugares sociais:

pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a Análise do Discurso. (MAINGUENEAU, 2007, p. 19)

O capítulo está organizado em três etapas. Primeiro, discorremos sobre a noção de discursos constituintes e de suas características fundamentais. Na sequência, apontamos os aspectos e funcionamento do campo discursivo religioso. Em seguida, apresentamos a *Seicho-No-Ie*, sua fundação, características doutrinárias e as produções discursivas que compõem o *corpus* em análise. Na última etapa, realizamos a análise e a discussão dos resultados.

OS DISCURSOS FUNDADORES E OS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE EMERGÊNCIA

Fundamentado em uma concepção de linguagem que concebe o discurso no entrecruzamento do uso linguageiro e lugar social, o quadro teórico desenvolvido por Maingueneau oferece uma perspectiva que nos permite refletir sobre a relação entre a prática social e a prática discursiva. Para tanto, o autor desenvolve um quadro teórico-metodológico que capta o plano discursivo pelo engendramento dos processos enunciativos. Assim, destaca o modo como as instâncias subjetivas emergem no discurso, concebendo o sujeito intrinsecamente ligados aos lugares sociais e às suas implicações com os lugares discursivos nos quais ele se inscreve para enunciar.

Nesse quadro, a noção de cenografia é fundamental. Construída pelo próprio discurso, mas também legitimada por ele, a cenografia consiste no processo de inscrição que envolve um enunciador e um co-enunciador, um ethos, um código linguageiro, um lugar (topografia) e um momento (cronografia) de enunciação. Esses elementos sustentam a cenografia à medida que emergem no discurso como os mais apropriados para aquela situação de enunciação. Temos, então, o que Maingueneau (2013; p. 98) chama de enlaçamento paradoxal, ou seja, o dito legitima o modo de dizer, ao mesmo tempo que o modo de dizer mostra-se como a forma mais legítima para o surgimento do enunciado.

Por sua vez, a noção de discursos constituintes, conforme formulada por Cossutta e Maingueneau (1995) e retomada por Maingueneau (1995, 2000, 2006, 2008, 2010, 2014), é um “campo de pesquisa”, no qual são reunidos discursos que apresentam em comum o fato de pretender legitimar todos discursos de uma sociedade, desempenhando, dessa forma, o papel de fundadores ou de arquivos.

Embora muito distintos entre si, os discursos constituintes, o teológico, o científico, o filosófico e o literário, compartilham características em comum quanto suas condições de emergência, circulação e funcionamento. A primeira similaridade entre esses discursos é que ocupam um lugar limite no interdiscurso, sendo a sede de autoridade de outros. Isso significa que tais discursos atuam

como fonte de legitimação dos demais discursos que circulam na sociedade, mas não admitem outros discursos acima deles.

Esse espaço limite ocupado pelos discursos constituintes somente é possível, pois tais discursos são autoconstituintes, ou seja, gerem, eles mesmos, seu modo de emergência no interdiscurso. Em outras palavras, podemos dizer que os discursos constituintes fundam sua própria emergência.

Para que possam surgir “do nada”, isto é, sem se alicerçar em outros discursos, os discursos constituintes emergem a partir de uma Fonte legitimadora, que resulta de um processo enunciativo paratópico (Maingueneau, 1993, 2006, 2010). A noção de paratopia é desenvolvida por Maingueneau (1993), em um primeiro momento, para tratar do discurso literário. Nesse sentido, o conceito designa a relação problemática que o escritor estabelece com o campo literário e com a sociedade.

Já em Maingueneau (2006), o autor estabelece a interdependência entre discursos constituintes e paratopia, ao afirmar esta como uma característica inerente a tais discursos.

Aquele que enuncia no âmbito de um discurso constituinte não pode situar-se nem no interior nem no exterior de uma sociedade: está fadado a dotar sua obra do caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento a essa sociedade. Sua enunciação se constitui mediante a própria impossibilidade de atribuir a si um verdadeiro “lugar”. (2006, p. 68)

Estabelece-se, portanto, que a paratopia é um aspecto intrínseco aos discursos constituintes, pois atua como um fator de legitimação destes, ao permiti-los legitimar a si mesmos. O que é possível porque a paratopia dá ao enunciador sua autoridade enunciativa. Ela é apontada como um estatuto do produtor de um discurso constituinte, o qual ocupa um lugar paradoxal ou parasitário, na sociedade, que joga entre um lugar e um não-lugar.

Nessa perspectiva, aqueles que assumem o lugar de produtor dos discursos constituintes, tal como o artista, o filósofo, o cientista, o profeta, alimentam suas obras da negociação de um lugar impossível, de um pertencimento paradoxal ao mundo. É somente por não pertencer totalmente ao mundo que um discurso pode se propor sobre os demais discursos desse mundo; mas é somente por fazer parte do mundo que ele pode legitimar os discursos de uma sociedade.

Essas três características principais e imbricadas dos discursos constituintes, a paratopia, a auto e heteroconstituição, são norteadoras para refletirmos acerca do funcionamento do campo discursivo religioso. Acerca da heteroconstituição, isto é, da hierarquia interdiscursiva pela qual se constitui o discurso religioso e ao fato de legitimar outros discursos não sendo atravessado por eles, notamos que,

no campo discursivo religioso, as doutrinas emergentes alicerçam-se em uma obra fundadora, um discurso primeiro considerado sagrado pela comunidade discursiva. O livro sagrado, a bíblia, a Torá, o Alcorão, os Vedas são inscritos como as palavras primeiras de determinado posicionamento discursivo religioso. Essas obras tornam-se arquitextos pelos quais um ou mais posicionamentos disputam os efeitos de sentido verdadeiros, o que pode ser exemplificado pela organização das religiões cristãs em torno da Bíblia.

Na visão sociológica de Bourdieu (2013), o campo religioso é formado por posicionamentos (religiões, doutrinas, seitas) que disputam a adesão de fiéis. A fé funciona, nesse sentido, como um capital simbólico em disputa no interior do campo. O maior número de fiéis assegura a legitimidade do posicionamento e faz com que ele ocupe a região dominante. As disputas no interior do campo religioso são, no geral, marcadas por competição acirrada, na qual cada posicionamento busca desacreditar os demais, considerando-os falsos profetas, práticas profanas ou demoníacas.

O posicionamento emergente estabiliza-se à medida em que se institucionaliza. Assim, quanto mais consegue ocupar um lugar dominante no campo e acumular maior capital simbólico, a doutrina torna-se uma instituição com uma comunidade discursiva organizada e hierarquizada, com práticas e rituais cristalizados, com a instauração de uma tradição religiosa e estabelecimento de dogmas.

Entretanto, conforme observa Nascimento (2009, 2019), ao considerar a interdiscursividade do discurso religioso, nota-se que os discursos institucionalizados das doutrinas religiosas, os posicionamentos, alicerçam-se em um discurso teológico, isto é, aquele no qual se manifesta a voz de Deus. Nessa ótica, os posicionamentos emergentes no campo discursivo religioso buscam sua fonte de autoridade no discurso constituinte teológico, aquele em que uma força transcendente assume o lugar de enunciador, ou ainda, aquele em que um hiperenunciador enuncia.

O discurso teológico insere-se, nessa ótica, entre os discursos que devem legitimar sua própria emergência no interdiscurso por um processo enunciativo paratópico. Sua aparição ocorre por meio de uma cena enunciativa que faz com que a fala do enunciador possa emergir de uma Fonte legitimadora, que problematiza a autoria do discurso e a responsabilidade enunciativa. Ao enunciar por uma força transcendente, seu enunciado acessa uma verdade absoluta, que lhe é revelada: a verdade sobre a existência, o sentido da vida, a salvação...

O discurso religioso, em contrapartida, seria o discurso institucionalizado produzido pelas organizações religiosas: o discurso católico, o discurso budista... O discurso religioso não seria, portanto, constituinte, pois necessita do discurso

teológico para legitimá-lo. Seria apenas mais um entre os discursos tópicos, isto é, aqueles produzidos na sociedade, como o jornalístico, o político etc. O discurso católico, por exemplo, se apoiaria no discurso constituinte bíblico, o qual daria sua autoridade enunciativa. Há, assim, a dicotomia interdiscursiva que diferencia discurso religioso e discurso teológico: tópico/ paratópico, institucional/ não-institucional, humano/ divino, fundador/ fundado.

O discurso que analisaremos é a “Revelação da Grande Harmonia”, texto introdutório do livro “A verdade da vida”. Por se tratar de uma revelação divina, que conforme a *Seicho-No-Ie*, é feita a Masaharu Taniguchi, esse discurso é tomado por nós como um discurso teológico, basilar para a fundação da doutrina. Como se pode notar, discurso teológico e religioso são faces imbricadas da interdiscursividade religiosa. A doutrina religiosa fundamenta-se nele, mas ele somente existe através dessa doutrina.

A SEICHO-NO-IE

A *Seicho-No-Ie* (doravante SNI) foi fundada em 1930, na cidade de Kode, no Japão, por Masaharu Taniguchi (1893-1988), fazendo parte do movimento denominado por Clarke (2008) de Novas Religiões Japonesas. É um movimento religioso surgido no início da era *Meiji*, meados do séc. XIX e início do séc. XX, mas que se expandiu, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. As religiões que fazem parte desse movimento buscam adaptar-se ao processo de modernização japonês e atender às necessidades dos moradores de centros urbanos.

Albuquerque (1999) destaca como principais características das novas religiões japonesas: um corpo doutrinário sincrético, cujos elementos são provenientes do Xintoísmo, do Budismo, do Cristianismo, de crenças populares e do pensamento ocidental moderno; convicção de que seus adeptos são recompensados com benefícios nesta vida, como prosperidade, saúde e harmonia familiar; secularismo organizacional e proselitismo.

Na atualidade, a SNI, como aponta Clarke (2008, p. 42), é “considerada a religião com o maior número de adeptos – estimados em mais de dois milhões – dentre as mais de trinta religiões japonesas”. Entre as estratégias discursivas que garantem a adesão dos adeptos, está a decisão de deixar sua identidade em aberto, não aceitando o rótulo de religião. Assim, geralmente define-se como “filosofia de vida” ou espiritualidade.

A cosmologia que fundamenta a doutrina é composta pela dicotomia: de um lado, *Jissô*, Deus ou a imagem verdadeira, que é aquilo que existe de fato e constitui todo o universo; de outro lado, o mundo dos sentidos ou fenomênico, a

matéria, a aparência. Com base nesses dois elementos, estabelece-se a premissa de que, se o homem é filho de Deus, ele deve enxergar sua verdadeira essência, o *Jissô*. Ao despertar para o *Jissô*, perfeito por natureza, ele se libertará de tudo que há de mau do mundo; pois a doença, a dor, o sofrimento e até a morte, são projeções do mundo dos sentidos, causados pelo distanciamento da imagem verdadeira.

O ponto fundamental da doutrina é o sincretismo de sua constituição. Trata-se de um aspecto que se destaca na identidade enunciativa da SNI. Segundo Albuquerque (1999), são encontrados, não só elementos das religiões tradicionais japonesas, como o Budismo e o Xintoísmo, mas também elementos do Cristianismo. Além disso, há inspiração no Novo Pensamento americano, na Psicanálise freudiana e até na filosofia idealista alemã. Com base em um vasto interdiscurso religioso e filosófico, a SNI marca um posicionamento antissectarista, com a finalidade de emergir como uma religião universal que integra todas as demais religiões:

A Seicho-No-Ie é Budismo, é Cristianismo, é Xintoísmo, é também qualquer ensinamento ao mesmo tempo. Isso porque quando se segue a essência de todas as religiões, chega-se a um ponto em que todas elas se identificam, e a esse ponto de identidade é que foi dado o nome Seicho-No-Ie. (TANIGUCHI, apud ALBUQUERQUE, 1999, p. 34).

A divulgação doutrinal da SNI é feita, principalmente, pela publicação de revistas e livros. Inicia-se com a publicação da revista *Seicho-No-Ie* que, em 1932, é reunida, por seu fundador, na sua principal obra doutrinária, a coleção de 40 volumes intitulada *Seimei no Jissô*, “A verdade da Vida”. No Brasil, a coleção começou a ser publicada a partir da década de 1960, juntamente com a revista “O Acendedor”. As duas publicações são responsáveis, portanto, pela divulgação doutrinária da SNI no Brasil.

O livro “A verdade da vida” é a obra basilar de divulgação da doutrina, ainda na atualidade, e está na décima sétima edição (2003). Toda a coleção é de autoria de Masaharu Taniguchi. O livro contém textos que já haviam sido publicados na revista *Seicho-No-Ie* e outros inéditos, mas organizados em torno de um tema. O primeiro volume recebe o subtítulo de *livro sumário/ livro Jissô*, nas primeiras edições, e *Introdução/imagem verdadeira*, nas edições mais recentes. O livro é traduzido e divulgado no Brasil pela própria *Seicho-No-Ie*.

A REVELAÇÃO DIVINA EM "A VERDADE DA VIDA"

Faremos a análise com base nos textos introdutórios do livro "A verdade da vida", v.1. São discursos que instauram a cenografia da revelação divina, portanto, trata-se de discursos teológicos. São os discursos que estabelecem o primeiro contato entre a SNI e seus leitores, deste modo, têm o papel de estabelecer o contrato enunciativo entre o enunciador da SNI e um co-enunciador que visa a conhecer a doutrina e possa tornar-se um adepto. Portanto, esses discursos são fundamentais para a adesão do co-enunciador à doutrina da SNI.

Tendo isso em vista, os aspectos discursivos analisados são focados por nós no âmbito de estratégias de adesão e de estabelecimento de um lugar no campo da religiosidade. Concernente ao segundo aspecto, ele leva em conta que esse discurso também é responsável por estabelecer um lugar dentro do campo discursivo religioso já definido por outros posicionamentos. Com isso, as estratégias de adesão devem ser pensadas concomitantemente como estratégias de posicionamento. Isto é, a SNI afirma-se como um posicionamento discursivo em meio a outros, com os quais estabelece relações de aliança e/ou concorrência.

O livro "A verdade da vida", v.1 é introduzido por duas revelações. A primeira é a revelação bíblica contida no Novo Testamento, Apocalipse, cap. 1, v. 12-20. Em seguida, há a *Revelação divina da Grande Harmonia*, a qual é uma das primeiras revelações divinas recebida por Masaharu Taniguchi, datada de 15 de janeiro e 27 de setembro de 1931.

Na obra, esses discursos têm a função de epígrafe, ou seja, gênero de texto inspirador da produção da obra. A epígrafe pode ser definida também como um peritexto (GENETTE, 2009), por ser um enunciado que ocupa um lugar, ao mesmo tempo, interior e exterior à obra. A escolha por iniciar a obra com o capítulo do apocalipse, texto do Novo Testamento, é significativo para compreendermos a inscrição do posicionamento do enunciador da SNI no interdiscurso religioso. Sabemos que o Novo Testamento é a obra que assume o lugar de arquitexto do Cristianismo e, conseqüentemente, é o discurso basilar das doutrinas religiosas de orientação cristã.

Voltei-me para ver a voz que falava comigo. Voltando-me, vi sete candelabros de ouro e entre os candelabros alguém semelhante a um Filho de homem, vestindo longa túnica até aos pés, cingido o peito por um cinto de ouro. Tinha ele cabeça e cabelos brancos como lâ cor de neve. Seus olhos eram como chama de fogo. Seus pés

pareciam metal ardente na fornalha. Sua voz era como o ruído de muitas águas. Segurava na mão direita sete estrelas. De sua boca saía uma espada afiada de dois gumes. Sua face era como o sol quando brilha em todo o seu fulgor. Ao vê-lo, caí aos seus pés como morto. Então ele colocou sua mão direita sobre mim e disse: “Não temas! Eu sou o Primeiro e o Último e o que vive. Estive morto e eis que de novo vivo pelos séculos dos séculos! E tenho as chaves da morte e da região dos mortos. “Escreva, pois, as coisas que você viu, tanto as presentes como as que acontecerão. Este é o mistério das sete estrelas que você viu em minha mão direita e dos sete candelabros: as sete estrelas são os anjos das sete igrejas, e os sete candelabros são as sete igrejas.

(Apocalipse, Cap. I, Vers. 12 a 20.)

O apocalipse é o último livro do Novo testamento e, de acordo com a tradição cristã, trata da revelação de Cristo a João sobre fatos que aconteceriam em breve. Trata-se de um discurso cuja estrutura de enunciação nos remete a dois níveis enunciativos. O primeiro nível é o do acontecimento da revelação, do qual participam o hiperenunciador, e o co-enunciador, João. O segundo nível é o da obra, o do relato de João sobre a revelação divina, da qual o enunciador é João, intermediário entre o plano divino e o plano dos homens.

O actante João ocupa, desse modo, uma complexidade de lugares na enunciação: primeiro nível / segundo nível; co-enunciador/enunciador; plano divino/plano dos homens; enunciador/escriva. Assim, no segundo nível da enunciação, o enunciador faz seu testemunho, a aparição de um ser que pede a ele para escrever o que é enunciado. No primeiro nível da enunciação, temos o hiperenunciador, que atribui a João o lugar de co-enunciador/escriva.

No discurso da revelação divina, o co-enunciador da revelação é acima de tudo, o escolhido. É ele, dentre todos os outros da mesma tribo, do mesmo grupo, da mesma seita ou dentre todos os homens do mundo, que é escolhido pelo plano divino ou transcendente para receber a revelação. Aquele para quem é feita a revelação torna-se um sujeito único entre os seus, pois ele toca o divino. É o mediador entre o plano do divino e o plano dos homens.

Segundo Hanson (1976, apud SOARES, 2008, p.103) O discurso do Apocalipse enquadra-se em um gênero de discurso específico: o gênero apocalíptico. Nos primeiros enunciados do Apocalipse de João, conforme esse autor, nota-se os

quatro aspectos enunciativos que tipificam a estrutura desse gênero: “uma revelação que é dada por Deus; a transmissão se dá por um mediador; o receptor é um visionário; os temas tratados dizem respeito a eventos futuros.”

Receber a revelação é, conseqüentemente, tornar-se responsável por uma missão. O hiperenunciador dirige-se ao co-enunciador da revelação, instaurando um ato de ordem: “escreva”. Assim, o ato de ordem é também um ato de transformação do co-enunciador, que se torna, a partir desta, um escriba e representante do plano divino. No versículo 11 do mesmo texto temos: “escreve-o num livro e manda-o às sete igrejas”. O co-enunciador (do primeiro nível enunciativo) da revelação, torna-se o enunciador (do segundo nível enunciativo) da revelação como enunciado. Ou seja, de receptor da mensagem divina, ele passa a divulgador. Está aí sua missão.

Após o texto do Apocalipse, segue a revelação recebida por Masaharu Taniguchi, intitulada como *Revelação divina da grande harmonia*, datada de 27 de setembro de 1931. Notamos, assim, que a revelação divina do Apocalipse é inserida na obra com a finalidade de ancorar o discurso da SNI.

Revelação Divina da Grande Harmonia

Reconcilia-te com todas as coisas do céu e da terra. Quando se efetivar a reconciliação com todas as coisas do céu e da terra, tudo será teu amigo. Quando todo o Universo se tornar teu amigo, coisa alguma do Universo poderá causar-te dano. Se és ferido por algo ou se és atingido por micróbios ou por espíritos baixos, é prova de que não estás reconciliado com todas as coisas do céu e da terra. Reflexiona e reconcilia-te. Esta é a razão por que te ensinei, outrora, que era necessário te reconciliares com teus irmãos antes de trazeres oferenda ao altar. Dentre os teus irmãos, os mais importantes são teus pais. Mesmo que agradeças a Deus, se não consegues, porém, agradecer a teus pais, não estás em conformidade com a vontade de Deus. Reconciliar-se com todas as coisas do Universo significa agradecer a todas as coisas do Universo. A reconciliação verdadeira não é obtida nem pela tolerância nem pela condescendência mútua. Ser tolerante ou ser condescendente não significa estar em harmonia do fundo do coração. A reconciliação ver-

dadeira será consolidada quando houver recíproco agradecer. Mesmo que agradeça a Deus, aquele que não agradece a todas as coisas do céu e da terra não consolida a reconciliação com todas as coisas do céu e da terra. Não havendo a reconciliação com todas as coisas do Universo, mesmo que Deus queira te auxiliar, as vibrações mentais de discórdia não te permitem captar as ondas da salvação de Deus. Agradece à Pátria. Agradece a teu pai e a tua mãe. Agradece a teu marido ou a tua mulher. Agradece a teus filhos. Agradece a teus criados. Agradece a todas as pessoas. Agradece a todas as coisas do céu e da terra. Somente dentro desse sentimento de gratidão é que poderás ver-Me e receber a Minha salvação. Como sou o Todo de tudo, estarei somente dentro daquele que estiver reconciliado com todas as coisas do céu e da terra. Não sou presença que possa ser vista aqui ou acolá. Por isso não me incorporo em médiuns. Não penses que, chamando por Deus através de um médium, Deus possa Se revelar. Se queres chamar-Me, reconcilia-te com todas as coisas do céu e da terra e chama por Mim. Porque sou Amor, ao te reconciliares com todas as coisas do céu e da terra, aí, então, Me revelarei. (Revelação Divina da noite de 27 de setembro de 1931)

O título “revelação divina” já faz com que o co-enunciador da obra “A verdade da vida”, por sua competência genérica, ou seja, por conhecer as especificidades do gênero apocalíptico ou da revelação, compreenda que o TU do item lexical “Reconcilia-te” não estabelece, de imediato, um contrato enunciativo entre ele (co-enunciador da obra) e o enunciador da obra, mas que, por se tratar de uma revelação, instaura a cenografia cujo enunciador é Deus e o co-enunciador é aquele que recebeu a revelação. A data, ao final, confirma os lugares distintos que este discurso instaura aos co-enunciadores dos dois níveis enunciativos: o do co-enunciador da obra, o possível adepto da SNI, e o do co-enunciador da revelação, neste caso, o autor. A organização enunciativa, dá-se em uma cadeia que pode ser representada do seguinte modo:



Esquema 1. Elaborado pelo autor

Do mesmo modo que observamos na revelação do Apocalipse, há aqui dois níveis de enunciação, mas, desta vez, de maneira implícita. Na primeira revelação, há a presença dos dois enunciadore, que assumem o lugar de EU no discurso, o enunciador da obra e o hiperenunciador: “Voltei-me para ver a voz que falava comigo”, “Eu sou o Primeiro e o Último”. Na *Revelação divina da Grande Harmonia*, em contrapartida, há, no enunciado, somente o hiperenunciador. Contudo, a revelação do Apocalipse, inserida anterior a esta, contribui para que o co-enunciador identifique os dois níveis enunciativos mesmo que não estejam explícitos.

No primeiro nível, o enunciador da *Revelação divina da Grande Harmonia* é o hiperenunciador. Este dirige-se ao co-enunciador/ o escolhido que, no discurso construído pela SNI, é identificado como o fundador da doutrina. No segundo nível, aquele que recebeu a revelação divina torna-se o enunciador e dirige seu discurso ao co-enunciador, que é o possível adepto da SNI. A identidade do enunciador é multifacetada: autor, enunciador, fundador, o escolhido pelo plano divino.

O enunciador da obra assume, desse modo, a complexidade de papéis, conforme apontamos acerca do enunciador João, em o Apocalipse. Neste caso, a instância do enunciador amalgama-se com a instância de autor. Além disso, se no

primeiro nível da enunciação, ele é aquele a quem o hiperenunciador se dirige, ou seja, o co-enunciador da revelação; na obra, ele torna-se o enunciador, mas enuncia como se fosse habitado pelo hiperenunciador. Afinal, o ato de enunciar, para ele, é, acima de tudo, uma missão de transmitir o que lhe é revelado pelo hiperenunciador.

Assim, sua fala não é somente sua, o que faz com que o estatuto de enunciador da SNI, em “A verdade da vida”, seja um estatuto paratópico: o do enunciador/autor/fundador e o do hiperenunciador. Esse duplo lugar, ou ainda, lugar problemático do enunciador, é um aspecto característico dos discursos constituintes. Trata-se de um discurso que pretende legitimar-se através de um enunciador cuja fala ascende a uma fonte legitimadora:

Se há “constituição”, é justo na medida em que a cena de enunciação que o texto traz legítima de uma maneira, em certo sentido, performativa o direito à fala que ele pretende receber de alguma fonte (a Musa, Deus...). (MAIN-GUENEAU, 2006, 70)

A legitimação desse discurso é decorrente da adesão do co-enunciador ao lugar que o enunciador instaura. Em outras palavras, o co-enunciador torna-se um adepto da comunidade discursiva da SNI à medida que aceita que o discurso que funda a doutrina é um discurso cujo enunciador acessa o Absoluto, ou seja, o plano divino. Para o co-enunciador/adepto, tal discurso deve ser tomado como fruto de um enunciador de um duplo lugar de fala: que pertence ao mundo dos homens, mas que acessa a Verdade, o Transcendente.

Não devemos, contudo, reduzir esse processo enunciativo somente aos lugares do enunciador e do co-enunciador, pois estes são apenas alguns dos elementos que compõem a cenografia que emerge nesse discurso. A cenografia da revelação divina é instaurada, em primeiro lugar, pela memória discursiva que a revelação do Apocalipse ajuda a construir. Dela faz parte a topografia: um lugar da magia, do mistério, do sobrenatural e, sobretudo, do divino; e uma cronografia, um momento que joga com o agora e o futuro revelado.

Na *Revelação Divina da Grande Harmonia*, a topografia e a cronografia são constituídas, principalmente, pelo item lexical “Grande harmonia”. Esse item representa, de modo concomitante, um lugar e um tempo anunciado pelo hiperenunciador. Contudo, não é o aqui-agora, mas um lugar e um tempo futuro e quiçá, ou seja, que somente será alcançado ao se cumprir a condição que o hiperenunciador estipula: “Quando se efetivar a reconciliação com todas as coisas do céu e da terra”.

O enunciado “Reconcilia-te”, cuja relação EU-TU, no primeiro nível enunciativo, dá-se entre o hiperenunciador e o co-enunciador da revelação, produz

efeitos de sentido de ato de pedido ou conselho. Atendê-lo é, assim, a condição para que o co-enunciador acesse o lugar-tempo da Grande harmonia. Contudo, ao inseri-lo na obra de divulgação da SNI, “A verdade da vida”, a relação EU-TU, no segundo nível, torna-se mais complexa. Quando o co-enunciador da obra/adepto da SNI tem acesso aos seus efeitos de sentido, assume também o lugar do TU que a cenografia da revelação instaura. No entanto, o TU, nesse discurso, assume ainda outra proporção, pois pode se referir a toda humanidade. “Reconcilia-te” torna-se, assim, um convite global, para acessar ao tempo-lugar da “Grande harmonia”.

Se, por um lado, o hiperenunciador faz o pedido/convite ao co-enunciador, por outro lado, ele também faz a promessa: “Quando todo o Universo se tornar teu amigo, coisa alguma do Universo poderá causar-te dano”. Assim, estabelece a relação de condição: caso não aceite reconciliar-se, terá como consequência continuar sua vida propensa à dor, ao sofrimento e à doença, tanto no plano carnal como no espiritual: “Se és ferido por algo ou se és atingido por micróbios ou por espíritos baixos, é prova de que não estás reconciliado com todas as coisas do céu e da terra”. Caso aceite reconciliar-se, tornar-se-á livre de todos esses males: “coisa alguma do Universo poderá causar-te dano” e “tudo será teu amigo”.

Notemos, agora, a interdiscursividade que atravessa “A revelação da Grande harmonia”. No enunciado “Esta é a razão por que te ensinei, outrora, que era necessário te reconciliares com teus irmãos antes de trazeses oferenda ao altar”, o hiperenunciador evoca um outro momento em que havia ensinado sobre a reconciliação. O item lexical “outrora” resgata, assim, pela memória discursiva, através do interdiscurso, um momento anterior ao da enunciação da revelação divina da grande harmonia, em que Ele já havia ensinado a reconciliação. O enunciado “outrora” remete ao discurso do Novo testamento:

Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar, e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão e, depois, vem e apresenta a tua oferta. (Mateus, Cap. 5, v. 23-24)

Com efeito, essa relação interdiscursiva faz com que o hiperenunciador do discurso da SNI assimile o hiperenunciador, que fala através de Cristo, no Novo testamento, na mesma instância enunciativa. Se ambos são o Mesmo, o posicionamento discursivo da SNI estabelece relação de aliança com o posicionamento discursivo religioso cristão. A aliança pode ser pensada em termos de posicionamento estratégico da SNI no campo discursivo da religiosidade, pois estabelece que o Deus do Cristianismo é o Deus da SNI. Isto confirma o que a revelação do Apocalipse, anterior a esta, já corrobora.

No entanto, a relação interdiscursiva entre o discurso da SNI e o discurso do Novo Testamento coloca em xeque o lugar da SNI entre os discursos constituintes. Se os discursos constituintes ocupam um lugar limite no interdiscurso, em que legitimam outros, mas não são legitimados por outros, recorrer ao discurso do Cristianismo desqualificaria o posicionamento discursivo religioso da SNI como discurso constituinte?

Não é o que defendemos, pois o discurso da SNI visa a seu próprio processo enunciativo de fundação por meio de um processo enunciativo paratópico, ou seja, estamos diante de dois discursos teológicos distintos: o bíblico e a revelação da Grande Harmonia. Por isso, talvez possamos pensar nessa relação interdiscursiva, entre discurso da SNI e discurso do Novo Testamento, como um processo de inscrição estratégico do posicionamento da SNI no campo discursivo religioso.

O discurso da SNI fundamenta-se, afinal, no conceito de Deus uno, isto é, em seu discurso de fundação, emerge um hiperenunciador que transcende todo sectarismo. É um Deus único que enuncia em todas as religiões. Assim, explica o sincretismo que marca o discurso da SNI, pois seu hiperenunciador é aquele que “outrora” enunciou no Cristianismo, no Xintoísmo ou no Budismo.

A legitimação da SNI decorre, portanto, principalmente, por dois aspectos que observamos na análise. O primeiro é mostrar que seu discurso não pertence ao mundo, visto que o enunciador/fundador de sua discursividade recebe-o do plano divino, pela revelação. Deste modo, legitima-se, pela cenografia, um enunciador paratópico, cuja fala é recebida de uma Fonte legitimadora: o hiperenunciador.

O segundo aspecto do qual decorre a legitimação do discurso da SNI é que, esse discurso, é fundado e legitimado à medida que, paradoxalmente, ele mesmo, pela cenografia que instaura, legitima um Deus. Um Deus uno e transcendente a todas as crenças e religiões. Pelo processo enunciativo, esse discurso deve manifestar um Deus que, por sua vez, legitime a próprio discurso do qual ele emerge.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a noção de discursos constituintes já tenha chegado aos seus vinte e quatro anos, desde sua formulação por Cossutta e Maingueneau (1995), notamos que há, ainda, muitos pontos em relação ao conceito que merecem ser explorados. Esse “campo de pesquisa”, pelo seu caráter interdisciplinar, possibilita lançar um novo olhar a estudos de áreas distintas, como o da Literatura, da ciência da religião e outros, que se interseccionam com a prática linguageira. Nesse sentido, nosso capítulo buscou refletir sobre a prática discursiva religiosa pela perspectiva enunciativo-discursivos, conforme propõe Maingueneau.

Nosso objetivo, neste capítulo, foi analisar como ocorre o processo enunciativo-discursivo de legitimação na emergência de um novo posicionamento no campo discursivo religioso: a Seicho-No-Ie. Como resultados, notamos que esse discurso busca, na constituição da cenografia da revelação divina, legitimar-se por um processo enunciativo paratópico, cujo enunciador recebe sua autoridade enunciativa de um hiperenunciador.

Para isso, tal discurso se estabelece por dois níveis enunciativos que intensificam a paratopia do enunciador em uma duplicidade de lugares enunciativos: enunciador/co-enunciador, enunciador/autor, plano divino/plano humano. Assim, a subjetividade problemática do enunciador faz com que ele seja aquele que ouve a voz divina, mas também aquele que enuncia como testemunha do plano divino; pois sua missão é, de co-enunciador, tornar-se o fundador da doutrina que o hiperenunciador lhe transmite.

Em contrapartida, o enunciador do discurso da SNI deve legitimar o Deus que lhe dá sua autoridade enunciativa. O Deus da Grande Harmonia, o Deus que lhe pede: “reconcilia-te”, pois é, ele mesmo, o Deus da reconciliação das religiões. Por isso, a emergência do posicionamento da SNI no interdiscurso não se dá marcado pelo conflito com outros posicionamentos, mas por um posicionamento estratégico de harmonia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Leila M.B. *Seicho-no-Ie do Brasil: agradecimento, obediência e salvação*. São Paulo: Annablume, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CLARKE, Peter. B. As Novas Religiões Japonesas e suas Estratégias de Adaptação no Brasil. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p.22-45, jun. 2008. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2008/t_clarke.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- DINIZ, Edileia. *Carisma e o Poder no discurso religioso: um estudo do legado de Masaharu Taniguchi – A Seicho-no-Ie do Brasil*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUCSP: 2006.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Le contexte de l'œuvre littéraire: Enonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993.
- _____. L'énonciation philosophique comme institution discursive. In: *Langages*, ano 29, n. 119, 1995. L'analyse du discours philosophique. p. 40-62.
- _____. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. La difficile émergence d'une analyse du discours religieux, *Langage et société*, 4, n. 130, 2009.

- _____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2014.
- _____. Analisando discursos constituintes. *GELNE*, v.2, n.2, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique., COSSUTTA Frédéric. L'analyse des discours constituants. In: *Langages*, ano 29, n.117, 1995. Les analyses du discours en France. p. 112-125.
- NASCIMENTO, Jarbas V. et al. *A Parábola do filho Pródigo*. São Paulo: LPB, 2009.
- _____. Notas de Aula da disciplina Enunciação e discursos constituintes - São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo. 20/05/ 2019.
- NOBRE, José Aguiar. *A revelação divina hoje: uma percepção do agir de Deus na história a partir do pensamento de Andrés Torres Queiruga*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2017.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1996.
- SOARES, Dionísio. O. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. *Horizonte*: Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 99-113, dez. 2008.
- TANIGUCHI, Masaharu. *A verdade da vida: Introdução/ imagem verdadeira (I)*. São Paulo: Seicho-No-Ie Brasil, 2003.

O DISCURSO CIENTÍFICO NA ENUNCIÇÃO TERAPÊUTICO-MIDIÁTICA: AUGUSTO CURY E O TEATRO DAS MENTES¹

Anderson FERREIRA²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo tem por escopo examinar os atravessamentos do discurso científico na enunciação terapêutica de canais da rede social *You Tube*. Objetivamos verificar um “fio condutor discursivo” – uma unidade temática “apagada”; um “efeito de sentido social” – um objeto opaco percebido como um certo “mal-estar social”, o qual recorta tanto discursos científicos, como discursos “mais abertos” das mídias.

Como *corpus* de apoio, selecionamos discursos científicos cujos enunciados gravitam em torno da formação discursiva temática “sociedade contemporânea”. Em geral, esses discursos acomodam diferentes posicionamentos, e, por consequência, diversos “tons”. Mas os que nos interessam enunciam acerca de certo pessimismo quanto ao estado atual da sociedade ocidental contemporânea, por meio de um “tom” que vivifica um mal-estar social difuso; o qual Sigmund Freud identificou já no início do século XX, em seus escritos culturais. Como *corpus* de referência, destacamos o discurso de três vídeos na rede social *You Tube*, assumidos pelo nome de autor Augusto Cury.³

Nossa hipótese é que a enunciação terapêutico-midiática no *corpus* de referência, na medida em que recorre ao discurso científico para se legitimar, procede de maneira duplamente redutora: i) procura “formar” formações discursivas “pessimistas” acerca da atual sociedade (sociedade doente, sociedade estressante etc.), ao mesmo tempo em que; ii) instaura, em seu interior, um *eu*, que, descar-

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES/PNPD) – Número do Processo: 88887.363124/2019-00

² E-mail: andersonferreirasp94@gmail.com

³ Augusto Cury é médico psiquiatra, psicoterapeuta, pesquisador e escritor brasileiro.

tando a mesma sociedade, torna-se objeto de sintomas e diagnósticos num espaço discursivo de cura. Assim, o *eu* inscreve um sujeito que incorpora técnicas neoliberais para se livrar das angústias e sofrimentos que, muitas vezes, surgiram no elã do comportamento neoliberal. Mobilizando vernizes do discurso científico em detrimento do poder da psiquiatria, a enunciação terapêutico-midiática procura se legitimar como a panaceia dos sofrimentos psicossociais.

Não podemos enfatizar, contudo, que a prática da terapia em canais do *You Tube* seja uma proposta ilegítima, uma vez que, em muitos casos, é um especialista quem fala. Nikolas Rose (2020, *on-line*) afirma que o papel da psiquiatria não é limitado a apenas identificar e tratar pessoas com transtornos mentais, mas a ocupar o espaço informacional, instrutivo e didático que ensina as pessoas a administrar e melhorar a saúde da mente. Rose completa:

Temos também um número crescente de aplicativos móveis e sites na internet onde as pessoas auto-diagnosticam seus problemas psiquiátricos e são ensinadas a fazer uso de vários tipos de técnicas diferentes, como tipos de terapia cognitivo-comportamental ou versões da meditação ao estilo do *mindfulness* [usada frequentemente em empresas para aliviar o estresse] e assim por diante, para administrar sua angústia em sua vida cotidiana (ROSE, 2020, *on-line*).

Sem querer especular sobre a eficácia desses métodos, visamos a examinar os atravessamentos do discurso científico na enunciação terapêutico-midiática, materializada na *internet*. Este capítulo, então, está dividido da seguinte forma:

- Na seção, *A enunciação terapêutica*, discutimos acerca da irradiação da terapia nos espaços sociais e digitais, considerando que a prática da terapia, ou o seu sucesso nas redes de comunicação, deve-se às condições sócio-históricas e culturais da sociedade contemporânea.
- Na seção, *O mal-estar nas sociedades ocidentalizadas*, visamos a apresentar, de modo sucinto, uma perspectiva, em particular das ciências humanas e sociais, que considera as fissuras psicossociais das sociedades contemporâneas como constitutivas da intersubjetividade. Trata-se de aventar que o objeto opaco, “o mal-estar social”, atravessa o discurso das ciências contemporâneas.
- Na seção, *O discurso científico*, apresentamos os pressupostos teóricos-metodológicos da noção de discurso constituinte, postulada por Maingueneau e Cossuta (1995) e Maingueneau (2000, 2006, 2008, entre outros).
- Na seção, *O efeito de mal-estar social no discurso científico: um*

corpus de apoio, apresentamos recortes dos discursos das ciências sociais e humanas acerca das condições sócio-históricas atuais.

- Na seção, *A enunciação terapêutico-midiática: um corpus de referência*, procederemos as análises dos textos selecionados, tomando-os como discurso.

A ENUNCIÇÃO TERAPÊUTICA

A terapia pode ser compreendida, *grosso modo*, como um conjunto de práticas que agrupa finalidades específicas, na medida em que objetivam auxiliar o indivíduo a refletir e a identificar possíveis gêneses de sofrimentos, para, a partir daí, estabelecer maneiras de superá-los. Nesse sentido, o objetivo da terapia não é curar uma suposta doença, mas promover o autoconhecimento. De forma que uma enunciação terapêutica não está centrada apenas no polo do enunciador, já que a terapia se constitui no diálogo, considerando a diversidade de cada indivíduo. Nessa ótica, seria mais justo nomeá-la de co-enunciação terapêutica, no sentido de uma “acentuação da relação discursiva com o parceiro [...]” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 87), ou mesmo, de “uma acomodação intersubjetiva” (CULIOLI, 1973, p. 87 *apud* MAINGUENEAU e CHARAUDEAU, 2008, p. 194).

A partir dessa visão geral, é possível tomar a prática terapêutica por muitos pontos de intersecção. Queremos destacar, contudo, a prática terapêutica vinculada à psiquiatria e à psicoterapia, em particular, aquela que recebe as pessoas que experimentam o que consideram “transtornos mentais” (ROSE, *on-line*, 2020). Existe uma tendência – criticada pela comunidade médica – de os usuários da *internet* se autodiagnosticarem por meio de checagens em *sites*, *blogs* e canais de informação sobre saúde. No que se refere à prática terapêutica e psicoterapêutica, a prática do autodiagnóstico também é comum.

Em geral, no âmbito da *internet*, os sujeitos-produtores de conteúdos médico-terapêuticos se limitam a informar, já que o exercício da prática médica é considerado ilegal.⁴ Assim, a enunciação terapêutica mobiliza ações performativas (ordens, advertências, promessas, garantias). Conforme observarmos na “neurastenia”, descoberta e forjada por George Miller Beard (1839-1883), e na depressão, estudada por Junko Kitanaka (1970), no Japão, as prescrições, nestes

⁴ O exercício ilegal da medicina é crime, tipificado no art. 282 do Código Penal (CP), punível com detenção de até dois anos por quem o pratica, além de multa.

casos, eram descansar e ensinar métodos de gerenciar o estresse, o equilíbrio emocional e o profissional, como nos informa Rose (*on-line*, 2020). Mas isso mudou, pois

[...] desde o início dos anos 1990, você vê uma dupla emergência. Por um lado, esse modo tradicional de pensar sobre o mal-estar do corpo e da alma é substituído pelo diagnóstico de depressão. Por outro, vemos a introdução do Prozac e medicamentos similares para o tratamento da depressão.

Com a produção de inúmeros canais de co-comunicação, presenciamos, outrossim, a busca por diagnósticos, métodos e medicamentos controlados na rede. Esse fenômeno é revelador, pois evidencia, na prática dos usuários da rede mundial, aquilo que as pesquisas em torno da temática “sociedade contemporânea” têm mostrado sobre a mobilidade social e psíquica dos sujeitos, para os quais o efeito de “mal-estar social” é centrípeto, pois se move em direção ao centro dos espaços de convivência, inclusive, aqueles que não são afetados diretamente pela aceleração e normatização dos modos de vida sócio-urbanos.

A enunciação terapêutica, então, pode ser tomada no bojo das práticas verbais que enunciam sobre a ansiedade e a depressão, por exemplo.⁵ Nesse ponto é que se imbricam as condições sócio-históricas e culturais da sociedade contemporânea e certa sensação de “mal-estar” percebida pelos sujeitos. A enunciação terapêutica atravessa, então, não somente discursos que se irradiam como instrumentos de motivação para iluminar a positividade da vida, mas também discursos científicos no interior dos quais a positividade é, muitas vezes, implodida. De fato, as condições de enunciabilidade da enunciação terapêutica são constitutivas do mal-estar social na vida contemporânea. É, portanto, a respeito desse efeito de “mal-estar” nas sociedades ocidentalizadas que passamos a falar.

O MAL-ESTAR NAS SOCIEDADES OCIDENTALIZADAS

Nas sociedades contemporâneas, a vida tem sido percebida sob o signo da mudança e do movimento. O tempo e o espaço exercem um papel preponderante na mobilidade social e cultural dos sujeitos. As tecnologias instituíram novos espaços de mobilidade e sequestraram parte do tempo de vida, ao passo que a solidão e o medo instauraram uma sensação de mal-estar. A comunicação entre os sujeitos aumentou consideravelmente, embora a relação entre os corpos tenha diminuído. Jameson (1985) descreve a mobilidade dos sujeitos contemporâneos

⁵ Doenças psiquiátricas consideradas graves.

como um comportamento esquizofrênico já que, despossuídos de identidade pessoal, os sujeitos engendrariam uma relação a-histórica com o tempo. Trata-se de uma metáfora da vida como presente perpétuo e como ação do exagero. Na mesma linha, Lipovetsky (2004) argumenta que a sociedade contemporânea, se tomada num conjunto, pode ser percebida pelo comportamento esquizofrênico entre o exagero e o equilíbrio.

O efeito de mal-estar, contudo, não tem sido produzido apenas pela racionalização da vida pós-moderna. Ele resulta, em muitos casos, de um posicionamento crítico em oposição a um pensamento apassivador; bem como de uma imersão íntimo-psíquica do sujeito “pós-moderno” em detrimento da prática de consumo (BAUDRILLARD, 1970) e da exacerbação do espetáculo (DEBORD, 1997). Nesse quadro, o discurso científico tem descoberto diversas rupturas psicossociais no último meio século.

Na verdade, o discurso científico, na medida em que tematiza o contemporâneo, ilumina uma sociedade porosa que não se deixa ver em toda a sua heterogeneidade; fissuras sociais, políticas e culturais. Nos espaços da fixidez, do sempiterno e da compacidade, verificou-se a mobilidade, o efêmero e a liquidez. Abandonou-se, assim, os dualismos, já que as repartições estanques se rareavam nas fronteiras da simultaneidade e da transfiguração. O efeito de mal-estar, portanto, pôde ser apreendido, no discurso das ciências contemporâneas, pela sensação de estar sempre derrapando.

Não que o discurso científico do último século deixou de propor alternativas. Basta observar as primeiras palavras de Santos (2000, p. 7), no que respeita à atitude científica:

Este livro quer ser uma reflexão independente sobre o nosso tempo, um pensamento sobre os seus fundamentos materiais e políticos, uma vontade de explicar os problemas e dores do mundo atual. Mas, apesar das dificuldades da era presente, quer também ser uma mensagem portadora de razões objetivas para prosseguir vivendo e lutando.

O efeito de mal-estar se produz nas fissuras existentes do discurso de Santos (2000) que enuncia “os problemas e as dores do mundo atual”, mas mobiliza a razão objetiva a fim de viver, lutar e prosseguir. De forma geral, as ciências – em particular, a ciências sociais e humanas – têm percorrido os caminhos em busca do diálogo e da compreensão. Contudo, o próprio gesto de propor alternativas faz das ciências humanas e sociais, sobretudo na América Latina, um discurso do dever, embora tente se autolegitimar fundando as estruturas que represarão as cisões sociais, econômicas, políticas e culturais que se alargam cada vez mais. Eis que chegamos aos pressupostos teóricos-metodológicos da noção de discurso

constituente, postulada por Maingueneau e Cossuta (1995) e Maingueneau (2000, 2006, 2008, entre outros).

OS DISCURSOS CONSTITUINTES: EM FOCO DISCURSO CIENTÍFICO⁶

O discurso científico – assim como os demais discursos constituintes⁷ (MAINGUENEAU e COSSUTA, 1995; MAINGUENEAU, 2000, 2006, 2008) – procura apagar a ideia de restrição de leitura do mundo, haja vista que eles são mobilizados pelos sujeitos para interpretar, explicar e solucionar os problemas de uma dada sociedade. De fato, “os discursos constituintes pretendem delimitar [...] o lugar-comum da coletividade, o espaço que engloba a infinidade de ‘lugares-comuns que aí circulam’” (MAINGUENEAU, 2008, p. 39). Com isso, a enunciação científica produz um efeito de sentido de totalidade, de fechamento dos posicionamentos e, em última instância, de verdade.

Maingueneau e Cossuta (1995) e Maingueneau (2000, 2006, 2008) afirmam – quando observam a existência de um *continuum* entre discurso constituintes e não-constituintes, bem como entre os discursos constituintes entre si – que a pretensão dos discursos constituintes é fundar e não ser fundados. Nesse sentido, outros discursos os atravessam e são por eles atravessados. É possível conjecturar esses atravessamentos entre o discurso científico e os discursos do mundo plebeu das mídias, para usar o termo de Bourdieu (1998).

No campo midiático (e não apenas) o discurso científico não se deixa apreender em toda sua extensão. Para evocar para si uma autoridade fundante, seus enunciadores investem, muitas vezes, em “falas” coladas à Ciência, evocando instituições legítimas, enunciadores consagrados, lugares e papéis sociais e memórias, de forma a garantir e validar gêneros de discursos não-constituintes que circulam naquele mundo plebeu.

Diríamos, então, que, nesses casos, não estamos mais tratando de discurso científico propriamente dito – para o qual seria necessário se comunicar com uma comunidade reduzida –, mas com discursos não-constituintes, aos quais o discurso científico atravessa e submete. Se nos discursos constituintes os enunciadores

⁶ Estamos tomando o discurso científico neste texto como uma intricação entre a Ciência e a instituição acadêmica universitária sem aprofundar as suas práticas concretas de comunicação, bem como seus parceiros legítimos. Para ampliar o assunto, recomendamos o texto da professora Maria Aldina Marques, neste livro. Marques propõe uma distinção “possível e necessária” entre discurso científico e discurso acadêmico.

⁷ Para Maingueneau (2000, 2006, 2008b), o religioso, o filosófico, o científico e o literário.

se colocam “de acordo com as normas internas de um grupo e não com a *doxa* universalmente partilhada” (MAINGUENEAU, 2008b); nos discursos que circulam nas mídias é, muitas vezes, a *doxa* universal que é validada positivamente. Nesse ponto, é conveniente verificar os atravessamentos estratégicos entre os discursos constituintes e não-constituintes. Em última instância, apreender, no efeito de atravessamento, certa didatização, mediatização e digitalização do *archéion* (MAINGUENEAU, 2000, 2006, 2008).

Nessa perspectiva, os modos de produção, circulação, disseminação, coprodução, memorização e arquivamento dos discursos têm relevância nas formas de sedimentação do discurso científico. Com efeito, o advento das tecnologias da informação e da comunicação possibilitou a existência de novos *mídiuns* (DEBRAY, 1993; MAINGUENEAU, 2006, 2013), os quais têm um papel relevante, pois seu aparecimento incitou novas gestos de produção, leitura e consumo dos discursos em circulação social.

No campo das mídias, os discursos não-constituintes em torno da fórmula “sociedade ocidental”, por exemplo (Cf. KRIEG-PLANQUE, 2010), reúne uma quantidade significativa de atravessamentos. Os sujeitos que falam desse lugar mobilizam “discursos últimos para além dos quais não há senão o indizível, de que eles se confrontam com o Absoluto” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6). De fato, para dar conta das exigências da sociedade contemporânea, são chamados a intervir o discurso religioso, o literário, o filosófico, o científico..., cada qual tentando submeter o outro a seus próprios princípios.

Os textos colocados em circulação por essas comunidades discursivas carregam um regime textual construído historicamente, ao mesmo tempo em que possibilitam a existência de um grupo de indivíduos que falam através de instituições legitimadas. As noções textualizadas, então, atravessam e penetram os demais discursos em circulação social, tornando-se verdadeiros signos de pertencimento e, muitas vezes, *etiquetas discursivas*. No que se refere, por exemplo, à compreensão das conjunturas sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade contemporânea, o discurso científico é um instaurador de discursividades, haja vista que se constrói se referindo a si mesmo, a outros discursos constituintes e, também, a outros discursos em circulação social mais aberta.

É por isso que as condições sócio-históricas e culturais das sociedades ocidentalizadas apenas podem ser compreendidas por meio de um sistema de referências de um discurso a outros. Evocando a sua autoridade, o discurso científico se pretende constituinte, com isso, “amarra-se” e é “amarrado”, como dissemos, a instituições legitimadas, a enunciadores consagrados, a lugares e papéis sociais e discursivos e a memórias validadas positiva e negativamente, de acordo com o antagonista.

No bojo do interdiscurso, a constituição do discurso científico pode ser apreendida conforme as dimensões ativa e organizacional. Maingueneau (2008) ressalta que a primeira dimensão visa a estabelecer legalmente, no interior do processo de instauração do discurso, a construção da própria emergência desse discurso. A segunda, a dimensão organizacional, trata de inscrever no discurso uma coesão, para que se construa, materialmente, uma unidade textual “inteira”.

Mediante a esse processo de constituição, será preciso observar a maneira pela qual o discurso científico requisita sua legitimação no mundo plebeu nas mídias; ou melhor, de que forma essa legitimação é mobilizada pelo seus enunciadores. Será preciso, então, especificar o que significa dizer “sociedade contemporânea”, pois é nela que “fórmulas discursivas” como pós-modernismo, sociedade líquida e sociedade da informação, por exemplo, foram possíveis. E é nela, portanto, que a enunciação terapêutica, na *internet*, tende a ser midiaticizada. Por consequência, é, no campo das mídias, que os atravessamentos mais esparsos entre discursos constituintes e não-constituintes se revelam.

O EFEITO DE MAL-ESTAR SOCIAL NO DISCURSO CIENTÍFICO: UM *CORPUS* DE APOIO

Num campo clivado entre o científico e o midiático, um só indivíduo pode estar inserido numa sociedade do consumo (BAUDRILLARD, 1970; JAMESON, 1985), do espetáculo (DEBORD, 1997), da cibercultura (LEVY, 2009); sociedades estas que estariam no interior de uma sociedade industrial (LYOTARD, 1979);, moderna (GIDDENS, 1991), transparente (VATTIMO, 1992), pós-moderna (EAGLETON, 1996); pós-industrial (KUMAR, 1997), líquida (BAUMAN, 2001), hipermoderna (LIPOVETSKY, 2004), excitada (TÜRCKE, 2010), dentre outras. De fato, a leitura da contemporaneidade é produzida por recortes dimensionais que mobilizam estatutos sociocognitivos, político-econômicos, técnico-culturais, étnico-religiosos etc.

No quadro dessas categorizações de sociedade, os enunciadores do campo científico fundam conceitos mais resistentes; advindos de posicionamentos de identidades enunciativas fortes, como esclarece Maingueneau (2000, p. 8):

As diversas escolas filosóficas do mundo helênico não são as correntes ou escolas de ciências humanas ou os laboratórios da física contemporânea, mas em todos esses casos o posicionamento supõe a existência de grupos mais ou menos institucionalizados, de comunidades discursivas, que não existem senão pela e na enunciação dos textos que elas produzem e fazem circular. O posicionamento não é, portanto, apenas uma doutrina, a articulação de ideias; é a intricação de uma certa configuração textual e de um modo de existência de um conjunto de homens.

Não obstante isso, é sabido que a compreensão dos modos de funcionamento e organização de uma dada sociedade se oferece de modo parcial. De fato, uma leitura do mundo deveria sempre ser admitida como limitada e insuficiente. Diante da impossibilidade de apreensão de seus elementos discursivo-semióticos, seria preciso considerar a heterogeneidade de vozes que lutam no sentido de apreender, interpretar e explicar – para si e para o *outro* – o “nosso tempo”.

Por esse motivo, o efeito de mal-estar social apenas pode ser apreendido por um recorte interpretativo. Isto é, um gesto de leitura que, num conjunto de textos previamente selecionados, ilumine enunciados em torno de uma formação discursiva temática que o analista instituiu de forma soberana, embora o “tom” de pessimismo social esteja presente em diversos espaços sociais, civis e não-civis, como lembra Bauman (2001).

A fim de tentar desvelar esse “tom”, selecionamos um *corpus* de apoio que engendra reflexões científicas acerca das conjunturas sociais, políticas, culturais, econômicas e subjetivas das sociedades contemporâneas no século XX e XXI. Trata-se, sem dúvida, de um recorte bem limitado, mas, pelas experiências que temos com esse discursos, pode servir para iluminar aquilo que estamos chamando de *efeito de sentido de mal-estar social*, que, como esclarecemos no início desta discussão, visa a desvelar um objeto opaco que tange os discursos constituintes e os discursos não-constituintes.

Nosso *corpus* de apoio foi constituído de quatro discursos científicos e reunidos conforme os seguintes critérios:

- [1] *Tempo e momento*. Discursos enunciados entre século XX e XXI;
- [2] *Constituição*. Discursos ligados às ciências humanas e sociais; e
- [3] *Posicionamento*. Discursos construídos no bojo da comunidade científico-acadêmica.

Vejamos:

[A] ⁸

[...] as atuais condições são francamente desfavoráveis. Paradoxalmente (para não dizer esquizofrenicamente), a sociedade moderna adota, por um lado, uma devoção ao cientificismo, acreditando que a ciência é toda-poderosa e pode criar tecnologias para resolver todos os problemas; por outro lado, essa mesma sociedade defende um forte anti-intelectualismo, ao acreditar que os intelectuais, incluindo os

⁸ Beaugrande, *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society* 1997, n/p.

cientistas, são pessoas afetadas e esnobes que usam seus próprios jargões para nos enredar nos seus obscuros trabalhos e teorias ao cuidar dos problemas da sociedade.

[B]⁹

Na sociedade pós-moderna e de consumo, escolher é o destino de todos, mas os limites de escolhas realistas diferem e também diferem os estoques de recursos necessários para fazê-las. É a responsabilidade individual pela escolha que é igualmente distribuída, não os meios individualmente possuídos para agir de acordo com essa responsabilidade.

[C]¹⁰

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle.

[D]¹¹

A violência competitiva, a ansiedade que essa violência implica, é uma translação de uma ansiedade sexual que é unicamente mascu-

⁹ Bauman, *O mal-estar da pós modernidade* 1998, p. 243.

¹⁰ Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 2000, p. 19-20.

¹¹ Franco Berardi, entrevistado por Juan Íñigo Ibáñez. Tradução: Inês Castilho e Simone Paz, *em Outras Palavras*, 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/posts/neo-liberalismo-assexualidade-e-desejo-de-morte>> Postado em: 27 jan. 2017. Acesso em: 07 fev. 2020.

lina. As mulheres são vítimas da violência financeira, bem como da vingança masculina e terrorista contra a violência financeira. A cultura feminista pode considerar-se a única forma cultural e existencial que poderia criar lugares psíquicos e físicos de autonomia frente à agressão econômica e à agressão terrorista suicida. Porém, hoje, quando falamos de suicídio, cabe ressaltar que não estamos falando do velho suicídio romântico, que significava um desespero amoroso, uma tentativa de vingança de amor, um excesso de pulsão erótica. Falamos de um suicídio frio, de uma tentativa de fugir da depressão e da frustração.

O discurso em [A] pode ser encontrado da introdução do livro *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and societ*, do linguista norte-americano Robert-Alain de Beaugrande (1946-2008). Como acrescenta em nota a tradutora Maria Inez Mato-so Silveira, nas condições sócio-históricas e políticas do Brasil, a proposta defendida no referido livro deve ser melhor traduzida como “promover o acesso ao conhecimento e à cidadania através do discurso”. Nesse sentido, fez-se necessário, na enunciação científica do discurso em [A], iluminar as atuais condições sócio-históricas da contemporaneidade.

O discurso em [B], do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), faz parte daquilo que seus comentadores chamam de fio condutor que conduz a escrita de Bauman, isto é, certo incômodo acerca da vida moderna, que mais tarde este autor traduziu como liquidez das inter-relações sociais e humanas. De fato, Bauman, na maioria de suas obras, elabora uma morfologia social das condições atuais da vida na sociedade ocidental contemporânea, ressaltando a ideia de liquidez e efemeridade.

O discurso em [C] remete à obra de final de vida do geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001), que faz uma leitura social e política das condições sócio-históricas da sociedade brasileira e da América Latina no final do século XX, em particular, em relação às formas de ocidentalização desses locais. A essa imposição pela técnica e pelo capital, o autor chama de *globalitarismo*.

Por último, o discurso em [D] diz respeito a uma entrevista dada pelo filósofo italiano Franco Berardi (1946) à revista *on-line Outras Palavras*, em 2017. Berardi aponta que a obsessão pelo sucesso individual e a troca dos contatos corpóreos pelos contatos digitais podem realizar uma distopia da humanidade insensível. Segundo o filósofo, a questão política é fundamental para compreendermos os sofrimentos e angústias contemporâneos, já que, diz ele, “o neoliberalismo – mais a mediatização das relações sociais – produziu um efeito de fragili-

zação psíquica e de agressividade econômica claramente perigosa e no limite do suicídio” (BERARDI, *on-line*, 2017).

Quando reunido, esse conjunto de textos pode ser ligado por um fio condutor discursivo que estamos chamando de efeito de mal-estar social. Na verdade, cada discurso acima procura se tornar uma leitura decisiva da sociedade contemporânea. O efeito de mal-estar social, então, irradia certo desalento a respeito das atuais condições sócio-históricas e culturais e, por conseguinte, propaga-se nos espaços sociais de convivência. Não é a posição de “toda” Ciência, mas está legitimado por ela. E, de outra forma, o efeito de mal-estar social não atinge a totalidade dos indivíduos. Mas, no espaço digital, esse efeito tende a conduzir o sujeito a uma condição de individualização competitiva e de isolamento psíquico. Nesse cenário, as práticas de terapia digital são abundantes.

A ENUNCIÇÃO TERAPÊUTICO-MIDIÁTICA: UM *CORPUS* DE REFERÊNCIA¹²

Antes de iniciarmos as análises, cabe lembrar dos critérios de escolha dos três discursos a seguir, materializados nos textos [1], [2] e [3].

- [1] *Abrangência*. Os discursos em torno do nome de autor Augusto Cury estão associados a livros, *sites*, palestras, aulas, vídeos, dentro e fora do país.
- [2] *Clivagem*. Os discursos em torno do nome de autor Augusto Cury estão associados ao papel social de psiquiatra, cientista, escritor, palestrante e educador, operando, assim, uma clivagem no campo ciência-médica, da literatura, da educação e das mídias.¹³
- [3] *Modos de dizer*. Os discursos selecionados recorrem a uma enunciação motivacional-religiosa. Trata-se de vídeos introdutórios que visam a evocar uma espécie de proteção do *eu*, construindo uma encenação estoicista no teatro das mentes.

As numerações visam a facilitar as citações nas análises.

¹² Como nosso objetivo principal é examinar os atravessamentos do discurso científico na enunciação que chamamos de terapêutica, focalizamos a linguagem verbal, aceitando que essa escolha limita a produção dos efeitos de sentido, já que se tratava de um texto multissemiótico. .

¹³ Disponível em: <<https://augustocury.com.br/>> Acesso em: 15 fev. 2020.

Texto [1]¹⁴

[§1] *As emoções nascem muito antes do primeiro suspiro existencial. Nascem na ansiedade da espera, nos acompanham na frustração dos primeiros passos, no aconchego de um abraço, no medo do primeiro dia de aula, na tristeza da derrota.*

[§2] *Está na nota 10, inclusive, na indecisão da escolha profissional, no medo de falhar, nas exigências do mercado de trabalho; está no primeiro beijo, nas rejeições. Está quando você sente a pulsação de que é um ser humano único e irrepetível.*

[§3] *Se as emoções nos acompanham em toda nossa vida, como negá-las? Como ignorá-las? Desprezá-las? Nós precisamos aprender as ferramentas mais importantes para geri-la.*

[§4] *Quantas vezes você já se perguntou: Por que eu fui fazer isso? Por que não tive autocontrole? Quantas vezes eu magoei pessoas que me são tão caras? Quantas vezes eu repeti erros que já tinha jurado que não ia mais cometê-los?*

[§5] *Superar a baixa autoestima é muito importante. Reciclar nossas mágoas, autopunição, autocobrança, complexos de inferioridade, medos. Quantos medos assaltam a nossa mente? Porque infelizmente as pessoas se preocupam em ter amizade com os outros mais não amizade consigo. Se preocupam em ter uma romance com uma outra pessoa, mas se esquecem que, se elas não aprenderem a ter um romance com a sua própria história, com a sua saúde emocional, com a sua liberdade, criatividade e capacidade de gerir a sua emoção, elas poderão ser escravas vivendo em sociedades democráticas.*

[§6] *Por que você não tem autocontrole em alguns momentos? Por que perde a paciência? Por que não gere seus pensamentos? Por que não protege a sua emoção? Por que reage impulsivamente? E por que, muitas vezes, você tem a sensação de que não dirige o seu próprio script?*

[§7] *Muitas vezes, não temos problemas no teatro social – fora de nós – mas criamos problemas no teatro da nossa mente. Não se preocupe se você sente que, em muitos momentos, o pior inimigo seu é você mesmo.*

¹⁴ Gestão da Emoção. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4A_8BSAJ-dDw>. Acesso em: 12 fev. 2020.

[§8] Muitas pessoas podem nos ferir, nos magoar, nos rejeitar, nos criticar, mas ninguém pode asfixiar tanto a sua saúde emocional, a sua criatividade, a sua liberdade do que você mesmo, do que nós mesmos.

Em [§1], [§2], o que o enunciador chama de “emoções” podemos chamar de relações socioculturais: “ansiedade da espera, frustração dos primeiros passos, aconchego de um abraço, medo do primeiro dia de aula, tristeza da derrota”; de relações socioinstitucionais: “a nota 10, a indecisão da escolha profissional, o medo de falhar, as exigências do mercado de trabalho”. E, finalmente, de relações psicossociais: “o primeiro beijo, as rejeições [...] a pulsação de que é um ser humano único e irrepetível”. Mas reduzir essas relações complexas à etiqueta discursiva “emoção” tem uma vantagem: convida o co-enunciador a ocupar o lugar des-territorizado do sentimento em detrimento do social, do histórico e do cultural. É, portanto, no lugar das relações afetivas, que o co-enunciador será interpelado.

Dessa forma, já a partir de [§3], o enunciador apresenta a emoção como algo incontornável, para o qual haveria necessidade de aprender e dominar “técnicas” de autocontrole. Nessa senda, ele incita o co-enunciador a ocupar, no interior de embreante de pessoa <nós>, o lugar que ele também ocupa, qual seja, o de aluno: “precisamos aprender as ferramentas mais importantes para gerir [a nossas próprias emoções]”. Trata-se, agora, de evocar cenas validadas na memória sociocultural a respeito do sentimento de culpa: “Quantas vezes você já se perguntou: Por que eu fui fazer isso?” [§4]; no sentido de corrigir as trajetórias “emocionais” consideradas desviantes: “Por que não tive autocontrole? Quantas vezes eu magoei pessoas que me são tão caras? Quantas vezes eu repeti erros que já tinha jurado que não ia mais cometê-los?” [§4]. Nesse ponto, a enunciação terapêutico-midiática apaga as condições sociais que, porventura, levariam o sujeito a pragmáticas desviantes “moralmente”, isto é, magoar, repetir o erro etc.

Nesse cenário introspectivo, as técnicas neoliberais de autocontrole são suscitadas pelo enunciador [§5]. É evidente que o efeito de sentido de mal-estar se faz presente no discurso do texto [1], mas já não se trata de um mal-estar social, de um pessimismo perante a vida em sociedade, como vimos nos discursos em [A] [B] [C] e [D]. O “tom” de pessimismo no discurso do texto [1] tem um estatuto intimista, já que a reflexão se volta para o campo das emoções. Com efeito, o enunciador procura apagar os aspectos morais de uma cultura a fim de introjetar o sujeito no centro do diagnóstico, ou seja, é o *eu* a causa da enfermidade de si mesmo.

O co-enunciador, então, é enlaçado numa cenografia de ingerência da própria vida afetiva, que o torna, de certa forma, mais vulnerável, a ponto de se recolher em si. Mas a noção de culpa é construída “fora do *eu*”, paradoxalmente, o

eu é posto em relação ao cultural. O sujeito se sente culpado por ter tido amizade mais com os outros do que consigo mesmo; ter tido um romance com outros e não “com a sua própria história, com a sua saúde emocional, com a sua liberdade, criatividade e capacidade de gerir a sua emoção” [§5]. Sem dúvida, uma fetichização de si mesmo; a tentação de Narciso.

Na verdade, o enunciador invoca o cultural para jogar com a noção de liberdade. As pessoas que não sabem gerir suas próprias emoções “poderão ser escravas vivendo em sociedades democráticas”. É o que nos informa o discurso científico etnocêntrico de Nemo (2006) quando este autor ressalta que uma das condições de integralização de uma dada sociedade ao Ocidente seria a promoção da democracia liberal.

De toda forma, jogar com a liberdade democrática num momento em que a democracia se vê ameaçada em diversos países produz um apagamento da própria noção de democracia, ao mesmo tempo em que produz um elã discursivo revelador de liberdade social. Ou seja, se vivemos em uma sociedade democrática, cujas liberdades individuais são garantidas, a solução para o sofrimento estaria em nós, basta sabermos “gerenciar” as nossas emoções.

É evidente que não queremos reduzir os transtornos mentais à questão cultural, tampouco delimitar uma geografia mais ou menos favorável ao sofrimento psíquico. Aqui, apenas, indagamos o jogo com a democracia política, dado que a enunciação terapêutico-midiática invoca um mal-estar social, recuperando considerações do discurso científico e, paradoxalmente, sugere que a democracia nas sociedades ocidentalizadas é plena. De fato, o discurso científico, mesmo com tinta etnocêntrica, não afirma que a América Latina, por exemplo, é plenamente democrática (Cf. NEMO, 2006). E, mesmo em lugares cuja democracia é mais consistente, restaria saber se as pessoas “que sabem gerir suas próprias emoções” são, efetivamente, livres.

“Muitas vezes, não temos problemas no teatro social – fora de nós – mas criamos problemas no teatro da nossa mente. Não se preocupe se você sente que em muitos momentos o pior inimigo seu é você mesmo” [§7]. O enunciador visa, então, a instaurar um sujeito, ao mesmo tempo, realizado socialmente e fracassado cognitivamente. Trata-se, sem dúvida, de um sujeito clivado entre a vida social e a vida afetiva.

Acontece que a construção da subjetividade supõe a intersubjetividade, isto é, os problemas que “criamos no teatro da nossa mente” estão imbricados com o “teatro social”, se assim não o fosse, não viveríamos em sociedades. É o que Bauman (El País, *on-line*, 2017) afirma quando diz que, na sociedade líquida, os laços humanos se despedaçaram e o espírito de solidariedade enfraqueceu. A separação e o isolamento tomaram, diz ele, “o lugar do diálogo e da cooperação”:

Da família à vizinhança, do local de trabalho à cidade, não há ambiente que permaneça hospitaleiro. Instaura-se uma atmosfera sombria, em que cada um alimenta suspeitas sobre quem está ao seu lado e é, por sua vez, vítima das suspeitas alheias. Nesse clima de desconfiança exagerada, basta pouco para que o outro seja percebido como um potencial inimigo: será considerado culpado até que se prove o contrário (BAUMAN, El País, *on-line*, 2017)

Assim, no discurso do texto [1], o enunciador reconfigura a sociedade mobilizando o “tom” de pessimismo da Ciência – quanto à mobilidade dos sujeitos – mas reinstala esse “tom” no interior do sujeito, no âmago do *eu*. “Por que você não tem autocontrole em alguns momentos? Por que perde a paciência? Por que não gere seus pensamentos? Por que não protege a sua emoção? Por que reage impulsivamente? E por que, muitas vezes, você tem a sensação de que não dirige o seu próprio *script*?” [§6].

Passemos à próxima análise.

Texto [2]¹⁵

[§1] *A primeira ferramenta: como lhe dar com a ansiedade?*

[§2] *Ansiedade é o mal do século na minha opinião. A depressão vai atingir cerca de 20 por cento das pessoas, cedo ou tarde, ao longo da sua história, ao passo que a ansiedade, levando em consideração, principalmente, a síndrome do pensamento acelerado, (sic) nós vamos atingir uma quantidade enorme de pessoas. Talvez 60, 70, 80 por cento de crianças, adolescentes e adultos estão com a mente agitada, ansiosa, acordam cansados, sofrem por antecipação, têm dores de cabeça, dores musculares, têm dificuldades de lhe dar com pessoas lentas, inclusive, interrompem seu sono na madrugada e não conseguem dormir mais. Ou, então, estão com déficit de concentração ou déficit de memória.*

[§3] *Portanto, lhe dar com ansiedade, principalmente, desacelerando o pensamento, contemplando o belo e protegendo a emoção é vital para termos saúde psíquica numa sociedade altamente estressante.*

[§4] *Uma dica importante para que você possa lhe dar com a ansiedade é não sofrer por antecipação e nem ruminar perdas e frustrações.*

¹⁵ Como gerenciar a ansiedade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AWOQ5mQ9wZ8>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

[§5] *Mas é quase que inacreditável que o ser humano, o homo sapiens, essa única espécie que pensa e tem consciência que pensa não gerencia adequadamente a construção de pensamentos, não é educado nas universidades, nas escolas de ensino fundamental e médio para ser autor da sua própria história.*

[§6] *Por favor, você não deve ruminar perdas e frustrações, bem como mágoas, crises, críticas...e nem deve, também, sofrer por antecipação; nem deve fazer o velório antes do tempo. Mas como desenvolver consciência crítica, gestão dos pensamentos?*

[§7] *Uma das técnicas, é a técnica do DCD: duvidar de tudo aquilo que nos controla, criticar cada ideia perturbadora e, também, determinar, estrategicamente, se está solto, relaxado, tranquilo. E como você deve fazer essa técnica do DCD? Interiorizando, não expressando palavras, mas gritando no silêncio de sua mente.*

[§8] *Nunca aceite, passivamente, cada ideia perturbadora. Nunca rumine o passado de maneira também ingênua. Você tem que usar o passado para crescer e tem de pensar no futuro para estabelecer metas para que desenvolva um raciocínio brilhante e soluções inteligentes.*

[§9] *Mas nunca esquece: duvidar, criticar e determinar estrategicamente é uma ferramenta excelente do eu que você deve fazer todo os dias no silêncio da sua mente para dirigir o script da sua história*

O “diagnóstico” de uma sociedade “doente” colabora não apenas para dissipar a existência daquilo que é danoso para os indivíduos, mas também para criar um espaço de “cura” terapêutica em que disputam diversas formações discursivas: a religiosa, publicitária, a didática, a mística, a médica, dentre outras. Por isso, o enunciador inicia com uma pergunta desconcertante para quem sofre de ansiedade: “a primeira ferramenta: como lhe dar com a ansiedade?” [§1]. Não é, de fato, uma “ferramenta”, mas amarra o co-enunciador à enunciação.

A partir daí, o enunciador passa a fazer um prognóstico da depressão em relação à ansiedade. “A depressão vai atingir cerca de 20 por cento das pessoas, cedo ou tarde, ao longo da sua história, ao passo que a ansiedade, levando em consideração, principalmente, a síndrome do pensamento acelerado... nós vamos atingir uma quantidade enorme de pessoas” [§2]. A questão, neste ponto, é delimitar o objeto, já que o termo “depressão” é muito amplo e estigmatizado socialmente, ao passo que o termo “ansiedade” é mais restrito e menos estigmatizado.

Além de focar no termo “ansiedade” como “o mal do século”, o enunciador especifica seus sintomas: mente agitada, cansaço, sofrimento por antecipação, dores de cabeça, dores musculares, dificuldades de lidar com pessoas lentas, interrupção do sono na madrugada, *déficit* de concentração ou *déficit* de memória [§2]. Como bem sabemos, esses sintomas podem ter causas muito diversas, por isso, é conveniente lançá-los num lugar em que a heterogeneidade de indivíduos também seja diversa: a *internet*. Em outras palavras, além de sintomas bastante comuns no ser humano, a enunciação terapêutico-midiática gravita em itens lexicais genéricos, como “emoções”, “sentimentos”, “saúde psíquica”, “sociedade estressante”, dentre outros.

No entanto, embora sintomas comuns, as técnicas para superá-los são removidas das mãos dos indivíduos, para serem transformadas, como lembra Rose (Outras Palavras, *on-line*, 2020), em ferramentas profissionais. Ou, em termos políticos – conforme o enunciador do texto [C] do nosso *corpus* de apoio – a despropriação das técnicas no sistema capitalista aprofunda ainda mais as cisões sociais, porque, para aqueles que a elas não têm acesso, escapam-lhes a possibilidade do controle.

Por isso, aquilo que o enunciador oferece de concreto é, desconcertantemente, abstrato: “[...] lidar com ansiedade [...] desacelerando o pensamento, contemplando o belo e protegendo a emoção é vital [...]” [§3]. “Uma dica importante para que você possa lidar com a ansiedade é não sofrer por antecipação e nem ruminar perdas e frustrações” [§4]. Portanto, numa sociedade “altamente estressante” em que a ansiedade e a depressão atinge milhões de pessoas, seria preciso seguir algumas prescrições, quais sejam: contemplar o belo, desacelerar o pensamento, não ruminar perdas, frustrações, mágoas, crises e críticas, não sofrer por antecipação; não fazer o velório antes do tempo [§6].

Nessa perspectiva, é possível conjecturar que as condições de enunciabilidade do discurso motivacional-religioso sugere, entre outras coisas, que os indivíduos se encontram, pelo menos, desmotivados e descrentes, ou mesmo, “despreparados” para enfrentar as exigências da sociedade moderna. “Mas é quase que inacreditável que o ser humano, o *homo sapiens*, essa única espécie que pensa e tem consciência que pensa não gerencia adequadamente a construção de pensamentos” [§5].

Nessa senda, o enunciador convoca, mais uma vez, o co-enunciador “a descer à terra”, ou melhor, invoca uma dimensão que se encontrava apagada: a sociedade e suas instituições: [o ser humano] “não é educado nas universidades, nas escolas de ensino fundamental e médio para ser autor da sua própria história”. Nesse ponto, poderíamos fazer a seguinte indagação: se as escolas de educação básica e as universidades educassem o sujeito “a ser autor de sua própria histó-

ria”, a ansiedade da população diminuiria ou se extinguiria? Conseguiríamos, enfim, gestar nossas emoções?

Por fim, o enunciador revela a sua técnica para o desenvolvimento do pensamento “consciente crítico” e para a gestão dos pensamentos [§7]. Trata-se da técnica do “DCD: duvidar de tudo aquilo que nos controla, criticar cada ideia perturbadora e, também, determinar, estrategicamente, se está solto, relaxado, tranquilo” [§7]. Essa técnica consiste em se calar perante o fracasso suposto das instituições de ensino, para ficarmos no exemplo das escolas e universidades. Assim, sugere-se uma interlocução com o *eu* que, ao invés de expressar palavras, deve gritar “no silêncio de sua mente” [§7]. Nesse quadro, a dúvida cartesiana que dúvida dos sentidos, passa a duvidar da causa do sofrimento: “aquilo que nos controla”.

“Nunca aceite...”; “Nunca rumine...”; “Você tem que...”; “tem de pensar...”; “estabelecer metas...”. O enunciador passa, então, às palavras de ordem para ensinar as técnicas neoliberais de prevenção de transtornos emocionais que, de certa forma, jogam contra a Ciência, em particular, contra a Medicina, a Sociologia, a Antropologia e a Educação; apropriando-se do poder psiquiátrico (ROSE, *online*, 2020; BERARDI, 2017, texto [D]). Nesse sentido, o enunciador convoca o co-enunciador para operar uma higienização das perturbações, de modo a desenvolver “um raciocínio brilhante e soluções inteligentes” [§8]. Sem se esquecer, no entanto, que “duvidar, criticar e determinar estrategicamente é uma ferramenta excelente do eu que você deve fazer todo os dias no silêncio da sua mente para dirigir o *script* da sua história” [§9].

Passemos à última análise.

Texto [3]¹⁶

[§1] *Infelizmente, brilhantes pensadores com Freud, Jung, Adler, Kant, Hegel, Vigótski... os existencialistas como Sartre, Nietzsche, Merleau-Ponty, Kierkegaard, que foi o pai do existencialismo. Eles brilharam na construção das suas teorias, mas não tiveram oportunidade de estudar, talvez, a última fronteira da Ciência no processo de construção de pensamentos. E, por isso, não desenvolveram técnicas de gestão da emoção para a prevenção de transtornos emocionais.*

[§2] *Veja bem. O pensamento ele é formado em milésimo de segundos. Enquanto eu estou falando com você, sem que você perce-*

¹⁶ Técnicas para combater a ansiedade e controlar seus pensamentos acelerados Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_en39F1i4jI>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ba, uma série de fenômenos está atuando para que você compreenda cada verbo que eu conjugo tempo-espacialmente, cada pronome, cada adjetivo. O que indica que essa última fronteira da Ciência, a construção de pensamentos, de fato, é de uma complexidade sem precedentes. Tão grande que se nós a conhecêssemos minimamente, jamais discriminaríamos as pessoas, seja pela cor da pele, pela sexualidade, pela condição socioeconômica, intelectual ou cultural.

[§3] Existem três tipos de pensamento: o pensamento essencial, é um pensamento inconsciente; o pensamento dialético, que usa o símbolo da língua; e o pensamento anti-dialético, que usa a imagem, o pensamento imaginário.

[§4] Quanto você tem saudade, você o usa os mais complexos dos pensamentos, que é o pensamento anti-dialético. Um computador, a inteligência artificial jamais sentirá saudade. Quando você experimenta a solidão, está próximo e distância das pessoas, isso é obra do pensamento anti-dialético, mesclado com a emoção. O computador jamais sentirá solidão. Quando você se auto pune, quando você se auto cobra, quando você tem necessidade ansiosa de que os outros gravitem na sua órbita, também, doentamente, isso é uma construção do pensamento anti-dialético.

[§5] O pensamento dialético ele é mais simples, dotado da necessidade de símbolos, de códigos, por isso nós usamos para ler, para escrever, para debater.

[§6] Agora o pensamento essencial é a matriz dos pensamentos dialético/simbólicos ou anti-dialético/imaginários. Esse pensamento essencial, que se forma milésimo de segundos antes de você imaginar, por exemplo, o seu filho na sua mente, ter saudade dele, ou seu namorado ou namorada. Ele surge antes que as palavras ganham o palco da sonoridade, do pensamento dialético.

[§7] Portanto o pensamento essencial está na base do inconsciente. E vou lhes dizer: grande parte dos pensamentos essenciais nem chegam a formar pensamentos conscientes, que é o pensamento dialético e o anti-dialético.

[§8] Sabe aquela angústia que nós temos, que você não sabe da onde veio e por que veio? Não chegou a se formar um pensamento dialético, você não compreende, mas o pensamento essencial excitou a emoção e asfixiou o seu prazer de viver. Sabe aquele sentimento de angústia, ou estado depressivo, ou de ansiedade que você tem e não há uma explicação no meio ambiente, é que o pensamento essencial não

chegou a formar pensamentos dialéticos/simbólicos, nem imaginários/anti-dialéticos, mas chegou a asfixiar o território da sua emoção.

[§9] *Todas as vezes que nós usamos a técnica da mesa redonda do eu, ou mesmo a técnica do silêncio proativo, ou seja, o eu se recusa a agredir quem o agrediu, se recusa a reagir pelo fenômeno bateu-levou; você não atua antes da formação do pensamento inconsciente, ou essencial, mas você constrói janelas lights, que faz com que o fenômeno da alto-secagem da memória não apenas lê as janelas traumáticas – que geram aquelas depressão inexplicável, angústia inexplicável, aquele mau-humor que também não tem uma explicação lógica – ele lê que você contemplou o belo, lê que você é um pessoa segura, líder de si mesmo, ele janelas saudáveis ao redor do núcleo das janelas killer; e você neutraliza, portanto, a ação destes pensamentos: um que asfixia e o outro que liberta.*

[§10] *Vejam bem: nós estamos falando da última fronteira da Ciência, é um assunto tão complexo que mesmo a nível de doutorado ainda não se estuda. Eu acredito que, no próximo século, vamos dar mais ênfase a essa última fronteira da Ciência. Mas saibam que você pode e deve usar técnicas de gestão da emoção que pode levá-lo a ser protagonista da sua própria história.*

No texto [1] e [2], os atravessamentos entre discursos constituintes são apagados. Não é, propriamente, o discurso científico que, para se afirmar, invoca a todo momento “a ameaça do discurso religioso ou do filosófico” (MAINGUENEAU, 2008, p. 40). Também, o discurso científico não se apresenta de modo a convergir, num campo, os discursos não-constituintes. Os parceiros legítimos da enunciação terapêutico-midiática não são, evidentemente, um grupo restrito de cientistas. Mas, no discurso do texto [3], emerge mais claramente um enunciador que fala na e pela Ciência, e, dessa forma, pode questionar seus pares. Observamos, então, o discurso científico invocando a ameaça de outros discursos constituintes e, também, enfraquecendo o poder da psicologia e da psicanálise. “Infelizmente, brilhantes pensadores com Freud, Jung, Adler, Kant, Hegel, Vigótski... os existencialistas como Sartre, Nietzsche, Merleau-Ponty, Kierkegaard” [§1].

Ora, invocar a ameaça de outros discursos constituintes significa, aqui, indicar a limitação dos posicionamentos de identidade fortes nesses discursos. De certa forma, significa mostrar que não apenas a leitura do mundo é limitada, mas também o é o gesto teórico. “Eles brilharam na construção das suas teorias, mas não tiveram oportunidade de estudar, talvez, a última fronteira da Ciência no processo de construção de pensamentos [§1]. Os nomes de autores mobilizados

evocam, sem dúvida, um *archéion*, a sede da autoridade, como coloca Maingueneau (2000; 2006; 2008). Um corpo de enunciadores consagrados é mobilizado para a enunciação a fim de ter expostas às suas faltas, já que, segundo o enuncrador, nenhum deles desenvolveu “técnicas de gestão da emoção para a prevenção de transtornos emocionais” [§1].

Diante dessas “faltas” teóricas, o enuncrador vai compondo colagens informativas a respeito da construção dos pensamentos. Mas, diferente do tipo de informação semântica distribuída entre o *dado* e o *novo* (KOCH, 2013), a organização da informação textual se distribui entre as proposições científicas e as sequências explicativas (ADAM, 2011) de regime experiencial. O atravessamento do discurso científico no discurso das mídias torna-se, no texto [3], mais claro.

As proposições científicas produzem um efeito de verdade característico do discurso científico: “o pensamento essencial é a matriz dos pensamentos dialético/simbólicos ou anti-dialético/imaginários [§6]. As sequências explicativas, por sua vez, produzem um efeito de sentido no bojo da competência emocional dos co-enunciadores. Dessa forma, procura-se colar as verdades das proposições científicas com as memórias afetivas dos sentimentos, construindo uma cenografia didática. O discurso mediatizado produz, então, apenas rasuras do discurso científico, dadas às restrições técnicas dos *mídiuns* digitais.

No entanto, a cenografia didática é dispersa, pois constrói relações frágeis com as sequências explicativas. Vejamos o esquema abaixo, retirado de [§2]. A parte escura indica as desconexões entre as sequências explicativas.

[a] Enquanto eu estou falando com você, [...] uma série de fenômenos está atuando [...];
[b] O que indica que essa última fronteira da Ciência, a construção de pensamentos, de fato, é de uma complexidade sem precedentes.
[c] Tão grande que se nós a conhecêssemos minimamente, jamais discriminaríamos as pessoas [...]

Esquema. 1. Elaborado pelo autor

Em [a], o enuncrador explica por que o pensamento é formado em segundos. Esse processo, diz ele, indica que o estudo da construção do pensamento é complexo [b]. Essa complexidade “sem precedentes” sugere que, caso conhecêssemos, mesmo minimamente, a construção dos pensamentos, a discriminação social, política, cognitiva, étnico-racial entre as pessoas não existiria [c]. Por isso que “estamos falando da última fronteira da Ciência, é um assunto tão complexo que

mesmo a nível de doutorado ainda não se estuda” [§10].

Nesse momento, a enunciação terapêutico-midiática passa a se legitimar no discurso da Ciência recorrendo às suas conceitualizações teóricas: “Existem três tipos de pensamento: o pensamento essencial [...]; o pensamento dialético [...]; e o pensamento anti-dialético [...] [§3]. Na sequência, recorre-se novamente às sequências explicativas [§4], depois, às conceitualizações teórica [§5], [§6] e [§7], até fundir os sintomas pelo embreante de pessoa <nós>, manuseando textualmente as memórias afetivas e as conclusões científicas. Vejamos:

Memórias afetivas	Sabe aquela angústia que nós temos, que você não sabe da onde veio e por que veio?” [§8].
	<i>Então</i>
Conclusão científica	[...] Não chegou a se formar um pensamento dialético, você não compreende, mas o pensamento essencial excitou a emoção e asfixiou o seu prazer de viver [§8].
Memórias afetivas	Sabe aquele sentimento de angústia, ou estado depressivo, ou de ansiedade de que você tem e não há uma explicação no meio ambiente?
	<i>Então</i>
Conclusão científica	[...] é que o pensamento essencial não chegou a formar pensamentos dialéticos/simbólicos, nem imaginários/anti-dialéticos, mas chegou a asfixiar o território da sua emoção.

Esquema 2. Elaborado pelo autor

Nesse sentido, as sequências explicativas de regime experiencial dos sujeitos funcionam como argumentos para a conclusão científica. Porém, as restrições de tempo e espaço nos *mídiuns* digitais são bastante fortes. Não é possível, muitas vezes, enunciar, nos *mídiuns* digitais, sem recorrer a uma hipertrofia semiótica e, em particular, sem enunciar por “meias-palavras”, materializando rasuras discursivas. Nesse movimento, o enunciador apresenta mais uma técnica neoliberal de gestão da emoção para a prevenção de transtornos emocionais. Trata-se, agora, da “técnica da mesa *redonda do eu*”.

A sociedade e suas configurações política, sociais, econômicas, históricas, entre outras, são apagadas. Como enfatiza o enunciador, “não há uma explicação no meio ambiente” [§8]. Até por que a sociedade democrática [texto 1] é posta como uma santa no altar. Nesse quadro, um *ethos* que recupera caracterizações sócio-psicológicas estereotipadas emerge no discurso, assim, emerge o *ethos* do sujeito introspectivo, que usa a “técnica do silêncio proativo”. Nesse interim, o

enunciador retoma o discurso bíblico proferido por Jesus “*Eu, porém, vos digo: não resistais ao perverso; mas, a qualquer que te ferir na face direita, volta-lhe também a outra* (Mateus 5:39) “o eu se recusa a agredir quem o agrediu, se recusa a reagir pelo fenômeno bateu-levou” [§9].

Por fim, o enunciador inscreve o co-enunciador no interior do processo da construção do pensamento, mesmo afirmando que tal processo ainda não foi plenamente estudado. “Eu acredito que, no próximo século, vamos dar mais ênfase a essa última fronteira da Ciência”.

[§9] [...]você não atua antes da formação do pensamento inconsciente, ou essencial, mas você constrói janelas lights, que faz com que o fenômeno da alto-secagem da memória não apenas lê as janelas traumáticas – que geram aquelas depressão inexplicável, angústia inexplicável, aquele mau-humor que também não tem uma explicação lógica – ele lê que você contemplou o belo, lê que você é um pessoa segura, líder de si mesmo, ele janelas saudáveis ao redor do núcleo das janelas killer; e você neutraliza, portanto, a ação destes pensamentos: um que asfixia e o outro que liberta.

Embora os pensadores citados tenham sido brilhantes “na construção das suas teorias [...], não desenvolveram técnicas de gestão da emoção para a prevenção de transtornos emocionais [§1]. De qualquer modo, o co-enunciador tem, agora, “em suas mãos” as técnicas de gestão da emoção que podem e devem ser usadas, levando-o “a ser protagonista da sua própria história” [§1], mesmo que essa história esteja imbricada com a mesma sociedade “estressante” da qual ele faz parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos constituintes tendem a delimitar o lugar-comum da coletividade, de forma a construir um espaço em que as práticas sociais possam se congestionar. As práticas de terapia no campo das mídias evocam os lugares-comuns, pois neles os enunciadores se inscrevem em cenografias que exigem a coparticipação. No canal digital selecionado por nós, a enunciação terapêutica não se materializa nas “bordas discursivas”, como acontece em livros de autoajuda, cultos religiosos, panfletos publicitários que, muitas vezes, deixam-se enunciar por um elã motivacional. Ao contrário. O propósito do canal em questão é oferecer terapia, no sentido de ajuda ao outro. Desse modo, convoca os co-enunciadores a participar do gênero terapêutico. Trata-se, portanto, de uma correspondência

entre a prescrição médica alternativa e o discurso terapêutico, os quais recorrem a técnicas, legitimando-se no e pelo discurso científico.

Como efeito, a midiaticização da prática terapêutica em relação a transtornos mentais opera no bojo da Ciência e do capitalismo neoliberal, produzindo novas lógicas normativas na sociedade contemporânea ocidentalizada e, paradoxalmente, descartando as lógicas já existentes, quando essas interpelam acerca do social, do político, do cultural etc. Na cenografia terapêutica, o sujeito é incitado a promover uma “nova” gestão dos seus próprios sofrimentos no interior do *eu*. A terapia pela *internet* funciona, assim, como um laço co-enunciativo em que o co-enunciador-paciente é pego numa armadilha.

Ele recebe a enunciação por uma conversa espontânea, mas os embreantes de pessoa <você>; <nós> indicam os lugares de fala: “Sabe aquela angústia que nós temos, que você não sabe da onde veio [...]” [§8]. Ou seja, o médico e o paciente têm, mas apenas o médico sabe. Eis, então, a armadilha: a enunciação terapêutico-midiática visa a fornecer as técnicas neoliberais para a superação dos sofrimentos psicossociais, construindo, dessa maneira, um espaço de cura no bojo do interdiscurso, onde os discursos científico, religioso e filosófico-estoicista se atravessam.

Nesse espaço de “cura” construído discursivamente, é possível identificar, também, os atravessamentos entre o discurso científico e os discursos não-constituintes. O que chamamos de enunciação terapêutico-midiática reúne diversos outros atravessamentos, como o discurso político, o discurso publicitário, o discurso didático, o discurso místico, mas a sua pretensão é ser um discurso mediador entre as teorias científicas e as práticas psicoterapêuticas. Mesmo que negue, a enunciação terapêutico-midiática evoca para si uma autoridade fundante que é mobilizada alhures: no discurso científico.

Porém, o discurso científico – e essa era nossa hipótese inicial – é tomado convencionalmente. O enunciador corrobora com a ideia de que paira na sociedade contemporânea um mal-estar social, o qual, em particular, o discurso científico, no campo das ciências humanas e sociais, já identificou. De fato, assumir que a sociedade moderna é “estressante” ou que “está doente”, possibilita o enunciador fornecer as técnicas necessárias para a “cura” dos indivíduos inseridos nessa sociedade. O fato é que as técnicas ignoram as cisões sociais, econômicas, política, culturais das sociedades ocidentalizadas. Por isso, é preciso tomar o mal-estar social como um mal-estar emocional, a fim de fornecer ferramentas necessárias para a gerência do *eu*.

O efeito de mal-estar social pode ser verificado através de um “tom” de pessimismo dos sujeitos frente às dificuldades que se impõem na atual sociedade. Como vimos, esse efeito está presente nos posicionamentos enunciativos de iden-

tidade fortes no campo científico, mas é cimentado, sempre que convém, por enunciadores que falam, nas mídias, em nome da Ciência. O efeito de mal-estar social, então, é apagado, ficando explícita a ideia de cuidado e gerência de si numa sociedade doente. Por isso, as técnicas neoliberais são oferecidas como panaceia: “Mas saibam que você pode e deve usar técnicas de gestão da emoção que pode levá-lo a ser protagonista da sua própria história” [§10, texto 3]. A “cura”, então, é oferecida apagando os processos que provocam as cisões sociais. As técnicas são vendidas, mas não estão, tecnicamente, ao alcance de seus próprios consumidores.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *A linguística Textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation: ses mythes et ses structures*. Préface de J.P. Mayer. Denoël, 1970.
- BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. As redes sociais são uma armadilha. *El País*. Entrevista concedida em debate em Burgos, Espanha. 09 jan. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html> Acesso em: 14 fev. 2020.
- BENVENISTE, Émile. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 81-90.
- BERARDI, Franco. Neoliberalismo, assexualidade e desejo de morte. *Outras Palavras* Disponível em: <<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/depressao-como-enfrentar-o-fracasso-da-psiQUIATRIA/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, Terry. *The illusions of Posmodernism*. Oxford, Inglaterra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo e a sociedade do consumo*. Tradução Vinicius Dantas Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 12 pp. jun. 1985.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- KUMAR, Krishan. (1995) *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias*

- sobre o mundo contemporâneo. Zahar: Rio de Janeiro, 1997.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Rapport sur le savoir. Minit, 1979.
- MAINGUENEAU, Dominique, COSSUTTA, Frédéric. L'analyse des discours constituants. In: *Langages*, 29^a année, n°117, 1995. Les analyses du discours en France. pp. 112-125.
- MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 1, 2000, pp. 1-12.
- _____. *Discurso Literário*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Péres Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo, Parábolas, 2008.
- ROSE, Nikolas. Como enfrentar o fracasso da psiquiatria. *Outras Palavras*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/depressao-como-enfrentar-o-fracasso-da-psiquiatria/>>. Acesso em 12 fev. 2020.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, 2000.
- VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Tradução Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

LINGUAGEM FALADA E LINGUAGEM FALANTE DO SER: RIOBALDO E A FENOMENOLOGIA DA LINGUAGEM NO DISCURSO FUNDANTE DO SERTÃO ROSIANO

José Francisco das Chagas SOUZA¹

Marcio de Lima PACHECO²

INTRODUÇÃO

O texto busca apresentar aspectos da linguagem filosófica-literária presentes no discurso de Riobaldo, narrador-personagem de *Grande Sertão: Veredas* (GSV) de Guimarães Rosa. A partir desta fala contida na obra literária, descobrir o viés filosófico de passagens marcantes no decorrer da referida obra a partir do *devoir* de uma *linguagem viva* que vai da *fala falada* à *fala falante* defendida pelo filósofo francês Maurice Merleau-Ponty. Para tanto, justifica-se, pois, compreender que os discursos de Riobaldo estão dentro da perspectiva desta linguagem em movimento, portanto, em elaboração. Analisar-se-á o discurso do narrador-personagem por meio do *devoir* criador da linguagem *trabalhada* produzindo sentidos. De forma que, o discurso emprega os signos para estabelecer a linguagem e, por meio dela, o ser humano abre-se para o diálogo com o outro. Assim, no discurso, existe uma intencionalidade e um significado que é revelado pela linguagem. Essa intencionalidade e significado de um texto abre-se para diversos leitores e, conseqüentemente, a muitas interpretações. Dito isso, essa linguagem, cheia de significado e intencionalidade, faz que situações existenciais emergem no vivido do outro e, com isso, buscar a compreensão e interpretação do que se esconde na sua experiência. Uma travessia existencial na qual o Autor e narrador fundem-se na permanente construção viva da narrativa. Isso é demonstrado por uma riqueza poética e pela musicalidade que a língua propõe.

Como metodologia utilizamos a leitura e documentação dos textos que serviram de base, destacando cenas retratadas no sertão pelo autor brasileiro e pelo

¹ E-mail: jfcsouza1@gmail.com

² E-mail: ppachecus@hotmail.com

filósofo francês. Por fim, espera-se que tenhamos apontado elementos capazes de uma interface no discurso filosófico-literário, como *discurso constituinte* que funda e não é fundado, conforme a teoria de Maingueneau. Tomando por base cenas do discurso proferido por Riobaldo, narrador-personagem da obra *Grande Sertão: Veredas*, apresentaremos como *discurso constituinte* em que estarão presentes como discurso que se constitui em permanente construção, portanto, esse movimento criador da linguagem o faz fundar sem ser fundado. O que aproxima os autores e suas perspectivas de linguagem que está em devir, possibilitando à linguagem permitir que o discurso elaborado pelo narrador-personagem está sempre em estado nascente e suscitando a novos desdobramentos no ato do próprio discurso.

A linguagem em Merleau-Ponty é *viva*, de *devir, existencial, criadora*, enquanto *fala falada e fala falante*. Uma fala em movimento, ou seja, fenomenologicamente, a linguagem compreende o seu “todo”: fala, silêncio. O discurso de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*, existencial, poético, narrador, como discurso que está fundando-se enquanto este está sendo elaborado. É interessante notar que a realização do diálogo entre a literatura de Guimarães Rosa e a fenomenologia de Merleau-Ponty, tendo a linguagem como elo dessa interface, nos mostra que o reconhecer da linguagem como um modo original de sentido é ocasião ruptura da dicotomia sujeito-objeto presente no empirismo que mostra a linguagem de forma objetivada e o sujeito inexistente. E no intelectualismo, na qual ela é operação essencialmente subjetiva e a posse do sentido é remetida ao sujeito pensante. Nesses dois contextos, a palavra não tem uma significação própria. E o diálogo entre Rosa e Merleau-Ponty revela ultrapassar estas concepções através da atribuição de um sentido à palavra. Ou seja, a linguagem não é tradução ou reprodução do pensamento e, neste sentido, uma potência de caráter secundário. Ao contrário, ela é fonte originária de sentido do próprio pensamento a partir da *fala falada* e da *fala falante* como experiência do *ser no mundo*.

Já as obras basilares do pensador francês das quais faremos uso nesse diálogo, são: *Fenomenologia da Percepção* (1945/2011) e *A Prosa do Mundo* (1969/2012). Na primeira obra, o autor rever as tradicionais concepções em filosofia da linguagem e assinala um parentesco entre as abordagens empirista e intelectualista: ambas as visões desconsideram o potencial expressivo da palavra e partem de um pressuposto comum, o da exterioridade entre signo e significado. Na segunda, reconhece que a linguagem é útil e indispensável. Mesmo quando entretemos um diálogo inusitado, como no caso dos diálogos de *Grande Sertão: Veredas*, há certo número de expressões que pertencem a esta linguagem. Quan-

do é utilizada é porque pretendeu-se enunciar alguma coisa. É preciso reconhecer aí o ideal de uma linguagem que nos liberta da própria linguagem entregando-nos às próprias coisas.

O discurso constituinte elaborado por Dominique Maingueneau vem ao encontro da obra de Guimarães Rosa e Merleau-Ponty, pois como diz o literário e filósofo citado, o discurso literário não é algo isolado, mesmo com todas especificidades: ele participa de plano determinado da produção verbal, o dos discursos constituintes. Isso permite, ou melhor, essa categoria que permite apreender as relações entre literatura e filosofia, literatura e religião, literatura e mito, literatura e ciência.

É interessante notar que em Maingueneau há uma distinção entre o discurso filosófico do discurso literário, propondo uma distinção entre discursos autoconstituintes e discursos constituintes. O autor considera o discurso filosófico como autoconstituinte pois buscar explicar as condições de possibilidade de toda constituição discursiva, incluindo a sua própria. Diferente da obra literária que constrói as condições de sua própria legitimidade ao propor um universo de sentido e, de modo mais geral ao oferecer categorias sensíveis para um mundo possível.

A LINGUAGEM EM *GRANDE SERTÃO*: VEREDAS AUTONOMIA E EXPRESSIVIDADE NA FENOMENOLOGIA

A percepção é, por assim dizer, o sentido que inaugura a abertura para o mundo, como a projeção de um ser para fora de si. E nisso, a linguagem prossegue com essa abertura de mundo na medida em que retoma, transforma e prolonga as relações de sentido iniciadas na percepção (Cf. MERLEAU-PONTY, 2011).

Essa mesma percepção é o aspecto mais relevante na narrativa de Riobaldo no decorrer de toda a obra *Grande Sertão: Veredas*. Sua fala é o próprio relato de sua percepção vivida no sertão. O mundo descrito na obra é o mundo sertanejo que envolve toda a sua vida. O ex-jagunço revive toda a trajetória de sua vida pelo sertão rebuscando em sua memória as lembranças que agora se tornam presentes quando se propõe contá-la a um interlocutor que aporta em sua fazenda, chamado de “senhor”, “doutor”. Defendemos que nessa relação consideramos ser um monólogo-diálogo, já que são muitos os sinais em que esse interessado interlocutor reage às muitas expressões dirigidas a ele. Podemos dizer com Schwarz, que a situação narrativa de Riobaldo é um “monólogo *inserto* em uma situação dialógica. Isto é, “sem ser rigorosamente um monólogo, não chega a ser um diálogo” (SCHWARZ, 1965, p. 378). De forma que identificamos um narrador que conta a experiência vivida como jagunço em andanças pelas plagas do sertão brasileiro. De antemão, notamos um interlocutor que somente ouve e não se expressa em

palavras. Por outro lado, porém, admitimos nesse interlocutor o próprio autor Guimarães Rosa, como aquele que busca compreender vivenciando com os habitantes dessa *travessia* sertaneja toda uma cultura que procura perceber.

O cenário desse mundo é o próprio sertão, que, além da paisagem e espaço, é o lugar dos sentimentos vívidos e por ele lembrados, assim como estado metafísico em que estão juntos narrador-personagem, autor e interlocutor-pesquisador. “Sertão nacional” (ROSA, 2015, p. 83). São sentimentos como amor, ódio, guerras, poder, dúvidas, conflitos antagônicos, crença e descrença, Deus e o Diabo e a linguagem, como a que vem produzir a compreensão do mundo e de si mesmo. Este é o espelho do andante pelas sendas do sertão que está em busca da forma como vivem as pessoas, sua cultura, sua linguagem. Enquanto Riobaldo descreve suas memórias a partir de sua vivência, aquele que ouve está querendo captar mais dessa vida aventureira, escuta com atenção, concorda, anota, assim como faz todo pesquisador. Essa convivência uníssona é o que proporciona o produto-obra de *Grande Sertão: Veredas*. Se, por um lado, o interlocutor demonstra silêncio de palavras, sua voz encontra-se na boca do próprio Guimarães Rosa como autor. Com Merleau-Ponty, é possível afirmar que existe um movimento de reversibilidade presente na narrativa entre autor, narrador-personagem e leitor.³

A linguagem é o elemento que produz o existir humano construído através das falas presentes na obra, principalmente nesse universo sertanejo. Ela é o eixo que atravessa e dinamiza a existência humana e das coisas. Aplicaremos o termo *travessia* ao próprio movimento vivo da linguagem, que possui um *dever* a passar a existência humano. Um Verdadeiro movimento de expressão.

No texto, Riobaldo declara: “Aprendi dos antigos” – fala (ROSA, 2015, p. 319). Essa fala, além de permitir que outras vozes tenham espaço privilegiado na trama, o narrador não esquecer as raízes de sua língua. Dá vida à língua, demonstrando que a linguagem é ela mesma presença viva que não pode estar fora dessa experiência, e portanto, chamar a atenção do interlocutor no ato da exposição. É uma interlocução, um chamamento para maior atenção ao discurso proferido ou à fala que virá em seguida. Mesmo assim, é uma percepção aguçada que está em curso.

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que

³ Sobre a quem é o interlocutor em *Grande Sertão: Veredas* é uma questão a ser levantada nos estudos de: Tolgyesy (2004), Schwarz (1965), Bolle (2004), Lins (1976), Rónai (1978), Barbosa (1981), Ward (1984), Hazin (1994), Hansen (2000), Arsillo (2001), Tenório (2006).

elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão. E, outra coisa: o diabo, é às brutas; mas Deus é traiçoeiro! Ah! Uma beleza de traiçoeiro – dá gosto! A força dele quando quer – moço! – me dá o medo pavor! Deus vem vindo: ninguém não vê. Ele faz é na lei do mansinho – assim é o milagre (ROSA, 2015, p. 31).

O narrador-personagem chama a atenção de seu interlocutor para esse aspecto do ser humano, da sua existência que é uma elaboração permanente. Todos os dias precisamos estar cientes de nosso devir e buscar nos reinventar a cada instante.

Durante sua fala marca o uso trabalhado nas palavras partindo de seu radical – *menosmente, sempremente, nãoostante, amormente...* ou a fala a partir de sons produzidos para referendar algo.

Os verbos em tempos diferentes, repetidos: “ia, indo, fui ficando”, que além do arranjo poético dado na construção do discurso, admite uma temporalidade não linear nem fixada num espaço somente. Constata-se o forte apelo à inovação e todas essas formas utilizadas de linguagem estão presentes a fim de demonstrar o quão rica é a sua narrativa.

Riobaldo produz em sua linguagem elaborada por sua memória perceptiva no *devir* que o leva a atravessar o sertão em seu discurso. “Existe é homem humano. Travessia” (ROSA, 2001, p. 624). O narrador realiza a *travessia fenomenológica*: da linguagem para o discurso, da existência, da oralidade à escrita, da crença à descrença, de Deus ao Diabo e ao Humano. Por isso, a *Fenomenologia – fenômeno + lógos*, como aquilo que *se mostra*, como “*retorno às coisas mesmas*”, é o pré-reflexivo, o originário. Assim, a busca da fenomenologia é fugir dos preconceitos, prejuízos do conhecimento tradicional e fechado, de uma linguagem considerada morta e que Guimarães Rosa procura resgatar em suas obras, desenvolvendo uma dinâmica do ser da própria língua, trabalhada e viva.

A fala de Riobaldo *descreve* (ato fenomenológico) o autoconhecimento, a si próprio – “O sertão: dentro da gente” (ROSA, 2015a, p.435) afirma sempre Guimarães Rosa. Já em Merleau-Ponty, *o homem é um projeto*, encontra-se unido ao *mundo vivido* onde este vai se construindo. Suas falas narram: Lutas, guerras, estórias, amores, personagens, leis do sertão. Constitui-se no relato da *condição humana = ser-tão* – “Viver é negócio muito perigoso...” (ROSA, 2015a, p.16). A fala mostra aquilo que *percebe*, a experiência vivida: o sertão, ele/outros, a paisagem, o tempo não linear, imaginário, fala *falada/falante* e existência.

Essa *fala falada*, por sua vez, constitui a base da comunicação social, pois é o próprio saber sedimentado na linguagem. A linguagem, está instalada na cultu-

ra, instituída é precursora da fala. Porém, o fenômeno expressivo não é esse legado da linguagem, mas, sim, como ele é assumido para promover novos significados. Já *fala falante*, a aquisição cultural se mobiliza em benefício da expressão: para exprimir, o sujeito utiliza-se das significações disponíveis em seu meio simbólico, aquelas que foram instituídas, a seu tempo, pela mesma operação expressiva.

Merleau-Ponty defende que a linguagem é a própria existência e se faz por seu movimento constante, permitindo que esta seja inovadora. Por sua forma fenomenológica, a linguagem é, portanto, ato criador e completa por se anteceder mesmo ao não dito ainda, estar no *entremeio*, do diálogo ou do silêncio. Até mesmo no caso da escrita, as palavras não estancam nelas, mas, perpassam a intenção do escritor e de seu texto estando para além deste. Pois, “O senhor sabe o que o silêncio é? É a gente mesmo, demais” (ROSA, 2015a, p. 438). O silêncio na narrativa de *GSV*, como diria Rosenfield (1993, p. 186): “[...] não inviabiliza ou anula a conversa, mas impede que ela se achate em um acordo, esgotando-se numa convivência tácita dos interlocutores”.

Em *Grande Sertão: Veredas*, o narrador-personagem Riobaldo se mostra como um porta-voz que faz aparecer o Retrato do Brasil – fala do povo simples/erudito/criador, conforme defende Bolle (2004), bem como dos donos do poder. A fala não é somente de um personagem, mas de microssociedades, uma *rede de falas*: não procura falar sobre o povo, mas faz com que o povo se autorrepresente através de suas próprias falas.

Há um *projeto poético* na linguagem de Guimarães Rosa, assim como em Merleau-Ponty. Em Guimarães Rosa, identifica-se o jogo com as palavras prosaica, vai além das falas do sertão mineiro, recria a própria língua portuguesa. Ritmo, aliterações, metáforas, imagens = prosa poética. Em *Grande Sertão: Veredas* não é diferente, sendo fácil constatar no desenvolvimento da obra quando da narrativa de Riobaldo e das demais falas ali presentes. Nas várias cenas, mistura-se a estética do enredo, no fala, na poesia, na prosa que a toda hora perpassa a narrativa, pois não é uma fala sobre o povo, mas o povo se autorrepresenta em suas próprias falas.

Sei que estou contando errado, pelos altos. Desemendo. Mas não é por disfarçar, não pense. De grave, na lei do comum, disse ao senhor quase tudo. Não cio receio. O senhor é homem de pensar o dos outros como sendo o seu, não é criatura de pôr denúncia. E meus feitos já revogaram, prescrição dita. Tenho meu respeito firmado. Agora, sou anta empoçada, ninguém me caça. Da vida pouco me resta – só o deo-gratias; e o troco. [...] Eu estou contando assim, porque é o meu jeito de contar. A verdade é que em minha memória, mesmo, ela tinha aumentado de ser mais linda. Eu sei que o que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante.

Invejo é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes. Eu estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for de jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe! (ROSA, 2015a, p. 116).

Nesse contexto, podemos mencionar uma recriação *estética*: enquanto é exercida, como ato fenomenológico, a linguagem vai tomando suas formas e contornos que lhe tornam repleta de sentidos através de seus ritmos, melodia, construções de poesia e de prosa, envolvida em artes; além da beleza, ela possui uma estética que a faz viva. A poesia da linguagem permite que ela seja inerente a uma arte da palavra, assim como a pintura comunica na percepção e no silêncio uma linguagem poética e verdadeira porque é do sertão.

Já a forma prosaica também se enquadra nessa dimensão de uma linguagem que ultrapassa a compreensão, como expressão natural do jeito como se apresenta, sem a rigidez de uma metrificação intencional. A prosa está mais liberada de ritmos regulares para se alinhar como discurso direto, absorvendo o que se apresenta no cotidiano. Como linguagem denotativa/conotativa, ela é mais abrangente no sentido de fazer com que a comunicação possa existir de maneira clara. Desse modo, nessa elaboração estética, podemos afirmar que a linguagem, especialmente em se tratando dos dois pensadores, é uma *prosa poética*. Ao mesmo tempo, esta busca ultrapassar o que está escrito, o contemplar a pintura e a linguagem dessa experiência vivida, o ritmo sonoro das palavras presentes em *Grande Sertão: Veredas*, na qual é possível misturar poesia e prosa, imagens e recriações de palavras e seus significados, bem como os diversos retratos nos quais desenhamos a comunicação e a beleza da língua.

Para Guimarães Rosa, “a linguagem e a vida são uma coisa só” (LORENZ, 1973, p. 339). Mais uma vez, os dois autores aqui confrontados dão a prova de que pensam da mesma maneira sobre a linguagem. Merleau-Ponty, em sua concepção de linguagem, buscou desvinculá-la de uma visão estática e fora da realidade vivida pelos humanos, por isso, a compreensão é também fomentada pela linguística atual, em que as essências das línguas e da linguagem “[...] simplesmente elas devem ser concebidas numa dimensão que não é mais a do conceito ou da essência, mas da existência” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 81-82). Nesse sentido, os dois autores se encontram numa mesma perspectiva quando apontam

a linguagem como sendo a própria vida, ou seja, em direção a essa dimensão do ser movente da existência. É essa linguagem que define o existir humano, pois “homem meditando sobre a palavra ele se descobre a si mesmo” (LORENZ, 1973, p. 340). Está entranhado em si, por isso Guimarães diz: “Levo o sertão dentro de mim e o mundo no qual vivo é também o sertão” (LORENZ, 1973, p. 342). Já não há nem homem, nem linguagem, nem mundo que esteja separado dessa realidade.

[...] a linguagem não pressupõe sua tabela de correspondências, ela mesma desvela seus segredos, ensina-os a toda criança que vem ao mundo, é inteira mostração. Sua opacidade, sua obstinada referência a si mesma, suas retrospicções e seus fechamentos em si mesma são justamente o que faz dela um poder espiritual: pois torna-se por sua vez algo como um universo capaz de alojar em si as próprias coisas – depois de as ter transformado em sentido das coisas (MERLEAU-PONTY, 1992, p. 43).

O fenomenólogo francês ao descrever o fenômeno da fala, aponta uma superação da dicotomia entre sujeito e objeto.

[...] as palavras, as formas mesmas, para uma análise orientada como essa, logo aparecem como realidades segundas, resultados de uma atividade de diferenciação mais originária. As sílabas, as letras, os torneios e as desinências são os sedimentos de uma diferenciação que, desta vez, precede sem dúvida nenhuma a relação entre signo e significação, pois é ela que torna possível a distinção mesma dos signos: os fonemas [...] nos fazem assistir, por baixo da linguagem constituída, à operação prévia que torna simultaneamente possíveis a significação e os signos discretos (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 55-56).

A concepção clássica fomentou sempre a dicotomia em que se pôs a linguagem como forma mecânica onde o pensamento e palavra se encontrariam em órbitas estanques. Daí, Merleau-Ponty (2011, p. 237) afirmar:

A posse da linguagem é compreendida em primeiro lugar como a simples existência efetiva de “imagens verbais”, quer dizer, de traços deixados em nós pelas palavras pronunciadas e ouvidas. Quer esses traços sejam corporais, quer eles se depositem em um “psiquismo inconsciente”, isso não importa muito e, nos dois casos, a concepção da linguagem coincide em que não há “sujeito falante”. (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 237).

Eis aqui o que Merleau-Ponty diz a respeito da concepção da linguagem vista pela tradição e como ele demonstra o caminho que supera esta separação que não condiz com o real sentido da elaboração e construção da linguagem.

A linguagem poderá vir e se fazer como coisa viva e movente capaz de produzir no ato próprio da fala, o discurso sempre acompanhado do discurso do *outro*, mesmo que este por um momento seja apenas ouvinte. Porém, o *outro* sempre constituirá objeto da linguagem que se comunica sem barreiras e vai se fazendo no diálogo. É sempre importante entender que a linguagem para Merleau-Ponty é algo vivo, presente no entremeio em que a subjetividade é um exercício de alteridade em que não existe um e depois o *outro*. Há um imbrincamento no ato próprio do diálogo que torna impossível se pensar numa dicotomia entre sujeito de um lado e o outro como objeto. Para que a fala produza a comunicação com o outro, é preciso que haja um vocabulário já conhecido por ambos. Este terreno comum existente entre os seres, passa a ter o efeito pretendido quando as palavras postas são conhecidas por e pelo outro:

A fala é um verdadeiro gesto e contém seu sentido, assim como o gesto contém o seu. É isso que torna possível a comunicação. Para que eu compreenda as falas do outro, evidentemente é preciso que seu vocabulário e sua sintaxe “já sejam conhecidos” por mim. (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 249).

A linguagem se faz a partir do sujeito encarnado, isto a torna viva situando-a num mundo concreto, que ele denomina de *mundo vivido*, onde encontra-se este sujeito histórico, cultural em que seja possível existir a verdadeira linguagem.

PERCEPÇÃO E LINGUAGEM EM O GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Para a fenomenologia da linguagem, já não há uma separação entre pensamento e palavra em grau de importância, de modo que ambas se entrecruzam permitindo ao sujeito falante estar unido ao mundo percebido. Por esse motivo, a **percepção** desempenha seu primado frente às demais relações do homem com o mundo, possuindo este caráter de abertura do ser que se propõe ao conhecimento. Nesse sentido, o corpo exerce papel crucial no ato de perceber, pois, com ele, as expressões tomam formas de comunicação, atribuindo-se à linguagem a vivência da experiência por parte do humano.

Tanto a ciência quando estuda a linguagem como emissões de sons, como a filosofia que tateia a linguagem como impressão imperfeita do pensamento, nunca dão conta da dimensão expressiva da linguagem por analisarem a linguagem separada do pensamento. O real é sempre reduzido a uma diminuta percepção. Entretanto, quando comparamos a pintura e a linguagem como veículos da percepção, vemos que elas transcendem a uma pura redução do real.

A visão do pintor não é mais um olhar sobre um exterior (...) o quadro, finalmente, não se refere ao que quer que seja entre as coisas empíricas senão sob a condição de ser primeiramente “autofigurativo”, ele não é espetáculo de alguma coisa a não ser sendo “espetáculo de nada”, rebentando a “pele das coisas” para mostrar como as coisas se fazem coisas e o mundo se faz mundo. (MERLEAU-PONTY, 1989, p. 66)

Essa sempre foi uma preocupação de Merleau-Ponty ao rebater a visão da ciência que via o pensamento numa instância e separado da palavra. Com isso, Merleau-Ponty apresenta duas formas da linguagem: *fala falada e fala falante*, conforme a *Fenomenologia da Percepção*, embora esse mesmo sentido seja proferecido por ele em suas últimas obras, em destaque para *O Visível e o Invisível*, de *linguagem falada e linguagem falante*. São duas formas de linguagens, mas não são estanques, já que ambas se completam.

Exercendo uma fenomenologia da linguagem, Merleau-Ponty aponta para o sujeito falante que toma sua língua como produção de si e de uma comunidade viva. A língua não é algo isolado, pois é parte viva dentro de uma comunidade de falantes, visto que ela se reinventa e é capaz de produzir o ser. Em *Signos*, Merleau-Ponty afirma:

Do ponto de vista fenomenológico, ou seja, para o sujeito falante que utiliza sua língua como um meio de comunicação com uma comunidade viva, a língua reencontra a sua unidade: já não é o resultado de um passado caótico de fatos linguísticos independentes, existe um sistema cujos elementos concorrem todos para um esforço de expressão único voltado para o presente ou para o futuro, e assim governado por uma lógica atual (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 91).

A linguagem se apropria da riqueza dos signos da língua e suas potencialidades no intuito de fazê-la dinamizadora e viva. O esforço de ser indissociável faz com que a linguagem não se prenda ao *passado caótico*, tendo em vista que o que o cientista considera como fato consumado a faz não ser clara e perde sua capacidade fecunda na expressão. Ao contrário, Merleau-Ponty trabalha para que essa linguagem se realize no presente. Sendo assim, projeta no futuro, a partir do seu movimento do presente, o *dever* que a constitui como linguagem que é governada por uma lógica que é atual. Ela não se encontra isolada ou parada em algum momento do tempo como algo estático que passou. Enquanto ela se faz no ato criador da fala, encontra-se, pois, a produzir nossa existência no cotidiano. Isso a faz se alimentar dos elementos culturais da comunidade de falantes, sem deixar de vislumbrar o futuro com suas mudanças, estando sempre aberta como linguagem

viva. Assim, denominar de *passado caótico* faz parte de seu constante esforço de Merleau-Ponty em libertar a linguagem de uma concepção meramente de comunicar. Com isso, deixa de ser apenas privilégio a viver na consciência, uma vez que esta era tida como lugar superior separada do corpo vivo. Ao contrário, a utilização dos signos serve como início para uma linguagem que possa ir além destes.

Pensando nesta união corpo e consciência na criação da linguagem, Bakhtin (2014), diz que “[...] a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material” (BAKHTIN, 2014, p. 37). Desta forma, é pelo corpo juntamente com uma consciência são capazes da construção da comunicação completadas e unidas com a linguagem viva.

O real produzido pela comunicação entre os seres humanos no mundo é a elaboração de suas existências num mundo concreto, sem estar preso ao passado e, ainda, na perspectiva do futuro, ou seja, mesmo sem abandonar nossa experiência vivida no presente, pois é no meio dessa *travessia* que constituímos o real da vida através da linguagem que se projeta rumo ao futuro. Ou seja, a fenomenologia é a ação produzida enquanto agimos, assim, a linguagem humana é esse momento da ação. Essa ação é feita no momento mesmo da fala. Aqui, constatamos mais um ponto de encontro entre Guimarães Rosa e Merleau-Ponty: a linguagem viva que está o tempo todo criando e elaborando o ser – linguagem que produz a existência humana, que faz significar, que dá sentido à vida por ser essa extensão do corpo.

De acordo com essa ideia, afirma Silva que:

[...] a linguagem torna-se unidade indissociável dos outros aspectos da existência humana. A linguagem, do papel de simbolizar e significar, recebe uma nova atribuição, pois a palavra, enquanto prolongamento do corpo no mundo, tem a tarefa de expressar e de realizar seu comportamento intencional (SILVA, 1994, p. 11).

De acordo com a ideia de corporeidade na constituição da linguagem, entendemos o sentido dela como indissociável da existência humana, uma vez que já não é mais algo de estranho que apenas habita a consciência. Pelo corpo de onde emanam nossas ações, “a percepção não é um objeto tardio para a consciência. Ela é a forma originária e primeira do conhecimento” (CARMO, 2000, p. 41). Entrelaça-se no corpo, e já não há mais uma linguagem que habite fora dele. O comportamento intencional que nos move em direção a *algo* vem junto com uma atitude, de sair de nossa introspecção de cunho idealista e realizar o movimento de ir. “Mas esse poder de ultrapassar-me pela leitura, devo-o ao fato de ser sujei-

to falante, gesticulação linguística, assim como minha percepção só é possível por meu corpo” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 44).

Esta fenomenologia que tem no homem e no mundo sua razão de ser está presente em *Grande Sertão: Veredas*, o que significa esse humano que perpassa toda a obra. No fim, o que existe é o *homem humano*, homem do sertão, homem desse *mundo vivido*. Essa reafirmação do humano é o que persegue toda a obra de GSV. A dúvida que se encontra em todo o enredo sobre a existência ou não de Deus e do Diabo finda-se com essa conclusão de que o que existe mesmo é o homem humano. É nele que está o ponto de partida e de chegada, porém é com sua existência enquanto ser vivente e ainda em caminho que encontramos o sentido da vida, uma existência em *travessia*.

Uma das expressões mais presentes em GSV, *Mire e veja*, aparece em forma de arguição, chamamento de atenção do interlocutor, como força de expressão usada pelo jagunço e como ato mesmo de perceber. “Eu visio e percebo um mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 13). “[...] o mundo é aquilo que nós percebemos” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 13-14). E continua: “A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta ‘profundidade’ quanto um tratado de filosofia” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 19).

Com essa posição em recolocar a filosofia como recomeço ou como retomada sempre, Merleau-Ponty direciona sua crítica à maneira como se praticava o saber. Reaprender a ver o mundo põe a filosofia, o mundo, o homem no contexto de uma fenomenologia que, por si só, nos coloca perante esse recomeço a todo instante. Esse movimento da fenomenologia converge para estar aberto na construção do conhecimento devido ao seu inacabamento, pois “o inacabamento da fenomenologia e o seu andar incoativo não são o signo de um fracasso, eles eram inevitáveis porque a fenomenologia tem como tarefa revelar o mistério do mundo e o mistério da razão” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 20). Aliás, o seu inacabamento demonstra seu lado criador como abertura em que o homem, através da linguagem, dinamiza o conhecimento real e autêntico do mundo.

A linguagem pode vir e se fazer como coisa viva e movente capaz de produzir, no ato próprio da fala, o discurso sempre acompanhado do discurso do outro, mesmo que este por um momento seja apenas ouvinte. Porém, o outro sempre constituirá objeto da linguagem que se comunica sem barreiras e vai se fazendo no diálogo. É sempre importante entender que a linguagem para Merleau-Ponty é algo vivo. Para ele,

[...] existe um objeto cultural que vai desempenhar um papel essencial na percepção de outrem: é a linguagem. Na experiência do diálogo, constitui-se um terreno comum entre outrem e mim, meu pensamento e o seu for-

mam um só tecido, meus ditos e aqueles do interlocutor são reclamados pelo estado de discussão, eles se inserem em uma operação comum da qual nenhum de nós é o criador (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 474-475).

Merleau-Ponty compreende que nossa percepção se encontra na dimensão da alteridade também sujeito falante, constituindo-se pela linguagem que une esse sujeito com o outro através da fala, ao proporcionar o diálogo. A linguagem, por seu tecido próprio, une no mesmo ato um sujeito que fala e seu interlocutor, fazendo-a linguagem criadora por não se demorar num modelo preestabelecido. Nenhum dos sujeitos envolvidos na comunicação se considera a origem ou mesmo o criador da linguagem, pois ela se faz na liberdade própria do ato criador. A questão da alteridade em Merleau-Ponty possui caráter de intersubjetividade em se tratando da linguagem que se estabelece entre os seres humanos. Há, portanto um movimento que se faz a partir de uma relação igual, não existe o *dono* da palavra, pois o sujeito que verbaliza o faz num processo em que sua fala recebe do *outro*, elementos comuns que o constituem na elaboração do discurso. Assim, afirma Merleau-Ponty (2012):

É que o falar e o compreender são os momentos de um único sistema eu-outrem, e o portador desse sistema não é um “eu” puro (que veria dentro dele apenas um de seus objetos de pensamento e se colocaria *diante de*), é o “eu” dotado de um corpo e continuamente ultrapassado por esse corpo, que às vezes lhe rouba seus pensamentos para atribuí-los a si ou para imputá-los a um outro. (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 50).

Em sua reflexão sobre a linguagem, Merleau-Ponty se questionou como acontece a comunicação entre os humanos e percebeu que não se tratava apenas de juntar signos linguísticos. A linguagem é encarnada a partir do ser que, através de seu corpo, é capaz de torná-la presente por sua capacidade de movimento. Por essa razão, ele afirma existir nesse movimento duas linguagens que não representam duas instâncias antagônicas, mas se completam no momento mesmo de sua prática. Ele denominou essas duas linguagens de *Fala falada* (*parole parlée*) e *Fala falante* (*parole parlante*) – termos usados por Merleau-Ponty na obra de 1945, *Fenomenologia da Percepção*, que, em seus trabalhos finais, como em *A Prosa do Mundo*, ele passa a denominar de *linguagem falada* e *linguagem falante*. A primeira é a fala “conquistadora”, que busca a intenção significativa das coisas em seu princípio original, construída com palavras, porém envolvida e precedida de um certo silêncio. Ou seja, a significação dá vida à fala, tornando-a viva a partir de um devir que a faz ser inovadora e criativa. Daí acontece o que chamamos de comunicação. Já a segunda trata de uma linguagem *sedimentada*, aquela que

domina o terreno comum de uma comunidade de falantes. Por si só, a sutil mudança de termo não propõe um significado novo, mas sim a mesma ideia de uma *linguagem falada* efetiva e fixa em sua maneira vocabular de conhecimento geral de todos, ficando a *linguagem falante* como sendo criadora e inédita que vai sendo produzida no ato mesmo da fala. As duas são importantes no momento da elaboração do discurso que está sendo feito. Na narrativa de Riobaldo, é possível percebermos que as duas estão presentes, mas há de se notar um vocabulário peculiar no decorrer de toda a obra. São termos e expressões que tornam sua maneira de falar a partir da cultura sertaneja, bem regionalista, sem deixar de ser universal. Narrar, para Riobaldo, é quase uma religião em seu sentido mesmo originário. “Eu cá não perco ocasião de religião” (ROSA, 2015, p. 25-6). Ou seja, possui a dimensão de religamento ao mundo donde pode vir a resposta para seu ser, mesmo tendo ciência de que “viver é muito perigoso” (ROSA, 2015, p. 52).

A nova narrativa que Guimarães Rosa adota não é nenhuma invenção por querer criar uma nova língua. Há quem o denomine de inventor de uma linguagem, porém, ele mesmo não se considerava assim, apenas dizia que *trabalhava* as palavras. Na verdade, Rosa acreditava que através da língua era possível dinamizar e renovar o mundo já que neste se encontra também o ser humano. É uma questão de vida, assim:

A narrativa se era considerada revolucionária porque criticava o *status quo*, mas ao usar a linguagem do sistema para alcançar seu objetivo, incorria em um erro de perspectiva e acabava sendo uma manifestação mais do sistema contra o qual se revelava. A ‘nova narrativa’ concebia, como disse Guimarães Rosa, que ‘somente renovando o idioma se pode renovar o mundo’(COUTINHO, S/D, p. 79)⁴. (*Tradução nossa*).

Por isso, Rosa entende ser a linguagem como instrumento criador de um novo mundo, pois, a partir da riqueza já presente na língua portuguesa do Brasil, pensava ele em utilizá-la em favor da própria vida humana. Coutinho (s/d, p. 80), fala em “revitalização” da linguagem quando Rosa usa termos que eram falados, e agora, esquecidos além de resgatar de uma forma muito criativa sem ser propriamente um novo idioma. Ou ainda, observa Proença (1958, p. 86), vai “neologizando vocábulos comuns”. Em se tratando de neologismos e no trato com a

⁴ “La narrativa se creía revolucionaria porque criticaba el status quo, pero al usar el lenguaje del sistema para alcanzarsu objetivo, incurría em um error de perspectiva y acabada siendo una manifestación más del sistema contra el qual se revelaba. La ‘nueva narrativa’ concebía, como lo disse Guimarães Rosa, que ‘solamente renovando el idioma se puede renovar el mundo’ (COUTINHO, s/d, p. 79).

língua e a linguagem, Guimarães Rosa não reivindica a si o papel extraordinário de inventor, mas, utilizou de termos de vários idiomas com o intuito enriquecer mais ainda o processo de uma linguagem sempre viva. Daí, Coutinho, afirmar que:

É importante observar, sem embargo esses neologismos, tanto os formados por afixação como os compostos por aglutinação, não constituem criações arbitrária. O escritor não inventa ‘significantes’ inteiramente novos, dissociados das formas existentes em sua língua: ele não cria um idioma próprio, independente do seu. (COUTINHO, s/d, p. 82)⁵. (*Tradução nossa*).

Nesse sentido, o autor acima afirma que Guimarães Rosa não tinha tal pretensão de uma inédita criação de uma nova língua, como aos que não compreenderam seu propósito chegaram a pensar. Ao contrário, toda riqueza da língua em questão, possibilita trabalhá-la e descobrir que dentro dela mesma existem todos os elementos que a fizeram e fazem ter dimensões infinitas no uso corrente em nossa cultura. Ou seja, acrescenta Coutinho (s/d, p. 82), que há na língua a existência de algo concreto já existia em estado potencial.

Ainda, falando do narrador na obra *GSV*, afirma Meneses (s/d):

Esses textos, entre muitos outros que poderiam ser divididos ao longo de *Grande Sertão: Veredas* equiparam o sertão com ‘o pensamento de um’. O grande sertão de alma de um homem: aquilo que ele não conhece, mas ao qual tentará se aproximar, ‘organizando’ sua experiência naquele encontro de duas pessoas, naquela relação em que um ser humano escuta o outro e, ao ouvir, no acolhimento seu discurso, propõe um receptáculo a essa corrente verbal que caracteriza o protagonista e o ajuda a organizar-se. É como se o interlocutor ouvisse fornecer um continente àquela ‘matéria fluida’ que corre, infinita e desorganizada, e dá um curso: margens, limites, um leito onde correr. Além disso, é extremamente comum aludir aos protagonistas comparando-os com os rios. Mas a ‘matéria vertical’ é sempre a narrativa da vida. (MENESES, s/d, p. 91).⁶

⁵ “Es importante observar, sin embargo esos neologismos, tanto los formados por afijación como los compuestos por aglutinación, no constituyen creaciones arbitraria. El escritor no inventa ‘significantes’ enteramente nuevos, dissociados de las formas existentes ensulengua; él no crea um idioma proprio, Independiente del suyo”. (COUTINHO, s/d, p. 82).

⁶ “Esos textos, entre muchos otros que podríandesgajar-se a lo largo de Gran Sertón: Veredas equipara nel sertón com ‘el pensamiento de uno’. El gran sertón de alma de

Aquele que escuta compreende, anota, concorda, é o Senhor, principal interlocutor do narrador-personagem Riobaldo, porém somente há a comunicação devido ao terreno comum existente entre ambos: a linguagem constituída os une e os faz partes uníssonas da invenção comum de significados que compõem a comunicação. Nela, aparecem certas lacunas do discurso, que compreendo porque esses vazios preenchem minha vida. O silêncio é parte da linguagem, o não dito compõe-se com o proferido. Com Merleau-Ponty, não há um pensamento que preexiste à fala, mas coexistem. Essas zonas de vazios promovem a fala em nós. Enquanto a fala falada (*parole parlée*) é sedimentada, faz parte do universo cultural existente disponível aos falantes. Portanto, o que já está dito completa-se com uma fala operante que está sendo elaborada no ato do diálogo. Merleau-Ponty (2011), então, afirma que:

... poderíamos distinguir entre uma *fala falante* e uma *fala falada*. A primeira é aquela em que a intenção significativa se encontra em estado nascente. [...]. Daí a *fala falada* que desfruta as significações disponíveis como a uma fortuna obtida (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 266-267, grifo do autor).

Eis aqui, portanto, o propósito das duas linguagens apresentadas na *Fenomenologia da Percepção*, embora possuam uma interdependência com o intuito de fazer dela uma linguagem viva. Nas obras finais, Merleau-Ponty sustenta as duas formas de linguagem, o mesmo sentido, embora não trate de *fala*, mas de linguagem.

Para Merleau-Ponty (2010), a linguagem não se situa apenas numa dessas formas. Aliás, são duas maneiras de lidar com a linguagem, sendo uma existente a partir dos signos utilizados numa determinada língua, que serve de base como vocabulário conhecido pelos envolvidos no diálogo ou no discurso, criando os significados que tornem compreensível por esse movimento da fala, que unida à primeira forma por esse *devoir* falante enquanto se constitui o diálogo, o discurso

um hombre: aquello que él no sabe pero a lo que intentará acercarse, ‘organizando’ su experiencia em esse encuentro a dos, em esarelaciónen que un ser humano escucha al outro y, al escucharlo, al acogersu discurso, proponeun receptáculo a esse chorro verbal que caracteriza al protagonista y loayuda a organizar-se, lo estructura. Es como si la escucha del interlocutor proporcionar seun continente a esa ‘materiavertiente’ que chorrea, infinita y desorganizada, y le da un curso: márgenes, delimitaciones, um lecho, em el cual correr. Además, es extremamente frecuente aludir a los protagonistas cotejándolos com los ríos. Pero la ‘materia vertente’ es siempre la narración de la vida”. (MENESES, s/d, p. 91). *Tradução nossa*.

ou a narrativa das palavras pronunciadas ou comunicadas por outra via da linguagem. Assim,

Alguém me fala e eu compreendo. Quando tenho a impressão de me ocupar apenas com *palavras*, é que a expressão falhou; ao contrário, se ela é bem-sucedida, parece-me que penso ali, em voz alta, naquelas palavras que eu não disse (MERLEAU-PONTY, 2010, p. 196).

Palavra falante, linguagem operante, eis as formas como se apresenta a linguagem para a filosofia de Merleau-Ponty. Esse é o sentido que o filósofo direciona na compreensão da linguagem. Em *O Visível e o Invisível*, Merleau-Ponty diz:

... mas se, ao contrário, considerarmos a palavra falante, se aceitarmos como natural a assunção das convenções da língua por aquele que nela vive, o envolvimento, nele, do visível e do vivido com a linguagem, da linguagem como o visível e o vivido, as trocas entre as articulações de sua paisagem muda e as de sua fala, enfim esta linguagem operante que não precisa ser traduzida em significações e pensamentos, esta linguagem-coisa que vale como arma, ação, como ofensa e sedução, porque faz com que aflorem todas as relações profundas da vivência em que se formou, a vivência da vida e da ação mas também a da literatura e da poesia, então este logos é um tema absolutamente universal, é o tema da filosofia. A filosofia é, ela própria linguagem, repousa sobre a linguagem; isto, porém, não a desqualifica nem para falar nem para falar da linguagem, nem para falar da pré-linguagem e do mundo mudo que as duplica (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 124).

A linguagem operante é para Merleau-Ponty aquela presente a mover a vida, como linguagem da ação, da literatura, aquela a promover nossas relações e toda a existência humana. “[...] fora da filosofia o escritor não pode ter o sentimento de atingir as próprias coisas senão pelo uso da linguagem e não para além da linguagem” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 87). A linguagem se encontra na medida em que esta é colocada em prática, não há mistério ou enigma a ser desvendado, pois ela é uma das maiores preocupações do século XX e Merleau-Ponty a tem como uma de suas principais prioridades, não como a visão da linguagem da tradição que é tida como uma “tradução do pensamento”.

Para Merleau-Ponty, a linguagem revela o sujeito no ato da fala. “O orador não pensa antes de falar, nem mesmo enquanto fala; sua fala é seu pensamento” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 244-245). Segundo Carmo (2000, p. 97), “o sujeito falante carrega consigo uma força pré-pessoal, involuntária, e só revela o seu

segredo quando fala”. Ela vai sendo feita na medida em que se está no ato próprio da fala, por isso ela pode ser criadora devido ao movimento que a faz presença constante. A fala expressa pelos signos perpassa para além destes em busca de significar e de comunicar.

Ao descrever o fenômeno da fala, Merleau-Ponty aponta uma superação da dicotomia entre sujeito e objeto. A concepção clássica fomentou sempre a dicotomia em que se pôs a linguagem como forma mecânica em que pensamento e linguagem se encontrariam em órbitas estanques. Nesse sentido, Merleau-Ponty, afirma:

A posse da linguagem é compreendida em primeiro lugar como a simples existência efetiva de “imagens verbais”, quer dizer, de traços deixados em nós pelas palavras pronunciadas e ouvidas. Quer esses traços sejam corporais, quer eles se depositem em um “psiquismo inconsciente”, isso não importa muito e, nos dois casos, a concepção da linguagem coincide em que não há “sujeito falante” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 237).

Eis o que Merleau-Ponty declara a respeito da concepção da linguagem vista pela tradição e como ele demonstra o caminho que supera essa separação que não condiz com o real sentido da elaboração e construção da linguagem. Merleau-Ponty, portanto, trata a linguagem como algo que se faz no ato próprio da comunicação: “O orador não pensa antes de falar, nem mesmo enquanto fala; sua fala é seu pensamento” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 244-245), sendo necessário que “[...] a palavra e a fala deixem de ser uma maneira de designar o objeto ou o pensamento para se tornarem a presença desse pensamento no mundo sensível e, não sua vestimenta, mas seu emblema ou seu corpo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 247).

Em Merleau-Ponty, o pensamento não funciona como um invólucro que apenas serve de capa para a palavra dada. Tal crítica de Merleau-Ponty tinha razão de ser porque era dessa maneira que o pensamento na linguagem era tido. Prestava-se como uma coisa anexa ou fora do movimento do corpo, qualquer separação do pensar em relação aos demais membros físicos, que, para ele, compõem a linguagem real. Então, pensamento, palavra e fala devem ocupar o mesmo terreno, havendo cumplicidade que as torna realizáveis, pois se reinventam a todo instante. Quando falo, essa fala não está separada do pensamento, embora não haja rigidez ou uma à frente da outra. O que existe é uma ação conjunta que as faz produzir a comunicação. Exatamente por não obedecer a um fluxograma que desencadeie em algum algoritmo é que a linguagem pode ser analisada a partir de uma fenomenologia.

Por esse motivo, o discurso, a fala – a comunicação – o *outro* –, acontece sob um vocabulário já conhecido de ambos, o que garante o fluir da linguagem. Esse

terreno comum da sintaxe estabelecido na linguagem, a fala e seus gestos, permite a compreensão entre os seres. Portanto, Merleau-Ponty diz que:

A fala é um verdadeiro gesto e contém seu sentido, assim como o gesto contém o seu. É isso que torna possível a comunicação. Para que eu compreenda as falas do outro, evidentemente é preciso que seu vocabulário e sua sintaxe “já sejam conhecidos” por mim (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 249).

A linguagem se faz a partir do sujeito encarnado⁷ uma vez que ela é uma construção dinâmica e viva que acontece com os seres animados, congregando suas diversas dimensões, tornando-a importante elemento de vida dos seres. A esse respeito, Merleau-Ponty, evidencia:

A linguagem tem um interior, mas esse interior não é um pensamento fechado sobre si e consciente de si. O que então exprime a linguagem, se ela não exprime pensamentos? Ela apresenta, ou antes ela é tomada de posição do sujeito no mundo de suas significações. O termo “mundo” não é aqui uma maneira de falar: ele significa que a vida “mental” ou cultural toma de empréstimo à vida natural as suas estruturas, e que o sujeito pensante deve ser fundado no sujeito encarnado (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 262). (grifo do autor).

Ao tratar de linguagem interior, Merleau-Ponty não está afirmando que o pensamento deve se fechar numa consciência. Ele busca contrariar a corrente que considerava o pensar como sendo mais importante e em lugar de destaque nessa relação. Isso seria uma concepção dos idealistas que tinham na razão a primazia por excelência. Ao contrário, o que ele quer dizer é que a linguagem tem um interior, mas não um interior que se fecha sobre si mesmo, antes, ela é a própria ação do sujeito encarnado no mundo com suas significações, criando, assim, uma indissociabilidade que lhes permite estarem sempre unidas. Essa interdependência, a partir das estruturas naturais, demonstra que o sujeito pensante tem sua base no sujeito encarnado.

⁷ Sujeito encarnado é dito aqui no sentido de *ser do mundo*, ser com o outro. “[...] como sujeito encarnado, estou exposto ao outro, assim como o outro está exposto a mim mesmo, e me identifico a ele que fala diante de mim”. (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 50). O que difere das posições sobre o sujeito separado do objeto tão fomentado na modernidade, especialmente pelo dualismo cartesiano que através do *cogito* faz o deslocamento o ser a consciência.

Ao estudarmos o pensamento de Merleau-Ponty vimos que ele tem priorizado a questão da linguagem. Desde o princípio, isto é, já na *Estrutura do Comportamento* e na *Fenomenologia da Percepção*, nos anos 1940, elabora suas primeiras concepções sobre linguagem. Nessa segunda obra, defende a existência de duas linguagens e faz uma distinção das duas formas da fala humana, embora elas se complementem em sua elaboração. Resulta daí a existência da *fala falada* e da *fala falante*: Merleau-Ponty, afirma que:

... poderíamos distinguir entre uma *fala falante* e uma *fala falada*. A primeira é aquela em que a intenção significativa se encontra em estado nascente. Aqui, a existência polariza-se em um certo “sentido” que não pode ser definido por nenhum objeto natural; é para além do ser que ela procura alcançar-se e é por isso que ela cria a fala como apoio empírico de seu próprio não-ser. A fala é o excesso de nossa existência por sobre o ser natural. Mas o ato de expressão constitui um mundo linguístico e um mundo cultural, ele faz voltar a cair no ser aquilo que tendia para o além. Daí a fala falada que desfruta as significações disponíveis como a uma fortuna obtida (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 266-267).

Podemos observar que Merleau-Ponty trata das duas formas de linguagens na obra do início, *Fenomenologia da Percepção*, assim como na *Prosa do Mundo*, que já é uma obra do fim da sua vida. O que podemos, o que o mantém igual, mesmo sendo em obras que estão em diferentes contextos, é o fato de pensar duas linguagens, que se complementem no seu objetivo, e que entendemos como linguagem no seu todo. E diz Merleau-Ponty:

Digamos que haja duas linguagens: a linguagem de depois, a que é adquirida e que desaparece diante do sentido do qual se tornou portadora, e a que se faz no momento da expressão, que vai justamente fazer-me passar dos signos ao sentido – a linguagem falada e a linguagem falante (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 39).

Essas duas formas de linguagem findam se entrelaçando e constituem o sentido real da linguagem. Elas percorrem desse signo ao sentido num movimento estético e criador como escrita. Essa escrita é feita do vocabulário comum, conhecido de todos que constituem a linguagem falada, que se junta a uma linguagem em devir, que é a falante, atingindo seu objetivo, que é o sentido. “Portanto, ultrapassa-se tanto o intelectualismo quanto o empirismo pela simples observação de que a palavra tem um sentido” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 241).

Em Merleau-Ponty, a linguagem preenche o todo da comunicação e nada escapa para sua efetivação, pois “[...] toda linguagem é indireta ou alusiva, e é, se

se preferir, silêncio” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 44) e (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 65). Ou seja, a linguagem preenche todo o sentido da existência humana e funciona como uma fenomenologia da palavra, por isso, Merleau-Ponty, afirma:

Quando falo ou quando compreendo, experimento a presença do outro em mim ou de mim no outro que é o obstáculo da teoria da intersubjetividade, a presença do representado que é o obstáculo da teoria do tempo, e compreendo afinal o que quer dizer a enigmática proposição de Husserl: “A subjetividade transcendental é intersubjetividade” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 103).

Na linguagem, há o sentido de existir, pois o exercício da fala requer a compreensão do outro que se elabora como intersubjetividade. O meu discurso se concretiza no instante em que o *outro* torna-se também sujeito e interlocutor marcado como presença viva no diálogo que se estabelece.

Tal fato permite que a filosofia encontre sentido na fala de *si* e do *outro* através de uma linguagem como “[...] uma filosofia operante, espontânea, não cristalizada em teses. Ela se faz em um meio original e silencioso que é a percepção do olhar e é, portanto, mais próxima do sentido espontâneo do ser-no-mundo do que costuma ser a filosofia e a literatura” (CARMO, 2000, p. 38). É importante ressaltar que:

A linguagem não foi inventada por um indivíduo sozinho na apreensão de um mundo externo. Portanto, ela não pode ser usada como ferramenta para revelar tal mundo. Ao contrário, é dentro da própria linguagem que o ato de conhecer, na coordenação comportamental que é a linguagem, faz surgir um mundo. Percebemo-nos num mútuo acoplamento lingüístico, não porque a linguagem nos permita dizer o que somos, mas porque somos na linguagem, num contínuo ser nos mundos linguísticos e semânticos que geramos com os outros. Vemo-nos nesse acoplamento, não como a origem de uma referência nem em relação a uma origem, mas como um modo de contínua transformação no devir do mundo lingüístico que construímos com os outros seres humanos (MATURANA; VARELA, 2001, p. 257).

O DISCURSO CONSTITUINTE EM MAINGUENEAU EM VISTAS DO GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Vimos que a formação a linguagem em *Grande Sertão: Veredas* nos mostra de uma maneira existencial o homem que ali se encontra na travessia e que em Merleau-Ponty, a linguagem é uma atitude denunciadora do ser.

Nota-se, assim, que a proposta de Guimarães Rosa e Merleau-Ponty vem ao encontro do discurso constituinte de Dominique Maingueneau. Esse em sua proposta inscreve os falantes nos locais que esses alcançam a sua identidade, de forma, que não se pode definir entre os sujeitos e os seus discursos. As suas falas e palavras testemunham a realidade em suas formações discursivas, de domínio aberto e instável. Tais formações coexistem nas mais diferentes formações discursivas, da qual surge o interdiscurso. Para o linguista Francês esse termo deve ser substituído, em vista da sua vaguidão, por uma tríade: “universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo” (MAIGUENEAU, 1984, p.27).

O primeiro da tríade é um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em uma determinada conjectura. Esse conjunto é finito, mas que não pode ser apreendido em sua globalidade. Não tem muita utilidade ao analista, mas define o horizonte a partir do qual será construído o domínio suscetível de ser estudado.

O campo discursivo é um conjunto de formações discursivas que são coerentes entre si. Delimita-se a determinado universo discursivo. Esse recorte de campos permite abrir a múltiplas redes de trocas. O interior do campo discursivo se constitui um discurso. Contudo, não significa que todos os discursos se constituam da mesma forma em todos os discursos e que nem é possível determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações de um campo.

Por último, o espaço discursivo diz respeito ao subconjunto de formações discursivas. Esses espaços o analista julga pertinente em relação aos seus objetivos. Esses subconjuntos são resultados de uma hipótese fundamentada em um conhecimento dos textos e em um saber histórico e serão confirmados ou não durante a pesquisa. Podemos dizer, então, que “o interdiscurso aparecia como um conjunto de relações entre diversos ‘intradiscursos’ compactos” (MAIGUENEAU, 2005, p. 36).

É justamente nesse ponto de *Grande Sertão: Veredas* em que o espaço discursivo de Maingueneau entra. Vemos nas memórias faladas de Riobaldo que, o espaço que ele fala não é necessário que o outro seja um fragmento localizável como uma citação, nem uma entidade exterior. A relação como o outro se dá para além da distinção entre heterogeneidade. Mostrar-se independente de qualquer alteridade, já que o outro não é redutível ao espaço discursivo do interlocutor. Isto é,

... sustentar que o espaço pertinente para as regras é o da ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isto implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro. Não se distinguirá, pois, duas partes

em um “espaço discursivo”, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade. [...] Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso etc., mas de um trabalho sobre outros discursos (MAINGUENEAU, 1993, p. 119,120).

Nessa citação podemos notar que o discurso constituinte é aquele que se constitui a partir de outros discursos, sob vários diálogos se fazendo e se formando na construção de um novo discurso, partindo do *archeion* que lhe dá suporte para novas *hermeneias* dentro do quadro hermenêutico que lhe protege de qualquer interferência na sua estrutura original. Pois,

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado por outros discursos e pelo discurso do Outro. O outro não é um objeto exterior, mas uma condição do discurso de um sujeito falante que não é a fonte primeira desse discurso (AUTHIER REVUZ, 2004, p. 69).

É justamente isso que vemos em *Grande Sertão: Veredas*, onde a heterogeneidade textual possibilita várias vozes, vários tons, várias parotopias enunciativas dentro do dialogismo que se buscará entender a obscuridade que está nos subentendidos e pressupostos de um texto, o que lhe confere grandeza e importância.

O próprio discurso constituinte é algo ainda em descoberta, e por isto mesmo encontra-se em consonância com o que propõe uma fenomenologia da linguagem merleau-pontyana e a linguagem sertaneja do Guimarães Rosa.

Facilmente, entende-se por discurso a oratória solene que é proferida em alguns instantes privilegiados da vida social, em momentos privilegiados da trajetória acadêmica e em horas tanto aguerridas quanto memoráveis da política. Maingueneau (2005, p. 15) entende a elasticidade de sua compreensão, ao dizer que “a noção de discurso é empregada com noções muito diferentes, desde as mais restritivas até às mais abrangentes”. Ele infere que: Não deixa de ser um termo constantemente ambíguo, pois pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos: ‘o discurso comunista’ é tanto o conjunto de textos produzidos por comunistas, quanto o sistema que permite produzir esses textos (MAINGUENEAU, 2013, p. 57). Ainda segundo Maingueneau: Mesmo no quadro da AD, a noção de “discurso” não é estável. Por este termo é possível entender o que Pêcheux chama de “superfície discursiva”, que corresponde ao conjunto dos enunciados realizados, produzidos a partir de uma certa posição; mas também pode-se interpretá-lo

como o sistema de restrições que permite analisar a especificidade desta superfície discursiva (MAINGUENEAU, 1993, p. 23).

No entendimento de Maingueneau (2013; 2015; 2016), não obstante a multiplicidade possível de entendimento do que seja discurso para outras ciências humanas e sociais, como a filosofia da linguagem, a teoria dos atos de fala, a concepção inferencial do sentido, o interacionismo simbólico, a etnometodologia, o dialogismo, a psicologia, há algumas ideias-forças, como ele intitula, que interessam diretamente ao estudo do discurso:

a) o discurso é uma organização situada para além da frase, com regras; b) o discurso é orientado, no tempo e no espaço, com pausas e retomadas; c) o discurso é uma forma de ação sobre alguém e não apenas uma representação de mundo; d) o discurso tem uma interatividade constitutiva; e) o discurso possui uma indicialidade, ou seja, marcas de seu contexto; f) o discurso é assumido por um sujeito, com referências pessoais, temporais e espaciais; g) o discurso é regido por normas, como todo comportamento social; h) o discurso é considerado no âmbito do interdiscurso, isto é, em relação com outros discursos; i) o discurso constrói socialmente o sentido: “ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis (MAINGUENEAU, 2015, p. 29).

Seja como for a compreensão, o discurso traz consigo a marca de ser uma prática social, anterior ao enunciador. É o que vemos na obra de Guimarães Rosa se adotarmos o olhar de Maingueneau. Lá o repousaria secretamente algo sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”.

Maingueneau (1993, p. 35), depois de introduzir a questão dos gêneros do discurso, notando que “a noção de gênero não é de fácil manejo” porque “um mesmo texto encontra-se geralmente na intersecção de múltiplos gêneros”, acrescenta que “os gêneros do discurso constituem, de alguma maneira, os átomos da atividade discursiva” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66). Para Maingueneau (2016), a noção de gênero tem suas raízes na Antiguidade e surge a partir de dois tipos de atividade discursiva: a poética e a retórica. À poesia couberam os estilos épico, lírico, dramático, epidítico; a retórica, que, embora nascendo na Grécia, desenvolveu-se bem em Roma, “apareceu como resposta às necessidades de gerir a vida da cidade e os conflitos comerciais, fazendo da fala pública um instrumento de deliberação e de persuasão jurídica e política” (MAINGUENEAU e CHARAUDEAU, 2016, p. 249). Afirmando que “todo texto pertence a uma categoria

de discurso, a um gênero de discurso” (MAINGUENEAU, 2013, p. 65), ele apressa-se a elucidar que: Os gêneros de discurso só adquirem sentido quando integrados a unidades de classe superior, os tipos de discurso” e esclarece que “tipos e gêneros de discurso estão, assim, tomados por uma relação de reciprocidade: todo tipo é uma rede de gêneros; todo gênero se reporta a um tipo (MAINGUENEAU, 2015, p. 66). Para Charaudeau e Maingueneau (2016a, p. 468), “uma das tarefas essenciais da análise do discurso é classificar os discursos produzidos numa sociedade”. Sobre tipos e gêneros do discurso, Maingueneau (2013) enumera três tipologias:

(a) tipologias comunicacionais, (b) tipologias de situações de comunicação e (c) tipologias linguísticas e discursivas. Nas tipologias comunicacionais, quando pretende elaborar classificações por funções de linguagem, Charaudeau e Maingueneau (2016) utilizam quase sempre a tipologia das seis funções da linguagem de R. Jakobson (referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética); as classificações por ordem social têm a função lúdica, de contato, religiosa, dentre outras. A finalidade é, portanto, “classificar os discursos segundo a intenção comunicacional que os anima” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2016, p. 469).

Os gêneros de discurso conversacionais não estão presos a lugares institucionais, são fluidos, sem, contudo, estarem desconectados de uma história, até porque o modo de conversar sofre suas variações social e historicamente (MAINGUENEAU, 2013). Para Maingueneau (2016): Sua composição e sua temática são em geral bastante instáveis e seu quadro se transforma incessantemente: trata-se de coerções locais e “horizontais”, isto é, estratégias de ajuste e de negociação entre os interlocutores que a ele se impõem.

Já os gêneros de discurso instituídos pertencem a uma esfera em que predominam o rigor e a formalidade, ainda que sejam rotineiros ou autorais, como Maingueneau (2016) compreende. Os gêneros rotineiros estão nas ruas (como é o caso da obra de Guimarães Rosa), com sua marca social e histórica; simplesmente, apareceram, conforme as necessidades de interação entre as pessoas. Os gêneros que Maingueneau (2016, p. 238) distingue como autorais “se acham particularmente presentes em certos tipos de discurso: o literário, sem dúvida, mas também o filosófico, o religioso, o político, o jornalístico”, são ensaios, meditações, dissertações, tratados, dentre outros.

Por fim, parece interessante recordar que “a noção tradicional de gênero foi inicialmente elaborada no âmbito de uma poética, de uma reflexão sobre a literatura. Só recentemente ela se estendeu a todos os tipos de produções verbais. Essa transferência não se faz sem riscos” (MAINGUENEAU, 2013, p. 71). Destarte,

Maingueneau analisa se não é possível se chegar a um conjunto de condições de êxito, que seriam como que características comuns aos gêneros do discurso. Para ele, essas condições de êxito seriam:

- a. Uma finalidade reconhecida: Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa [...].
- b. O estatuto de parceiros legítimos: Que papel devem assumir o enunciador e o co-enunciador? [...].
- c. O lugar e o momento legítimos: Todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento [...].
- d. Um suporte material: [...]. Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso [...].
- e. Uma organização textual: Todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual que cabe à linguística textual estudar [...].
- f. Recursos linguísticos específicos: Todo gênero de discurso implica que seus participantes dominem um certo uso da língua [...] (MAIN-GUENEAU, 2013, p. 71-75).

Dominique Maingueneau é situado por Possenti (2009) entre Bakhtin e Courtine, sem deixar de reconhecer a proximidade de Foucault, como se poder, quando se discorre sobre interdiscurso. Possenti (2009, p. 67) reconhece que Maingueneau tem “capacidade de ver o discurso em todos os aspectos do texto – e, portanto, de fundar o discurso em sua efetiva materialidade”. E acrescenta que três pontos de vista de nosso teórico não podem deixar de ser mencionados, como uma síntese do que ele concebe da relação entre a linguística e a Análise do Discurso:

- 1°. a linguagem é radicalmente dual, ou seja, completamente formal e igualmente constituída por questões sociais e subjetivas;
- 2°. a Análise do Discurso se volta para textos, isto é, “objetos linguísticos (embora tenha desenvolvido uma forma peculiar de tratar de “textos” materializados em outras semioses);
- 3°. “um discurso não privilegia um de seus aspectos (léxico, sintaxe etc.), mas se materializa em todos eles, governando, inclusive, a seleção e organização dos gêneros” (POSSENTI, 2009, p. 66).

Como vimos, então, a inserção de Dominique Maingueneau na Análise do Discurso trouxe uma enorme contribuição dele para a Análise do Discurso, devemos tratar sobre o que se entende por Escola Francesa de Análise do Discurso, da qual ele é representante.

Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 202) explicam que essa expressão “permite designar a corrente da análise do discurso dominante na França nos anos 60 e 70”. O livro *Análise Automática do Discurso*, publicado por Michel Pêcheux, em 1969, é por muitos considerado como o primeiro livro da Escola

Francesa da Análise do Discurso, pelo seguinte: o n. 13 da revista *Langages*, publicado naquele mesmo ano, com o título “A Análise do Discurso”, trazia a tradução do artigo *Discourse Analysis*, escrito por Zellig S. Harris, em 1952, mas não era um trabalho produzido na França. Porém, para Maingueneau (2006), quanto à questão de saber se existem textos e autores fundadores da AD, na verdade, é apenas uma questão de saber quando apareceu a AD. Aqueles que, por exemplo, fizeram de Michel Pêcheux o fundador da AD têm uma certa concepção da AD. Aqueles que, como eu, pensam que houver diversos atos de fundação da AD têm outra concepção. A meu ver, as correntes como a etnografia da comunicação, as correntes pragmáticas, a linguística textual ou as problemáticas de daquela época participou Merleau-Ponty, sem saber, do desenvolvimento desse agrupamento de pesquisas que se encontram hoje em dia sob o rótulo de Análise do Discurso.

De forma muito discreta, observa ainda Maingueneau (1990) que uma Escola Francesa já existia, marcada pela reflexão sociológica, antes de haver a chamada Escola Francesa de Análise do Discurso, e que essa não surgiu ao acaso. Vejamos a conjuntura das ciências humanas da década de 1960, na França, e perceberemos que:

Em um contexto em que o conjunto das produções culturais se torna passível de uma “leitura”, onde tudo é transmudado em “texto” por uma abordagem estrutural, o aparecimento da análise de discurso pode parecer inevitável: seria apenas o nome dado à extensão a novos objetos do princípio estruturalista da “nova crítica” literária” (MAINGUENEAU, 1990, p. 66).

Para Maingueneau, o discurso literário é um discurso constituinte, o qual precisa manter uma relação efetiva com a memória. Nessa perspectiva, o criador de uma obra, para construir uma identidade no campo literário, precisa percorrer, o que Maingueneau designará, arquivo literário, o qual não é apenas uma biblioteca de obras, mas também um tesouro de lendas, e definir uma trajetória própria, construindo sua própria versão da história.

Na análise de uma obra como *Grande Sertão: Veredas*, segundo o autor francês, podemos notar o fato literário como discurso. Assim como, a análise do discurso literário que propõe como um ramo da análise do discurso. Dessa forma, há uma modificação da maneira de apreender a literatura, pois, dessa perspectiva, o linguista francês diz que as, noções como visão de mundo, autor, documento, influência, contexto etc. têm que ser recusadas, passando a ser de responsabilidade da obra – por meio do mundo que configura em seu texto – refletir, legitimando-as, as condições de sua própria atividade enunciativa. É nesse sentido que o professor da Sorbonne concebe o texto literário como sendo a própria gestão do contexto.

Maingueneau (2009) discute, entre outras coisas, sobre a natureza do discurso literário, incluindo-o no rol dos discursos constituintes, categoria que, de acordo com o autor, designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma. Discursos religiosos, científicos e filosóficos também pertencem ao campo dos discursos constituintes, pois, assim como o discurso literário, eles acreditam, conforme Maingueneau (2009), serem ligados a uma fonte legítima, sendo autorizados por si mesmos, não havendo acima deles nenhum outro discurso.

Para que possam legitimar e gerir a produção e o consumo de obras, os discursos constituintes precisam se valer de instituições, mas para haver a verdadeira constituição dos discursos eles não podem se filiar integralmente a essas instituições, o que obriga os processos criadores, de acordo com o autor, a alimentar-se de lugares, grupos e comportamentos tomados num pertencimento impossível. Essa é outra característica dos discursos constituintes, que Maingueneau (2009, p. 68) nomeará de paratopia, cuja definição “não é ausência de lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria impossibilidade de estabilizar-se”. É o mesmo quando vemos na obra de Guimarães Rosa que a percepção está ligada àquela sensação interior de isolamento, lugar de refúgio, onde se vive “arredado do arrocho de autoridade [...] Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o *pensamento da gente* se forma mais forte que o *poder do lugar*” (ROSA, 2015, pp. 23-24)

Da mesma forma, Merleau-Ponty entende a imbricação intersubjetiva não como intersecção entre duas positivities, mas como uma “junção à distância”, modo de se encontrar em algum lugar, no invisível. A relação com outrem se dá nesse ponto de contato que é também ponto de disjunção, nessa “superfície de separação” onde as individualidades, ao se encontrarem, são repelidas em direção à sua diferença; lugar onde se constituem a um tempo a diferença e a identidade das consciências e, conseqüentemente, a profundidade e a fenomenalidade do mundo. Portanto, cumpre entender essa trama do *Ineinander*, figura do um-no-outro, como uma realidade última, irreduzível, enfim, como a dimensão fundamental do mundo. E porque não com a obra?

Logo, para que essa paratopia ocorra, Maingueneau observa que a obra literária precisa surgir quando há tensões no campo literário, quando ela só pode dizer alguma coisa sobre o mundo pondo em jogo em sua enunciação os problemas advindos da impossível na sociedade e no espaço literário dessa mesma enunciação.

Maingueneau, afirma que só se é um texto um enunciado quando este é tomado num quadro hermenêutico que vem garantir que um dado texto deve ser interpretado. Para isso, o texto tem que ser digno de interesse, singular, extraor-

dinário; tem que se considerar que, por meio dele, uma fonte transcendente envia uma mensagem; que essa mensagem trata de questões relativas aos fundamentos, que é necessariamente oculta, e, por tudo isso, a leitura não é possível, mas tem-se a necessidade de decifrá-la.

Ao interpretá-la, o intérprete legitima-se e relegitima seu lugar, ao mesmo tempo que “relegitima a condição do texto comentado de membro do quadro hermenêutico, e, para além disso, relegitima o próprio quadro hermenêutico” (MAINGUENEAU, 2009, p. 74). Nesse sentido, o intérprete, por ter uma relação privilegiada com a fonte do texto, se diferencia do leitor. Por ser inscrito num quadro hermenêutico, o discurso literário, assim como todos os discursos constituintes, é hiperprotegido, podendo, de acordo com Maingueneau (2009), romper com as máximas conversacionais do discurso, ou seja, desobedecer algumas normas do discurso, sem perigo de arranhar seu prestígio. *Mire e veja* como diria o personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de elaborar uma exposição entre Guimarães Rosa, Merleau-Ponty e Maingueneau teve o intuito de seguir o fiel espírito da linguagem e da fenomenologia, abre-se, pois, a um infinito de possibilidades e continuamos na *travessia*, rumo a uma análise do discurso. Nesse sentido é que este texto não é um princípio para conhecimento no assunto exposto, ao mesmo tempo, não é o fim onde as cortinas fecham o ato. Para pensar como Rosa, nem “saída”, nem “chegada”, é no *entremeio* da nossa existência que se cabe é na *travessia* da linguagem em seu *dever* que vai nos elaborando cotidianamente.

O elo que os une é a linguagem viva, movente e operante que vai se elaborando na medida mesma em que se dialoga. Assim há uma linguagem no discurso de Riobaldo e de outros personagens em *Grande Sertão: Veredas*. No enredo, encontramos a poesia, estética de uma linguagem *trabalhada*, carregada de sonoridade.

Tudo isso, tendo na *percepção* do ser (Riobaldo) – o *mundo vivido* do sertão – *dever* da linguagem numa *travessia fenomenológica*. E as *travessias* de *Grande Sertão: Veredas* são muitas: os rios, o liso, o sertão. Ainda, a narrativa oral (Riobaldo) para escrita (Senhor). E em Merleau-Ponty, esta *travessia* se faz da *fala falada* para a *fala falante*, como *dever* de uma linguagem que vai das *Veredas* do *Grande Sertão*, do falar regional a uma dimensão da língua universal.

REFERÊNCIAS

- ARSILLO, Vincenzo. O olhar do silêncio: maiêutica do discurso dialógico e representação do outro em Grande Sertão: Veredas. In: . *Outras margens: estudos da obra de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e hererogeneidade *Constitutiva* in: *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enuciativo do sentido*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, pp. 11-80.
- BOLLE, Willi. O sertão como forma de pensamento. In: O sertão como forma de pensamento. Revista *Scripta*. Belo Horizonte; vol. 2, n. 3, 1998, [p. 259-271].
- BOLLE, Willi. Representação do povo e Invenção de linguagem em *Grande Sertão: Veredas*. O sertão como forma de pensamento. Revista *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 352-366, jan.-jun. 2002.
- BOLLE, Willi.. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. [480p]. (Col. Espírito Crítico).
- CÂNDIDO, Antonio. *Grande Sertão: Veredas: Antonio Cândido sobre Guimarães Rosa*. 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- CARMO, P. S. *Merleau-Ponty: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000. [159p].
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3ª. edição. 2ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia?* Trad.: Maria José J. G. de Almeida. 2ª edição. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. (Col. Quid). [163p].
- DUPOND, Pascal. *Vocabulário de Merleau-Ponty*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção Vocabulário dos Filósofos). [80p].
- FRANCISCO, Liamar. Fala falada e Fala falante em Merleau-Ponty. In. *Filosofia Francesa Contemporânea*. CARVALHO, Marcelo, SOLIS, Dirce Eleonora Nigro & CAR-RASCO, Alexandre de Oliveira Tomás (Orgs.). São Paulo: ANPOF, 2015. (Col. XVI Encontro ANPOF). [p. 247-250].
- HANSEN, João Adolfo. *O o: a ficção da literatura em Grande Sertão: veredas*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2000.
- LORENZ, Günter W. *Diálogo com a América Latina: panorama de uma literatura do futuro*. Tradução de Rosemary Costhek Abílio e Fredy de Souza Rodrigues. São Paulo: EPU, 1973.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. [662 p]. (Biblioteca Pensamento Moderno).
- _____. *A Prosa do Mundo*. Tradução de Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2012. [250p].
- _____. *O Olho e o Espírito*. Trad.: Paulo Neves & Maria Ernantina. São Paulo: Cosacnaif, 2013. [187p].

- _____. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: *Signos*, São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 43
- MAINGUENEAU, Dominique e COSSUTTA, Frédéric. L'Analyses des Discours Constituants. In: *Langages*, 29^e année, n°117, 1995. pp. 112-125.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de texto de comunicação*. 6^a Edição ampliada. 3^a reimpresão. São Paulo: Cortex 2013.
- _____. Analisando discursos constituintes, *Revista do GELNE*, v 2, número 2, pp12-22, 2000.
- _____. *Discurso literário*. 2^a. edição, 2^a. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar edições, 2005.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. 1^a. edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2015a.
- _____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. 2.ed. Campinas: Pontes, 1993.
- MARTINS, Nilce Sant'Ana. *O léxico em Guimarães Rosa*. São Paulo: Edusp, 2016. [568p].
- OLIVEIRA CAMINHA, Iraquitan de. (Org.). *Merleau-Ponty em João Pessoa*. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2012.
- PASTA JR, José Antonio. *O romance de rosa, temas de Grande Sertão e do Brasil*. (1999). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54548192/PASTA-Jose-Antonio-O-romance-de-rosa>. Acesso em: 24 de novembro de 2017 às 11h47min.
- POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- REVISTA SCRIPTA. II Seminário Internacional Guimarães Rosa – *Rotas e roteiros*, v. 5, n. 10, 476p., 2002.
- RONAI, Paulo (Org.). *Seleção de João Guimarães Rosa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 492p.
- _____. *Sagarana*. São Paulo: Nova Fronteira, 2015a.
- KREUTZ, Odilo. Riobaldo, um herói problemático: a travessia para o ser. *Letras de hoje*, v. 36, n° 1, mar. 2001. Porto Alegre. [p. 37-57].
- SILVA, Ursula Rosa da. *A linguagem muda e o pensamento falante: sobre a filosofia da linguagem em Maurice Merleau-Ponty*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. (Col. Filosofia; 19). [94p].
- SANTOS, I. & SOUZA, J. F. C. Travessia fenomenológica da linguagem em Guimarães Rosa e Merleau-Ponty. In: *Filosofia e Ciências Humanas: teorias e problemas*. SANTOS, Ivanaldo (Org.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. [p. 241-265]. Série Filosofia e Interdisciplinaridade – 86.

- SCHWARZ, Roberto. *Grande sertão: a Fala. A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, J. F. C. & SANTOS, Iveraldo. A linguagem do silêncio e da fala como expressões do corpo em Merleau-Ponty. *Trilhas Filosóficas – Revista Acadêmica de Filosofia. Caicó*, ano VIII, n. 1, [p. 109-118]. Jan-jun. 2015. ISSN 1984-5561.
- TENÓRIO, Waldecy. Outras verdades muito extraordinárias. *Estudos Avançados*, 20 (58), p. 89-96, 2006.
- TOLGYESI, Aparecida Mércia C. O poder da palavra. In: BERRINI, Beatriz (Org.). *Convivendo com Guimarães Rosa: Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: EDUC, 2004.
- WARD, Teresinha Souto. O discurso oral em *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Duas Cidades, 1984.

ENUNCIACÃO SATÍRICO-BURLESCA SEISCENTISTA: POSICIONAMENTO E POSIÇÃO ENUNCIATIVA NO DISCURSO CONSTITUINTE LITERÁRIO

André da Costa LOPES¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda questões relacionadas à noção de posicionamento discursivo e de posição enunciativa em enunciados satírico-burlescos de Antônio da Fonseca Soares. Trata-se de um autor do período Barroco, reconhecido por uma vasta produção discursiva literária e por uma trajetória de poeta mundano e escritor espiritual. Interessa-nos, neste estudo, a produção discursiva satírico-burlesca, a qual entendemos como uma identidade enunciativa (CHARAUDEU; MAINGUENEAU, 2014) pertencente ao posicionamento discursivo Barroco.

Considerando as especificidades dos discursos constituintes, o posicionamento é um modo de configuração de certas zonas discursivas no interior de um campo discursivo e também um conjunto de normas enunciativas que regulam as práticas socio-discursivas. Daí a proximidade dessa noção com a de comunidade discursiva, já que há um envolvimento recíproco entre o discurso constituinte e os produtores desse discurso.

Ademais, os discursos constituintes caracterizam-se por instituírem sua própria condição de existência. Por isso, gerenciam sua emergência no interdiscurso e sua posição de discurso de autoridade, numa constante dinâmica de autolegitimação. Configura-se, nesse processo, um *arquivum* de fontes fundadoras, de autores consagrados e de grandes obras.

Toda fonte fundadora tem, de certa maneira, relação com o absoluto que sustenta os discursos constituintes: a Razão, Deus, a Verdade, o Belo. Maingueneau (2000) afirma que, ao enunciar a partir de um discurso constituinte, os sujeitos assumem a posição de porta-vozes que falam em nome da religião, da ciência, da filosofia e da literatura. Portanto, no âmbito da autoralidade, um *auctor* deve se aproximar da fonte fundadora, mãe dos princípios estéticos e ético-políticos que norteiam as práticas sócio-discursivas, para legitimar-se.

¹ E-mail: dacostta@hotmail.com

O nome Antônio da Fonseca Soares, ao estar associado, a um poeta-mundano do século XVII, revela um posicionamento no discurso constituinte literário seiscentista e também o pertencimento a uma identidade enunciativa satírico-burlesca. O domínio do código retórico-poético, que norteia o regime de autoria, aproxima-o das principais fontes fundadoras dessa produção literária: a Retórica e a Poética de Aristóteles. Na mesma lógica, os enunciados poéticos, ao seguirem as normas de composição de uma poética do riso, estabelecem relação privilegiada com outra fonte também aristotélica: a Comédia.

Tendo em vista essas considerações, partimos do princípio de que o pertencimento a uma determinada zona discursiva situada em um discurso constituinte literário revela-se nas camadas da enunciação. É pela cena de enunciação, ou seja, pela articulação discurso, gênero de discurso e cenografia, que o enunciado literário se constitui como produto de um ato enunciativo. A partir daí, torna-se possível vislumbrar lugares de fala, modos de enunciar específicos e a emergência de sujeitos enunciadorees pelos quais se pode demarcar certo espectro de posições enunciativas.

Neste trabalho, objetivamos traçar relações entre as noções de posicionamento e de posição enunciativa no discurso constituinte literário. Para tal, tomamos como ponto de partida uma discussão a respeito do processo de autoralidade, sobretudo em relação à instância autoral *auctor*. Nessa perspectiva, a leitura dos enunciados poéticos fonsequianos mostram como as camadas enunciativas revelam normas enunciativo-discursivas que regulam a produção, a recepção e a circulação de uma enunciação satírico-burlesca.

As discussões estão fundamentadas no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD), sobretudo na perspectiva enunciativo-discursiva, postulada por Dominique Maingueneau.

DISCURSO LITERÁRIO COMO DISCURSO CONSTITUINTE

A proposta de Maingueneau (2000, 2008b, 2012) com a noção de discurso constituinte é, principalmente, criar uma unidade consistente que possa enquadrar discursos, como o religioso, o filosófico, o literário e o científico. Por isso, é preciso encontrar especificidades comuns a todos eles e, além disso, diferenciá-los de outros discursos.

Uma peculiaridade essencial dos discursos constituinte está no fato de não reconhecerem outra autoridade além de sua própria, de não reconhecerem nenhum discurso acima deles. Contudo, isso não significa que não haja interação entre os discursos constituintes e não constituintes. Pelo contrário, há uma relação interdiscursiva constante entre eles, porém, como afirma Maingueneau

(2008b, p. 37), “faz parte da natureza dos discursos constituintes negar essa interação ou pretender submetê-la a seus próprios princípios”.

Diante dessa lógica de funcionamento, os discursos constituintes se impõem como fonte de autoridade e, como tal, transformam-se em argumentos legitimadores prontos a serem apropriados por outros discursos. Exemplo mais notório disso em nossa sociedade, é o discurso jornalístico que vez ou outra se apropria do discurso científico, filosófico ou até mesmo do literário para autorizar suas falas.

Os discursos constituintes mobilizam em sua autoconstituição e a cada enunciação particular um conjunto de valores legitimadores, aos quais Maingueneau (2008b) sintetiza com o termo *archeion*. Esta palavra possui em sua etimologia sentidos, como poder, fonte, arquivo e memória. Diante dessa associação, esses discursos são considerados, ao mesmo tempo, fundados por si mesmo, fonte de autoridade e memória. Por isso, jamais se equiparam ou se situam em posição inferior àquelas dos discursos institucionalizados. Isso significa que, para garantir o sucesso de tal estatuto, é preciso um processo de gerenciamento dessa superioridade discursiva em relação aos demais discursos e aos próprios discursos constituintes.

Ao longo da história, é possível notar os embates entre discursos constituintes, principalmente no que se refere à pretensão de ser o único detentor do *archeion*. Esse é o caso, por exemplo, nos primórdios da Era Moderna, da derrocada do discurso teológico em face do científico. Todavia, há também embates e filiações, seja entre os próprios discursos constituintes, seja em zonas discursivas no interior de um dado discurso constituinte. Nesse último caso, são emblemáticas as filiações e rupturas entre posições estéticas dentro do campo discursivo literário com a finalidade de legitimar a emergência de novas correntes.

Se por um lado os discursos constituintes se autolegitimam no próprio ambiente discursivo; por outro, eles também se alimentam da autoridade advinda de instâncias legitimadoras “externas”, como a Verdade, Deus, o Belo e a Razão.

Conforme Maingueneau (2008b, 2012), a constituição dos discursos constituintes pode ser apreendida a partir de duas dimensões: a constituição, como processo pelo qual o discurso se instaura, constituindo sua própria emergência no interdiscurso; e os modos de organização e de coesão discursiva que possibilitam a constituição de uma totalidade textual. Para que isso ocorra, é preciso considerar que esses discursos possuem certa função, a saber: dispõe da mais forte autoridade e participam de situações de comunicação de uma sociedade.

Em razão disso, o discurso constituinte configura-se como um campo discursivo capaz de autorregular-se instituindo suas próprias normas de funcionamento e, ao mesmo tempo, tornando possível um espaço de práticas discursivas. Tais práticas requerem um conjunto de produtores e leitores autorizados a mani-

pular o quadro hermenêutico de tais discursos. Isso significa ter conhecimento máximo dos modos de leitura e produção discursiva.

A esse grupo seletivo que têm sua existência em função do discurso constituinte, mas também age no sentido de garantir a existência e a legitimação desses discursos, Maingueneau (2012) dá o nome de comunidades discursivas. Elas são divididas em dois tipos intimamente relacionados: as que gerem e as que produzem o discurso. Assim, os discursos constituintes não articulam apenas uma rede de grandes autores, “mas uma variedade de papéis sociodiscursivos encarregados de gerir enunciados: por exemplo, no caso da literatura, as críticas literárias de jornal, os professores, as livrarias, os bibliotecários etc”.

Assim como todo o discurso constituinte, o discurso literário mantém uma relação dupla com o interdiscurso. Isso se dá porque as obras se alimentam de outros textos por meio de procedimentos, como citações, imitações ou investimento em um gênero e, necessariamente, tornam-se objeto de interpretação, citação e reemprego. É um movimento dialético, pelo qual as obras, ao mesmo tempo em que se apropriam de outros discursos, tornam-se potencialmente objeto de apropriação, de citação e interpretações.

Essa dinâmica revela um estatuto pragmático, que faz com que a obra seja um texto que necessariamente deva ser comentado, pois o discurso constituinte prevê tal prática como um processo de legitimação de si mesmo. Nesse caso, o interprete não é um simples leitor autossuficiente. Pelo contrário, ao se posicionar como sujeito-interprete, ele está envolvido no processo instaurado pelo discurso constituinte que prevê que seus enunciados sejam interpretáveis e que determina modos de leitura dentro de sua lógica enunciativa.

A esse respeito, Maingueneau (2012) considera que o texto só será legitimado ao ser tomado num quadro hermenêutico. Isso quer dizer que, para isso, o texto deverá ser digno de interesse, ser considerado singular; deverá trazer em si uma mensagem transcendente e oculta que trate de questões relativas a fundamentos.

Um texto que deixar de ser objeto de interpretação cessará de ser enigmático e, por conseguinte, perderá seu *status* de fonte capaz de revelar mensagens importantes para a coletividade. Portanto, estará fadado ao esquecimento por perder uma característica que lhe confere pertencimento ao discurso constituinte. Inversamente, o aumento das interpretações, deve gerar cada vez mais interpretações, causando uma reação em cadeia, que garantirá a legitimidade do texto e também seu pertencimento.

Diante disso, o quadro hermenêutico se firma como algo pertencente à dinâmica dos discursos constituintes e, sobretudo, como instrumento legitimador desses discursos nas próprias comunidades discursivas.

cada intérprete legitima-se mediante cada interpretação bem-sucedida; ao fazê-lo, ele relegitima seu lugar e, ao mesmo tempo, relegitima a condição do texto comentado como membro do quadro hermenêutico, para, além disso, relegitima o próprio quadro hermenêutico (MAINGUENEAU, 2012, p.75).

O quadro hermenêutico define então modos de leitura e também determina quem está autorizado a interpretar o discurso literário. Nessa dinâmica, Maingueneau (2012) observa que o texto literário beneficia-se de uma hiperproteção, ou seja, qualquer violação às leis do discurso será entendida como um efeito de sentido a ser decifrado.

Portanto, diante desse quadro hiperprotegido, qualquer transgressão discursiva ou de convenção de gênero, funcionará como um índice interpretativo, como uma espécie de implícito que leva o leitor/intérprete a pensar que tudo não passa de um procedimento composicional inerente ao texto literário que ele deve explicitar.

Maingueneau (2012) afirma haver em tais procedimentos uma historicidade; pois, por meio tal processo, pode-se vislumbrar as normas em vigor no momento da criação. Isso quer dizer que algumas obras, em seu surgimento, não se beneficiam dessa hiperproteção hermenêutica e são, em princípio, renegadas. Para pensarmos em apenas um exemplo em solo brasileiro, o autor Lima Barreto não teve a maioria de seus escritos valorizados pela crítica coeva. Foi preciso que sua obra fosse legitimada por um novo paradigma estético, o Modernismo, que por sua vez se apropriou dos escritos barreteanos como arautos legitimadores do próprio movimento.

Hoje, novamente, Lima Barreto está em voga muito mais por se enquadrar numa série de discussões advindas do campo dos estudos culturais que tem como objeto de estudo os discursos multiculturais do que por ser autor modernista. Nessas condições sócio-históricas de produção, a obra desse autor seria uma das precursoras no que diz respeito à denúncia sobre as condições de vida do homem e da mulher negra no fim do século XIX e uma das fundadoras de uma estética literária afro-brasileira. Estabelece-se, assim, um novo quadro de leitura possível para os escritos desse autor.

POSICIONAMENTO E POSIÇÃO ENUNCIATIVA NO DISCURSO CONSTITUINTE LITERÁRIO

Embora o discurso constituinte crie a ilusão de estar fechado em si mesmo e de ser um discurso com superioridade inquestionável, ele se constitui no interdis-

curso e nele cria mecanismos constantes de autolegitimação. Com isso, é inevitável que haja embate com outros discursos. A esse respeito, Maingueneau (2000) afirma que o conflito não ocorre apenas entre discursos não constituintes e constituintes, ele acontece no interior dos próprios discursos constituintes. Isso porque estes últimos se organizam como um campo, como um espaço de concorrência permanente, no sentido de um jogo de filiações, embates e ilusões de neutralidade, entre diversos posicionamentos.

Quando se considera o campo discursivo, posicionamento tem a ver com um lugar e um modo de produção discursiva específico no interior do discurso constituinte. Em razão disso, Maingueneau (2000, 2008, 2012) os aproxima, num certo didatismo, do que os estudos literários consideram como escolas ou períodos.

Entretanto, não se trata apenas de delimitar um período com certo número de autores e obras consagradas ou certas regularidades estéticas. O que pretende Maingueneau (2000, 2008, 2012) com a noção de posicionamento é mostrar o modo de configuração de certas zonas discursivas no interior do campo e a relação delas com as práticas sócio-discursivas.

Daí a proximidade dessa noção com a de comunidade discursiva, já que há um envolvimento recíproco entre o discurso constituinte e os produtores desse discurso. O discurso constituinte é um espaço de subjetivação que “recruta” um conjunto de sujeitos leitores/produtores e, assim, torna-se produtor e produto de suas comunidades. O modo de emergência, circulação e consumo de tais discursos ocorre em um espaço restrito, mas adquire alcance global.

Ao discorrer sobre trajetória do escritor no campo literário, Maingueneau (2001) evoca a metáfora da tribo. Por dizer respeito a um agrupamento local, vinculado e desvinculado das normas de interação e dos valores sociais, esses pequenos grupos criam um universo único, uma coerência própria.

A vida literária está estruturada nessas tribos que se distribuem pelo campo literário com base em reivindicações estéticas distintas: círculo, grupo, escola, cenáculo, bando, ou academias. A existência de uma tribo não implica necessariamente a frequência assídua aos mesmos lugares. Ela pode resultar de trocas de correspondências, de encontros ocasionais, de semelhanças nos modos de vida, de projetos convergentes. Existe desse modo certo número de ‘tribos invisíveis’, que desempenham um papel de arena literária.

Se o posicionamento gerencia a própria prática discursiva, ele também deve negociar, no interior do campo discursivo e para além dele, o seu próprio *archéion*. É preciso legitimar sua autoridade a cada enunciação e constituir um *archivum*, com fontes fundadoras, grandes obras, e *auctores*, gerando um espaço de memória.

O estudo realizado por nós, em Lopes (2019), mostra que o discurso literário produzido no século XVII organiza seu *arquivum* em torno de uma fonte fundadora: os trabalhos de retórica e poética aristotélicos, depois atualizados por autores latinos, do medievo, renascentistas e seiscentistas. Dessa grande rede de releituras, o posicionamento barroco organiza para si sua própria rede de filiações, mas mantém a norma basilar que distinguia o discurso literário das demais práticas languageiras: o princípio da imitação. Princípio que se revestia de uma dupla função, imitar e instruir.

O imitar e o instruir estão relacionados, ao mesmo tempo, com princípios estéticos e ético-políticos. Isso porque o posicionamento Barroco mantém uma relação interdiscursiva com código moral da Igreja Católica e o civilizatório do discurso humanista que regulavam as relações interpessoais da Sociedade de Corte. No âmbito estético, a proximidade com a fonte fundadora dava legitimidade a esses discursos, mas no processo de filiações ocorrem também redefinições. É o caso da metáfora². Essa palavra-conceito (ANGERMULLER, 2016) em Aristóteles ([19-]) é concebida como signo de elegância do discurso, entretanto recomenda-se a usá-la com parcimônia. Isso porque o excesso pode obscurecer a escrita, o que infringi a norma autoral da clareza, simplicidade e unidade que rege os discursos classicistas.

Ocorre que o discurso constituinte literário seiscentista aproxima a metáfora da noção de agudeza. O que significa dizer que as produções escritas e mesmo algumas práticas languageiras no interior dos grupos letrados deveriam revestir-se de efeitos de sentidos estabelecidos por sofisticadas relações semânticas. O que deveria obscurecer o discurso, para os preceptistas seiscentistas; na verdade, tornava-o engenhoso. Isso definia um estatuto enunciativo em que o sujeito-autor e o sujeito leitor deveriam demonstrar conhecimento máximo do código retórico-poético, que regulava as práticas verbais. A “transgressão” a fonte fundadora transforma-se num critério estético e de autoralidade.

Forma-se, a partir daí, uma comunidade discursiva com um grupo seletivo de produtores, capazes de manipular com destreza o código retórico-poético. Eles têm uma habilidade entendida por Maingueneau (2012) como vocação enuncia-

² A respeito da redefinição da metáfora aristotélica pelo discurso literário seiscentista, conferir LOPES, Andre da Costa; NOGUEIRA, Andréa Scavassa Vecchia Nogueira. O luzir do discurso engenhoso: a noção de metáfora aguda segundo a preceptiva retórico-poética seiscentista. In MORAES, Carlos Eduardo Mentis; BULHÕES, Ricardo Magalhães (Org). *Capítulos Lusoamericanos: História, Filologia, Literatura e Linguística*. São Paulo: UNESP – *Campus* de Assis, 2019.

tiva e que a recepção seiscentista entende por engenhosidade. O sujeito-autor engenheiro para a preceptiva barroca é aquele que tem o conhecimento máximo da arte e do decoro dos gêneros e a capacidade de atualizar os discursos-modelo de maneira ímpar. Por meio da vocação enunciativa, um sujeito-autor se distingue dos demais enunciadores e emerge como uma força criadora singular.

Ao constituir para si seu próprio *archéion*, o posicionamento configura uma rede de gêneros de discursos. Maingueneau (2000, 2012) afirma haver, na composição de um *archivum*, uma hierarquia de gêneros, visto que o discurso constituinte recobre para si um espaço de produção heterogêneo. O discurso literário constituinte, por exemplo, legitima-se por meio de um conjunto de grandes obras. Em alguns casos, algumas recebem o *status* de fonte legitimadora ou arquitecões ao se tornarem objeto de um incessante debate entre posicionamentos. Contudo, há gêneros menos “nobres”, cuja função é comentar, divulgar ou ensinar preceitos estéticos.

Qualquer abordagem da literatura entendida como prática sociodiscursiva não deve desconsiderar as condições de produção e muito menos os suportes e meios de veiculação das obras. O *mídiun* (MAINGUENEAU, 2012) intervêm na própria produção dos sentidos. Nesse sentido, o discurso literário constituiu-se historicamente por uma tradição oral, seguida de uma tradição escrita. Esta última passou por um processo que engloba a cultura manuscrita, a impressa e a informática.

Portanto, o posicionamento como uma zona de produção no interior de um discurso constituinte demarca para si uma rede de relações interdiscursivas, um conjunto de gêneros e *midiums*, modos de enunciar e uma gama de práticas sociodiscursivas circunscritas numa dimensão sócio-histórico-cultural que demarcam o lugar, nem sempre instável, de uma identidade produtora.

Santiago (2000), ao discorrer sobre o discurso literário latino-americano, situa-o no entre-lugar. Num espaço antropofágico que se alimenta do espólio literário da metrópole para transformá-lo em algo singular. Sugere, a partir dessa hipótese, um novo quadro hermenêutico para os críticos: trocar a prática de leitura, até então vigente, que consistia em localizar fontes e influências nos textos por outra: atentar-se às rupturas estéticas, aos traços de submissão e resistência criativa que transformam o Mesmo em Outro.

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropofágico da literatura latino-americana (SANTIANO, 2000, p.26).

Enquanto Santiago (2000) concebe a emergência da identidade do discurso literário latino-americano no espaço fronteiro do entre-lugar. Maingueneau (2001, 2008b, 2010, 2012) radicaliza ao afirmar que os discursos constituintes legitimam sua autoridade/identidade justamente no espaço fronteiro e instável do interdiscurso. A partir dessa hipótese, desenvolve a noção de paratopia, por meio da qual se pode vislumbrar os limites instáveis dos posicionamentos no campo discursivo e a influência dessa instabilidade constitutiva nas práticas sócio-discursivas.

Por essa razão, Maingueneau (2010) declara que a paratopia pode manifestar-se em dois níveis complementares: no nível do discurso constituinte e no nível de cada produtor de texto posicionado num discurso constituinte. No primeiro caso, trata-se de um pertencimento instável no campo discursivo pela necessidade constante de legitimação da autoridade/identidade constituinte em relação aos demais discursos. No caso do produtor de texto, uma vez posicionado num discurso constituinte, ele deve construir para si uma identidade por meio das formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade, de obediência/desobediência às normas de auralidade. Enquanto para um Médico o diploma é indício suficiente para lhe conferir autoridade, para filósofos, cientistas, líderes religiosos e escritores o vínculo institucional é insuficiente para legitimá-los.

A imagem dos atores literários, como uma tribo ilustra bem de que maneira certos grupos configuram um modo de vida e certos ritos genéticos de produção. Para um escritor barroco é fator primordial a proximidade com o poder real. Isso lhe garante um modo de vida parasitário, visto que depende de mercês para sobreviver, mas também lhe confere status de escritor real. Desse modo, a proximidade com o poder institucional e com as fontes fundadoras do discurso constituinte são condições primordiais para que um escritor tenha sua produção legitimada. A despeito disso, para se tornar um *auctor* é preciso que terceiros falem dele. É nesse caminho tortuoso e instável, ou seja, é nesse espaço paratópico que o escritor deve gerir sua trajetória. Diante disso, vale repetir as palavras de Maingueneau (2012): a paratopia não é a ausência de todo lugar, mas uma negociação entre o lugar e o não lugar.

Visto dessa maneira, o posicionamento pode ser considerado uma identidade enunciativa forte (CHARAUDEU; MAINGUENEAU, 2014) que se revela nas camadas da enunciação: no discurso, no gênero de discurso e na cenografia. O enunciado literário, como produto de um ato enunciativo, remete a um lugar de fala e a modos de enunciar específicos de certas zonas de discurso. A partir de tais constatações, é possível vislumbrar a emergência de sujeitos enunciadores pelos quais é possível demarcar certo espectro de posições enunciativas.

No caso dos discursos constituintes, Maingueneau (2000) afirma que os sujeitos assumem uma posição de porta-vozes que falam em nome da religião, da

ciência, da filosofia e da literatura. Isso significa falar em nome de um OUTRO para além do qual só há o indizível. Em outras palavras, significa aproximar-se do absoluto que norteia tais discursos: de Deus, da Razão, da Verdade, e do Belo. Trata-se de um mecanismo determinado pela condição paratópica que não permite que esses sujeitos se autorizarem apenas por si mesmos, daí a necessidade de aparecerem ligados a uma fonte legitimante ou a um discurso fundador. Estas são as pontes que levam aos fundamentos basilares dos discursos constituintes. É o caso da relação da produção discursiva literária barroca com a *opus* aristotélica.

A ideia de um espectro de posições-enunciativas que emergem das camadas de enunciação ou, nas palavras de Maingueneau (2012), da cena de enunciação, remete ao processo de autorialidade. Essa noção traz em si três instâncias autorais que se articulam ao responsável pelo discurso, o autor-responsável; ao produtor do discurso vinculado às práticas sócio-discursivas, o autor-ator, que neste trabalho entenderemos como escritor; e a uma instância, que de certo modo, transcende as duas primeiras, o *auctor*.

Em se tratando de discurso constituinte, o *auctor* assume a posição de porta-voz dos fundamentos enunciativos que constituem os posicionamentos. Ele legitima ao mesmo tempo em que é legitimado pelo discurso. Por isso, um *auctor* só atinge plenamente esse *status* se terceiros falarem dele; se, em seu entorno, girarem certo número de narrativas, por meios das quais se projeta uma imagem de autor (MAINGUENEAU, 2010).

O autor-responsável investido na autoridade enunciativa de um *auctor* aciona, no conjunto de enunciados em torno desse nome, a função-autor (FOUCAULT, 2013). Isso porque sua proximidade com a fonte fundadora do discurso constituinte determina certos modos de leitura, dentro dos padrões de quadros hermenêuticos específicos. Além disso, o *auctor* é responsável por dar coerência, unidade e identidade a discursos, cuja produção é associada a ele.

Foucault (2013) chama de posição-sujeito os signos que remetem ao autor no discurso. Se pensarmos na cena de enunciação da produção poética satírico-burlesca seiscentista, o autor-responsável pode remeter, ao mesmo tempo, ao *auctor* e ao poeta satírico, dispersando-se no enunciado poético, por conta das vozes que emergem das relações interdiscursivas.

Acomodando-se em camadas enunciativas, a cena de enunciação remete ao tipo de discurso, ao gênero de discurso e a cenografia. Esta última é a configuração de uma cena de fala vinculada ao estatuto enunciativo do gênero de discurso, mas que tematiza sua própria enunciação a cada novo ato de discurso. No enunciado literário, a cenografia instaura-se como a cena de fala em que se revela o enunciador (MAINGUENEAU, 2012) e, por isso, é o lugar da manifestação de um *ethos* discursivo e da conseqüente dispersão do sujeito-autor no discurso.

Tendo em vista, o primado do interdiscurso, o enunciado é de natureza interdiscursiva, portanto é revelador de uma pluralidade de vozes. É nele e por ele que a voz do sujeito-autor se rarefaz. Contudo, em razão das redes de filiações discursivas e de signos de pertencimentos (MAINGUENEAU, 2008), é possível identificar o lugar de onde se enuncia.

ANTÔNIO DA FONSECA SOARES: A EMERGÊNCIA DE UM *AUCTOR* NA ENUNCIÇÃO SATÍRICO-BURLESCA

Antônio da Fonseca Soares é um autor do período Barroco, cuja produção discursiva é dividida em uma fase mundana e outra religiosa. Nesta última, a responsabilidade autoral é vinculada ao nome religioso Frei Antônio das Chagas. Neste trabalho, interessa-nos a produção mundana, sobretudo a satírico-burlesca.

Nesta zona de produção discursiva, foi considerado um autor modelo. Entendemos que esse *status* se deve a uma capacidade de criar efeitos de sentido singulares em razão do domínio do código estético, centrado nos saberes retórico-poéticos de tradição aristotélica, e ao reconhecimento, por parte da recepção, dessa vocação enunciativa. Na lógica de funcionamento dos discursos constituintes, dominar o código estético significa, ao mesmo tempo, enquadrar-se ao quadro hermenêutico e aproximar-se da fonte fundadora do código de composição.

A maestria e o domínio do burlesco rendeu a Antônio da Fonseca Soares o apelido de Capitão Bonina. Tal apelido está relacionado à sua trajetória como poeta burlesco. Isso porque foi soldado e poeta durante um tempo de sua vida. Serviu na guerra de restauração da coroa portuguesa ante a dominação espanhola e desempenhou papel decisivo numa operação militar em que se aprisionou um tenente e nove soldados. Tal ato rendeu-lhe a patente de capitão. Ocorre que, mesmo em campanha, Antônio da Fonseca Soares escrevia romances de galanteio a damas da corte e a freiras, e levava vida desregrada. Desse modo, o nome Capitão Bonina tornou-se uma espécie de expressão metafórica para designar uma imagem de poeta burlesco.

O posicionamento Barroco imprime sua identidade no campo discursivo por pertencer à estética da imitação e por relativizar a noção de clareza e simplicidade reivindicada pelo Classicismo. Arte, decoro e engenho são as engrenagens que fazem girar o código de composição seiscentista. Em outras palavras, o domínio do código retórico-poético, o respeito ao estatuto enunciativo dos gêneros de discurso, e a capacidade de atualizar de maneira singular um código estético fechado, centrado em modelos “fixos” são as bases para qualquer produção discursiva nesse posicionamento.

As comunidades discursivas configuram-se num espaço social restrito aos letrados da corte, a serviço da Coroa ou da Igreja. O campo de produção, recepção e circulação de discursos centra-se nos eventos palacianos e religiosos, nas academias de letrados ou nas trocas de correspondências. A proximidade com o poder real concebe ao escritor, além da possibilidade de viver apenas da arte, o prestígio de ser artista do reino.

Entretanto, quando pensamos em posicionamento Barroco, devemos desdobrá-lo em, pelo menos, três identidades enunciativas: a primeira adentra o campo da espiritualidade; a segunda, o campo dos gêneros graves; a terceira o campo dos gêneros baixos.

No que diz respeito às duas últimas, no século XVII, a teoria da divisão dos estilos retóricos abriu caminho para que a arte poética pudesse explorar com certa liberdade a matéria torpe, vinculada aos vícios morais da sociedade (HANSEN, 1989; MUHANA, 1997). Desde Aristóteles, gêneros de discurso literários como a tragédia e a épica pertencem, por tratar assuntos sérios, aos gêneros graves e a comédia, por tratar temas joco-sérios, aos gêneros baixos³. De um modo mais geral, é a temática da poesia que define seu pertencimento aos gêneros graves ou aos baixos. Mas essa divisão não tem sua origem apenas na Arte Poética, ela possui longa tradição retórica, no que concerne ao gênero retórico demonstrativo, pelo qual se normatiza os modos de enunciar louvores e vitupérios.

Ao ser reconhecido como poeta burlesco, Antônio da Fonseca Soares tem sua produção discursiva vinculada a uma identidade criadora com normas de autoria particulares. O código retórico-poético perpassa toda produção discursivo-literária barroca, mas há algumas especificidades no que se refere aos gêneros baixos.

A base para a normatização de um código autoral para discursos cômicos está nas Artes Retórica e Poética de Aristóteles. No século XVII, o preceptista Tesouro (1992), a partir de poucas informações, apreende por tarefa reconstituir o livro perdido de Aristóteles: a parte na Arte Poética correspondente à comédia. No capítulo V da Arte Poética, Aristóteles ([19-], p. 246) a define nos seguintes termos:

a comédia é (...) imitação de maus costumes, não contudo de toda sorte de vícios, mas só daquela parte do ignominioso que é o ridículo. O ridículo

³ Neste trabalho, entendemos como gêneros baixos o conjunto de gêneros de discurso literários que exploram a temática cômica e que de maneira satírica ou burlesca buscam censurar vícios; e como gêneros graves o conjunto de gêneros de discurso literários de temática séria que lidam com o louvor a coisas consideradas virtuosas.

reside num defeito e numa tara que não apresentam caráter doloroso ou corruptor. Tal é, por exemplo, o caso da máscara cômica feia e disforme, que não é causa de sofrimento.

Esse será o mote central para que Tesouro (1992) elabore uma poética do riso. É a partir dessa curta passagem que esse preceptista Barroco desenvolve algumas premissas centrais, a saber: a matéria do ridículo é o torpe; o riso se dá a partir de uma torpeza física em que está implícita uma torpeza moral. O pior é tema da comédia; distinguindo-se do melhor, que é tema da tragédia.

Além disso, também se baseando em preceitos aristotélicos, Tesouro (1992) desenvolve o conceito de riso urbano. Para o preceptista, qualquer forma de riso deve ser apresentada nesse registro. Isso porque o que dá o tom de urbanidade e de conversação civil a gracejos, facécias, burlas ou sátiras é o conhecimento da arte, ou seja, dos códigos de composição retórico-poéticos e do decoro dos gêneros de discurso literários que trazem em si os verossímeis poéticos e a adequação retórica para cada situação de enunciação. Máximas latinas como *turpitude sine dolore, minimeque noxia*⁴ ou *dicere turpie non turpiter*⁵ servem como termômetros reguladores do riso urbano tanto para a poesia burlesca quanto para a sátira. Desse modo, mesmo que os gêneros baixos sejam o lugar, onde se possa empregar com mais liberdade expressões populares, calões, obscenidades ou mesmo imoralidades; mesmo que nesse lugar os discursos marginalizados circulem sem muitas amarras, eles devem vir revestidos com o modo de enunciar urbano.

Ao compor para si um código de composição e um estatuto enunciativo particular, a identidade enunciativa satírico-burlesca também torna possível um conjunto de práticas sócio-discursivas distintas. Há uma apropriação dos gêneros de discurso literário pertencentes aos gêneros graves, mas há um de preferência: o romance. No século XVII, o romance era sinônimo de poesia vulgar, por ter uma origem popular e por se tratar de um gênero de discurso que se configurava como um poema narrativo, cuja principal temática era satírica e burlesca, com fortes marcas de erotismo.

No espaço social, ao poeta pertencente à “tribo” dos burlescos cabia uma vivência mundana. Ao discorrer sobre a tradição satírico-burlesca em Portugal, Miranda (2014) evidencia a vida mundana de alguns trovadores e poetas. No

⁴ Feiura sem dor, com o mínimo de prejuízo.

⁵ Dizer torpezas sem torpeza.

século XIII, Afonso Eanes de Coton é descrito como um tabernário e frequentador de meretrizes e Pero da Ponte como Contumaz bebedor. Já no século XVII, dom Tomás de Noronha dissipou sua fortuna em uma vida libertina, Estevam Nunes de Barros foi freirático e mesmo Antônio Barbosa Bacelar, poeta grave, saudado como um Homero ou Virgílio Renascido, também participou da musa despudorada. Dentre eles está o burlesco Antônio da Fonseca Soares, “nobre de ascendência irlandesa, soldado, de feição estroina e dotado de excelente apetite sexual, seduzindo mulheres com seus poemas elegantes” (MIRANDA, 2014, p.146).

Vale pontuar que, muito mais do que falar de indivíduos empíricos, os discursos que giram em torno desses nomes dizem respeito a representações que se tinham sobre o poeta satírico-burlesco. Nesse sentido, a trajetória do poeta é marcada pela força de subjetivação do discurso constituinte literário que arremonta para si um conjunto restrito de enunciadores, porta-vozes de seus fundamentos mais profundos.

Tendo em vista as especificidades do posicionamento Barroco e da identidade enunciativa satírico-burlesca, é possível identificar por meio da cena de enunciação traços de posições enunciativas no enunciado poético. Os enunciados a seguir dão indícios de uma posição genérica que remete a imagem social que se tinha do poeta burlesco:

É bem daqui para cima,
que a dizer mais não me atreva
que posto sou **velhacão**
não quero falar de perna,

(SOARES, Antônio da Fonseca. Romance 28, *in.* Ms.2998)

Cobras, e lagartos Filis

foi mal que de mim dissestes
pois nunca fui lagarteiro
bem que **grão lagarto** sempre

(SOARES, Antônio da Fonseca. Romance 40, *in.* Ms.2998)

Mas perdoai atrever-me
 pois é de amor indício
 que **amante** que não se atreve
 nunca foi amante fino

(SOARES, Antônio da Fonseca. *In.* MALDONADO, 1992, pp. 456-460)

Nas partes destacadas, as posições enunciativas remetem ao poeta burlesco, pois a imagem que se fazia de tais escritores nos seiscentos está estreitamente ligada à prática de ações desregradas e à malícia joco-séria e erótica. A “tribo” dos burlescos é composta de personagens picarescos que perambulam por lugares marginalizados, junto a más companhias. O poeta burlesco vive em espaços paratópicos e deve estar próximo não da virtude ou de pessoas que ocupam as instâncias de poder, mas dos vícios e de pessoas marginalizadas.

A despeito disso, o sistema de mecenato que regula as práticas artísticas na Sociedade de Corte determina a existência de certo grupo de letrados em torno do poder real, em busca de prestígio social e legitimação autoral. Nessa lógica, o escritor legitima-se se estiver próximo as instâncias de poder, garantindo o ócio necessário a toda prática de escrita literária. Por isso, o grande número de enunciados literários laudatórios e a necessidade das dedicatórias que alimentam o discurso literário e que mostram a busca constante por legitimação num espaço instável afeito a mudanças constantes. No sistema de mecenato cair na graça ou cair em desgraça pode ser a face da mesma moeda, num ambiente no qual o poder político está sempre na iminência de uma derrocada.

Paradoxalmente, o poeta burlesco e satírico, embora subordinado à mesma lógica sociodiscursiva, parece sublevar certas determinações. Isso porque distanciam-se das instâncias de poder ao saírem do ambiente da corte e perambularem por lugares marginalizados e contestados pelo código ético-político vigente. Além disso, ao invés de louvar os distinguidos e o círculo de poder a eles relacionado, maldizem e ridicularizam tais personalidades e instituições. Expor-se ao perigo e jogar com as consequências disso são movimentos de um jogo paratópico e o motor de criação literária para esses escritores.

Talvez por isso as narrativas e lendas sobre Gregório de Matos e sobre o próprio Antônio da Fonseca Soares discorram tanto sobre suas personalidades. Boca do Inferno sintetiza a imagem de um escritor de personalidade forte que, de modo algum, aceitava os desvios morais dos poderosos do seu tempo. O poeta

burlesco Antônio da Fonseca Soares é visto como um valdevinos zombeteiro, uma espécie de pícaro esclarecido sempre disposto a trazer novidades risíveis do submundo marginalizado que circunda a corte.

A ideia de que os poetas satíricos e burlescos se desprendem da dependência de seus mecenas ou de que podem manipular discursos interditados pelo código ético-político, nos dá a dimensão dos mecanismos de autonomia operados pelo discurso constituinte literário. Fato que faz com que o a enunciação satírico-burlesca tenha uma liberdade de expressão impensável num tempo de vigilância moral severa. Os enunciados abaixo podem ilustrar bem essa afirmação:

Vede lá quem Venus foi,
 e quem foi Marte adverti
 ela uma **puta safada**
 Ele um pobre Espadachim
 (...)
 Buscais por lá quem vos creia
 que um **filho da puta vil**
 não pode ter boas manhas,
 nem quem o segue bom fim.

(SOARES, Antônio da Fonseca. Romance 11, *in.* Ms.2998)

Eu nunca comadres vi
 gritarem como em açougue
 e no cabo as espetadas
 dão bofetadas que chovem
Putas se chamam, e disputam
 No que sabem quanto podem
 e saindo tudo a praça
 não fica nada no fole

(SOARES, Antônio da Fonseca. Romance 80, *in.* Ms.2998)

Proferir calões, erotizar signos de pertencimento da Igreja Católica, blasfemar, expor explicitamente imagens pornográficas, insultar autoridades parece ser a “palavra” de ordem na enunciação satírico-burlesca. Dos enunciados-poéticos em questão, surge um modo de enunciar grosseiro e inculto das camadas populares. A despeito disso, o *ethos* que deles emerge está investido na imagem de homem honesto, cuja racionalidade é destituída devido a algum desvio moral de seu interlocutor. É o que ocorre a seguir:

Romance 54

Minha **santinha** esse instante
 me chegaram novas vossas
 sem ser isto dita minha
 me pareceu cousa nova
 Ventura grande parece
 mas eu não me admiro agora
 pois que tenho em vossa graça
 a ventura por devota
 Sabe o céu com **quantas ânsias**
 nos ermos da minha alcova
 de **não guardar essas regras**
 fez penitencia a memória,
 Mas hoje que ei de ir a ver-vos
 anda a **minha alma** tão doida
 que com ser toda cartuxa
 se vai saindo das conchas
 He tal o gosto que tenho
 que crede que nesta hora
 nas voltas do touro temo
dar me o miolo uma volta
 (...)

(SOARES, Antônio da Fonseca. Romance 52, *In.* Ms.2998)

No enunciado, há a erotização de um signo de pertencimento do discurso religioso, o item lexical “santa”, num tom irônico. Há também a relação conflituosa de um sujeito enunciadador tomado pelo desejo e em vias de perder a razão. Entre o gracejo irônico e a perda da racionalidade, o jogo metafórico que atualiza o sentido de palavras pertencentes a outros campos discursivos e o conflito razão/instinto, há outro mecanismo de autonomia do discurso literário constituinte seiscentista: a ideia de que todo discurso literário deve, de uma só vez, deleitar e instruir. Deleitar pela maestria no manejo do código de composição e instruir pela transmissão de algum ensinamento. No caso da identidade enunciativa satírico-burlesca, o objetivo é denunciar ações viciosas.

Nesse sentido, as especificidades enunciativas da identidade enunciativa satírico-burlesca fornecem as diretrizes de um processo de autorialidade. O autor-responsável Antônio da Fonseca Soares, investido no estatuto enunciativo de poeta burlesco, faz emergir no enunciado um *ethos* conflituoso cindido entre a razão e o desejo, a urbanidade e a grosseria. De outro modo, esse mesmo nome evoca a imagem social do poeta burlesco. A engenhosidade em manipular o código retórico-poético o aproxima da fonte fundadora e a trajetória no campo literário o aproxima da imagem social do poeta burlesco. Tais articulações são essenciais para a ascensão de um *auctor*.

De certo modo, todo aquele que se propõe a produzir determinado gênero de discurso literário é um *auctor* em potencial. Todavia, se todo texto literário implica por natureza um responsável, apenas um número muito restrito atinge o estatuto de *auctor*. Nesse caso, há três questões a serem levadas em conta. A primeira diz respeito a trajetória do escritor no campo literário, sua filiação aos membros das comunidades discursivas e sua compatibilidade com os convenções históricas sobre o que é ser um escritor. A segunda é concernente à vocação enunciativa do escritor: é preciso se distinguir entre os demais enunciadadores como uma identidade criadora singular. A terceira se refere a comentários posteriores sobre a produção discursiva em torno de um autor-responsável. Nesse sentido, os critérios de avaliação de uma obra serão pautados conforme seu enquadramento ao regime de autoria e também conforme o aspecto valorativo dos gestos autorais.

Há muitos discursos, cujo autor-responsável figura como Antônio da Fonseca Soares. O trabalho documental de Pontes (1950) mostra a grande quantidade de romances atribuídos a Antônio da Fonseca Soares espalhados por arquivos portugueses, a saber: BNL- Biblioteca Nacional de Lisboa; ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; BPMP- Biblioteca Pública Municipal do Porto; BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; BPB – Biblioteca Pública de Lisboa.

No dicionário Bluteau (1728), o verbete da palavra **pechelingue** traz, como exemplo de uso desse item lexical, um enunciado poético de autoria de Antônio

da Fonseca Soares. A apresentação de um nome de autor no verbete de dicionário não é por acaso. Ela aciona uma função-autor no sentido de atuar como autoridade legitimadora da expressão linguística.

Aguiar e Silva (1971), reitera a manifestação dessa força autoral, ao afirmar existir alguns sonetos de Antônio da Fonseca Soares atribuídos ao Boca do Inferno na edição das *Obras de Gregório de Matos* (1923-1933), da Academia Brasileira de Letras. A respeito de tal constatação, a questão que fica é a seguinte: os sonetos seriam de fato de Antônio da Fonseca Soares ou seriam de autoria de Gregório de Matos, mas escrito à maneira fonssequiana?

Contudo, a produção discursiva burlesca fonssequiana foi sendo alvo de julgamentos depreciativos à medida que era lida a partir de outras posições estéticas. Comentadores posteriores fundamentaram as críticas em juízos de valor negativos baseados em quadros hermenêuticos distintos do período barroco. Os modos de leitura tinham como critério principal a clareza da linguagem e juízos morais em relação às tematizações eróticas.

Nesse caso, o discurso literário constituinte, embora crie a ilusão de autonomia e busque mecanismos para se autoafirmar, é muitas vezes atravessado por discursos que replicam o código ético-político dominante. Desse modo, em muitos comentários que giram em torno das grandes obras ou de *auctores* essa interdiscursividade emerge de maneira oculta ou, às vezes, explícita nos critérios de avaliação.

Maingueneau (2010, p.31) afirma que o autor só alcançará o status de *auctor* “apenas se terceiros falam dele, contribuam para modelar uma imagem de autor”. Se voltarmos os olhos novamente para o Antônio da Fonseca, autor de discursos burlescos, veremos que isso ocorre. Contudo, desde o início, sua imagem é eclipsada pela de seu nome religioso, Frei Antônio da Chagas. Desde sempre, os critérios para tal distinção foram pautados muito mais em juízos morais do que estéticos.

Contudo, no século XVII, os discursos burlescos fonssequianos não foram consumidos pelo fogo, como pediu o P. Godinho (1762), biógrafo de Frei Antônio das Chagas. A justificativa para isso está na hipótese de que a recepção seicentista sabia definir as qualidades inerentes a cada posição estética e, julgava como bons, os discursos da produção burlesca de Antônio da Fonseca Soares.

O nome do autor-responsável na condição de *auctor* está investido da função-autor, no sentido de ser equivalente a uma descrição. Conforme Foucault (2013), “quando se diz ‘Aristóteles’ emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou uma série de descrições definidas, do gênero de: ‘o autor das Analíticas’, ou: ‘o fundador da ontologia’ etc.”. Quando pensamos em Antônio da Fonseca Soares também é inevitável que isso ocorra: trata-se do Capitão e

poeta burlesco dos romances joco-sérios e eróticos; do estroina e namorado, “mui conhecido e louvado, e procurado de muitos” (VERNEY, 1950, 264), “do mais glorioso aluno de Apolo, mais discreto amante das Muzas e digníssimo corifeu das graças” (Ms. 6269, BNL), autor de abundantes poesias escabrosas que corriam manuscritas (PIMENTEL, 1889); “poesia de esgoto, uma espécie de maré-baixa, mal cheirosa, que inunda as miscelâneas seiscentistas” (PONTES, 1950).

A descrição constitutiva presente na instância *auctor* é uma espécie de sedimentação dos discursos em torno do nome do autor-responsável e da produção discursiva relacionada a esse nome. Tal produção, ao mesmo tempo, legítima e é legitimada pelo *auctor*. O que se convencional chamar de obra nos estudos literários, é o discurso ou conjunto de discursos em torno dessa força autoral. O nome Antônio da Fonseca Soares relacionado à produção discursiva burlesca está investido desse fator descritivo que chama para si um conjunto de discurso, conferindo-lhes unidade e identidade.

CONCLUSÃO

A noção de discurso constituinte procura dar conta das especificidades de certas unidades discursivas com características distintas dos discursos institucionalizados. Diferem-se destes porque possuem algumas regularidades. Entre elas, está a de constituírem as condições de sua imergência e gerirem sua própria existência no cerne do interdiscurso. Para isso, é preciso se estabelecer como o único detentor do *archeion*, da fonte de poder, que ao mesmo tempo é arquivo, memória e autoridade. Trata-se de um jogo de autolegitimação constante, pelo qual se estabelece um ambiente instável de pertencimento não pertencimento ao universo discursivo, ou seja, a condição de existência de tais discursos é paratópica.

Além disso, os discursos constituintes se organizam em campos configurados em zonas discursivas com normas de funcionamentos particulares: os posicionamentos. Eles também dão origem a uma série de práticas sócio-discursivas articuladas por comunidades restritas, as quais gerenciam os modos de produção, recepção e circulação de discursos. A condição paratópica de tais discursos subjaz as práticas discursivas e faz da paratopia o “motor de criação”. No caso específico do discurso literário constituinte, a trajetória dos escritores é marcada pelo pertencimento paradoxal aos espaços sociais. Daí a potencia de sentido presente na máxima: “o autor está na obra, assim como a obra está no autor”.

As análises dos enunciados satírico-burlescos de Antônio da Fonseca Soares mostram como as normas enunciativo-discursivas do posicionamento e da identidade enunciativa determinam a produção literária e também a trajetória do escritor. Enquanto o posicionamento Barroco determina a estética da imitação e um

comportamento parasitário em relação ao poder real na lógica do regime de mecenato; a identidade enunciativa satírico-burlesca soma a isso uma estética do riso, manipuladora de discursos proibidos, e uma atitude transgressiva no âmbito das relações sociais por parte do poeta burlesco.

Para tornar-se um *auctor*, a instância autoral precisa, de maneira paratópica, jogar com tais determinações. Toda instância criadora singular deve jogar com as formas de pertencimento/não pertencimento à sociedade e de obediência/desobediência às normas de autoralidade. Ao mesmo tempo, na lógica de funcionamento dos discursos constituintes, a posição enunciativa deve se estabelecer como porta-voz dos princípios que fundamentam o posicionamento e a identidade enunciativa.

No caso de Antônio da Fonseca Soares, poeta mundano, a recepção percebe tal dinâmica ao comentar sua produção de maneira elogiosa, pelo domínio do código poético-retórico. Contudo, paradoxalmente, a recepção também o legitima como *auctor*, ao criticá-lo com juízos de valor injuriosos, num registro ético-político. Isso porque a enunciação satírico-burlesca projeta uma imagem psicossocial do poeta burlesco, como um transgressor dos valores sociais vigentes.

Enfim, o percurso de análise busca mostrar que o discurso constituinte em sua especificidade pode servir de aparato teórico-metodológico para análise de enunciados literários. Pela apreensão da cena de enunciação, é possível vislumbrar normas enunciativo-discursivas e, a partir daí, descrever o processo de autoralidade desses discursos. Pensamos que é possível utilizar tal modelo para os demais discursos constituintes e, com isso, contribuir para ampliar as possibilidades de entendimento de tais práticas sócio-discursivas.

REFERÊNCIAS

- ANGERMULLER, Johannes. *Análise de discurso pós-estruturalista: as vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers*. Tradução Roberto Leiser Baronas, et al. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel Pires. *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1971.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [19-].
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014.

- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Manuel Barros de Mota (Org.). Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- GODINHO, Manuel. *Vida virtudes, e morte com opinião de santidade do Veneravel Padre Frei Antonio das Chagas*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Souza, 1762.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LOPES, André. O riso erótico em discursos burlescos de Antônio da Fonseca Soares. 2019. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- LOPES, Andre da Costa; NOGUEIRA, Andréa Scavassa Vecchia Nogueira. O luzir do discurso engenhoso: a noção de metáfora aguda segundo a preceptiva retórico-poética seiscentista. In MORAES, Carlos Eduardo Mentis; BULHÕES, Ricardo Magalhães (Org). *Capítulos Lusoamericanos: História, Filologia, Literatura e Linguística*. São Paulo: UNESP – *Campus* de Assis, 2019.
- MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. Tradução Nelson Barros da Costa. *Revista do Gelne*, Natal, v.2, n.2, 2000. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/issue/view/520>>
- _____. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Tradução Marina Apenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *Cenas de enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008b.
- _____. *Doze Conceitos em Análise do Discurso*. Tradução Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. *Discurso Literário*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2012.
- MALDONADO, Maria Hermínia. Antônio da Fonseca Soares (Frei Antônio das Chagas) Trinta Romances Inéditos. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 41, 1992, p. 407-496. Separata.
- MIRANDA, Ana. *Musa Praguejadora: a vida de Gregório de Matos*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Unesp, 1997.
- PIMENTEL, Alberto. *Vida mundana de um frade virtuoso*. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1889.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei Antônio das Chagas: um homem e um estilo do século XVII*. Bibliografia de Antônio da Fonseca Soares (Frei Antônio das Chagas). Lisboa: Universidade de Coimbra, 1950.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SOARES, Antônio da Fonseca. Manuscrito 2998 da Sala de Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – [16-].

TESAURO, Emanuele. *Tratado dos Ridículos*. Tradução Cláudia de Luca Nathan. Campinas: CEDAE – IEL – UNICAMP, 1992.

VERNEY, Luís. Antônio. *Verdadeiro método de estudar*: volume 2. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950.

QUANDO TODOS SUMIRAM: AS CONDIÇÕES DE ESTAR SÓ EM *SOZINHO NO DESERTO EXTREMO*, DE LUIZ BRÁS

Ricardo CELESTINO¹

Diana NAVAS²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A literatura de ficção científica produzida no Brasil nas últimas duas décadas passa por uma crise paradoxal. De um lado, há uma força constante por parte da crítica especializada que generaliza o valor estético das obras, colocando-as como literaturas provenientes de um gênero menor, de valor inferior às costumeiramente estudadas e projetadas no *mainstream*. Por outro lado, as iniciativas de novas editoras, de selos editoriais e coletivos literários direcionam identidades diversas para um arcabouço de obras que levam à exaustação o trabalho de categorização e catalogação por parte do especialista com boa vontade. Tanto uma questão quanto outra parece dar-nos fôlego para uma empreitada produtiva nos estudos do discurso.

Dado o bom momento editorial da literatura de ficção científica produzida no século XXI e a iniciativa localizada em poucos programas de pós-graduação na dedicação em estudar profundamente estas obras, compreendemos ser produtivo tomar os discursos provenientes de obras da Literatura de Ficção Científica como amostras de pesquisa. Dessa maneira, temos como tema desse capítulo o estudo das condições de consolidação de um quadro hermenêutico para a análise de discursos provenientes de obras literárias da literatura de ficção científica. Para tanto, selecionamos arcabouços teóricos de campos distintos do estudo da linguagem e das ciências humanas.

Em um primeiro momento, apresentamos as condições de produção dos discursos literários de ficção científica, para posteriormente destacarmos os estudos de Maingueneau (2014) acerca do quadro hermenêutico. O autor observa que o discurso literário faz parte do arcabouço de discursos constituintes e propõe a

¹ E-mail: ricardo.celestino2003@gmail.com

² E-mail: diana.navas@hotmail.com

definição de um quadro hermenêutico enunciativo-discursivo que reflete sobre as negociações de sentido entre enunciador e co-enunciador em um discurso, cujas regras são construídas na dialética da própria prática enunciativo-discursiva e das condições sócio-histórico culturais de produção da literatura de ficção científica.

Em seguida, destacamos os estudos de Bernardo (2010) e Navas (2009) acerca da metaficção. Categoria proveniente da Crítica Literária, a metaficção interessa-se por romances da pós-modernidade que refletem implícita ou explicitamente sobre o processo de construção da própria ficção ao longo da narrativa ficcional. São obras que inauguram, de alguma maneira, uma relação de participação ativa do co-enunciador na construção e negociação de sentidos com os discursos, a partir de um abismo de dois ou mais mundos ficcionais em uma mesma obra literária.

Por fim, selecionamos, como objeto de pesquisa, os discursos que problematizam a condição de estar só da obra *Sozinho no deserto extremo*, de Luiz Brás. A solidão da personagem-protagonista proporciona, ao leitor, a construção de sentido do texto literário sob pelo menos três planos ficcionais: o mundo povoado de Davi, personagem central da obra, o novo Davi, agora solitário, em busca de respostas e sobrevivência na solidão de um mundo onde todos desapareceram e somente ele continua ali e, por fim, o mundo do co-enunciador que participa ativamente na construção dos efeitos de sentido de *estar só* ao longo da enunciação. Para categorizarmos a condição de *estar só*, selecionamos o arcabouço teórico da Psicologia Clínica, principalmente nos estudos de Winnicott (1998), que categoriza a solidão nas fases de amadurecimento emocional do sujeito em duas etapas: a solidão essencial e a dependência absoluta.

A LITERATURA DE FICÇÃO CIENTÍFICA NO SÉCULO XXI

Compreendemos as condições sócio-histórico-culturais de produção como os direcionamentos que nos possibilitam construir os efeitos de sentido possíveis do discurso em análise. Para esta pesquisa, propomos apresentar, em um primeiro momento, as conjunturas inerentes à compreensão dos discursos literários de ficção científica no século XXI, uma vez que consideramos a obra *Sozinho no deserto extremo*, de Luiz Brás, pertencente a este gênero literário.

A condição de ficção científica implica um saber científico tratado como especulação ficcional em enunciados literários. Roberts (2018) observa a FC como construto verbal cujas condições necessárias e suficientes são a presença e interação de distanciamento e cognição, e cujo dispositivo principal é uma moldura imaginativa alternativa ao ambiente empírico do autor. A premissa ficcional, dessa maneira, coloca em foco a diferença entre o mundo que o leitor habita e o

mundo ficcional da FC, denominado como *novum*. O *novum* pode ser uma máquina do tempo, um dispositivo mais rápido que a luz ou algo conceitual como uma nova versão de mundo familiar ao nosso, mas desértico.

A FC reflete de maneira crítica, segundo Roberts (2018), sobre as revoluções culturais, científicas, tecnológicas e em nosso caso as mudanças epistêmicas da psiquê humana em condições sociais e culturais traumáticas. Presentes tanto na obra como um todo ou, de maneira localizada, como empreendimento estético de alguns enunciados localizados, a FC implica o emprego de recursos enunciativo-discursivos marcados por estratégias metafóricas e táticas metonímicas de tratar essas mudanças, bem como a colocação, em primeiro plano, de ícones e esquemas que estimulam a construção de efeitos de sentido dos valores de uma dada coletividade. Desta maneira, é condição cultural aos discursos literários de FC o engajamento semiótico e um conhecimento epistêmico profundo de uma certa postura científica tratada, afim de problematizá-la em ficção.

Roberts (2018) observa ainda que as novelas de FC do século XXI, diferente do que é desenvolvido em boa parte das franquias cinematográficas de Hollywood, tem apontado para uma alternativa temática distinta da vacuidade de um produto, em que velhos preconceitos ideológicos determinam tudo o que há no texto e no qual o texto em si reforça. Isto significa que o heroísmo individual, o potencial redentor da violência, o capitalismo por necessidade de consumo não são alternativas temáticas predominantes na FC. No Brasil, obras como *Favelost*, de Fausto Fawcett, *as Águas Vivas Não Sabem de Si*, de Aline Walek e, em nosso caso, *Sozinho no deserto extremo*, de Luiz Brás, condensam vozes da diversidade dentro do gênero, potencializando subjetividades complexas em pautas culturais e sociais caras à vida cotidiana brasileira.

Matangrano e Tavares (2018) compreendem que uma das características da ficção científica nacional é o insólito. No século XXI, ele se dá mediante a criação de mundos nas mais diversas potencialidades, não raro ocorrendo um hibridismo entre dois ou mais modos narrativos, com supremacia ora do científico, ora do fantástico. A ficção científica brasileira encontra, nos *punks*, nas distopias, no *space opera* novas formas de expressão, uma vez que os toma por categorizações que criam mundos, repensam o passado, criam possibilidades para o futuro. Descolam, dessa maneira, qualquer ligação com o nosso universo, recriando novas leis, nova geografia, nova história, novas religiões e mitologias, para depois retornar a nosso universo e ressignificar as nuances sócio-culturais refletidas.

Embora a FC tenha ganhado expressividade tímida ao longo dos anos nas pesquisas acadêmicas e nos grandes prêmios literários nacionais, Matangrano e Tavares (2018) chamam atenção para o bom momento editorial das obras que se enquadram nesse gênero. O surgimento e a consolidação de editoras como Devir, Aleph, Draco, Tarja, Terracota, Giz, especializadas em literatura de gênero, e

ainda, selos específicos de grandes editoras para essa área, proporcionam a multiplicação de autores e autoras do gênero. Isso é convidativo para que a crítica passe a olhar para a FC com outros olhos, garimpando bons e maus textos do gênero com maior rigor. Ainda, vale destacar que a movimentação editorial tem estimulado a presença da inclusão e da diversidade, o protagonismo das minorias, que concentram, dentre outros temas, o folclore indígena, vide as obras de Daniel Munduruku, e o imaginário de matriz africana, em Fábio Kabral, por pontos de partida para o revisionismo do insólito nacional.

Mantagrano e Tavares (2018) apontam que o momento editorial satisfatório ainda não inibe o preconceito entorno das obras de FC e fantasia por grande parte da crítica especializada. A recorrência à tradição da escrita *pulp* pelos autores e autoras do gênero, marcando uma renúncia ao elitismo literário e ao hiper-realismo da alta literatura brasileira podem ser um dos desencadeadores desse olhar enviesado da academia sobre esses discursos literários. No entanto, os autores destacam o manifesto publicado no *Jornal Rascunho*, pelo autor Luiz Brás, o qual realiza um breve convite ao mainstream, termo que identifica a alta literatura, vencedora dos grandes prêmios literários e que encabeça os grandes contratos editoriais. O manifesto destaca que a FC tem propriedades de um gênero literário popular com uma força que, em diálogo com a alta literatura, poderia conduzir a Literatura Brasileira a direções diferentes e produtivas. Sob a perspectiva de que a alta literatura se encastela em problemáticas muito parecidas entre si, a FC pode ser uma alternativa para sacudir as certezas constituídas ao longo das décadas por esse tipo de discurso literário. Em contrapartida, a alta literatura também pode alterar os caminhos das águas dos discursos literários de FC, solapados pela fórmula de escrita *pulp*, tão atrativa aos leitores do gênero, mas já há muito utilizada ao longo das décadas de ouro de 1970 a 1990. Embora o convite esteja lançado, ainda há um longo caminho até que a literatura de FC brasileira divida as estantes virtuais e físicas das grandes livrarias, bem como os primeiros lugares nos grandes prêmios literários, ao lado da alta literatura.

O QUADRO HERMENÊUTICO

Consideramos que a construção dos efeitos de sentido para os discursos selecionados para esta pesquisa está subordinada ao estabelecimento de um quadro hermenêutico enunciativo-discursivo. Maingueneau (2014) contribui para essa categorização, ao observar que a literatura mantém uma dupla relação com o interdiscurso: as obras se alimentam de outros textos mediante diferentes procedimentos e reempregam, interpretam e citam esses textos nos enunciados. O texto literário não é um enunciado autossuficiente, mas um enunciado a ser tomado em um quadro hermenêutico. Ao propomos um quadro hermenêutico sob as ma-

trizes da perspectiva enunciativo-discursiva, buscamos ofertar direcionamentos para a prática da construção dos efeitos de sentido na relação enunciador-co-enunciador em um espaço e em um tempo específicos.

Maingueneau (2014), observa que há um debate entre aqueles que privilegiam a legitimação conferida pelo domínio das técnicas e aos que privilegiam a experiência pessoal, para a escolha do quadro hermenêutico que irá direcionar a construção de sentidos em um discurso literário. Dos tecnicistas, os quais nos interessam para este estudo, o texto literário digno de interesse é aquele que o enunciador transcende a mensagem enviada. Há, no discurso literário, uma mensagem oculta presente, desencadeada por uma exegese proposta pelo crítico/analista: existência de técnicas, relação privilegiada do leitor com a fonte, dentre outros.

O texto inscrito em um quadro hermenêutico está prescrito a um estatuto pragmático. Maingueneau (2014) compreende este estatuto por um modo de existência no interdiscurso. Envolve um esforço de instituição e preservação do significante em sua autenticidade. O discurso literário não pode deixar de ser enigmático, de revelar mensagens importantes para a coletividade. Quanto mais interpretado o texto, mais enigmático ele é, uma vez que mais quadros hermenêuticos determinam mais vias de leitura e construção de efeitos de sentidos.

Cada nova leitura, para Maingueneau (2014), torna mais complexo o labirinto de interpretações, ao encerrar o texto em seu próprio labirinto. Cabe ao analista ou crítico enfraquecer o grau em que o texto é enigmático, a partir do quadro hermenêutico o qual se apoia. No entanto, críticos e analistas não esgotam a hermenêia, a palavra essencial que a fonte reserva. Por fazer parte dos discursos constituintes, o discurso literário não tem um autor no sentido usual, mas uma instância sem rosto que trafega entre o sujeito empírico, o sujeito social e o enunciador da obra. Trata-se de uma posição que não é totalmente ocupada, o que proporciona a pluralidade de interpretações. Ao despossuir a obra de um autor, o crítico ou o analista assumem essa autoridade, também de maneira limítrofe.

Inscrita em um quadro hermenêutico, a obra, para Maingueneau (2014), diz algo distinto do que ela diz. Toda clareza que ela concentra, dessa forma, é enganosa. Os textos exigem que o destinatário derive sentidos ocultos, descobrindo o ponto onde a clareza se obscurece, a fim de apontar o enigma que se espera que encerre. O quadro hermenêutico garante que as transgressões das leis do discurso sejam apenas aparentes e que as exigências das comunicações sejam respeitadas. Define, assim, os contornos da natureza do sentido oculto de um discurso literário. O crítico ou o analista legitimam-se a cada interpretação bem sucedida e validada pelo meio, relegitimando o quadro hermenêutico o qual estão filiados. O crítico e o analista mostram que são competentes e que o texto é enigmático.

Ainda, que se trata de um discurso constituinte, fundador de subjetividades oblíquas.

No quadro hermenêutico, Maingueneau (2014) destaca, ainda, que um texto literário beneficia-se de uma hiperproteção. Tudo que é enunciado tem liberdades normativas do discurso sem arranhar seu prestígio. Os intercâmbios verbais são regidos por normas, que postulam máximas conversacionais sujeitas a um princípio de cooperação. O processo de comunicação da obra literária é semelhante a um ato de enunciação sujeito à normas de interação verbal. Isso afasta a lógica de que a obra detém um mundo autárquico, indiferente às considerações de sua recepção.

A obra literária se funde em máximas conversacionais, sem se encerrar totalmente nelas. Quem as oferece é o quadro hermenêutico que a obra se inscreve, em nosso caso, a metaficção em um discurso literário de ficção científica. Simultaneamente, Maingueneau (2014) compreende que o artista é o único legislador de seu universo. Se o crítico ou analista percebem numa obra o que julgam ser um erro, ou defeito, um fragmento fora de prumo, talvez possa ter sido em virtude de lançar mão de normas que não as que estabeleceu o artista para si. A transgressão de normas é a marca de que é preciso inferir um sentido oculto, uma reflexão sobre a transgressão.

Por fim, Maingueneau (2014) observa que enquanto analistas ou críticos literários, nos deparamos com uma diversidade de procedimentos de análise. O autor de uma obra literária pode confiar no quadro hermenêutico, uma vez que o texto está hiperprotegido, detém expectativas de um leitor-modelo, para que ele faça um esforço de extrair implícitos necessários para conciliar as transgressões das normas com o postulado de que há uma cooperação mútua entre os envolvidos na enunciação. Contudo, o universo estético o qual o autor participa não postula autonomia absoluta às obras literárias. O empreendimento da criação literária prescinde, assim, de justificativas constantes do percurso utilizado pelo artista, quer por ele mesmo, quer por críticos, fãs ou analistas.

Tomar a palavra em um discurso literário pressupõe uma incursão territorial, um cumprimento de papéis, onde o destinatário pode, constantemente, sentir sua face negativa ameaçada, exigindo reparações. O autor é performático, segundo Maingueneau (2014), o que implica uma redução hermenêutica na prática enunciativa. Chama-se redução hermenêutica a anulação de uma transgressão pela derivação de um implícito fundado no quadro hermenêutico. Podemos distinguir as reduções ditas e as implicadas pragmaticamente.

As reduções implicadas pragmaticamente, para Maingueneau (2014), são aquelas desencadeadas pelo fato de o texto se vincular a um quadro hermenêutico. As transgressões não são acompanhadas de enunciados que garantam o per-

tencimento a esse quadro. As reduções ditas, por sua vez, encontram comentários que tem a função de assegurar que a transgressão está a serviço de um sentido mais elevado, em conformidade com o quadro hermenêutico. O grau de explicitação é variável e pode ser o conjunto da obra que procede redução hermenêutica. O universo criado legitima as aparentes transgressões que a tornam possível.

Em linhas gerais, Maingueneau (2014) observa que se o leitor não fecha um romance, isso se deve ao fato de ele postular a validade do quadro hermenêutico, de presumir que partilha um saber mútuo sobre a natureza do discurso literário, aceitando as reduções hermenêuticas. A obra transmite, assim, uma hermeneia. Os implícitos construídos por redução hermenêutica auxiliam nesse processo, pois orientam o co-enunciador para um certo registro. O leitor, por sua vez, deve presumir tratar de interpretações que buscam um sentido último de existência ou de uma tomada de posição estética. O processo é favorecido pelo conhecimento de uma certa doxa sobre o quadro hermenêutico e o autor.

Maingueneau (2014) acredita que o conhecimento de quadros hermenêuticos possibilita um leitor mais crítico. O leitor menos hábil é aquele que, diante de regras novas apresentadas pelo enunciador, desencadeia construções de sentido circulares. A leitura exige construção de implícitos, que longe de ser inferidos no processo de leitura de uma obra, estão na verdade presentes na memória do leitor. Este os ativa, realizando interpretações profundas ou ilustrativas do discurso literário.

A METAFICÇÃO

Compreendemos que o discurso literário selecionado pode ser tomado por um olhar metaficcional. Bernardo (2010) observa a metaficção como fenômeno estético autorreferente através do qual a ficção duplica-se por dentro, falando de si mesma ou contentando a si mesma. Considerando que o mundo contemporâneo se transforma com grande rapidez, as técnicas tradicionais da narrativa, que tratam a obra como um heterocosmo dissociado de toda a realidade do leitor, são incapazes de integrar a pluralidade das relações humanas. A consequência, é um mal-estar que nos direciona a uma crise consciente do descontrole em ordenar todas as informações que constituem a subjetividade da experiência ficcional.

A metaficção, para Navas (2009, p.88), não é algo novo, mas:

uma tentativa de encontrar um modo estético de lidar com as novas experiências de vida do homem moderno, experiências estas que revelam desordenadas por um poder comunal ou transcendente, a que apenas a arte, de forma não problemática, pode conferir uma certa ordem consoladora.

Navas (2009) destaca por uma das condições da metaficção a presença de enunciados que concentram um conjunto de vozes que se cruzam, entrecortados, em fragmentos de diálogos, monólogos incompletos e frases inacabadas, constituindo um mosaico memorial que se impõe como único fio condutor de uma história. A partir da retomada da concepção de Barthes (2002, p.26), atribui a certos discursos metaficcionais a condição de texto de gozo, que

em oposição ao de prazer, coloca um estado de perda, que desconforta, faz vacilar os alicerces históricos, culturais, psicológicos do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores, de suas lembranças, põe em crise sua relação com a linguagem.

Em textos metaficcionais, a linguagem não se reduz a um ofício com a palavra, apenas no nível do significante, mas a um processo de construção de efeitos de sentido que se inicia no plano do significante, desenvolvido por um autor, e estende-se à uma reestruturação semântica por parte de quem o lê. Hutcheon (1984) afirma, nesse sentido, que a metaficção é a ficção sobre a ficção, o que significa uma dinâmica de a ficção incluir dentro de si própria um comentário ou pistas sobre sua própria narrativa ou identidade linguística.

A linguagem é representacional, para Hutcheon (1984), em toda ficção. No entanto, na metaficção a separação de um mundo ficcional a outro, ou seja, a relação do leitor com o heterocosmo que o distancia daquele criado pelo texto literário, não está claro. Enquanto o leitor toma contato com os textos literários, ele vive em um mundo que é forçado a considerar como ficcional. Paradoxalmente, contudo, os enunciados presentes naquele texto exigem a participação direta do leitor, seu envolvimento intelectual, imaginativo e afetivo na co-criação de sentidos. O paradoxo do leitor implica, na metaficção, uma atração bilateral que caracteriza o texto em uma relação narcísica: ao mesmo tempo que ele é auto-reflexivo, ele também está focado no exterior, orientado ao leitor.

Navas (2009) destaca que nos textos metaficcionais, o escritor chama a atenção do leitor para a atividade escritural, seja através de um evento dentro do próprio romance, seja exibindo seus sistemas ficcionais e linguísticos ao leitor. Dessa maneira, o processo de fazer a narrativa torna-se diretamente compartilhado, assumindo o leitor a posição de coautor, construindo os efeitos de sentido do texto. A metaficção implica, então, um processo de desfamiliarização das relações com o significante por parte dos envolvidos no texto. O leitor é atraído aos procedimentos inconscientes da construção narrativa e convidado a atuar ativamente neles para a construção dos efeitos de sentido, o que implica novas exigências e atenção ativa para o ato de leitura.

Hutcheon (1984) considera a existência de dois tipos de metaficção: a explicitamente narcisista; e a implicitamente narcisista. A primeira pressupõe textos que revelam sua autoconsciência em tematizações explícitas, quer por meio de alegorias de uma diegese ou pela identidade linguística. A segunda, por sua vez, parte de um processo internalizado e efetivado na linguagem, sendo auto-reflexivo, porém não necessariamente autoconsciente. Em outras palavras, textos narcisistas explicitamente diegéticos explicitam a consciência de sua condição de artefatos literários, dos processos de sua narrativa e criação do mundo, e da presença necessária do leitor. Outros textos, por sua vez, podem tematizar o poder subjugado e a potência das palavras, sua capacidade de criar um mundo mais real do que o empírico de nossa experiência.

Bernardo (2010) destaca em *Dom Quixote*, de Cervantes, uma obra metafictional produtiva. O romance de cavalaria convida o leitor a fazer parte de um jogo, onde o cavaleiro justifica todas as derrotas frente à realidade, atribuindo-as a feitos malvados dos inimigos que encontra em suas andanças. No episódio *O mestre das marionetes*, ele atribui aos encantadores o próprio delírio, justificando assim o seu movimento errático entre a ficção e a realidade. Os supostos encantadores do fidalgo parecem maus, mas na verdade eles tem a função de garantir a coexistência das diferentes ficções e das diferentes realidades que se entrecruzam na narrativa.

O que se reconhece por realidade, para Bernardo (2010), não é também mais do que um determinado discurso sobre a realidade. Não se representa a realidade para repeti-la ou duplicá-la, mas para dobrá-la e recriá-la. Dessa maneira, a metáfora trai nossas concepções de realidade, mostrando-as como efeitos de discursos. O real, por sua vez, não deixa de ser uma construção sintática que, tendo sua verossimilhança abalada, é ponto de partida para a sedimentação de diversos níveis de ficção. Na metaficção, essas fatias ficcionais emergem à semelhança de *babushkas* dentro de *babushkas*. Nesse sentido, tudo no universo metafictional é de índole caleidoscópica e nada melhor que *Dom Quixote* para ilustrar essa condição: objetos inertes, estalagens e animais mostram capacidade de tomarem-se por moinhos de vento gigantes, exércitos de soldados, castelos e seres mágicos. Há, dessa maneira, uma mobilidade conjectural em temas do livro para temas da vida, da morte, do amor, dos valores, da justiça, dentre outros.

Por fim, podemos observar, a partir de Bernardo (2010), que a metaficção é produtiva enquanto quadro hermenêutico, pois categoriza a multiplicidade de perspectivas narrativas, adequadas à multiplicidade de facetas de um personagem de uma obra. Ora um herói, ora um palhaço, ora um sábio, ora um louco, ora um santo, ora um desequilibrado, *Dom Quixote*, com seus muitos livros contemplando muitas perspectivas, acaba por representar a tolerância na época em que a Espanha se mostra mais intolerante. Além de propor fatias ficcionais dentro da

obra, também convida o leitor de sua época a uma ressignificação de sua realidade, tomando-a como parte da obra.

A CONDIÇÃO DE ESTAR SÓ EM *SOZINHO NO DESERTO EXTREMO*, DE LUIZ BRÁS

A amostra de nossa pesquisa consiste em discursos extraídos da obra *Sozinho no deserto extremo*, de Luiz Brás. Publicado em 2012, pela editora Prumo, a obra problematiza quais seriam as subjetividades de um sujeito da classe-média paulistana acordar em um determinado dia e descobrir que ele é o único sujeito vivo em todo o planeta. Todos desapareceram, exceto Davi. Publicitário bem-sucedido, acorda em um domingo e percebe que mulher, filhos, vizinhos, todos, evaporaram. Brás problematiza, a partir dessa premissa, as estratégias do sujeito para manter a sanidade mental e a própria noção de individualidade em um mundo despovoado, sem ninguém em quem se espelhar. Ainda, cria situações das quais dificilmente problematizamos como: a sobrevivência sem serviços básicos de alimentação, transporte e saúde; a vida diante da solidão concreta.

Consideramos os discursos literários extraídos da obra por ficção científica. O saber científico tratado por especulação ficcional é a solidão ou a sensação de sentir-se só, objeto de estudos da Psicologia Clínica, dos quais destacamos Batista (2017) que recupera Winnicott (1968) para refletir acerca da capacidade de estar só. Dessa maneira, dividimos nossa análise em dois momentos: inicialmente, apresentamos as condições da capacidade de estar só na perspectiva de Batista (2017), tomando-as por formações discursivas necessárias para a negociação de efeitos de sentido no discurso literário selecionado. Em seguida, analisamos como as formações discursivas da Psicologia Clínica constituem o *novum* que possibilita tomarmos os discursos literários em análise em um quadro hermenêutico metaficcional.

A capacidade de estar só

Batista (2017) compreende que a natureza humana não se reduz às condições biológicas para o amadurecimento enquanto espécie. Além de ser um corpo biológico, permeia na constituição humana experiências emocionais que ofertam sentidos pessoais atribuídas à imaginação. O meio ambiente é um dos facilitadores dessa dinâmica de crescimento processual do indivíduo enquanto ser humano. Embora o ser humano seja dotado de genes que determinam padrões sociais e biológicos, nada se realiza no crescimento emocional, sem o desenvolvimento do sujeito esteja em conjunção à provisão ambiental.

A participação do ambiente é decisiva e constitutiva para o crescimento emocional do indivíduo. Para o autor, as tendências herdadas biologicamente fornecem o dinamismo desse processo, no entanto, a singularidade de cada indivíduo estabelece relação dialética com o ambiente e a produção imaginária. O amadurecimento emocional se dá em contato com o ambiente facilitador que possibilita a incorporação das experiências do indivíduo provenientes de sua criatividade. Dessa forma, é necessário que ao longo da vida o sujeito combine os fatores herdados e os fatores ambientais, que só farão parte da personalidade individual caso o sujeito se aproprie deles por meio da experiência. Distúrbios e outras patologias surgem, comumente, derivados de problemas de falta de adaptabilidade do ambiente ao sujeito, que não encontra formas de orquestrar suas características singulares com a complexidade da sociedade.

Batista (2017) compreende que a provisão ambiental tem papel relevante no processo de amadurecimento emocional, a ponto de nos oferecer bases teóricas para a compreensão das condições de estar só. A solidão surge de forma embrionária em nossos primeiros instantes de vida consciente, na fase intrauterina. Prossegue nos estágios primitivos de dependência absoluta, se mantém pela dependência relativa e, por fim, na independência relativa. O autor descreve, então, cada um desses estágios, que, para este capítulo, nos atentamos em destacar apenas os dois primeiros: a dependência absoluta e a dependência relativa.

Acerca da dependência absoluta, Batista (2017) chama-nos atenção para a solidão essencial. O pesquisador compreende a solidão essencial como o estado do ser ao emergir do estado de não-ser. Trata-se de uma consciência incipiente da continuidade do ser e do existir no tempo, anterior à capacidade do indivíduo racionalizar o mundo que vive. O sujeito emerge, dessa maneira, não do inorgânico, mas da solidão essencial, e a partir dela buscará integração em uma identidade unitária.

Batista (2017) destaca, a partir de Winnicott (1998), que todo indivíduo quando nasce é capaz de perceber o ambiente como algo nem externo nem interno a si. Esse desconhecimento paradoxal implica dependência absoluta do ambiente, onde a continuidade do ato de existir enquanto indivíduo não seja perturbada por intrusões do meio. Trata-se de uma raiz precoce do desenvolvimento emocional, que requer uma dependência maior do ambiente. O indivíduo humano não é ainda uma unidade, pois ele ainda não está em condições de perceber o ambiente. Também não há um *self* individual que discrimine o eu de um não eu.

A solidão essencial só pode existir em condições de dependência máxima. Isso se dá pois, para Batista (2017), ela mantém a tensão entre o não-ser e o ser. Isso quer dizer que os direcionamentos ambientais disponíveis são responsáveis por tornar possível a integração do sujeito com o meio e a sua constituição existencial. O sujeito não pode existir sozinho, uma vez que sua própria natureza lhe

impõe necessidades que não podem ser satisfeitas por ele próprio. Ele necessita de um outro que cuide, sustente e proteja sua constituição e sua identidade.

Batista (2017) defende que o fator primordial para o desenvolvimento humano é o continuar a ser. Fortes intrusões ambientais traumatizam, uma vez que interrompem a continuidade do ser, obrigando-o a reagir a tais intrusões.

A solidão essencial nos permite identificar na não comunicação, um aspecto central da natureza humana: o ser isolado. Cada indivíduo é isolado permanentemente sem se comunicar, desconhecido, em uma realidade nunca encontrada. Isso conduz o autor a teorizar sobre o núcleo do si-mesmo, incomunicável, oculto e de onde emana os gestos espontâneos e a criatividade originária de toda a vida. O sujeito experimenta sua criatividade original e o gesto espontâneo quando não reconhece o ambiente como tal, ou como os demais sujeitos já racionalizados reconheceriam.

O segundo ponto que destacamos nos estudos realizados por Batista (2017) é a dependência absoluta. Este estágio implica o momento mais primitivo da vida do sujeito, em que ele vive em situação de dependência absoluta da mãe até o período de passagem para a dependência relativa. Após a concepção, há um primeiro despertar que desenvolve um estado de ser, uma consciência incipiente da continuidade do ser e do existir no tempo. O bebê chegará a um estado de ser e necessitará continuar a ser, onde derivarão todas as demais necessidades do indivíduo até a morte. Ser e continuar a ser constitui o substrato das tarefas do amadurecimento pessoal e de suas conquistas. A presença das figuras cuidadoras e a busca de satisfação das necessidades instituais garantem ao sujeito a possibilidade de continuar a ser, estabelecendo o si-mesmo o sentimento de ser-real-autêntico neste mundo.

A espontaneidade e a reatividade são essenciais para o processo maturacional da emoção. Para Batista (2017), o bebê é como uma bolha, uma vez que se a pressão externa está adaptada à pressão interna, a bolha continua existindo. Por sua vez, quando a pressão exterior é maior ou menor que a interior, a bolha se modificará como reação a uma mudança no ambiente. Isso significa, no caso do ser-humano, uma ameaça do ser, fruto da reação à intrusão, o que implica quadros de enfermidade emocional.

Após o estágio de nascimento, simbolizado pela intrusão, o bebê necessita recuperar a descontinuidade inerente ao processo de nascimento para retornar ao sentimento de continuidade de ser. Isso o conduz a um estado de quietude. Em seguida, é necessário a promoção de experiências que implique o começo de contato com a realidade e o desenvolvimento de um si-mesmo que integrará progressivamente o indivíduo a uma unidade. Batista (2017) compreende que a qualidade do contato humano e a realidade da experiência serão significativas no âmbito do

amadurecimento pessoal. O contato implica lançar mão de acordos que fundamentam as bases de um relacionamento humano. São nas interações que o sujeito consegue se relacionar com os objetos do mundo.

Sobre o processo de amadurecimento, Batista (2017) observa que para dar início a um sentido de real e poder habitar em um mundo real, o sujeito precisa ser introduzido na ordem do tempo e do espaço. O sujeito começa a ocupar espaços quando, munido de um corpo confortável com o meio, consegue dar concreitude à presença, ter distância e proximidades, a delinear caráter transitório daquilo que envelhece e morre.

O sujeito encontra lugar de conforto e confiança no processo de amadurecimento, quando há um equilíbrio do meio externo em três etapas: na integração no espaço e no tempo favorecidos pela segurança ou através da sensação de segurança do ambiente; no cuidado físico, pelo manejo; na apresentação dos objetos. Os três fatores, para Batista (2017), permitem a continuidade do ser.

O sujeito é processualmente integrado, temporalizado, realizado, tornando-se capaz de reconhecer coisas e predizer acontecimentos. A tendência de integração do sujeito em uma unidade implica o reconhecimento desse mundo a partir de atos de criatividade originária, que também propicia o desenvolvimento emocional do indivíduo.

Batista (2017) observa que cada sujeito cria o mundo de novo e começa seu trabalho no mínimo tão cedo quanto o momento do seu nascimento. A criatividade originária implica a maneira como o indivíduo se relaciona com o sentido de realidade e, no evoluir maturacional, com os sentidos de realidade sem perder o contato com o seu mundo pessoal imaginativo. A criatividade é experimentada pelo indivíduo em formas cada vez mais complexas. O indivíduo cria o mundo, dotando-o de sentido pessoal. O mundo experienciado pelo sujeito é dotado de sentido pessoal pelo gatilho da criatividade originária. Nos primeiros instantes de vida, o sujeito identifica alguém que atenda às suas necessidades no momento que essas surgem, possibilitando a experiência da ilusão de onipotência.

A assistência invisível ao sujeito introduz a ele a ilusão de que ele cria o mundo que necessita e isso o faz experimentar a onipotência da ilusão. A ilusão é essencial para o sujeito encontrar significado pessoal no mundo em que vive. A onipotência, para Batista (2017), é aspecto essencial da dependência. O sujeito não tem conhecimento da sua existência e nem do mundo externo onde vive, porém, cria o objeto que encontra. A situação traumática se situa na condição de o sujeito, quando em necessidade, buscar assistência invisível e ela encontrar-se ausente. O gesto de desejo ficará no vazio, à espera de algo que vem. Isso resulta na interrupção da continuidade do ser. Encontra-se, na dependência absoluta, a matriz da capacidade em que a criança e o adulto saudável deixam o mundo momen-

taneamente para descansar, a base da conquista posterior da capacidade de estar só na presença de alguém.

Estar só no deserto extremo

Nos discursos literários da obra *Sozinho no deserto extremo*, identificamos que há uma moldura imaginativa alternativa entorno do ambiente empírico do autor, construída ao longo da enunciação, na condição da personagem central da obra ser o único sujeito vivo em todo o planeta. A premissa coloca em foco diferenças e semelhanças entre o mundo que o co-enunciador habita e o mundo ficcional de Davi. Tal premissa é o embrião da ficção científica, que Roberts (2018) denomina o *novum*.

O enunciador estimula a construção de efeitos de sentido dos valores de uma coletividade pertencente à vida paulistana de classe média afetados por mudanças epistêmicas da psiquê de Davi, em virtude das condições culturais traumáticas de estar só. O co-enunciador potencializa os efeitos de sentido dos discursos presentes na obra e parte de um direcionamento acerca do conhecimento epistêmico do que é estar só, como podemos observar no recorte abaixo.

Recorte I (BRAS, 2012a, p.11)

Ele é apenas um homem sem qualidades visíveis. Nem jovem nem velho, nem inteligente nem obtuso. Pior, nem rico nem pobre. Ele é apenas um homem comum e desencantado, que já acreditou em muita bobagem ideológica - na civilização, na economia de mercado, na inteligência moral - e agora só acredita no fogo.

Ele já teve uma mulher. Também já teve filhos amados. Sessenta e tantos dias atrás sua vida era muito diferente. Sua filosofia era outra. Mais mundana, menos solitária.

Agora só o fogo interessa.

O fogo que ilumina. O fogo que purifica.

Ele é só um homem sem graça e sem carisma que se acha - me perdoe a expressão vulgar - um bruxo de desenho animado. Um aprendiz de feiticeiro. O último da face da Terra.

No recorte I, podemos perceber que a seleção do quadro hermenêutico da metaficção nos auxilia a identificar as condições de estar só de Davi. Aquilo que conduz o co-enunciador a conhecer Davi, a partir da exposição do enunciador,

são enunciados que concentram fragmentações de personalidade - *um homem comum e desencantado, que já acreditou em muita bobagem ideológica* - de faixa etária indeterminada - *Nem jovem nem velho*, - de estrutura familiar - *Ele já teve uma mulher. Também já teve filhos amados*. O enunciador estabelece uma relação de proximidade com o co-enunciador ao utilizar enunciados em segunda pessoa, como em *me perdoe a expressão vulgar*. O parêntese dado ao quadro cênico estabelecido, de apresentação do protagonista de uma ficção, funciona como um convite ao co-enunciador para entrar na história e participar dos processos de construção de sentido na condição de um coautor.

Ainda, podemos perceber que as adjetivações enunciadas constituem um mosaico memorial que convida o co-enunciador a refletir sobre duas ficções simultâneas: a vida de Davi antes de todos desaparecerem; a vida de Davi no momento que se dá a exposição do enunciador. Davi, na condição de único sujeito vivo no planeta, encontra-se em estado de perda, sensação esta que o co-enunciador pode tomar para si, compreendendo que os alicerces histórico-culturais, a consistência dos valores, das lembranças estão em crise neste novo mundo. Davi não é mais pai, não conta mais com nenhuma ideologia que o motive e, na condição de solitário, é um sujeito sem graça e sem carisma, comparado pelo enunciador, a um bruxo de desenho animado.

O enunciador compreende que o meio ambiente é um dos agentes responsáveis pelo processo de involução emocional de Davi. Não há crescimento emocional do personagem diante da condição de estar só. Em disjunção à provisão ambiental, Davi sente-se confuso em relação ao meio, já que não tem explicações objetivas para o desaparecimento de todas as pessoas. O insólito que confunde a cabeça de Davi, por sua vez, também confunde a cabeça do co-enunciador que constantemente pode arriscar palpites para o que aconteceu com toda a humanidade que simplesmente desapareceu e, ainda, compactuar com as angústias da personagem.

Ainda, como podemos observar nas reflexões de Winnicott (1968), a participação do ambiente é decisiva e constitutiva para o desenvolvimento emocional do indivíduo. No caso de Davi, o enunciador o toma como um sujeito que, por não encontrar respostas científicas ou objetivas para o que está acontecendo no mundo, recorre aos *scripts* da infância e deixa de ser pai de família, homem comum, de intelectualidade média, para assumir o papel de um bruxo de desenho animado que acredita no poder destrutivo do fogo. A singularidade de Davi, a capacidade de estabelecer as alternativas possíveis para sobreviver naquele ambiente e lidar com a condição de estar só, implica uma relação entre o meio e a produção imaginária. O amadurecimento emocional que outrora Davi possuía na vida que levava acompanhado pelas pessoas, no tempo enunciado é outro. Isso se dá, pois o ambiente facilitador atual possibilita à Davi a incorporação das expe-

riências provenientes de sua criatividade infantil. O personagem responde ao insólito, dessa maneira, sob reações atípicas daquele Davi anterior ao desaparecimento de todas as pessoas.

Ainda a partir de Winnicott (1968), identificamos que o enunciador apresenta um Davi que desencadeia um distúrbio derivado de problemas de adaptabilidade do ambiente. O protagonista não encontra formas de orquestrar as características que o constituíam por sujeito social à complexidade dessa nova sociedade constituída por um único indivíduo: ele. A provisão ambiental, dessa maneira, tem papel relevante no processo de amadurecimento emocional de Davi e, conseqüentemente, pode estimular o co-enunciador a preencher as lacunas dessa crise comportamental ora validando ora repudiando as ações do protagonista, como podemos observar no recorte abaixo.

Recorte II (BRAS, 2012a, p.12)

Duas cores cordiais: o vermelho e o azul. Ele acende o isqueiro vermelho e fica observando a chama azul. É uma fada delicada. Linda. Para inúmeras culturas antigas o fogo era a origem e a essência do mundo. Ele recolhe o polegar, o pino que libera o gás volta à posição de descanso, a chama morre. Em sua mão o isqueiro foi promovido a varinha mágica? Ideia ridícula, eu sei. Infantil demais. Mas dê uma pilha de papel e um isqueiro a um homem sem qualidades perceptíveis e, tcharam, ele logo voltará a ser a criança demente e descontrolada que sempre foi.

No recorte II, identificamos uma inscrição possível a um quadro hermenêutico metaficcional do discurso em análise. Trata-se de uma ficção enunciada que implica o diálogo com outras ficções da fantasia ou do fantástico, lidando com o insólito enigmático e mágico. Quando o enunciador recorre à fada-dragão como metáfora para a chama do isqueiro, o discurso estabelece relações com formações discursivas de narrativas fantásticas que recuperam as fadas e os dragões como personagens de um mundo imaginado, governado por magias e feitiços. O enunciador projeta-se, ainda, como personagem da própria ficção que enuncia, ao utilizar novamente do recurso da segunda pessoa, estabelecendo um diálogo com um co-enunciador-personagem: *Em sua mão o isqueiro foi promovido a varinha mágica?* A construção de uma relação de diálogo com o co-enunciador nos possibilita compreender que há pelo menos três planos ficcionais no recorte: o plano do Davi sozinho sem nenhuma companhia; o plano das lembranças de Davi de como era sua vida antes de estar só, sob o olhar do enunciador-personagem, uma vez que tudo que o co-enunciador tem contato da vida de Davi antes de todos

sumirem é fruto das lembranças de Davi sob o filtro do enunciador-personagem; o mundo do enunciador-personagem que em certos momentos parece admitir que toda a vida de Davi é uma ficção imaginada por ele, que também assume uma posição limítrofe entre o ficcional e a função-autor.

O enunciador-personagem também utiliza do subterfúgio da fantasia como estatuto pragmático para envolver o co-enunciador a uma trama de mensagens ocultas que escondem subjetividades relevantes para uma coletividade. Nos enunciados *Ele acende o isqueiro vermelho e fica observando a chama azul. É uma fada delicada. Linda.* e *Em sua mão o isqueiro foi promovido a varinha mágica? Ideia ridícula, eu sei. Infantil demais.*, o co-enunciador está diante de um enigma insólito, no sentido que é alimentado pela dúvida: Davi imagina as chamas do isqueiro transformarem-se em uma fada delicada ou esta é uma leitura não autorizada do enunciador na condição de narrador-personagem? O enunciador apresenta um juízo de valor sobre aquilo que Davi supostamente imagina, ao observar as chamas do isqueiro: um sujeito infantil, um homem sem qualidades perceptíveis que retorna à condição de criança demente e descontrolada. O uso de *sem qualidades perceptíveis e criança demente e descontrolada* para se referir à Davi implica um olhar acusatório do enunciador, que cria um juízo de valor questionável sobre o indivíduo que incendia a livraria. Nesse sentido, identificamos que o enunciador possibilita ao co-enunciador o movimento de não reduzir as palavras enunciadas apenas a um nível significante, mas construir efeitos de sentido que se iniciam neste plano e estendem-se à uma reestruturação semântica.

O olhar do co-enunciador para os enunciados presentes no recorte II pode ser motivado por uma leitura metaficcional, no sentido de observar o enunciador realizar uma ficção sobre a ficção, incluindo dentro da própria história contada comentários e pistas sobre a maneira como ele identifica tudo aquilo que está narrando. Neste caso, a volta de Davi à condição de criança implica um olhar do enunciador sob a noção de que estar só corrompe a competência cognitiva do indivíduo. Este passa a construir sentido das coisas como uma criança recém-nascida construiria. Recuperando Winnicott (1968), identificamos que o enunciador constrói um Davi sob o referencial cognitivo fruto da solidão essencial. Davi volta a ter uma consciência incipiente de si mesmo enquanto sujeito existente no tempo, prejudicando a capacidade de racionalizar o mundo a sua volta. Nessa perspectiva, o fogo não é para Davi, o que foi para os romanos: essência do mundo ou origem. O que a fada-dragão simboliza é a destruição das estruturas cognitivas de Davi para a emergência de um outro Davi fruto da solidão essencial. Este Davi solitário buscará integração em uma identidade unitária, pois tem a capacidade de perceber o ambiente como algo nem externo nem interno a si. Isso quer dizer que tudo que Davi imagina ser, para Davi de fato é, já que não há o Outro para desmentir ou invalidar as construções de sentido que lança mão sobre

o mundo a sua volta. No entanto, Davi desconhece que ele é produto da imaginação de um enunciador-personagem que reconhece nele o retrocesso das competências cognitivas e cria juízos morais dessa condição.

Davi está, nesse sentido, sob a influência de uma raiz precoce do desenvolvimento emocional, o que requer uma dependência maior do ambiente que não oferece a ele respostas significativas e racionais. Então, a saída é recorrer ao insólito imaginado, onde fadas-dragão emergem de isqueiros e consomem tudo que é físico em uma livraria. Davi é um Davi despedaçado incapaz de perceber as novas regras do ambiente, já que perdeu todas as características de seu self individual que discriminava o eu de Davi de um não eu: em um mundo sem ninguém, não há parâmetros ou referenciais para o reconhecimento de si mesmo; logo, aquele sujeito que vive em um mundo onde somente ele existe, a sua condição essencial não se desenvolve. Davi está em uma condição de solidão essencial, ao passo que nem mesmo os conhecimentos do mundo anterior o qual ele vivia e desenvolvia seu intelecto não são suficientes para entender o novo mundo o qual ele vive, como podemos observar no recorte abaixo:

Recorte III (BRAS, 2012a, p.15)

Mas esse tipo de conhecimento não é suficiente pra fazer desse homem um homem feliz. Não, non, nein, niet, extintas salas comerciais, políglotas salas comerciais da grande avenida! Esse tipo de conhecimento tão luminoso, tão repetido nos livros incendiados, não é capaz de salvar esse pobre coitado - o último aprendiz de feiticeiro - do vazio e da sombra.

Os enunciados apresentados no recorte III, quando submetidos a um quadro hermenêutico metaficcional, concentra uma clareza enganosa que implica um esforço do co-enunciador para desdobrá-lo a partir de duas ficções postas. Em um primeiro plano, temos o enunciador apresentando um mundo onde Davi vive sozinho e os conhecimentos construídos já não servem de mais nada, posto que é necessário construir um novo santuário da felicidade para direcionar as subjetividades da personagem. O uso de enunciados como *não, non, nein, niet*, é uma forma engenhosa do enunciador observar que conhecimentos globais do mundo povoado já não servem para direcionar Davi como antes serviu.

Pouco a pouco, os enunciados podem convidar o co-enunciador a derivar sentidos ocultos, buscando o ponto onde a clareza da trajetória de Davi se obscurece, a fim de apontar o enigma em potencial para um outro nível de realidade ficcional. Isso se dá em um segundo plano, em que não podemos ignorar o cons-

tante diálogo entre o enunciador-personagem e o co-enunciador, estabelecido em diversos instantes ao longo da obra. Davi é reconhecido por personagem pelo enunciador que rompe com a cenografia ficcional para estabelecer dicas ao co-enunciador de como aquela ficção criada caminha. Os conhecimentos das extintas salas comerciais, da grande avenida, a qual é uma referência à Avenida Paulista em São Paulo, também são tomadas como insuficientes para o enunciador na construção do mundo solitário de Davi. A clareza enganosa que se estabelece no recorte III implica a noção de que para o enunciador, os conhecimentos provenientes da luz das salas comerciais, dos grandes escritórios, da pluralidade da zona comercial paulistana tradicionalmente centralizada na região da Avenida Paulista são insuficientes para fortalecer Davi em uma caminhada existencial, subjetiva, em busca do encontro de sua identificação com um mundo que ele passa a não reconhecer. Embora estes sejam os mantras tão almejados por boa parte da lógica do mercado financeiro, das startups e de toda a economia global, são conhecimentos insuficientes para auxiliar o enunciador a apontar uma saída à Davi e para Davi encontrar sua própria identidade com o mundo que o cerca.

O quadro hermenêutico da metaficção, nesse sentido, garante que a transgressão enunciada do mundo solitário de Davi seja apenas aparente. A metaficção define os contornos da natureza do sentido oculto do discurso literário que se situa em um enunciar pelas fronteiras. O enunciador estabelece diálogo direto com o co-enunciador projetando em Davi o peso de todo um mundo que não faz mais parte de seu universo ficcional. O universo ficcional de Davi é o mundo solitário, sem ninguém. O universo ficcional do enunciador está implicado nesse universo de Davi e pode ser tomado pelas mesmas regras dos referenciais que o co-enunciador possui para a construção de sentidos dos enunciados apresentados. Davi é, dessa maneira, uma marionete semelhante àquela utilizada por Cervantes para ludibriar Dom Quixote. No entanto, quem está sob o feitiço das cordas não é o cavaleiro andante, mas o próprio co-enunciador que percorre e sente junto de Davi os sintomas e as consequências da solidão. O recorte III, nesse sentido, concentra-se em um enigma e pouco a pouco o revela ao co-enunciador que passa e compreender o jogo metafictional que se encontra.

A metaficção presente no recorte III pode ser identificada também pela relação do co-enunciador com o heterocosmo que não permite que a distância entre o co-enunciador e Davi fique tão clara. Na medida que o co-enunciador toma contato com os enunciados, ele experiencia as regras de um mundo que considera ficcional. Paradoxalmente, por sua vez, os enunciados do universo do Davi exigem a participação direta do co-enunciador, bem como seu envolvimento intelec-

tual, imaginativo e afetivo na co-criação dos sentidos entorno da potencia de extinção das salas comerciais, dos políglotas presentes nestas salas, do que eles falam, de qual realidade eles se cercam, quais suas subjetividades. O paradoxo o qual o co-enunciador está inserido implica, na metaficção, uma atração bilateral: há a reflexão entorno das condições de Davi e sua solidão, como também há uma projeção para o exterior, orientado ao co-enunciador, que pode se questionar se estaria ele preparado subjetivamente para uma experiência de solidão existencial avassaladora pela qual passa Davi.

Identificamos que, para o enunciador, Davi está sob os efeitos de uma solidão essencial. A partir de Winnicott (1968), compreendemos que Davi está sob a tensão entre o não-ser e o ser. Isso quer dizer que, ao longo da existência apresentada pelo enunciador, Davi se encontra comprometido com a dialética daquilo que ele foi e daquilo que ele não sabe mais o que será. Trata-se, em outras palavras, de uma dinâmica de não-integração à integração em um mundo onde só ele existe. O problema enunciado é que os direcionamentos ambientais disponíveis são confusos e não permitem a reintegração de Davi àquele meio, senão pelo gatilho de um sistema de coerções infantil: *esse pobre coitado - o último aprendiz de feiticeiro*. Por o universo criado estar em um possível controle do enunciador-personagem, sob um direcionamento metaficcional, o co-enunciador compreende que aquela falta de conexão de Davi com os direcionamentos ambientais o levam cada vez mais ao vazio e à sombra.

O enunciador, nesse sentido, apresenta um Davi incapaz de existir sozinho, posto que a natureza criada para ele não é a de um monge que desenvolveu sua capacidade de equilíbrio consigo mesmo, mas de um sujeito médio, sem nenhuma habilidade ou característica especial para esse mundo solitário. A própria natureza lacunosa de Davi lhe impõe a necessidade de um outro que lhe cuide, lhe sustente, lhe proteja. Tudo isso implica sua constituição e sua identidade. Davi não consegue, nesse sentido, continuar a ser, já que as intrusões ambientais o traumatizam, interrompem sua continuidade. A solidão essencial parte do pressuposto da não comunicação, do ser isolado, desconhecido, em uma realidade pela qual ele não consegue encontrar razão semântica. Isso conduz Davi a utilizar o recurso dos gestos espontâneos, da criatividade originária e imatura, e ele só o faz quando não reconhece o ambiente como tal, não consegue mais racionalizá-lo. Por Davi ser uma vida criada pelo enunciador-personagem, e o mesmo estabelecer contato direto com o co-enunciador, os mesmos efeitos são reiterados pelo co-enunciador em uma perspectiva metaficcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, por fim, que a constituição de um quadro hermenêutico enunciativo-discursivo pode ser tomada como uma diretriz produtiva para o desenvolvimento de pesquisas em Análise do Discurso. O quadro hermenêutico implica o delinear de regras para as negociações dos efeitos de sentido em um discurso literário e é pela cenografia que o analista pode encontrar as pistas para esta configuração.

Em nossa pesquisa, selecionamos a metaficção como direcionamento para delinear as regras de nosso quadro hermenêutico. Tomamos a ficção científica como um arcabouço de discursos literários que possuem o *novum* por gatilho para a constituição de perspectivas ficcionais em abismo. Cabe ao co-enunciador desvelar os nós desses romances ficcionais entramados na cenografia, estabelecendo os nexos necessários para uma dupla ficção: a ficção concebida na enunciação, ligada a uma outra ficção enunciada em um tempo e em um espaço outro, concomitantes.

Destacamos, por fim, que o *novum* presente em nossa amostra pode ser problematizado sob o auxílio de formações discursivas da Psicologia Clínica. A condição de estar só, urgente no desenvolvimento cognitivo das fases iniciais da vida de um sujeito social, é desenvolvida, no discurso literário em análise, como um acontecimento insólito que incide no desaparecimento de todas as pessoas do planeta, com exceção de Davi. O insólito, assim, pode ser fundamentado, ainda que não o esclareça, pelas noções de solidão essencial, a partir de Batista (2017). Compreendemos, contudo, que esta não é uma pesquisa que fecha discussões, mas pretende abri-las, a fim de potencializar o diálogo entre Análise do Discurso e Crítica Literária.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, J. L.. *A capacidade de estar só: a perspectiva psicanalítica de D.W. Winnicott*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. PUC-SP. São Paulo, 2017.
- BERNARDO, Gustavo. *O livro da metaficção*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.
- BRAS, Luiz. *Sozinho no deserto extremo*. São Paulo: Prumo, 2012a.
- BRAS, Luiz. *Convite ao mainstream*. In.: *Jornal Rascunho*. Fev, 2012b.
- HUTCHEON, Linda. *Narcissistic Narrative: the metafictional paradox*. New York: Methuen, .1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

- MIZRAHI, B. G.; GARCIA, C. A.. A capacidade de estar só: um contraponto winnicotiano ao ideal contemporâneo de autonomia absoluta. In.: *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte. v. 13, n.2. dez., 2007.
- MATANGRANO, Bruno; TAVARES, Enéias *Fantástico brasileiro: o insólito literário do romantismo ao fanatismo*. Curitiba: Arte & Letra, 2018.
- NAVAS, Diana. Narcisismo discursivo e metaficção: Antonio Lobo Antunes e a revolução do romance. São Paulo: Scortecci, 2009.
- ROBERTS, Adam. *A verdadeira história da ficção científica: do preconceito à conquista das massas*. Trad. Mário Molina. São Paulo: Seoman, 2018.
- WINNICOTT, D. W. A capacidade para estar-só. In: *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 31-37,1998. (Originalmente publicado em 1958).

AUTORAS E AUTORES

Maria Aldina Marques

Professora associada com agregação do departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal. É investigadora do CEHUM, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, e as principais áreas de investigação são a análise dos discursos, a pragmática e a argumentação. Tem orientado trabalhos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, e é autora de mais de uma centena de publicações nacionais e internacionais.

Jarbas Vargas Nascimento

Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP - Campus Assis. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela USP. Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, Bacharel e Licenciado em Letras e Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira - SP. É professor titular do Departamento de Ciências da Linguagem e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP. É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Dedicar-se ao magistério superior na graduação, na extensão e na pós-graduação, desenvolvendo pesquisas na área de Letras, relacionadas à História e Descrição do Português, à Análise do Discurso e ao ensino de língua portuguesa. Orientador de pesquisas de iniciação científica, monografias de conclusão de pós-graduação lato sensu, dissertações e teses nas áreas de língua portuguesa e linguística. É líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq. Ocupou vários cargos de gestão acadêmica.

Carlos Alberto Baptista

Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, mestre e especialista em Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Atua como professor de Língua Portuguesa, Literatura, Comunicação Empresarial e Redação Técnica, do Ensino Médio e Técnico, no Instituto Tecnológico de Barueri - ITB/FIEB. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Análise do Discurso. É membro do grupo de pesquisa Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil, da PUC-SP desde 2013, sob a liderança do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento. Bolsista CAPES.

Anderson Ferreira

Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2018), com estágio sanduíche pela Universidade do Minho - UMinho-ILCH, Portugal, com bolsa CAPES/PDSE. Desenvolve pesquisa na área de Língua Portuguesa, tendo como enfoque o estudo do texto e do discurso nas modalidades oral e escrita. Pós-doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP (2018-2019). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no CCHN/UFES, com bolsa PNPd/CAPES.

José Francisco Das Chagas Souza (Déda Souza)

Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN – Departamento de Filosofia – Campus Caicó. Doutor em Letras (UERN). Mestre em Filosofia/Metafísica (UFRN). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (IFC). Graduação: Licenciado em Filosofia (UECE)/ Bacharel em Teologia (ITER/SAP). Vice-líder do GP Núcleo de Estudos em Fenomenologia, Hermenêutica e Mística – NEFHem. Coordenador de Projeto PIBIC com alunos de graduação, com estudos no pensamento do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty: A filosofia e sua necessidade de dialogar/estar no mundo, a partir da noção de Corpo-próprio, Percepção, Linguagem e Alteridade, na perspectiva da Fenomenologia existencialista merleau-pontyana.

Marcio de Lima Pacheco

Pós-Doutor em Letras, Linguística e Discurso (UERN). Doutor em Filosofia/Metafísica (PUCSP). Mestre em Filosofia/Metafísica (UFRN). Avaliador do INEP/MEC para os Cursos de Filosofia e Teologia. cursando Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo- UNINCOR. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela (FASA). Licenciado em Filosofia (UERN). Bacharel em Teologia Faculdade Católica Dehoniana. Professor e tradutor do: Latim, Grego e Hebraico. Possui projetos de pesquisa que versam sobre: Paul Ricoeur, São Tomás de Aquino, Tradução dos textos de Agostinho de Hipona, Fenomenologia da Religião, Moral Sacramental, Doutrina Social, História da Igreja Medieval, Liturgia Cristã, Ética social e ética cristã. Participe do Grupo de Teoria Política Contemporânea vinculado ao Departamento de Filosofia da UNIR.

André da Costa Lopes

Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2019). Graduado e Mestre em Letras pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2008/2012). Atualmente é professor de Educação Básica III na Rede Municipal de Ita-

nhaém. Tem experiência nas áreas de Letras e Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura no Brasil Colonial, Barroco, Crítica Textual, discurso literário, autoralidade, produção discursivo-literária de Antônio da Fonseca Soares, cultura caíçara.

Ricardo Celestino

Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP. Integra o grupo de pesquisa Memória e Cultura da Língua Portuguesa Escrita no Brasil, da PUC-SP. Atua como professor de Língua Portuguesa e Literatura nos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Escritor de contos de Ficção Científica Brasileira, trabalha em seu primeiro romance.

Diana Navas

Pós-doutora pela Universidade de Aveiro (Portugal) e doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo, atua como professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP. Integra os grupos de pesquisa Crítica Literária: tendências e perspectivas da PUC-SP; e EnLIJ - Encontros com a Literatura Infantil/Juvenil: ficção, teorias e práticas. Suas pesquisas recentes concentram-se nas tendências das literaturas brasileira e portuguesa contemporâneas. Dentre suas publicações, destacam-se: *Narcisismo Discursivo e Metaficção* (2009); *Figurações da Escrita* (2013); *Literatura Juvenil dos dois lados do Atlântico* (2016); e a organização de *A literatura infantil e juvenil na contemporaneidade: histórias, caminhos e representações* (2016); e *Literatura & Ensino: territórios em diálogo* (2018).

